Universidade Estadual de Londrina

ANA CAROLINE FERREIRA

TÃO POUCA VIDA:

ABU GHRAIB (IN)DOCUMENTADA 2003-2004

Londrina
2023

ANA CAROLINE FERREIRA

TÃO POUCA VIDA:

ABU GHRAIB (IN)DOCUMENTADA 2003-2004

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História Social, pela Universidade Estadual de Londrina –UEL. Área de concentração Territórios do Político.

Orientador Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.

Londrina
2023

Ferreira, Ana Caroline.
Tão pouca vida: : Abu Ghraib (in)documentada 2003-2004 / Ana Caroline Ferreira. - Londrina, 2023.
362 f.

Orientador: Francisco César Alves Ferraz.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Presidio de Abu Ghraib - Tese. 2. Guerra do Iraque - Tese. 3. estado de exceção - Tese. 4. ordem do discurso da exceção - Tese. I. Alves Ferraz, Francisco César . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

ANA CAROLINE FERREIRA

TÃO POUCA VIDA:

ABU GHRAIB (IN)DOCUMENTADA 2003-2004

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História Social, pela Universidade Estadual de Londrina –UEL. Área de concentração Territórios do Político.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz
Universidade Estadual de Londrina - UEL

_____

Prof. Dr. Andrew Patrick Traumann
Centro Universitário Curitiba - UniCuritiba

_____

Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 20 de janeiro de 2023.

Ao “O paciente inglês” de Michael Ondaatje, que abriu meus olhos e minha alma para a poesia do homem do deserto, preenchendo os sulcos desta dissertação com a inspiração artística que me é tão necessária.

Às mulheres da minha linhagem antiga: aquelas que romperam velhos acordos, que se permitiram, que infringiram limites impostos, que deram a si mesmas uma nova chance para se encontrarem e serem encontradas pelo nosso verdadeiro propósito.

E ás mulheres que de mim ainda virão; para que não se calem, que descontruam, mas que também saibam como construir.

É com a fibra do que um dia fomos e do que um dia seremos, que escrevo este texto.

LUCTU MEO VIVIT

AETERNUM AETERNI DOLORIS AMORISQVE

JUAREZ

1964 - 2022

“E após ler a história de grandes desventuras, sem dúvida vai jantar bem, pondo a culpa da sua própria insensibilidade no autor, acusando-o de alucinado exagero e voos fantasiosos. ***Mas fique tranquilo: a presente tragédia não é ficção. É tudo verdade****”.*

BALZAC, Honoré de. *O Pai Goriot.*

“Vladimir: E eles não bateram em você?
Estragon: Bateram, mas não demais.
Vladimir: Os mesmos de sempre?
Estragon: Os de sempre? Não sei”

BECKETT, Samuel. *Esperando Godot*.

“Vladimir: E falam do quê?
Estragon: Da vida que viveram.
Vladimir: Não foi o bastante terem vivido.
Estragon: Precisam falar.
Vladimir: Não lhes basta estarem mortas.
Estragon: Não é o bastante”.

BECKETT, Samuel. *Esperando Godot*.

“Recordo-me de um jovem – de um homem ainda jovem – impedido de morrer pela própria morte – e talvez por erro da injustiça. (...). No seu lugar, não tentarei analisar este sentimento de leveza. De repente, ele era talvez invencível. Morto – imortal. Talvez o êxtase. Ou antes o sentimento de compaixão pela humanidade sofredora., a felicidade de não ser imortal nem eterno. Doravante, ficou ligado à morte, por uma amizade sub-reptícia”.

BLANCHOT, Maurice. O instante da minha morte.

RESUMO

FERREIRA, Ana Caroline. **Tão pouca vida:** Abu Ghraib (in)documentada 2003-2004. 2023. 360 f. Dissertação (Mestrado em História Social – Territórios do Político) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

Esta pesquisa tem como objetivo averiguar os meandros do estado de exceção, concomitante aos seus fluxos semânticos e sua norma jurídica, assim como os sintomas da violência imputados direito aos corpos dos detidos do presídio de Abu Ghraib, no Iraque, enquanto este era tutelado pelo governo dos Estados Unidos, assim como pela Autoridade Provisória de Coalização instaurado pelo mesmo Estado invasor durante a Guerra do Iraque de 2003; respectivamente de março de 2003 a junho de 2004. Concomitante a este objetivo, a presente pesquisa também visa averiguar se durante o estado de exceção no Iraque, quando torturar e assassinar detidos se tornou parte da norma de interrogatório e encarceramento, o presídio de Abu Ghraib perdeu esta característica clássica do que se entende como espaços de detenção e se transformou em algo que ainda nos escapa a definição. Para a realização da pesquisa, usa-se como fontes: um relatório interno do exército dos Estados Unidos, denominado de *15-6 Report of Abuse of Prisoners in Iraq*, popularmente conhecido como “Relatório Taguba”, a Comissão do Senado sobre o Tratamento de Prisioneiros no Iraque de 11 de maio de 2004; artigos jornalísticos da Revista *Mother Jones*, assim como 16 autópsias e 31 prontuários médicos dos detidos do presídio em questão, colhidos no mesmo recorte temporal já citado. Esta pesquisa possui como base teórica e metodológica, os trabalhos do filósofo italiano Giorgio Agamben acerca do estado de exceção, da norma jurídica de exceção e do uso dos corpos destes seres humanos, cuja humanidade fora capturada por estas zonas de abandono do Estado. Da mesma forma, esta pesquisa também usufrui das contribuições do filósofo francês Michael Foucault, respectivamente seus estudos sobre os presídios modernos e a ordem do discurso.

Palavras-chave: historiografia; presídio de Abu Ghraib, guerra do Iraque; Estado de exceção; espaço de exceção, relatório Taguba; ordem do discurso da exceção.

ABSTRACT

FERREIRA, Ana Caroline. **So little life:** (un)documented Abu Ghraib 2003-2004. 2023. 360 p. Dissertation (Master's degree in Social History – Political Territories) – State University of Londrina, Londrina, 2023.

This research aims to investigate the intricacies of the state of exception concomitant with its semantic flows and its legal norm, as well as the symptoms of violence imputed straight to the bodies of the detainees of the Abu Ghraib prison, in Iraq, while it was tutored by the US government as well as by the Coalition Provisional Authority, established by the same invading State during the 2003 Iraq War; respectively from March 2003 to June 2004. Concomitant with this objective, the present research also aims to find out whether during the state of emergency in Iraq, when torturing and murdering detainees became part of the norm for interrogation and imprisonment, the Abu Ghraib prison lost the classic characteristic of what is understood as spaces of detention and has become something that still eludes to define. To carry out the research, the following sources were used: an internal report of the United States army, called the 15-6 Report of Abuse of Prisoners in Iraq, popularly known as the Taguba Report, the Senate Armed Services Committee about the treatment of Iraqi prisoners at May 11, 2004; journalistic articles from *Mother Jones* Magazine, as well as 16 autopsies report and 31 medical reports of the detainees in the respective prison, collected in the same time frame already mentioned. This research has as a theoretical and methodological basis the works of the Italian philosopher Giorgio Agamben about the state of exception, the legal rule of exception and the use of the bodies of these human beings, whose humanity had been captured by these zones of abandonment by the State. Likewise, this research also benefits from the contributions of the French philosopher Michael Foucault, respectively his studies on modern prisons and the order of discourse.

Key words: historiography; Abu Ghraib prison; Iraq War; state of exception; exception space; Taguba Report; exception order of discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

A ESCRITA DA EXCEÇÃO: ESCREVENDO E PESQUISANDO NO VAZIO. 11

PRIMEIRA PARTE 30

O ESTADO NA SUA EXCEPCIONALIDADE 30

DRAMATIS PERSONÆ 31

CAPITULO PRIMEIRO: FATO PROFUGUS 32

I QUANDO O PRESIDENTE CONVERSA COM DEUS: REVISITANDO A GUERRA DO IRAQUE DE 2003. 32

II ABU GHRAIB CONTEXTUALIZADA. 44

III ABU GHRAIB INVESTIGADA. 47

IV A COMISSÃO DO SENADO DE 11 DE MAIO DE 2004. 49

V O ESTADO DE EXCEÇÃO PROMULGADO. 53

VI O JURAMENTO E A ORDEM DO DISCURSO 58

VII ANTONIO MARIO TAGUBA 64

VIII O AGRIMENSOR VERSUS A ORDEM DO DISCURSO. 68

IX "GUANTANAMOMIZANDO" ABU GHRAIB. 73

X O ESGARÇAMENTO (PÓS-INVASÃO) NO TECIDO SOCIAL IRAQUIANO. 81

XI A VIOLÊNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO SEMÂNTICO DA EXCEÇÃO E A RESISTÊNCIA CULTURAL DO POVO. 90

XII IRAQUE OFFSHORE. 93

XIII OPORTUNIDADE DE TRABALHO NO FIM DO MUNDO. 96

XIV O ENCARCERAMENTO EM MASSA DA VIDA INDESEJADA. 103

XV ABU GHRAIB RESIDUAL 107

SEGUNDA PARTE 119

A excepcionalidade inscrita no corpo 119

CAPITÚLO PRIMEIRO: ESPERANDO GODOT EM ABU GHRAIB (MARÇO A DEZEMBRO DE 2003). 120

I Esperando Godot em um Calor de 43 °C: Sobre Autópsias e Realidades Circunscritas. 120
II "Peço Desculpas por ter Votado em Bush" 132
III Afirma Taguba: o Exterior e o Interior da Ordem do Discurso.....140
IV Entre Enclaves Fortificados e a Privatização em Massa do Iraque: o Lado de Fora de Abu Ghraib.....154
V Um Mês "Sem Mortes" em Abu Ghraib, mas Agitado no Iraque: Ramadã, Acordos SOFA e American Way of Life. 170
VI Esperando Godot na Companhia de Saddam Hussein: o Presidente Deposto é Capturado. 178
VII Não há Notícias Boas do Iraque. 182
VIII Indícios da Justiça de Exceção se Tornam Públicos.....183

CAPÍTULO PRIMEIRO, PARTE II.....190
Os Prontuários Médicos de Abu Ghraib, uma Fonte Interlocutória, 1° Parte: Decifrando o Ininteligível.....190
I Uma Inauguração Tardia: 190
II O Corpo do Detido Testemunha a Exceção:.....191
III O Corpo como Escritura: a Tecnologia Política da Punição no Espaço Ordinário e na Exceção. 201
III 2 O Presídio Panóptico Versus o Presídio Soturno ou Masmorra da Exceção. 211

CAPÍTULO SEGUNDO: PERMANECER PARA SONHAR O PESADELO ATÉ O FIM (JANEIRO A JUNHO DE 2004).....223
I Os Falcões da Guerra do Iraque na Ordem do Discurso da Exceção: as "Armas de Destruição em Massa". 223
II A Nova Onda do Imperialismo. 227
III O Amadurecimento da Proposta de Transição de Governo no Iraque: a "Corrida" de Cáucus. 229
IV A Crise Eleitoral no Iraque se Arrasta: Veredito da ONU Versus as "Necessidades" do Estado de Exceção e Iraq Body Count. 240

V O Estado de Exceção Permanece Planejando as "Eleições": Entre Minas Terrestres "Inteligentes", Celulares Grampeados e Veteranos Amputados. 245
VI A Constituição Interina (ou Provisória) Iraquiana, de 2 de Março de 2004.. 248
VII O Imperador Está Nu.....252
VIII O que é, o que é, que um Detido tem Direito? 263
IX "Oil-for-food ou Oil-for-money?" A Negligência da ONU em um Esquema de Corrupção no Iraque de Saddam Hussein.....268
X As Decisões do Vice-Rei do Iraque se Tornam Públicas: Bagdá em Chamas, Aliados Deixando a Guerra e a Política de Proibição de Fotografar Caixões Militares Estadunidenses. 272
XI "Estado" de Negação: as Fotos de Abu Ghraib se Tornam Públicas. 283
XII Mea Culpa. 292
XIII O Nascimento do Estado Novo do Iraque: "Soberania" Transferida Sem Abertura Democrática para o Governo "Punch e Judy".....297

CAPÍTULO SEGUNDO, PARTE II: OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS DE ABU GHRAIB, UMA FONTE INTERLOCUTÓRIA, 2° PARTE: ENTRE A EXPERIÊNCIA DESAPROPRIADA E O TESTEMUNHO SUBJACENTE. 310
I Sem Hematomas não há Agressão Física: Entre a Ordem do Discurso da Exceção e Desapropriação da Experiência Histórica. .310
II Eis o Corpo: Fragmentos do Estatuto da Vida Indigna de Ser Vivida.....314
III Abu Ghraib (In)Testemunhável.....321

CONSIDERAÇÕES FINAIS: "O HORROR, O HORROR! " 329

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 333

NOTAS DE FIM.....337

INTRODUÇÃO

A escrita da exceção: *escrevendo e pesquisando no vazio.*

Quando a segunda Guerra do Iraque começou, em março de 2003, eu havia acabado de completar 8 anos de idade e, todo o entendimento acerca do conflito me escapava. Lembro-me de poucas coisas que via ou lia nos jornais com muita dificuldade de compreensão, mas recordo muito bem das imagens de Bagdá em chamas, das explosões que conseguiam ser mais densas que a noite, dos mísseis guiados que pareciam rasgar o céu, sedentos em busca de Saddam Hussein. Hoje, olhando em retrospecto, percebo que na época o que mais me impressionava era a narrativa "apocalíptica" associada única e exclusivamente à figura do ditador Iraquiano.

Talvez esta pequena memória justifique, em partes, o tamanho do meu interesse pelo presídio de Abu Ghraib; já que a idade adulta me fez compreender, que o poder "apocalíptico" que tanto se dizia estar concentrado nas mãos de Saddam Hussein, estava, na realidade, nas mãos de outros. Hoje, por meio do caso Abu Ghraib, assim como outros oriundos da Guerra do Iraque de 2003, seja muito mais fácil de visualizar esta questão, pois a política de morte do governo Bush foi, nas últimas duas décadas, cada vez mais desmascarada.

Apesar que houve alguns dirigentes da administração Bush, que nunca esconderam este poder de decisão sobre a vida e morte de outros; como, por exemplo, Colin Powell, secretário de Estado durante o governo Bush, que não mensurou suas falas ao afirmar que a Guerra do Iraque *era o momento de se mostrar, que era possível abrir uma noz com uma marreta*. A discrepância de forças, a legalização do assassinato e da tortura como formas legítimas de condução política; assim como outras ações demasiadamente violentas, como cercos e prisões compulsórias, ordenadas por um Estado autointitulado como defensor convicto do Estado democrático de direito, me fizeram ver em Abu Ghraib o retrato da condição (des)humana e política do meu tempo.

O presídio de Abu Ghraib, fora construído na década de 60 por empreiteiros britânicos e fora reaproveitado pelos sucessivos governos baa'thistas de Saddam Hussein, a partir do final da década de 70, quando este

último se tornou presidente do Iraque. Localizado a 32 quilômetros de Bagdá, o complexo penitenciário de Abu Ghraib, era usado como prisão de segurança máxima, onde práticas como tortura e assassinatos coletivos eram tidos como procedimento padrão da penitenciária e do Estado autoritário de Hussein.

Em março de 2003, quando o governo Bush invadiu o Iraque, Saddam Hussein assinou uma ordem que liberava a maioria dos detidos de todas as penitenciárias do país, fazendo destes ex-prisioneiros uma espécie de escudo humano para a guerra que se aproximava. Com o desmantelamento total do sistema carcerário iraquiano, os detidos, concomitante a população que viviam aos arredores destes presídios, passaram a saquear o que havia sobrado dos prédios. Assim, quando a invasão estadunidense conseguira finalmente se firmar no governo de Coalização, reerguer o sistema carcerário do Iraque, era mais do que uma pauta da agenda de Paul Bremer e Bush, era uma necessidade evidente, já que não havia mais lugar para deter aqueles, principalmente, que se posicionavam contra a ocupação do país.

Com isso, especialistas em construção e reformas de penitenciárias, foram enviados para o Iraque para acharem um presídio, cuja estrutura não havia sido tão abalada pelos saques. É possível que por conta de todo o histórico de Abu Ghraib, a população não tenha se sentido confiante para saquear o presídio, permitindo com que a estrutura geral da penitenciária permanecesse preservada. Quando os especialistas estadunidenses em penitenciárias chegaram ao Iraque e, pressionados para entregarem o mais rápido possível o seu serviço, acabaram enxergando em Abu Ghraib o presídio em condições ideais para executarem suas atividades de reconstrução o mais rápido possível.

Segundo conta Gourevitch e Morris (2008), a escolha pela penitenciária não fora proposital. Inclusive, os autores afirmam que os empreiteiros responsáveis pela reconstrução, desconheciam completamente a história do presídio e seu símbolo de tortura. Contam também, que o orçamento fora aprovado pelo governo Bush e que neste não constava o nome do presídio que seria reformado. Seja como for, o fato de Abu Ghraib ter se tornado um dos lugares que, sob tutela do governo Bush, a tortura fora legalizada como procedimento de interrogatório e de detenção, assim como uma conduta

política de guerra, nada tem a ver com o fato do que o governo de Saddam Hussein havia feito do respectivo presídio em seu tempo.

Inclusive, “culpar” o prédio por todas as atrocidades que ocorreram em seu interior, durante a tutela do governo estadunidense, fora um tipo de retórica muito recorrente de políticos dos Estados Unidos durante as Comissões que investigaram os maus tratos de detidos em Abu Ghraib. Circunstâncias práticas levaram a escolha do presídio, mas a conduta que fora adotada pelos militares em relação ao tratamento, recenseamento, interrogatório e detenção, não faz jus ao prédio, mas sim a uma lógica de condução de Estado, especificamente à uma forma de governo, muito bem sustentada com diversos tipos de formas discursivas embebidas no poder e no secretismo político que firma a exceção.

O discurso da Guerra do Iraque, tanto nos anos subsequentes a sua declaração, como até hoje depois de ter seu “fim” consolidado, habitava (e ainda habita) uma espécie de condição vertiginosa da linguagem: sua narrativa acontece (olhando para os meios oficiais) por meio de redemoinhos ininteligíveis, associações fantasiosas e messiânicas, assim como essencialmente vazias; que carecem não só de lógica, como também de informações essenciais para se entender o mínimo possível do conflito.

Por isso acredito que o discurso das Armas Nucleares foi tão bem acolhido pelo mundo afora: a narrativa da Guerra do Iraque entrelaçou-se de forma indissociável ao *Arcana imperii:* ao misticismo e secretismo do poder*. O governo afirmava que detinha informações, mas não podia falar já que eram segredos de Estado.* A falta de informação proposital, que era para ser tida como um elemento primordial para se questionar a legitimidade da guerra, se transformou na sua maior força propulsora: as múltiplas formas discursivas do Governo Bush transformaram falta de conhecimento em pseudoconhecimento; e por fim, em guerra preventiva*.*

O *Arcana imperii,* como discutido por Agamben (2010), implica no secretismo de governar; consistindo em uma espécie de jogo dialético entre a noção de público e de privado. A linguagem se vincula ao poder, permitindo a este a ausência da visibilidade, constituindo assim um controle estratégico por meio da desinformação originada pela necessidade do “segredo”.

As formas discursivas da Guerra do Iraque, tomaram diversos caminhos: o que começou como o “*arsenal de Armas Nucleares”*, se

transformou em uma série de discursos de violência, que a princípio eram velados e depois sustentaram a suspensão autoritária, feita pelo governo Bush, dos tratados e convenções internacionais, que protegem a humanidade e a integridade física de seres humanos durante conflitos armados; terminou com presídios, como o de Abu Ghraib, que é o objeto de estudo desta pesquisa, lotados de *"detidos fantasmas",* onde no ato da detenção era proibido se lavrar qualquer tipo de documento sobre a permanência do detido no presídio, já que a tutela do mesmo era tida como "*segredo de Estado"*. E com isso, soma-se os interrogatórios que não seguiam mais padrão de execução; que transformara o interrogador em juiz e, que fizera do corpo do detido laboratório de técnicas biopolíticas. E tudo isso, como já disse anteriormente, resguardado juridicamente e justificado por meio das artes secretas de governar.

Esta forma de governo fundamentada pelo secretismo usada na Guerra do Iraque, não deu apenas poder as formas de governo aplicadas por meio do estado de exceção, ela originou uma nova forma de narrativa: a narrativa da exceção. Onde não existe censura, o que se encontra disponibilizado nos arquivos oficiais é o que é; é a ordem mais genuína do discurso, cujo o interesse na censura é nulo, pois detém o controle da realidade e da narrativa histórica.

Pelos caminhos que percorri durante esta pesquisa, tentando exercitar uma espécie de arqueologia da exceção, possivelmente a primeira ordem do discurso fora as Armas de Destruição em Massa e o clamor por um esforço global para lutar contra o terrorismo; a Guerra do Iraque endossou ainda mais a guerra contra o terrorismo, liderada por Bush e sustentada, em partes, pelos seus aliados, que havia começo pelo Afeganistão após os atentados de 11 de setembro.

A narrativa se desdobrou para a necessidade de exterminar a existência tida como nefasta de Saddam Hussein por aqueles que possuem o poder de decisão, com a promessa de uma espécie de paz perpétua, na acepção mais kantiana possível do termo. Aqueles primeiros anos do século XXI, marcavam um embate singular entre os que se autoproclamavam como detentores da *razão* (os Estados Unidos e seus aliados) *versus* a selvageria do *poder,* representada pela figura propriamente dita de Saddam Hussein, do seu povo e da sua cultura, assim como de todo o povo do Afeganistão.

A Guerra do Iraque é um marco temporal contemporâneo, cuja as implicações na esfera estatal, jurídica, política, econômica e cultural, ressoarão por muito tempo ainda. Diante das limitações humanas como pesquisadora, me faltará tempo para compreender toda a sua abrangência. Como cientista social e agora historiadora, o conflito estadunidense no Iraque é, e sempre será, uma parte fundamental das minhas preocupações. Seus jogos de poder, suas inúmeras manifestações discursivas e narrativas, a consolidação contemporânea no século XXI não só do estado de exceção, mas do ordenamento jurídico da exceção; e o que mais me preocupa e perturba: a revogação da condição de humanidade da vida tida como indesejável, promulgada com tanta facilidade e respaldo jurídico. Decifrar os meandros perversos do estado e do ordenamento jurídico da exceção, assim como seus desdobramentos é a causa mais genuína da minha vida como pesquisadora.

Por isso, de antemão, já aviso ao leitor que este texto é uma parcela ínfima de conhecimento de um sistema imenso e que ainda muito me escapa. Durante todo o meu processo de pesquisa, principalmente quando precisei enfrentar sozinha as complexidades narrativas absurdas das minhas fontes de pesquisa, e digerir a solidão que é inerente à mesma, ficou perceptível que o tempo, *este grande escultor,* como dizia Marguerite Yourcenar, compõe obras absurdas. E a Guerra do Iraque é uma delas.

Sem o aparato científico que sustenta toda a análise desta pesquisa, este tipo de incursão em zonas obscuras do direito e da política seria impossível. Entretanto, há ainda uma questão que fica além da ciência: a luta social. Nestes dois anos de pesquisa, aprendi com a minha fonte fragmentada, que os meandros do estado de exceção, não podem ser superados de outra maneira, se não pela vigília constante dos atores políticos e da luta social, propriamente dita.

Desta forma, não acredito que haja uma saída mais coerente e responsável, do que fazer da minha pesquisa, do meu compromisso como pesquisadora em desvendar o estado de exceção, a causa da minha vida. Ao meu ver, manter uma neutralidade científica ás custas do sofrimento humano causado pela exceção, que a cada dia se torna regra, é mais uma forma de impunidade para a perversão desta condição de Estado. Isto não é uma questão de transformar o pesquisador em juiz, mas de dignificar a sua própria

humanidade, que em tempos de tanatopolítica está em risco tanto quanto as outras.

Insisto nesta questão, porque a busca ensandecida pela neutralidade científica em espaços de pesquisa, acaba servindo, em muitos casos, como mais um instrumento que alimenta a desumanização do humano. O que quero dizer, é que se tratando de casos como o que aqui apresentarei ao leitor, é preciso mais do que cuidado: é necessário que se tenha responsabilidade, para não transformar o sofrimento humano em uma espécie de “zoológico do horror”. É necessária muita atenção para que não sejamos nós, os responsáveis por exibir os “artistas da fome” kafkianos, “enjaulados” e na mais absoluta miséria, sem compromisso com o seu futuro ou com a sua luta para repossuírem a sua humanidade.

Mergulhar em narrativas da exceção, desconstruir documentos oficiais, como o leitor poderá acompanhar no último capítulo deste texto, onde as fontes históricas principais são autópsias e relatórios médicos, dos detidos de Abu Ghraib, requer mais do que o domínio do método científico: requer respeito, responsabilidade e humanidade. Para tanto tive ótimos professores, como Gayatri Chakravorty Spivak e Edward Said. Apesar dos seus textos não fazerem parte desta pesquisa, necessariamente, eles fazem parte da minha formação como pesquisadora e cientista social e, sem eles e o seu chamado para a responsabilidade política como pesquisadora, assim como sua visão crítica, eu não teria feito um terço do caminho que fiz para dentro dos meandros de Abu Ghraib.

. . .

É importante que o leitor tenha em mente, que a pesquisa que o mesmo tem em mãos é um compêndio de restos. Este é um texto, que para além das minhas vontades, ele é essencialmente residual, pois as narrativas da exceção são assim: fragmentadas, ininteligíveis, ausentes e complexas. É este o âmago da exceção, o fardo de escrever no vazio. As fontes “oficiais” são residuais: suas ordens discursivas que passaram por inúmeros filtros, que muitas vezes é inviável fazer uma arqueologia do seu texto. É possível perceber diversas camadas de ordem de discurso sobre as fontes tidas como

oficiais, por meio da comparação entre as fontes: as contradições e inconsistências se tornam mais visíveis e palpáveis, mas nunca solucionadas.

É por isso que ao decorrer do texto, e me amparando em trabalhos metodologicamente inscritos na micro história, feitos com fontes inconclusivas, mas não oriundas de espaço de exceção, como por exemplo, "*O retorno de Martin Guerre"* de Natalia Zemon Davis, "*História Noturna"* e *"O queijo e os vermes"* de Carlo Ginzburg, o leitor irá se deparar com expressões como "*é possível que",* "*é provável que", "talvez", "possa ser"* e etc. Em muitas casos, as fontes oriundas de espaços de exceção se bifurcam em caminhos muito diversos e impossíveis de serem desvendados. Talvez, fique aqui como um alento ao meu leitor que aquilo que parece impossível de ser narrado, dado a complexidade da fonte, possa ser colocado no papel do mesmo jeito, desde que haja metodologia e conhecimento científico suficientes para tal.

Voltando à questão da complexidade das fontes, é provável que a mesma tenha esta inconsistência narrativa, a princípio, por questões de distorções e ruídos, como uma espécie de "telefone sem fio" na hierarquia militar. E segundo, pelas incessantes ações de recontá-la. Como o leitor poderá observar ao longo da pesquisa, alterar a narrativa da fonte oficial, não acontece apenas quando o nome dos envolvidos aparecem, como no relatório Taguba, nas autópsias e nos prontuários médicos, apagados com uma caneta de retroprojetor preta; a narrativa muda, por exemplo, quando os mesmos indivíduos envolvidos na investigação e na composição do relatório, precisam falar sobre seu próprio trabalho, como foi no caso da Comissão do Senado e, mudam o que eles próprios escreveram e investigaram. A linguagem nos espaços de exceção é vertiginosa e instável.

Não obstante, insisto na questão de que estes documentos não são apenas censurados. Quando os nomes ou locais ou outros tipos de informações aparecem rasurados, podemos até considerar como censura. Mas, este tipo de ação é mínima perto da quantidade proposital de dados e informações que simplesmente nem se quer existem nos documentos. A ausência de elementos narrativos primordiais nestas fontes, o leitor observará, implica, na realidade, na presença marcante da ordem do discurso da exceção.

Ou seja, é muito mais que censura, é controle da realidade, é um fenômeno de recontar a história por meio dos vencedores. Por incrível que

pareça, é muito semelhante ao que o autor inglês George Orwell experimentara no seu texto de ficção *“1984”,* onde o Estado totalitário e sempre vigilante, ao exterminar seus adversários e qualquer centelha de resistência ao poder, apagava todo tipo de memória e registro do indivíduo fazendo com que ele nunca tivesse existido. Em Abu Ghraib isso não é diferente.

Este é o *Trompe l'oeil* de documentos oriundos de espaço de exceção: ao cercar a realidade e a experiência histórica, o estado de exceção não fomenta apenas censuras, ele cria a sua própria realidade consumando-a em um jogo de perspectivas tão completo e complexo que a princípio parece insuperável. Olhar para as fontes que dizem respeito ao caso Abu Ghraib e entender suas narrativas truncadas como fruto da censura, é, ao meu ver, um erro proposital, pois acaba sendo mais fácil tê-las como censura, do que aprofundar-se em sua lógica e começar a notar que os Estados modernos, em sua condição de estado de exceção, estão produzindo narrativas históricas totalmente divergentes daquelas que são produzidas em tempos comuns, pois é visível que não há interesse em censurar, mas sim em construir um aparato linguístico completo, onde existências são completamente apagadas e a narrativa histórica é cercada e invadida. Entender a narrativa da exceção como censura, é cometer o mesmo erro de outrora, onde vários pensadores compreendiam o estado de exceção como sinônimo de ditadura. Ou quando compreendia a condição de exceção de um Estado como o regresso a uma espécie de estado de natureza hobbesiano.

Gostaria que meu leitor entendesse que esta característica residual da minha pesquisa, precisa ser muito respeitada, aqui há restos de narrativas que são fragmentos muito humanos: o corpo torturado que insiste em falar que não morreu infartado, que o joelho quebrado não é o resultado infeliz de um acidente durante um momento de recreação. Estes “restos”, tão difíceis de entender, possuem um valor inestimável, pois são testemunhos originários de espaços de exceção que sobreviveram as constantes intervenções da ordem do discurso: foram cruelmente impelidos à violência física e semântica.

Como o leitor poderá observar na segunda parte desta pesquisa, o humano desumanizado, brutalmente torturado e assassinado, também testemunha. Mas, novamente, de forma residual. O testemunho que faz parte desta pesquisa é a fala *post-mortem* daqueles que padeceram pela violência

de Abu Ghraib e, pela agressividade inegável que fora imputada aos seus corpos; atestam com seus ferimentos as extensões e o âmago dos espaços e do ordenamento jurídico da exceção.

Apesar de esta pesquisa poder ser lida de forma isolada, sem nenhum tipo de comprometimento de compreensão, é necessário que se saiba que ela é uma continuação de um trabalho que comecei ainda na faculdade de Ciências Sociais e que me dedico, como já afirmei anteriormente, há muito tempo. "*O humano nu e abandonado meu tempo"* de 2019*,* minha monografia do bacharelado em Ciências Sociais, é o primeiro texto que escrevi sobre o presídio de Abu Ghraib e marca o início da minha pesquisa. Nesta primeira etapa reconstruí Abu Ghraib por meio de uma etnografia e trabalhei conceitos como o de *Homo sacer*, *deserto do real* e *animalização do humano*.

Neste segundo trabalho, que é o que o leitor tem em mãos agora, continuei minha saga sobre a obscuridade política e jurídica do presídio de Abu Ghraib. Entretanto, diferente do primeiro, me dediquei demasiadamente a documentação da penitenciária, adentrando mais aos meandros da exceção. Diferente da primeira parte da pesquisa, a documentação oriunda da penitenciária de Abu Ghraib, fora o enfoque principal desta "segunda parte".

Sendo assim, o meu anseio primordial nesta pesquisa, constitui em desvendar a documentação carcerária, adentrando nas formas "oficiais" da narrativa histórica do presídio, percorrendo a sua excepcionalidade. Tendo em vista estes elementos, esta pesquisa tem como seu primeiro objetivo compreender qual era a forma e condição de Estado e governo, onde um presídio como Abu Ghraib fora possível; tendo em vista que a penitenciária é o produto de dois Estados: um invasor e um invadido.

Além da guerra em questão ser o fio condutor que liga os Estados Unidos ao Iraque e, consequentemente, ao presídio de Abu Ghraib, procurei mostrar ao leitor, por meio de um jogo de escalas analíticas, ou seja, aumentando e diminuindo a abordagem de análise, outras condições, como por exemplo, elementos políticos, econômicos e legais que também foram primordiais para que Abu Ghraib se tornasse este buraco negro jurídico. Como por exemplo, a pilhagem econômica que a guerra de Bush fez ao Iraque, a fragilidade das instituições políticas e sociais iraquianas e a ordem do discurso, que não só justificava a violência e tortura, como também as institucionalizou,

paradoxalmente, em uma força-de-lei; fazendo com que o acesso ao direito, incongruentemente, se desse através da sua negação.

O meu segundo objetivo se divide em três pontos: observar como a violência do estado de exceção se materializou no corpo do humano, que estava não apenas sujeito ao poder deste estado e desta forma de governo, mas também encarcerado neste; pensar a partir de um diálogo entre Agamben e Foucault a possibilidade do *nómos*[1] do poder do estado de exceção ter transformado Abu Ghraib em algo para além de uma penitenciária os termos tradicionais que conhecemos. E por fim, desafiando a ordem do discurso da exceção, descobrir o potencial que as autópsias e os relatórios médicos possuem como testemunhas inerentes à condição de exceção em que estes mesmos foram submetidos em Abu Ghraib.

O primeiro objetivo desta pesquisa é debatido e esclarecido, dentro dos meus limites, longamente no primeiro capítulo desta dissertação. Para responder estes pontos, do ponto de vista teórico, debruço-me sobre conceitos oriundos da filosofia agambeniana, como por exemplo, *estado de exceção; testemunho, mal-dição,* entre outros. Aliás, é de suma importância que o leitor tenha em vista que o estado de exceção, é uma forma de governo e não um Estado; é uma situação político-jurídica e não uma nova configuração de Estado.

Quando o estado de exceção é proclamado, o Estado não é rompido, rompe-se a sua forma de condução política, rompe-se com suas estruturas primordiais e democráticas, mas o Estado permanece com uma nova forma de governo. É por isso, que ao analisar espaços de exceção como o de Abu Ghraib, é importante não perder de vista o sentido político discursivo que constituiu o estado de exceção e que consequentemente resultou no espaço de exceção. É importante também deixar claro, que o presídio de Abu Ghraib, durante toda a Guerra do Iraque de 2003, não fora o único sintoma ou espaço de exceção; estes espaços foram diversos e múltiplos (filas de imigração, aeroportos, entre outros ambientes e situações, podem se transformar

[1] Apesar da dificuldade de definir o conceito de *nómos,* aplico-o na pesquisa a partir da concepção agambeniana, onde este consiste em uma espécie de *habitus* da lei, respaldando esta, na maioria dos casos, com violência.

facilmente em espaços de exceção) e esta pesquisa se concentra apenas em um.

Tendo em vista que é essencial ao estado de exceção a suspensão do ordenamento jurídico, seja de forma parcial ou total; o leitor conseguirá observar no primeiro capítulo desta pesquisa, quais os movimentos discursivos que o governo Bush fez para inscrever a anomia da lei, transformando-a em ordem jurídica. É por isso que toda a narrativa da guerra se faz tão importante para este trabalho e a mesma fora colhida por meio de fontes jornalísticas.

Desta forma, para a construção desta pesquisa, utilizei as seguintes fontes: o Relatório Taguba, a Comissão do Senado sobre maus tratos de detidos iraquianos de 11 de maio de 2004, precedida pelo Comitê das Forças Armadas do Senado estadunidense; artigos jornalísticos da revista *Mother Jones* e de alguns outros jornais da época, alguns e-mails esparsos do Comandante da Força Tarefa Conjunta de Guantánamo (JTF-GTMO) e responsável pelas instalações de detenção na Baia de Guantánamo e depois no Iraque, o Major General Geoffrey D. Miller, 16 autópsias e 31 prontuários médicos de detidos de Abu Ghraib de abril de 2003 a junho de 2004.

Sobre o recorte temporal escolhido nesta pesquisa, é necessário esclarecer os seguintes pontos: o início do recorte temporal, diz respeito ao início da Guerra do Iraque, que fora declarada em março de 2003. Já o limite temporal do recorte, ou seja, junho de 2003, diz respeito a transferência governamental do Iraque, ou seja, quando a Autoridade Provisória de Coalização liderada pelo diplomata estadunidense “transfere” a soberania do país para o governo interino “liderado” pelo presidente iraquiano Ghazi Mashal Ajil al-Yawer.

Já o Relatório Taguba, uma das fontes mais contraditórias desta pesquisa, oficialmente conhecido como *15-6 Report of Abuse of Prisoners in Iraq*, é um documento interno do exército dos Estados Unidos, oriundo de uma investigação confidencial sobre os maus tratos de prisioneiros no Iraque, respectivamente sobre os detidos de Abu Ghraib. Apesar de citar o presídio também tutelado pelo governo dos Estados Unidos no Iraque, Camp Bucca, durante seu relatório algumas vezes, o objetivo da investigação em questão sempre fora o presídio de Abu Ghraib.

O *15-6 Report of abuse of Prisoner in Iraq,* contém mais de cinco mil páginas. Entretanto, para fins desta pesquise, me concentrei apenas no corpo do texto, que é formado por 45 páginas, onde o militar descreve seus objetivos, o que encontrou no presídio, apresenta a sua opinião sobre o que teria levado os abusos a ocorrerem e quais são as medidas para evitá-los no futuro. O restante das mais de quatro mil páginas é composto por anexos, sendo estes: entrevistas transcritas, testemunhos, laudos psicológicos entre outros documentos. Os anexos não fazem parte desta pesquisa.

A Comissão do Senado pelo Comitê das Forças Armadas, de 11 de maio de 2004, fora uma espécie de “reposta” à sociedade ao escândalo de maus tratos de detidos tutelados pelo governo Bush, no Iraque, assim que o Relatório Taguba acabou sendo vazado para a imprensa. Para a construção deste texto usei apenas um dia da Comissão, que corresponde ao momento em que Antonio Mario Taguba é convocado para depor sobre o caso Abu Ghraib.

Neste mesmo dia da Comissão, o subsecretário de defesa dos Estados Unidos, Stephen Cambone, e o General da Força Aérea, responsável pelo treinamento de militares durante a Coalização no Iraque, Lance Smith, também foram chamados para depor e dar suas versões dos fatos, explicando, no ponto de vista de cada um, o que realmente ocasionara os abusos e torturas; e, por incrível que pareça, mesmo com todas as provas materiais, os oficiais foram chamados para responderem se realmente aquilo que constava no relatório redigido por Taguba, podia mesmo ser considerado como tortura. Esta fonte é de extrema importância para a construção desta pesquisa, porque ela é a única oportunidade que tive de poder presenciar o Major General Taguba comentando a sua própria obra e os resultados da sua investigação, dentro do recorte temporal da pesquisa.

Concomitante as demais fontes citadas, usei em demasia os artigos jornalísticos da Revista *Mother Jones*. O jornal me auxiliou a encontrar contextualização para os fatos, e entender que o presídio de Abu Ghraib era uma parcela ínfima de toda a relação de exceção que se alastrava pelo Iraque, sustentada pelo governo Bush e pelo governo de coalização. Se não fosse a fonte jornalística, a pesquisa seria inviável, já que foi por meio das reportagens da revista em questão, que pude ter noção suficiente do tamanho da extensão

do estado de exceção dentro do Iraque. E, principalmente, não conseguiria ter observado o momento em que a ordem do discurso, na concepção foucaultiana, esvaziou o significado todo o ordenamento jurídico doméstico e internacional do Iraque, transformando a vazio ininteligível em algo essencialmente semântico.

Dentre os diversos jornais que existem e que cobriram a Guerra do Iraque de 2003, eu optei por usar a revista *Mother Jones,* como minha fonte jornalística, por ser um jornal de oposição à guerra. Durante os primeiros anos da Guerra do Iraque, jornais como o *The New York Times,* apoiavam fortemente a guerra e foram instrumentos, inclusive, de manutenção da ordem do discurso da exceção. E outros jornais, como o *The Guardian* e o *The Washington Post,* não assumiram publicamente um lado da guerra e ainda assim, publicavam materiais tendenciosos. Outro fator que me fez optar pela *Mother Jones,* é o fato do seu acervo ser de livre acesso; diferente dos demais jornais de grande circulação, como por exemplo, os já citados anteriormente, cujo o conteúdo é exclusivo para assinantes. Advirto meu leitor de que além do compromisso social que esta pesquisa tem, faz parte dos seus objetivos facilitar o máximo possível o acesso às fontes e informações utilizadas para a sua construção.

A Revista *Mother Jones* possui um sistema de busca simplificado e, consequentemente, a sua filtragem não é precisa quando se usa muito termos na busca. Sendo assim, realizei a coleta de artigos buscando por uma sentença única: "*Iraq war*". A princípio, no campo de referência temporal do sistema de buscas, estabeleci o meu recorte: de março de 2003 a junho de 2004. Precisei ler todos os artigos filtrados para encontrar nestes o que eu precisava. Quando alcancei o limite de recorte temporal, notei uma divergência na fonte: havia uma espécie de hiato, por exemplo, diversos acontecimentos durante a Guerra demoravam muito para saírem no jornal, às vezes até mesmo mais de três meses.

Foi a partir desta observação, que entendi que para manter a qualidade da pesquisa, eu precisaria aumentar o meu recorte no jornal. Mas, observe que: aumentar o recorte do jornal, não implicou em aumentar o recorte da minha pesquisa em si. Li artigos da *Mother Jones* até dezembro de 2004, procurando por acontecimentos que haviam ocorrido, no máximo, até junho de

2004. Mesmo sabendo que os fatos demoravam até três meses para saírem no jornal, optei por alargar para seis meses este espaçamento, para que eu conseguisse trabalhar com uma margem mais segura. O resultado foi satisfatório.

Já as autópsias, os relatórios médicos e a correspondência pessoal do Major General Geoffrey Miller, eu coletei do banco de dados denominado *The Torture Database* (thetorturedatabase.org). A correspondência particular de Miller foi colhida de forma esporádica: não havia como aplicar filtros na mesma, eu precisei abrir uma por uma por uma, até conseguir encontrar o que eu precisava. Já as autópsias e os relatórios médicos que colhi para esta pesquisa, é importante ter em vista que os mesmos não são uma amostragem: eles são toda a documentação desta categoria disponibilizada pelo governo estadunidense dentro do meu recorte temporal.

Optei por usar o banco de dados do *The Torture Database* ao invés, por exemplo, do *Wikileaks,* pelo seguinte motivo: o banco de dados *The Torture Database* é fruto de uma ação judicial entre a *American Civilian Liberties Union* – ACLU *versus* o governo dos Estados Unidos. A ONG estadunidense, que luta pelos direitos civis e humanos, entrou com um processo contra o governo Bush, embasada pela Lei de Liberdade de Informação, exigindo que este liberasse toda a documentação sobre detenção, encarceramento e assassinato de detidos que estavam sob a tutela dos Estados Unidos desde o início da Guerra do Afeganistão em outubro de 2001.

Mesmo depois de recorrer por vários meses, a administração Bush perdeu a ação e fora obrigada a liberar mais de cinco mil arquivos que envolviam ações em Cuba, Afeganistão e Iraque. O respectivo banco de dados fora formado em novembro de 2004 e seu acervo é livre. O sistema de busca do mesmo é simples, como já disse anteriormente, logo os temos utilizados para a coleta dos arquivos fora: *“autopsy report”* e *“medical report”*; e para a correspondência pessoal de Geoffrey Miller empreguei o termo *“Geoffrey Miller’s e-mails".*

Quando desenhei todo o meu projeto de pesquisa, não inclui no mesmo o uso dos prontuários médicos dos detidos de Abu Ghraib. Inclusive, desconhecia a sua existência, os descobri enquanto ainda filtrava as autópsias. A necessidade de usá-los veio a partir do momento em que, mesmo depois de

ter filtrado e fichado as autópsias disponibilizadas, descobri que os respectivos documentos atestavam a favor do estado de exceção; ou seja, apesar de 19 mortes, legalmente oficializada, em um ano e 9 meses, 95% das autópsias inocentavam o Estado e o governo Bush de quaisquer tipos de crime, já que dentro desta porcentagem a maioria dos detidos morreram de forma “natural”, por “problemas no coração”. Observando as autópsias de forma isolada, elas não atestam a violência dos espaços de exceção e colocam até em suspeita a veracidade das fotos dos detidos sendo torturados dentro de Abu Ghraib.

Diante deste impasse eu tive duas escolhas: ou abandonava a fonte e consequentemente, a hipótese de que a violência era deferida aos detentos de forma gratuita e deliberada, ou me aprofundava ainda mais nas documentações que foram disponibilizadas do presídio. Fiquei com a segunda opção, e foi quando percebi que torturas só culminam em assassinatos em casos esporádicos, pelo menos era esta a realidade de Abu Ghraib. A partir desta descoberta, redobrei a minha atenção no tratamento da fonte e notei que o poderio do ordenamento jurídico de exceção estava presente em todos os lugares, não só no Relatório Taguba ou na Comissão do Senado, toda a extensão narrativa e experiência histórica da Guerra do Iraque eram altamente vigiadas e controladas.

Foi trabalhando com método comparativo de fonte entre as autópsias e os relatórios médicos, que me dei conta da experiência histórica da exceção e dos labirintos de se escrever um texto a partir de fontes de exceção. Na experiência histórica da exceção e, consequentemente na sua escrita, o Anjo benjaminiano da História cede lugar de puro horror ao Chacal da História: com a boca ainda ensanguentada com os despojos do humano desumanizado, um dos olhos do Chacal olha para frente e reconhece quem o alimentou. Enquanto o seu outro olho, em um movimento frenético, revira o passado.

É importante esclarecer que a decisão por as traduzir as fontes fora minha. Buracos negros jurídicos como o de Abu Ghraib, são cada vez mais recorrentes na condução política moderna. Acredito que se produzo uma ciência acessível, ajudando a disseminar conhecimento, lugares como Abu Ghraib serão mais facilmente reconhecidos e consequentemente, mais rápidos serão desmantelados. Acredito no potencial de observação e transformação, que só uma leitura clara e fluída é capaz de ensinar. Foi por conta desta

questão que preferi usar “notas de fim”, para que o leitor habilitado em inglês consiga ler os trechos que instrumentalizei direito na fonte original. É custoso a todos nós o encontro com a cultura escrita, acredito que equalizando a escrita do texto inteira na língua portuguesa, seus resultados serão mais proveitosos e satisfatórios a outros que como eu, escrutinam estas zonas tão turvas entre ordenamento jurídico, espaço de exceção, desumanização, Estado e guerra.

Ainda sobre a tradução, há uma fonte que utilizo na pesquisa que está em árabe oriunda do jornal al-Arabya (nota 42). A tradução desta fonte foi um favor que recebi de um amigo afegão que o traduziu para o inglês, para que só assim eu conseguisse ler a fonte e traduzi-la para o português. Faço questão de deixar aqui registrada esta ajuda tão importante, por conta do seu valor humano que é imensurável. Esta tradução do árabe para o inglês fora feita em agosto de 2021, momento em que o governo Biden deixava o Afeganistão em ruínas na mão dos Talibãs, que de estudantes não possuíam mais nada, pois 20 anos de conflito fora mais do que o suficiente para envelhecê-los e transformá-los em senhores de guerra. Esta fonte fora traduzida pelo meu amigo quando o Estado afegão caiu, e ele, por ter sido um funcionário público do governo anterior, precisou refugiar-se dentro da sua própria casa. Somos histórias comunitárias, livros comunitários, tragédias compartilhadas; aquilo que é humano não pode nos ser estranho.

. . .

Escrever a partir de documentos oriundos de estados de exceção, é escrever no mais absoluto vazio: as fontes são inconclusivas, inconsistentes e demasiadamente complexas. Não há padronizações na forma em que se são lavradas, tudo gera um estado de confusão e até mesmo de irritabilidade no pesquisador. Em alguns destes documentos há informações que em outros da mesma categoria, são simplesmente ignoradas. Ora os documentos são digitados, outrora são escritos à mão e a própria narrativa começa a carecer de inteligibilidade. É frustrante. A narrativa da exceção constrói labirintos que à primeira vista são intransponíveis e tendenciosos. A sua dificuldade nos induz ao erro de acreditar que por serem tão inconclusivas, paradoxalmente elas já estão concluídas. Em todos os casos em que a narrativa da exceção se

mostrou “concluída”, eu precisei começar do zero de novo, instrumentalizar outra fonte, reescrever e continuar.

Pesquisar no vazio é um exercício contínuo de desabitar a forma de escritor, para habitar o texto da exceção. Aprendi durante toda a pesquisa desta dissertação de mestrado, que ao lidar com documentos históricos emparelhados por uma ordem do discurso inflexível e ás vezes absurda, onde a desumanização é soberana e a exceção se torna lei, é vital que se povoe estes labirintos ao invés de abandoná-los. É o corpo já sem vida que narra a experiência histórica dentro do estado de exceção, são os ferimentos dos torturados, seus ossos fraturados, suas luxações, que testemunham e desafiam a narrativa oficial da guerra.

A minha experiência me mostrou que a escrita da exceção consiste na maioria das vezes em um acordo de concessão: a solidão e a escuridão são tão densas, que cada palmo que se avança nesta terra desolada, é porque outrora algum estudioso ou pensador sobre o assunto já esteve dentro deste mesmo abismo. Acredito que cada pesquisador que lide com situações de estado e ordenamento jurídico de exceção, contribuía com um passo em toda esta extensão que ainda nos é desconhecida. E na maioria das vezes, um passo deste para ser dado e, ser deixado de herança para os outros que virão depois de nós, leva uma vida inteira. Faço desta pesquisa uma ode a todos aqueles que vieram antes de mim: cartógrafos do abismo do humano, piso em seus passos e sinto o balanço do mar que precisaram atravessar.

. . .

Sobre iniciar incursões sobre os abismos de Abu Ghraib, o jornalista Seymour Hersh foi o primeiro. Em sua investigação historiográfica e jornalística intitulada de “Cadeia de Comando”, e publicada no Brasil em 2004 pela editora Ediouro, o jornalista da revista *The New Yorker*, reconstrói como fora que os abusos e torturas começaram a ocorrer em Abu Ghraib sob o consentimento dos dirigentes do governo Bush.

O seu percurso pela exceção nos deixa como herança o conhecimento de que as fotos dos detidos sendo torturados pelos militares da 800° brigada de polícia do exército era uma ponta diminuta de todo um esquema estatal que

havia começado desde a Guerra do Golfo de 1991. Além de deixar claro que Abu Ghraib era um produto da violência carcerária que era vigente desde 2001 após a invasão dos Estados Unidos ao Afeganistão e estes procedimentos já eram vigentes no presídio de Guantánamo, em Cuba e na penitenciária de Bagram, no Afeganistão. Foi Seymour Hersh que escancarou o absurdo da história das Armas de Destruição em Massa, e mostrou o envolvimento de líderes paquistaneses na "construção" da guerra ao terror de Bush.

Errol Morris e Philip Gourevitch, também percorreram estes mesmos abismos, com uma investigação intitulada de "Procedimento Operacional Padrão", publicada no Brasil em 2008 pela editora Companhia das Letras. A obra em questão refere-se ao fato de que todas as condutas de tortura e de abusos que ocorreram em Abu Ghraib, eram partes integrantes de um procedimento padrão de interrogatório, ao invés de uma casualidade da guerra, como os dirigentes do governo Bush defendiam na época dos fatos e continuam defendendo até hoje. Além de mostrar que as fotos dos policiais do exército torturando os detidos, compunha um enquadramento falacioso, já que os verdadeiros torturados não apareciam nas fotos, e estavam na segurança de seus escritórios. Outra contribuição de extrema importância dos autores foi mostrar o impacto da privatização da inteligência militar na Guerra do Iraque.

Como disse anteriormente, piso sobre os passos destes que vieram antes de mim, simultaneamente enquanto me esforço para dar meus próprios passos na contribuição dos estudos sobre Abu Ghraib: nestes dois trabalhos clássicos sobre o presídio em questão, nenhum dos autores fomentou a possibilidade de que esta condução política violenta não fosse algo inerente apenas ao governo Bush, mas uma condição moderna do Estado. Em seus textos, os documentos são tidos como censurados e todo o tratamento dispensando aos iraquianos é compreendido como um resultado do sadismo do governo Bush. É aqui que, creio eu, nos separamos. As diferenças entre esta pesquisa e as demais aqui citadas, ficarão mais evidentes conforme o leitor avançar na leitura.

Temo que se precisar explicar ainda mais minha dissertação nesta introdução, talvez seja um sinal de que não consegui alcançar meus objetivos. Como uma velha escrutinadora de abismos do humano, permaneço insistente e convicta de que escrevo com tudo que sei, mas ainda assim não consegui

encontrar linguagem suficiente para pôr em palavras certas, o tamanho da catástrofe do Estado e do ordenamento jurídico da exceção. Da mesma forma que sinto que não consegui instrumentalizar palavras suficientes para mostrar ao leitor o tamanho do sofrimento deste povo e deste tempo. Mas, sigo tentando. Se a narrativa histórica de espaços de exceção se faz vigilante, façamo-nos também! Façamos o que podemos...

PRIMEIRA PARTE:

O Estado na sua excepcionalidade.

***Dramatis Personæ**:*

43° Presidente dos Estados Unidos	**George W. Bush**
Vice-presidente dos Estados Unidos	**Dick Cheney**
65° Secretário de Estado dos Estados Unidos (2001-2005)	**Colin Powell**
21° Secretário de Defesa dos Estados Unidos	**Donald Rumsfeld**
1° Subsecretário de Defesa dos Estados Unidos	**Stephen Cambone**
20° Conselheira de segurança nacional (2001-2005)	**Condoleezza Rice**
1° Chefe civil da Autoridade Provisória de Coalização do Iraque	**Paul L. Bremer III**
8° Comandante do Comando Central dos Estados Unidos (CENTCOM)	**General John Phillip Abizaid**
Vice Comandante dos Estados Unidos nas Nações Unidas (2001-2003) e Vice Comandante do Comando Central dos Estados Unidos, baseado na Flórida (2003-2005) (U.S.A Air Force).	**General Lance L. Smith**
Comandante das Forças Terrestres de Coalização da Guerra do Iraque (2003-2004)	**Tenente General Ricardo Sanchez**
Diretor do Centro de Interrogatório na prisão de Abu Ghraib	**Tenente Coronel Steven L. Jordan**
Comandante da Força Tarefa Conjunta de Guantánamo (JTF-GTMO) e responsável pelas instalações de detenção na Baia de Guantánamo e no Iraque	**Major General Geoffrey D. Miller**
Vice Comandante do Comando de Componente Terrestre das Forças Combinados de Apoio no Kuwait e responsável pela investigação de maus tratos de prisioneiros em Abu Ghraib	**Major General Antonio Mario Taguba**
Comandante da 800° Brigada de Polícia do Exército	**General de Brigada Janis Karpinski**
Comandante da 205° Brigada de Inteligência Militar	**Coronel Thomas Pappas**

CAPITULO PRIMEIRO: FATO PROFUGUS[1].

I. *Quando o presidente conversa com Deus*: revisitando a Guerra do Iraque de 2003.

Quando Bush *conversou com Deus*, em seu rancho em Crawford, no Texas, ainda no começo de 2002 (e pelo que tudo indica, o então primeiro ministro da Inglaterra, Tony Blair, também participou deste "encontro"), a conversa fora pragmática: Deus queria que o então presidente dos Estados Unidos se tornasse Seu emissário na Terra e acabasse com a tirania no Iraque. Em um encontro com a delegação palestina durante a cúpula israelense-palestina no Resort egípcio Sharm el-Sheikh, em julho de 2003, George W. Bush disse ao então ministro das relações exteriores da Palestina, Nabil Shaath, que era conduzido por Deus: *"Deus me dizia: 'George, vá e lute contra os terroristas no Afeganistão'. E eu fiz. E então Deus me disse: 'George, vá e acabe com a tirania no Iraque'. E eu fui*"[2].

Pelo que tudo indica, a *conversa com Deus* foi muito significativa, já que em 10 de setembro de 2002, o jornalista do *The New York Times*[3], Warren Hogh, publicou um artigo intitulado de "*Ameaças e respostas: Arsenal de Bagdá; desenvolvimento de armas é considerado prioridade no Iraque".* Segundo o artigo, o Iraque detinha estoques consideráveis de armas químicas e biológicas e com perspectiva de aumentar ainda mais o seu poderio. Sobre a possibilidade de possíveis armas de destruição em massa, o artigo diz que o Iraque seria capaz de produzi-las, se comprasse os materiais necessários no mercado negro. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, havia afirmado que a prioridade do governo Hussein era uma só: o desenvolvimento de armas nucleares

Para John Chipman, que era diretor do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, guerras passadas e sanções impostas ao Iraque, haviam apenas atrasado o desenvolvimento destas armas, mas o interesse de Saddam Hussein ainda era duradouro. Inclusive, em uma coletiva de imprensa, Chipman afirmou que não havia tempo para se perder, pois mais

cedo ou mais tarde, Hussein apresentaria ao mundo todo o poderio do seu arsenal[4].

O *New York Times*[5] afirmou, inclusive, que Saddam Hussein não respondia mais as pressões políticas externas, desde a Guerra do Golfo de 1991, porque estava concentrando as suas forças para apresenta-las todas de uma vez. Para Chipman o poderio bélico de Hussein poderia ser resumido na seguinte máxima: "*espere; e a ameaça vai crescer. Ataque; e a ameaça pode ser usada"*.

Além do mais, na opinião do respectivo especialista, não havia dúvidas de que a Guerra do Golfo de 1991 impediu que Saddam Hussein tivesse construído dezenas de armas de destruição em massa. Mas, o que mais chamara a atenção na fala do diretor, era que infortunamente a Guerra do Golfo não havia conseguido acabar com a expertise de poderio bélico nuclear de Hussein, que continuava trabalhando escondido.

A reportagem do *The New York Time,s* não ocorreu de forma isolada: com ela outros artigos jornalísticos passaram a defender a retórica de que Saddam Hussein e seu governo no Iraque, consistiam em uma ameaça nuclear global. O então presidente estadunidense George W. Bush, concomitante ao primeiro ministro inglês, Tony Blair, começaram a mobilizar as suas forças, principalmente retóricas, pedindo "justiça" para o povo do Iraque e, consequentemente, exigindo que uma resposta fosse dada à amaça que Hussein representava.

Um pouco mais de um mês depois, precisamente no dia 1° de outubro de 2002, os senadores Richard G. de Indiana e Joe Biden Jr. (atual presidente dos Estados Unidos) de Delaware, apresentaram ao Senado estadunidense, uma resolução alternativa a que fora apresentada pela equipe administrativa do governo Bush; a resolução também conhecida como "Autorização para o uso de Força Militar Contra o Iraque" (resolução de 2002), foi aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos como Lei Pública n° 107-243 autorizando o uso das Forças Armadas dos Estados Unidos contra o governo de Saddam Hussein no Iraque. A Lei Pública n° 107-243, se tornaria aos poucos no que se chama até hoje de "*Operação Libertação do Iraque"* (*Operation Iraq Freedom).*

Entre as justificativas que aparecem na respectiva Lei, autorizando o uso das Forças Armadas dos Estados Unidos, pelo presidente Bush para

invadir o Iraque, estavam: o incessante interesse do governo iraquiano em produzir armas de destruição em massa, mesmo já possuindo um arsenal de armas químicas e biológicas; a vontade do então governo iraquiano de usar estas mesmas armas biológicas e químicas, assim como as possíveis futuras armas nucleares que seriam desenvolvidas, contra outras nações do mundo; a repressão brutal do povo iraquiano pelo regime que era vigente; o acordo iraquiano de abrigar em seu território membros da al-Qaeda e outras instituições tidas como terroristas; pagar recompensas em dinheiro às famílias daqueles que cometiam atentados suicidas, entre outros.

Como o leitor verá ao decorrer do texto, a transformação do sonho de Bush da invasão do Iraque em Lei Pública, sancionada pelo Congresso dos Estados Unidos, concentrando o poder militar das Forças Armadas nas mãos do presidente da república, fora em síntese, a formalização legal e paradoxal do estado de exceção. Alguns senadores, como Robert Byrd, compreenderam a gravidada da Lei aprovada e além de terem se posicionado contra a Guerra do Iraque, lutaram para passar emendas à Lei Pública, tentando criar um sistema de freios e contrapesos limitando as ações do presidente e, consequentemente a concentração de poder na esfera do executivo.

O senador Robert Byrd, tentou passar duas emendas à Lei Pública 107-243, mas nenhuma vigorou. A primeira emenda Byrd, SA 4868, consistia em fornecer uma construção estatutária, onde as autoridades constitucionais permanecessem inalteradas e que nenhuma outra concessão de autoridade adicional fosse autorizada ao presidente Bush, além do que já estava previsto na Lei 107-243. Quando foi levada à votação no congresso, recebeu apenas 14 votos positivos e 86 negativos. A segunda emenda Byrd, SA 4889, previa que o congresso fornecesse uma data para encerar a autorização do uso das Forças Armadas estadunidenses no Iraque. Ao ser votada, a emenda recebeu 31 votos positivos e 66 negativos.

E foi assim que os Estados Unidos foram à guerra, pela segunda vez, em menos de 15 anos, contra o Iraque governado por Saddam Hussein. O que começou com uma “conversa com Deus”, evoluiu para uma guerra de legítima defesa preventiva, pois apesar de todas as acusações feitas contra Saddam Hussein e seu governo no Iraque, tanto por dirigentes do governo Bush, assim como por especialistas britânicos, fundamentando o direito do governo dos

Estados Unidos guerrearem por uma agressão que ainda não havia ocorrido; pois, Saddam Hussein não havia usado e nem ameaçado o mundo com as suas supostas armas químicas, biológicas ou nucleares; terminou em presídios que se transformam em buracos negros jurídicos, onde torturar, degradar e assassinar seres humanos passou a ser considerado procedimento padrão de interrogatórios das guerras de Bush, legitimadas por lei.

As guerras contemporâneas de Bush, nos mostraram que a violência e a barbárie são politizadas; que órgãos suprajurídicos como a Organização das Nações Unidas e a Cruz Vermelha, são deficientes ao exercerem seus respectivos papéis no cenário internacional, principalmente quando se diz respeito a conflitos armados. É importante lembrar, que no caso da guerra preventiva do Iraque, o então secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, demorou quase dois anos para se prenunciar e dizer que a guerra de Bush era ilegal e que feria a Carta dos Direitos Humanos e violava a Carta das Nações Unidas[6].

As guerras contemporâneas se transformam em desafios para a soberania: mas não a soberania dos Estados invadidos. As guerras se transformaram em uma incitação para as potências invasoras, que passaram a fazer de conflitos armados, como fora no caso do Afeganistão e do Iraque, instrumentos para mostrar o tamanho da sua força soberana. E é sempre por meio de aparatos linguísticos que estas demonstrações violentas e exacerbadas de soberania, ocorrem. Veja, por exemplo, a fragilidade da Carta das Nações Unidas, principalmente para aquelas potências que possuem poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, tendo em vista que seus artigos são facilmente manipuláveis.

O Art.2 § 4° da Carta das Nações Unidas, diz que:

> Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas.
>
> NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. Art. 2 §4. 1945.

Observe a inconsistência do respectivo artigo, já que o mesmo não diz nada sobre o financiamento de forças em territórios estrangeiros para suprimir a soberania do respectivo Estado, como fora o caso do surgimento do Talibã no Afeganistão na final da década de 70 financiado pelo governo dos Estados Unidos, assim como o Caso Irã-Contras no final da década de 80, quando novamente a Central Intelligence Agency – CIA, com o aval do governo Reagan, contrabandeou armas para o Irã que estava sujeito a um embargo internacional de armamento, para assim assegurar capital suficiente para financiar os Contras nicaraguenses. E tudo isso com o suporte do Estado de Israel.

Outro artigo que gera problemas por conta da sua ambiguidade, é o Art. 51 parágrafo único, que diz:

> Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacional.
>
> NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. Art. 51 parágrafo único. 1945.

A Carta prevê a legítima defesa, mas não o direito de uma guerra de legítima defesa preventiva. Como demonstra Byers (2007), o governo dos Estados Unidos, manipulou o art. 51 nas suas duas guerras contra o Iraque. Segundo o autor, entre 1998 e 2002, o governo estadunidense invocou o direito à legítima defesa para justificar ações militares no Afeganistão, em Nairóbi e Dar es Salaam, assim como no Iraque. O Estado de Israel também usa do art. 51 quando alega estar agindo em legítima defesa, quando empreende assassinatos coletivos de dirigentes palestinos na Faixa de Gaza.

A legítima defesa garantida pela Carta, consiste em um ato isolado de violência. Da mesma forma, que o direito internacional, como aponta Byers (2007), prevê o uso de legítima defesa preventiva. Mas, o que os Estados Unidos e seus parceiros internacionais têm feito, é reisignificar a seus proveitos o ordenamento jurídico internacional, erguendo estados de exceções por todo o

mundo e transformando a legítima defesa e a legítima defesa preventiva em atos de pilhagem e retaliações severas e constantes, conduzindo suas interpretações legais até as últimas consequências, justificando guerras preventivas, injustificáveis.

. . .

As manipulações do direito internacional, somado as novas mostras de “democracia” e a ânsia pela punição da vida tida como “indesejada”, tem apresentado construções da “imagem do inimigo”, que em uma equação de terror e crueldade tem ferido diretamente a humanidade de centenas de milhares de seres humanos ao redor do mundo em estado de vulnerabilidade, diante da força soberana de potências nitidamente invasoras, como os Estados Unidos. Para Zaffaroni (2007), o poder punitivo sempre discriminou os seres humanos e lhes conferiu um tratamento que não corresponde à condição do crime. Como no caso da Guerra do Iraque de 2003, onde na justificativa da Lei Pública 107-243, um país inteiro fora punido por “supostamente” abrigar membros da al-Qaeda. Para o autor, este tipo de tratamento degradante contra seres humanos, é fruto da ascensão do que o mesmo denomina de Estado absoluto (algo parecido com o que Agamben chama de estado de exceção) e é incompatível com o Estado de direito.

Desta forma, com o encolhimento severo do Estado de direito, e a desumanização em massa de seres humanos, que dado a condição de “Estado absoluto”, como pontuada por Zaffaroni (2007), ou de exceção, como tida por Agamben (2003) é compreendida como uma condução política jurídica legítima. O que eu quero que o leitor observe, é que o termo “inimigo” a cada vez mais, vem deixando de ser força de expressão, para se tornar um termo crível e jurídico suficiente para respaldar ações punitivas e violentas legalizadas. No plano da teoria política e dentro do direito ordinário, é intolerável a categoria jurídica de “inimigo”, mas em situações bélicas o termo se torna mais do que condizente. Entretanto, por mais que a noção de inimigo seja aceita em tempos de guerra, ela deveria permanecer sendo completamente limitada pelo direito internacional e pelos acordos internacionais, como as Convenções de Genebra, a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas, não é isso que ocorre.

Nas guerras contemporâneas de Bush esta limitação fora insignificante ou simplesmente inexistente, já que não apenas a promulgação da condição de inimigo de guerra se tornou geral para um país inteiro, como também acometeu que as pessoas que foram feitas prisioneiras no período perdessem a sua condição de pessoa. O que chama muito atenção na análise jurídica de Zaffaroni, é que a condição de inimigo, que é resultante do que o autor considera como Estado absoluto e, as inúmeras concessões cedidas a este, se tornaram barreiras rígidas para que o direito ordinário conseguisse retratar a situação.

> As racionalizações da doutrina penal para ocultar a admissão da categoria de inimigo no direito penal, lidas a partir da teoria política, são concessões do Estado liberal ao Estado absoluto, que debilitam o modo orientador do Estado de direito, que é a bússola indispensável para marcar a direção do esforço do poder jurídico em sua tarefa de permanente superação dos defeitos dos Estados de direito reais ou históricos. Se entregamos os instrumentos da navegação do poder jurídico de contenção das pulsões autoritárias - normais em todo Estado de direito real -, o poder jurídico fica privado de qualquer possibilidade de eficácia não somente tática, como também estratégica.
>
> ZAFFARONI, E. Raúl. **O inimigo no Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.13.

Esta concentração de punições, seja da população em geral que fora invadida ou da porcentagem da mesma que acabara encarcerada por conta da condição bélica, se tornaram práticas comuns desde o pós-Segunda Guerra Mundial e, como aponta Zaffaroni (2007), se transformaram em exceção perpétua. A unilateralidade das guerras contemporâneas, tem nos mostrado que seus fins vêm se tornando cada vez mais econômicos e a fabricação de "inimigos" e de situações "emergenciais", passaram a ser produzidas em série e em altíssima velocidade. Além do mais, é uma dúvida impossível de se ignorar: será que nas conversas que Bush admite ter tido com Deus, este último sugeria corridas petrolíferas no Iraque? Ou será que fora ele quem sugeriu a retenção da receita do petróleo iraquiano, para pagar a invasão e a "democracia" importada (e por isso caríssima), assim como as companhias de telefonia móvel e as redes de *fast-food* que o povo iraquiano não havia pedido?

A Guerra do Iraque de 2003, teve um valor semântico e um apelo linguístico importantíssimo, construídos sempre em obscurantismos políticos, como, por exemplo, a própria definição de “terrorismo”. É importante lembrar, que a Guerra do Iraque foi o âmago da “Guerra ao Terror” do governo Bush, que havia começado com a invasão do Afeganistão em outubro de 2001. Zaffaroni (2007) chama a atenção para a problemática do uso do termo “terrorismo”, já que o mesmo possuí uma noção obscura no âmbito jurídico. As guerras de Bush legitimadas pela noção de terrorismo, não promoveram, até hoje, nenhum tipo de convivência racional entre o governo estadunidense e os países acusados.

Infortunamente, a Guerra do Iraque nos mostrou que o campo das decisões políticas se transformou em uma espécie de circo punitivo do horror, onde o poder fora exercido para cunhar inimigos a tiros de fuzil e encarceramento compulsório, para depois reduzi-los revogando sua humanidade, torturando-os, para por fim destruí-los. Acredito que é nítido o tamanho da perca que a Guerra do Iraque foi para a racionalidade, a política e a humanidade.

Quando se fala nos inimigos construídos a marretadas, há ainda a imensa problemática da condição jurídica penal que envolve os mesmos. Ao falar sobre o direito do inimigo, Raúl Zaffaroni aproxima em demasia suas observações jurídicas das observações filosóficas de Agamben, autor que instrumentalizarei com muita frequência nesta pesquisa. O que Zaffaroni chama de “direito do inimigo”, se aproximo muito do que Agamben demonstra ser a relação jurídica que o *Homo sacer* possuí com o mesmo ordenamento que o condenou: a partir de uma condição paradoxal, o acesso que o inimigo tem ao direito é por meio da sua negação. Em outras palavras, é possuir o único direito de não ter direito nenhum. A diferença é que para Agamben, o *Homo sacer* já tem a sua humanidade revogada pela condição da exceção, o seu impedimento de ter acesso à justiça, é oriundo da condição da exceção. Já para Zaffaroni, é a impossibilidade do acesso à justiça que desumaniza:

> Não é a quantidade de direitos de que alguém é privado que lhe anula a sua condição de pessoa, mas sim a própria razão em que essa privação de direitos se baseia, isto é, quando

> alguém é privado de algum direito apenas porque é considerado pura e simplesmente como um ente perigoso.
>
> ZAFFARONI, E. Raúl. **O inimigo no Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.18.

A noção de inimigo deu justificativa legal para que se possa reconhecer seres humanos como perigosos e, deu ao direito o poder de coisificar seres humanos. Entretanto, um elemento que chama a atenção é que geralmente a noção de inimigo está atrelada ao conceito do “Outro”, ao “estrangeiro”, que por suas diferenças físicas, culturais e políticas, acaba tendo sua identidade estigmatizada, como aponta Goffman (1981), até que a mesma se deteriore por completo, fazendo com que aquele ser humano considerado inimigo, seja também o bárbaro, o incivilizado, a besta fera. O inimigo com a sua identidade deteriorada e a sua humanidade revogada, não possuí mais controle sobre o seu próprio corpo físico e, passa a habitar uma espécie de infância da fala: não fala por mais por si e não consegue declarar mais nada; seu testemunho é desacreditado; e tudo que diz respeito a si mesmo, passa a dizer respeito daquele que agora possui o direito último de decisão acerca da sua existência.

No decorrer da história, como aponta Zaffaroni (2007), o inimigo é o mesmo sujeito gramatical com significados semânticos diferentes: para os soviéticos, eles foram os “parasitas”; para os nazistas os “subumanos”; para os fascistas os “inimigos de Estado” e para os estadunidenses os “terroristas”. Independente do significado semântico, todas estas noções possuem uma base ideológica em comum no campo penal: a revogação do direito de pessoa, ou seja, a proibição da humanidade:

> No plano real, estes autoritarismos exerceram seu poder repressivo de forma genocida, criando os já mencionados sistemas penais subterrâneos, com desaparecimentos, torturas e execuções policiais, individuais e em massa, sem nenhum respaldo legal. O holocausto não teve base legal sequer na própria legislação nazista, a não ser o vergonhoso *Fuhrerprinzip*. As leis penais destes autoritarismos mostravam só a cara visível do sistema penal formal e alguma coisa do sistema penal paralelo, enquanto que, por trás dos panos, funcionava o mais terrível, o subterrâneo, o sem lei e sem limites.

> ZAFFARONI, E. Raúl. **O inimigo no Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.55.

Ainda, de acordo com Zaffaroni (2007), as decisões de Bush no plano internacional com suas duas guerras contra o terrorismo, mostram uma deterioração cultural e não política dos Estados Unidos. Eu descordo. E mostrarei ao leitor durante o decorrer de todo o texto, que o estado de exceção promulgado pelo governo Bush, não é uma deterioração cultural, mas sim uma degeneração do exercer democrático e da própria noção de Estado. Há uma dialética obscura que precisa ser melhor investigada, entre Estado democrático de direito e estado de exceção, que transformam ordenamentos jurídicos inteiros, em ordenamentos de exceção fazendo com que a violência e a barbárie não habitem o exterior da própria lei de exceção, mas o seu interim.

Os próprios acordos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, vem sendo usados por esta dialética deturpada, para dar respaldo legal à movimentos políticos paradoxais e violentos no cenário internacional, do que para a preservação da humanidade e da dignidade humana. Nas últimas três décadas, nós vimos diversas populações de países emergentes serem empurradas para a miséria absoluta, justamente porque países com o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, como por exemplo, os Estados Unidos, tomaram a responsabilidade de “fazer valer” os direitos humanos, invadindo estes mesmos países, caçando e assassinando a própria população invadida e justificando o uso da violência manobrando os direitos humanos. E o próprio Iraque, como já vimos, faz parte desta equação.

O que quero que o leitor entenda, é que não estou me posicionando contra os direitos humanos. Mas sim, contra uma equalização das diferenças culturais e políticas, inserida de certa forma nos direitos humanos, pela sua característica totalizante, que tem sido usada muito mais para violência, do que para a contenção da mesma. Todorov (2010) e Slavoj Zizek (2003) fazem esta mesma observação. Os homens detidos em Abu Ghraib, tinham suas barbas (que possuem um grande valor religioso e cultural para os mesmos), raspadas à força entre choros e gritaria, porque era considerado pelos padrões militares como uma necessidade de higiene.

O corpo do “bárbaro” é cruelmente “barbarizado” de diversas formas pela potência civilizada: seja pela tortura, pelo assassinato, seja pelo desrespeito sistemático contra as diferenças culturais. O fenômeno da excepcionalidade que resultou no presídio de Abu Ghraib, objeto de estudo desta pesquisa, produziu, entre diversas fotografias de detidos sendo torturados, humilhados e estuprados, uma em específico em que uma policial da 800° brigada de polícia do exército, aparece ao lado do corpo de um detido, assassinado durante o seu interrogatório, em uma pose jocosa, fazendo um sinal de positivo com a mão. O rosto do detido em questão, estava desfigurado pelos espancamentos que sofrera durante o interrogatório e que ocasionara a sua morte.

Na luta estadunidense contra o “terrorismo”, tortura, tratamento degradante e assassinato, sempre aconteceram “fora de casa”: seja em penitenciárias totalmente secretas como a da ilha de Diego García no Oceano índico, na penitenciária de Bagram no Afeganistão, na de Abu Ghraib e Camp Bucca no Iraque, assim como nos pequenos centros de detenção; um inclusive, ficava dentro do aeroporto de Bagdá; como também no buraco negro jurídico que facilita uma espécie de limbo existencial do presídio de Guantánamo, em Cuba. Na batalha estadunidense ensandecida contra o terrorismo, como outrora observara Jakobs e Meliá (2015), a punição nunca cai sobre o terrorismo, propriamente dito, mas contra a individualidade de pessoas declaradas “terroristas”.

Jakobs e Meliá (2015), também chamam a atenção para alguns paradoxos do direito, principalmente quando olhamos para o direito da exceção. Como por exemplo, em um Estado de direito ideal, seria impossível que um Estado conseguisse conduzir uma guerra, já que teria que tratar seus inimigos com dignidade. É por isso que a exceção nos tempos modernos não fere o Estado de direito, pois o mesmo se abre em um movimento frenético para a exceção, usando dos seus meios semânticos para justificar a “emergência” da mesma, afirmando, muitas vezes, que a exceção se faz necessária, para que o Estado de direito seja conservado.

. . .

Em seus estudos sobre as instituições totais, Erving Goffman (2017) fez uma observação de grande importância sobre as penitenciárias: a vida humilhante do cárcere, carrega consigo o aspecto da sujeira, seja ela literal ou da “mácula” que o corpo do detido recebe, apenas por ter experimentado o cárcere. Esta característica como aponta o autor, é uma condição inerente deste tipo de instituição que priva a liberdade. Há ainda, uma outra característica de suma relevância apontada pelo autor: o cárcere provoca sentimentos de injustiça, que consequentemente se transformam em revolta. O sentimento de injustiça, segundo este, não se dá porque o detido acredita que seja inocente do crime que cometeu, mas porque acredita que sua pena é desproporcional ao crime praticado.

O sentimento de injustiça em prisões respaldadas pela exceção durante a Guerra do Iraque, não fora resultado apenas da desproporcionalidade da pena, mas sim porque os iraquianos, vítimas da política da detenção em massa no Iraque autorizada pelo governo de coalização, se viram encarcerados sem acusação formal e sem flagrante, sem acesso a nenhum tipo de respaldo jurídico. Exceto pelos termos (in)jurídicos que agravavam ainda mais a situação, como por exemplo, “*inimigos de guerra*”, “*detido fantasma”* e ainda *“detido com valor de segurança”.* Sabiam que estavam sendo detidos, apenas por serem o que eram e, por terem tido além da sua identidade deturpada, seu direito como ser humano revogado pela coalização. O sentimento de injustiça que se transformou em revolta, gerou greves de fome em Abu Ghraib que foram “resolvidas” com alimentação compulsória e tentativas de suicídio que foram penalizadas pela administração da prisão.

Será que as conversas que o presidente tinha com Deus eram tão rápidas assim, que não conseguiram entrar em um acordo sobre como seria o tratamento dos detidos? Será que jogavam golfe e concordavam que os condenados deveriam ser torturados e assassinados? Ou será que eram apenas vozes da sua cabeça?

II. Abu Ghraib contextualizada.

E os ventos estavam mudando em Bagdá e se transformando em vendavais em Washington: símbolos nacionais iraquianos estavam sendo resinificados e se tornando parte de narrativas de resistência, o povo do Iraque ganhava as ruas em fervorosa, famintos e desempregados, intensificando ainda mais o esgarçamento social e político ocasionado pela invasão estadunidense em março de 2003.

Revoltas irromperam por todo o Iraque a partir do segundo semestre do mesmo ano. A princípio, três eram as exigências que sustentavam as insurreições que tomavam as ruas dos grandes centros urbanos no respectivo país: o fim do Estado Provisório e do governo do diplomata americano Paul Bremer, apelidado pela imprensa de Vice-Rei de Bagdá, a abertura imediata da democracia com eleições diretas e o fim da ocupação liderada pelo governo do então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

No do dia 28 de abril de 2004, a rede de televisão CBS vazou em seu programa semanal, 60 Minutes II, não apenas nos Estados Unidos, mas também na imprensa árabe, fotografias de prisioneiros iraquianos do presídio de Abu Ghraib, nus e forçados a simular atos sexuais. Em outras fotografias, os detidos permaneciam desvestidos e com seus corpos empilhados formando uma espécie de pirâmide humana. Haviam também, fotos de detidos sendo espancados, cadáveres sendo desrespeitados, entre outras atrocidades. O jornalista Daud al-Shriryan, da Arábia Saudita, comentou o caso afirmando que toda aquela situação não implicava apenas em imagens de tortura, mas que aquilo era o ápice da indiferença entre os governos ditatoriais de Saddam Hussein e o Estado Provisório, e seu respectivo governo, fomentados pelo Presidente Bush dos Estados Unidos e seus parceiros de coalização[7].

Todos estes elementos somados, faziam com que o então governo dos Estados Unidos começasse a encontrar dificuldades cada vez mais severas para transformar o Iraque em uma espécie de Estado cliente de Washington, assim como convencer mentes e corações (expressão comum entre os militares estadunidenses e os dirigentes do governo Bush) de que aquela era uma guerra justa. O governo do então presidente dos Estados Unidos narrava

o desenrolar da história da Guerra do Iraque de forma diferente, pois mesmo após as práticas de detenção e encarceramento do presídio de Abu Ghraib, tutelado pelo governo Bush, terem sido expostas por meio de fotografias em rede internacional, no dia 30 de abril de 2004, ao receber o primeiro ministro do Canadá, Paul Martin, na Casa Branca, George W. Bush disse em discurso que uma missão havia sido cumprida no Iraque, quando Saddam Hussein fora capturado pelas Forças de Coalização em dezembro de 2003. E que a partir daquele momento, não haviam mais câmaras de tortura no Iraque, salas de estupro ou valas comuns[8] .

Ainda no dia 30 de abril, aquelas imagens que haviam sido vazadas pela CBS poucos dias antes, ganharam texto: em um artigo publicado na revista The New Yorker[9], pelo jornalista Seymour M. Hersh, várias questões que surgiram com o vazamento das fotos começaram a ser aos poucos elucidadas. O artigo contextualizava Abu Ghraib, desde seu passado sombrio durante todos os anos dos governos ditatoriais de Saddam Hussein, onde seu espaço era usado para torturas e assassinatos coletivos, de forma indiscriminada, até o momento em que, após a invasão dos Estados Unidos no Iraque, o presídio passou a ser tutelado pelo governo Bush; se tornando o maior presídio em uso pelas Forças de Coalização, no Iraque.

O artigo de Hersh para a revista The New Yorker continha uma imagem que no decorrer daqueles meses se tornaria símbolo de protestos por todo o mundo. A fotografia em questão fazia parte do mesmo conjunto de fotos dos detidos torturados de Abu Ghraib. Na imagem, um homem aparecia com a cabeça encapuzada e usando como veste um dos cobertores que eram ofertados aos detentos, na prisão. O homem se encontrava de braços abertos e descalço em cima de uma caixa de papelão; nas pontas dos seus dedos estavam atados fios de eletricidade. Este homem torturado, que por muito tempo seu nome permaneceu desconhecido, passou a ser chamado por jornalistas e especialistas no conflito, como o *Cristo do Iraque*.

Além de trazer os nomes dos militares que apareciam nas fotos de tortura do presídio de Abu Ghraib, Seymour Hersh, usava como referência para a sua discussão, um documento interno e confidencial do exército dos Estados Unidos, de suma importância, que no final do mês de abril de 2004, acabara sendo vazado na internet.

O documento em questão era um relatório oriundo de uma investigação interna e confidencial do exército dos Estados Unidos, que investigava as causas que levaram os abusos contra os detidos de Abu Ghraib acontecerem. Intitulado de 1*5-6 Report of abuses of prisoners in Iraq* e apelidado pela imprensa de “Relatório Taguba”, ganhando o nome daquele militar que fora responsável pela investigação e pela produção do texto final, o mesmo trazia algo caro para o governo Bush: a contextualização das torturas, assim como seu detalhamento. E, consequentemente, fomentava ainda mais dúvidas e apontamentos para o que de fato estava ocorrendo nos presídios tutelados pelo governo estadunidense ao redor do mundo.

O artigo de Hersh replicava em suas páginas a narrativa principal do Relatório Taguba: de que os abusos e torturas que tomaram conta do presídio de Abu Ghraib, eram consequências de uma quebra significativa na cadeia de comando do presídio. Da mesma forma, responsabilizava a General de Brigada Janis Karpinski, comandante da 800° brigada de polícia do exército, pelo comportamento degradante dos policiais que eram seus subordinados e que apareciam nas fotos que foram vazadas.

Ainda na noite de 30 de abril de 2004, o canal de televisão estadunidense ABC News II, exibiu um programa especial chamado “*Nightline to honor the fallen”* que fora presidido pelo jornalista e também editor do programa, Ted Koppel. Em um formato único, durante toda a atração, que durou em torno de 35 minutos, o respectivo jornalista permaneceu apenas lendo os nomes e mostrando fotos dos 721 soldados estadunidenses que haviam perdido suas vidas, desde o começo do conflito no Iraque em março de 2003. Esta ação de Koppel não passou despercebida pelo governo Bush, que exigiu que o jornalista fosse investigado sob a suspeita de estar interceptando ondas de rádio do exército dos Estados Unidos e, divulgando informações que eram segredo de Estado. “*Nightline to honor the fallen”,* fora uma afronta ao monopólio da narrativa dos corpos sem vida, detida, até então, pelo governo Bush.

Em fevereiro de 2004, a revista *Mother Jones*, havia acusado o governo Bush de “pastorar” a imprensa, afirmando que até durante a Guerra do Vietnã, a imprensa estadunidense tinha mais acesso as informações do que durante a Guerra do Iraque de 2003. Da mesma forma, acusava o governo

Bush de proibir fotografias dos corpos dos soldados estadunidenses, tanto no local da morte dos mesmos, como também na chegada dos corpos aos Estados Unidos[10].

Aquele fora um dia longo para o governo. A princípio, parecia que Bush e seus dirigentes estavam perdendo um dos elementos mais importantes na Guerra do Iraque: o monopólio da narrativa, já que histórias que até então haviam permanecido sufocadas nas margens do Estado, estavam, aos poucos, ganhando impulsos e emergindo em uma superfície altamente vigiada. Aquele 30 de abril, seria responsável por levar o secretário de defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, a depor em uma comissão do Senado que passara a investigar os abusos que haviam ocorrido contra os detidos de Abu Ghraib, sob acusações massivas de violações aos direitos humanos. Mas, ainda mais embaraçoso fora o momento em que o relator e responsável pela investigação interna do presídio de Abu Ghraib, que também havia sido vazada naqueles dias, fora intimado a depor na Comissão junto a dois superiores seus: o subsecretário de defesa dos Estados Unidos, Stephen Cambone, e o Comandante de treinamento das Forças de Coalização no Iraque e General da Força Aérea dos Estados Unidos, Lance Smith.

III. Abu Ghraib investigada.

No segundo dia da Comissão do Senado dos Estados Unidos, a respeito do tratamento de prisioneiros iraquianos tutelados pelo governo estadunidense, o "*agrimensor*" de Abu Ghraib, Antonio Mario Taguba, Major General do exército dos Estados Unidos e Vice Comandante Geral de Apoio das Forças de Coalização Terrestre, na Guerra do Iraque (2003-2011), fora chamado para testemunhar sobre uma investigação interna do exército, cujo havia sido designado como responsável. A comissão começou às nove horas da manhã, do dia 11 de maio de 2004. Era uma manhã fresca de primavera e havia uma movimentação intensa de jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas no Dirksen Senate Office Building, n° 50, em Washington Capital.

Ao adentrar na sala que ocorreria a Comissão, o Taguba se deparou com um ambiente ainda mais hostil: uma grande quantidade de fotógrafos registrava cada passo, cada aperto de mão e cada expressão facial sua. A imprensa estava afoita por uma boa foto do homem que havia *"dito a verdade"*, que *não poupou esforços para denunciar os abusos* que os prisioneiros tutelados pelo governo estadunidense, haviam sofrido. Se aquela era uma guerra suja, e*ntão aquele era o homem que estava disposto a limpá-la*. Era o novo herói nacional, de uma guerra tão pobre de heroísmo militar.

Os objetivos do trabalho do Major General Antonio Mario Taguba, dentro do presídio de Abu Ghraib, eram: investigar todos os fatos e circunstâncias que cercavam as alegações de abuso de detidos; investigar se haviam tido fugas e lapsos de responsabilidade dentro do respectivo Centro de Detenção; investigar o treinamento, os padrões e as políticas de comando, assim como os procedimentos internos e o que ele chama de "clima" de comando presente na 800° brigada de polícia do exército.

. . .

Em 31 de janeiro de 2004, o Major General Antonio Mario Taguba, fora designado pelo Tenente General Ricardo Sanchez, a conduzir um procedimento investigatório sobre alegações de abusos de prisioneiros no presídio de Abu Ghraib, no Iraque. Dois motivos suscitaram nesta investigação: o primeiro motivo consistia no fato de que o Sargento Joseph Darby, da 372° brigada de polícia do exército, que trabalhava em Abu Ghraib, procurara o comandante da 205° brigada de inteligência militar, Coronel Thomas Pappas, que na época dos fatos além de comandar a respectiva brigada, também era o comandante de Abu Ghraib; e entregou para o mesmo um CD com centenas de fotos de detidos sendo violentados, sodomizados, abusados e torturados.

A atitude do Sargento Darby, deixou a diretoria do presídio em alerta. Conta Gourevitch e Morris (2008), que na noite subsequente a entrega do CD, nunca houve tanto fogo em Abu Ghraib, pois o Coronel Thomas Pappas havia espalhado "caixas da anistia" por todo o presídio; que na realidade, eram simples caixas de papelão que carregavam consigo uma promessa: todos aqueles que tivessem materiais ilegais de detentos e que os depositassem nas

caixas da anistia, para serem destruídos, seriam perdoados de eventuais crimes que portar esse tipo de material acarretara.

Entretanto, para além da mídia que circulou ente os militares de Abu Ghraib, a situação do presídio já era conhecida por órgãos suprajurídicos, responsáveis por prestar ajuda humanitária para populações em situação de risco, seja por catástrofes naturais ou não, assim como por conflitos armados. As atrocidades cometidas pelos militares estadunidenses contra os detidos de Abu Ghraib, eram do conhecimento da Cruz Vermelha que pressionava a cadeia de comando da prisão, pelos menos há três meses, para que mudanças fossem feitas em relação ao encarceramento e interrogatório de detidos. A circulação indiscriminada das fotografias entre os militares, somadas as constantes pressões da Cruz Vermelha, fez com que o Tenente General Ricardo Sanchez mobilizasse uma investigação às pressas, e de forma confidencial, dentro do presídio de Abu Ghraib.

Cabia ao Major General Taguba, fazer constatações e recomendações apropriadas para corrigir os problemas encontrados; e prevenir que situações como a que ocorrera em Abu Ghraib, não voltassem a acontecer. A equipe de investigação, liderada por Taguba, era composta por: policiais do exército aposentados e especialistas em detenções e encarceramento, advogados de defesa, psiquiatras e oficiais militares de relações públicas. Não fazia parte da equipe nenhum especialista em interrogatório, já que fora ordenado a Taguba que investigasse apenas a 800° brigada de polícia do exército[11].

IV. A Comissão do Senado de 11 de maio de 2004.

Quem presidia a sessão da Comissão, onde Antonio Mario Taguba, Stephen Cambone e Lance Smith foram convocados a depor, era o senador John William Warner III, dos Republicanos (mesmo partido do presidente Bush). O tom do Senador era solene, mas ao mesmo tempo era firme. Falava olhando diretamente nos olhos de Taguba; e começara a sessão, inclusive, tecendo elogios ao mesmo, parabenizando-o pelo serviço que este havia prestado ao povo dos Estados Unidos.

> Como afirmei na semana passada, esses maus tratos aos prisioneiros representam uma violação terrível e totalmente inaceitável dos regulamentos e condutas militares. Os danos causados à reputação da nossa nação e das Forças Armadas, têm o potencial de minar ganhos substanciais e os sacrifícios das nossas forças e de suas famílias, e dos nossos aliados que lutam conosco pela causa da liberdade. Este grau de colapso na liderança e disciplina militar representa um capítulo extremamente raro na orgulhosa história das nossas Forças Armadas.
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Afirmava o senador, que aquela era uma nação de leis e que os problemas oriundos desta nação, eram enfrentados de forma aberta e direta[12]. Para o mesmo, os comandantes das tropas estadunidenses estavam enfrentando uma situação muito difícil nos Teatros Operacionais no Oriente Médio; já que estes precisam lidar com "terroristas e insurgentes que procuravam negar a liberdade e a democracia a todos os iraquianos" (WARNER, 2004).

O senador Warner, também pontuou em sua fala, que informações de inteligência eram obtidas no curso de qualquer ação militar e, que eram essenciais em qualquer campanha bélica[13]. O seu posicionamento, na realidade, ressoava o eco de um fantasma que pairava sob todos naquela sala e, que dado aos vazamentos proporcionados pela imprensa, colocavam em risco o seu anonimato.

Na audiência do Senado dos Estados Unidos, aqueles senadores e senadoras se reuniram por um compromisso em comum: *salvar* a integridade da Santíssima Trindade estadunidense, ou seja, o governo*, a* Central Intelligence Agency – CIA e as empresas de iniciativa privada, que prestavam os mais diversos tipos de serviços na Guerra do Iraque, enviando ao exterior de cozinheiros a interrogadores; depois que jornalistas do mundo inteiro, começaram a mostrar que estes três órgãos estavam envolvidos, cada um à sua maneira, nas torturas e nos abusos cometidos nas prisões do Iraque. Todo

este esforço visível, fora necessário porque a *nação de leis e normas* havia ultrapassado todos os limites aceitáveis de se obter inteligência militar.

Na fala do senador, os soldados estadunidenses não estavam na guerra para torturar, pelo contrário; “estavam ajudando o povo do Afeganistão e do Iraque a construírem sociedades democráticas[14]” (WARNER, 2004). Além do mais, o objetivo da Comissão sobre os abusos que ocorreram em Abu Ghraib, não era para trazer justiça a um povo que fora violentado de forma gratuita. Era, segundo John Warner, uma forma de curar as leis e as tradições dos Estados Unidos [15]. Já que, ao que tudo indicava, de tempos em tempos, essas leis adoeciam. A América cura-se pelas leis, já que ao torturar e assassinar seres humanos em territórios estrangeiros, feriam mais a democracia estadunidense do que a humanidade daquele povo invadido.

Quem tomara a palavra depois de Warner, fora o senador Democrata Carl Levin, segundo em hierarquia na Comissão do Senado. Diferente da fala daquele que o antecedeu, a voz de Levin carregava um tom de acusação:

> A audiência de hoje continua a análise do Comitê acerca dos eventos de detenção em Abu Ghraib e, os esforços são para descobrir o que levou aos abusos dos prisioneiros iraquianos; abuso tão bem retratado nas fotografias que chocarem e enjoaram o mundo civilizado, e quem pode ter autorizado, encorajado ou sugerido essas ações desprezíveis. Chegar a verdade sobre o que aconteceu e quem é o responsável é importante para os nossos militares, para o povo americano e para o sucesso de nossa missão no Iraque e, para um mundo vigilante.
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

A inquietação entre os presentes na audiência aumentara, quando o senador Levin passa a questionar elementos que poderiam explicar as condutas dos militares responsáveis pelas torturas e, que passaram despercebidos, seja no Relatório de Taguba, seja nos outros dias de audiência sobre o caso de maus tratos de prisioneiros no Iraque, que antecederam a esta. Segundo Carl Levin (2004), as audiências haviam rendido poucas informações palpáveis sobre o que realmente havia ocorrido dentro dos

presídios tutelados pelo governo estadunidense no exterior. O senador também levantou suspeitas, de que haviam responsáveis fora da cadeia de comando militar, cujo as decisões políticas criaram um ambiente propício para torturas. Levin afirmava, com paixão, em seu discurso, que a superfície dos acontecimentos criminosos mal havia sido arranhada e que era o momento de encontrar nomes para os culpados[16].

Segundo Carl Levin,

> As ações desprezíveis descritas no relatório do General Taguba não só cheiram a abuso, mas também a um esforço organizado e uma preparação metódica para os interrogatórios. As coleiras usadas por prisioneiros, os cães, as câmeras fotográficas não apareceram repentinamente do nada. Esses atos de abuso não foram ações espontâneas de recrutas de escalão inferior que careciam de supervisão inadequada. Essas tentativas de extrair informações dos prisioneiros por meio de métodos abusivos e degradantes foram claramente planejadas ou instruídas por outros. Quem – indagava o Senador, organizou o esforço? Quem o supervisionou? Sob quais diretrizes e políticas essas ações foram implementadas?
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

É a partir desta atmosfera silenciada pelas acusações do respectivo senador, que o presidente da Comissão, o senador Warner, conduziu os três depoentes ao *juramento*:

> Levante a mão direita. Vocês juram solenemente que o testemunho que está prestes a dar perante a Comissão das Forças Armadas do Senado dos Estados Unidos será a verdade? Toda a verdade e nada mais que a verdade, que Deus nos ajude?
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Ouve-se ao fundo da fala do Senador a frase em uníssono, a promessa das três testemunhas: “*eu juro”*[17].

V. O estado de exceção promulgado.

Antes de tratar acerca da performance e do ato do juramento, saliento que por mais que a Comissão do Senado tenha ocorrido no seio de um Estado que se auto intitule como democrático, contendo todos os elementos requeridos pela lei para que a mesma seja reconhecida como tal, ela não deixa de ser um sintoma do estado de exceção e, consequentemente deste recesso do direito e do ordenamento jurídico, que diz respeito ao humano que teve sua humanidade revogada por conduções políticas destrutivas.

Entendo o termo “estado de exceção” a partir das contribuições do filósofo italiano, Giorgio Agamben; onde este *momento* do Estado se dá nas fronteiras entre o direito e a política. Sendo uma forma legal, daquilo que não tem necessariamente uma forma jurídica. O estado de exceção, consiste em ações contundentes de concentração de poder na esfera do executivo, fazendo com que o limiar entre direito e fato político, ordem jurídica e vida, se tornem indistinguíveis. Logo, a esfera do executivo detém o poder de ampliação dos poderes governamentais, podem promulgar decretos com *força-de-~~lei~~*, sem serem necessariamente leis, como observa o filósofo em questão.

Promulga-se o estado de exceção em momentos de crise. E é neste fator que cabe a análise desta pesquisa, pois sendo o estado de exceção a norma jurídica disforme, como Agamben (2003) pontuara, que dá pleno poderes ao executivo para agir fora da lei e, ainda paradoxalmente, integrá-la e tendo em vista toda a narrativa controlada a respeito da Guerra do Iraque, a constituição da exceção no Estado, acaba se tornando uma ferramenta onde torturas e abusos ,para além de serem permitidos, são respaldados pela norma por serem justificados por meio de crises que podem muito bem não serem nem se quer, reais.

Estas condições de emergência, como aponta Agamben (2003), que fundamenta o próprio estado de exceção, vem se tornando, nas últimas sete décadas, uma condição permanente para fazer política e conduzir Estados acima do próprio ordenamento jurídico, principalmente nos Estados que são considerados livres e democráticos. A exceção se tornou uma forma de governo e o mais importante a ser observado: os Estados democráticos estão mudando de forma progressiva o significado de democracia.

Sobre a narrativa do estado de exceção, é importante ter em vista que os Estados modernos tratam esta exceção, não como estrutura de governo, mas como técnica. O estado de exceção como paradigma de governo, tem mostrado, como pontuara Agamben (2003), que para além da abolição provisória da distinção entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, tem a tendência de se transformar em uma prática de governo duradoura.

Para que o estado de exceção se instaurasse no Iraque por meio do Estado Provisório, fora necessário que o próprio ordenamento jurídico dos Estados Unidos, também entrasse neste aspecto de recesso e, de certa forma, flertasse com a exceção. Tendo em vista que o estado de exceção, mesmo sendo uma anomalia jurídica, nasce pela lei, é importante observamos que nos Estados Unidos ele se instaura por meio de uma dialética entre o Congresso e o presidente do país.

O primeiro artigo[2] da Constituição dos Estados Unidos, prevê que o *writ*[3] do *habeas corpus* não pode ser suspenso, a não ser em casos de rebelião ou de invasão, se a segurança nacional assim o exigir. Entretanto, o artigo não define, necessariamente, qual é a autoridade que fica responsável por decretar esta suspensão do *habeas corpus.* Embora, como salienta Agamben (2003), a opinião dominante e o contexto político dos Estados Unidos, apontem que este

---

[2] Art. 1. Sessão 09: A migração ou a admissão de indivíduos, que qualquer dos Estados ora existentes julgar conveniente permitir, não será proibida pelo Congresso antes de 1808; mas sobre essa admissão poder-se-á lançar um imposto ou direito não superior a dez dólares por pessoa. **Não poderá ser suspenso o remédio do habeas corpus, exceto quando, em caso de rebelião ou de invasão, a segurança pública o exigir**. Não serão aprovados atos legislativos condenatórios sem o competente julgamento, assim como as leis penais com efeito retroativo. Não será lançada capitação ou outra forma de imposto direto, a não ser na proporção do recenseamento da população segundo as regras anteriormente estabelecidas. Não serão lançados impostos ou direitos sobre artigos importados por qualquer Estado. Não se concederá preferência através de regulamento comercial ou fiscal, aos portos de um Estado sobre os de outro; nem poderá um navio, procedente ou destinado a um Estado, ser obrigado a aportar ou pagar direitos de trânsito ou alfândega em outro. Dinheiro algum poderá ser retirado do Tesouro senão em consequência da dotação determinada em lei. Será publicado periodicamente um balanço de receita e despesa públicas. Nenhum título de nobreza será conferido pelos Estados Unidos, e nenhuma pessoa, neles exercendo um emprego remunerado ou honorífico, poderá, sem licença do Congresso, aceitar dádivas, emolumentos, emprego, ou títulos de qualquer espécie, oferecidos por qualquer rei, príncipe, ou Estado estrangeiro.
(ESTADOS UNIDOS. [**Constituição** (1787)]. **Constituição** dos Estados Unidos da América de 1787. Disponível em: https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm. Acesso em: 24 de março de 2022) (grifos nossos).

[3] Termo em inglês que significa mandado, em ordem escrita, refere-se a mandato de segurança ou ao *habeas corpus*.

direito de decisão se refira ao Congresso e não ao Presidente dos Estados Unidos.

Há ainda outra contradição em relação ao art. 1 e ao art. 2 da Constituição estadunidense. No art. 1 é firmado que é o Congresso que detém o poder de declarar guerra, fazer o recrutamento e manter o exército e a frota militar[4]. Entretanto, o art. 2 aponta que é o presidente o Comandante-em-Chefe do exército e da frota dos Estados Unidos[5].

Este tipo de contradição não destitui a ordem jurídica, mas facilita o caminho para a suspensão da norma, que por toda via não é abolida, mas entra na sua condição de exceção. Ainda que fora o Congresso dos Estados Unidos que aprovou uma resolução conjunta em outubro de 2002, autorizando o uso das Forças Armadas em uma Invasão no Iraque que se consolidaria no dia 20 de março de 2003, o mesmo cedeu uma gama de poderes ao presidente da República, como já mostrei ao leitor no primeiro capítulo deste texto, para que este defrontasse o terrorismo da forma mais "eficiente" possível.

Ou seja, a *emergência* e a *necessidade*, fizeram com que o Congresso estadunidense concentrasse tamanho poder nas mãos de George W. Bush que o mesmo fora autorizado a combater aqueles que ele julgava como inimigos, da forma que ele considerasse mais necessária e apropriada. E um dos primeiros sintomas desta concentração de poder fora, a suspensão do *habeas corpus* para os detidos capturados tanto no Iraque como no Afeganistão. Diante desta centralização de poderes na esfera do executivo, senadores democratas, que faziam oposição ao governo republicano de Bush, ficaram impossibilitados de passarem emendas para frear a resolução conjunta que aprovava a Invasão do Iraque.

---

[4] Art. 01. Sessão 08: Será da competência do Congresso: (...) **declarar guerra**, expedir cartas de corso, e estabelecer regras para apresamentos em terra e no mar; **organizar e manter exércitos**, (...) **organizar e manter uma marinha de guerra.** (ESTADOS UNIDOS. [**Constituição** (1787)]. **Constituição** dos Estados Unidos da América de 1787. Disponível em: https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm. Acesso em: 24 de março de 2022) (grifos nossos).

[5] Art. 02. Sessão 02: **O Presidente será o chefe supremo do Exército e da Marinha dos Estados Unidos**, e também da Milícia dos diversos estados, quando convocadas ao serviço ativo dos Estados Unidos. (ESTADOS UNIDOS. [**Constituição** (1787)]. **Constituição** dos Estados Unidos da América de 1787. Disponível em: https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm. Acesso em: 24 de março de 2022) (grifos nossos).

Chamo a atenção do leitor, para o fato de que o estado de exceção sempre é iniciado e justificado por dois motivos: emergência e necessidade. Há uma expressão latina que diz "*necessitas largem non habet"*, ou seja, "a necessidade não tem lei". Segundo Agamben (2003), este adágio latino pode ser compreendido de duas maneiras: ou a necessidade não reconhece nenhuma lei ou a necessidade cria a sua própria lei. Seja qual for o caso, ambas interpretações apresentam ligações possíveis com o estado de exceção e principalmente como a noção de necessidade.

Quando se pressupõe que a necessidade não tem lei, como observa o filósofo italiano em questão, mais que do tornar lícito o ilícito, a necessidade somada a emergência, age como uma justificativa para a transgressão ou para medidas extremas, consolidando assim o próprio estado de exceção. Assim como fora o caso da ação conjunta que autorizou a Guerra do Iraque de 2003, cedendo ao presidente dos Estados Unidos, poderes que divergiam dos seus, por meio de todo um tramite burocrático e respaldado pelas exigências do estado democrático de direito, o que se tentava fazer, em suma, era inscrever na ordem jurídica a própria condição de exceção.

O que consequentemente nos faz observar que em situações como a que fora respaldada pelo Congresso dos Estados Unidos e depois instaurada no Iraque durante o Estado de Coalização, permitiu que torturas, embargos de cidades completamente populosas no Iraque entre outros fatores desumanizadores, se tornassem para além da exceção a nova norma da condução do Estado e do exercer democrático. O que quero dizer, é que em condições de exceção, o Estado continua a existir, porém é o direito que tem a sua existência ceifada por ter se tornado obsoleto e, por ter sido esvaziado do seu significado em prol da exigência da "necessidade".

Mas, observe: por mais que o direito, em condições de exceção, seja esvaziado do seu significado, há ainda uma ordem, mesmo que esta não seja necessariamente jurídica, como por exemplo, torturar com a justificativa de se colher informações de inteligência que salvariam outras vidas. Em síntese, é o detrimento de uns para o benefício dos outros. Uma norma, que em muitos momentos funciona como uma ordem do discurso. E este é um ponto importante para nós entendermos os meandros da exceção dentro do presídio de Abu Ghraib.

Por mais que (nos próximos subcapítulos veremos com maior detalhe) haviam manuais de interrogação, que na verdade, consistiam em manuais de tortura, e que foram usados como modelos em Abu Ghraib, estes não estavam inscritos dentro das normas jurídicas dos Estados Unidos em relação a invasão, nem nas normas do exército e, muito menos nas cláusulas do Estado Provisório governado por Paul Bremer, mas ainda assim eles eram parte integrante do direito de exceção por meio do discurso. Como pontuara Agamben (2003), a maior característica do estado de exceção, não é a indistinção entre as esferas do Estado e do direito ocasionada por ele, mas o seu ímpeto de transformar força-de-~~lei~~ em lei, propriamente dita: "de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem "força") e, que, de outro lado atos que não têm valor de lei adquirem a sua força" (AGANBEM, 2003, p.61).

A força-de-~~lei~~, com a palavra "lei" tachada, corresponde que a suspenção da lei de outrora, aquela que antecipava o ordenamento jurídico vazio da exceção, atinge, na opinião de Agamben (2003), uma condição mística, que o filósofo chega a comparar com a instituição descrita pelo Antropólogo francês Marcel Mauss chamada de *mana,* Agamben denomina esta condição mística dentro do direito, de *mana jurídico.*

> A força-de-lei separada da lei, o *imperium* flutuante, a vigência sem aplicação e, todo o mais geral, a ideia de uma espécie de grau-zero da lei, são algumas das tantas ficções por meio da quais o direito tenta incluir em si a sua própria ausência e apropriar-se do estado de exceção ou, no mínimo, assegurar-se uma relação com ele (AGAMBEN, 2003, p. 80).

Na Roma Antiga, o estado de exceção do qual conhecemos, era tido como o *iustitium*, o que na concepção do estado de exceção agambeniano, era uma espécie de miniatura do estado de exceção moderno:

> Quando tinha notícia de alguma situação que punha em perigo a República, o Senado emitia um *senatus consultum ultimum* por meio do qual pedia aos cônsules (ou a seus substitutos em Roma, *interrex* ou pró-cônsules) e, em alguns casos, também aos pretores e aos tribunos da plebe e, no limite, a cada cidadão, que tomassem qualquer medida considerada necessária para a salvação do Estado. Esse *senatus-consulto* tinha por base um decreto que declarava o *tumultus* (isto é, a situação de emergência em Roma, provocada por guerra externa, uma insurreição ou uma guerra civil) e dava lugar,

> habitualmente, à proclamação de um *iustitium* (AGAMBEN, 2003, p. 67).

É importante termos em vista o *iustitium* romano quando pensamos nas extensões do estado de exceção, pois fora este o primeiro exemplo que temos da interrupção e suspensão do direito dentro de um ordenamento jurídico. Neste crepúsculo das leis, que reflete suas maneiras no estado de exceção moderno, as prescrições jurídicas perdem suas formas e o poder passa a ser facilmente concentrado nas mãos daqueles que integram a esfera de decisão. O que estou tentando dizer acerca da relação com o *iustitium* romano e o estado de exceção moderno, é que o direito não é transgredido, ele é suspenso. E é a partir desta suspensão do ordenamento jurídico, que se concentra o poder geralmente no domínio de uma pessoa só, fazendo com que a exceção se torne regra; este novo sistema jurídico oriundo da exceção e essencialmente semântico, se transforma, como outrora Agamben (2003) observara, em uma máquina letal.

Estados de exceção como o que fora instaurado no Iraque a partir da Invasão liderada pelo governo Bush e sustentada pelo Estado de Coalização por Paul Bremer, anulam o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo um ser juridicamente inominável e inclassificável, empurrando o mesmo para tratamentos degradantes e desumanos paradoxalmente e legalmente justificáveis. Estes seres humanos empurrados para esta esfera do direito e do Estado, acaba perdendo toda a noção de cidadania e identidade jurídica, mas ainda assim conservam a identidade de criminosos, terroristas, que precisam ser punidos. Como pontuara Agamben, “o estado de exceção não é um direito especial (como o direito na guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica define o seu patamar ou seu conceito limite” (Agamben, p.15, 2003).

VI. O juramento e a ordem do discurso.

Cientes dos meandros do estado de exceção, voltemos à audiência do Senado, daquele 11 de maio de 2004. O juramento dos militares e do líder civil

naquele dia, instituiu-se na Comissão como um local de fala que articula uma ligação entre política, religião e direito, constituindo um espaço complexo entre a norma jurídica e o misticismo. Até este ponto, nada o diferenciava de um juramento em uma condição de Estado ordinário. Evocar os nomes dos deuses como testemunha em momentos de crise ou para restituir acordos, é uma característica básica do juramento na história do Ocidente.

O documento mais antigo que se tem sobre o uso do juramento é um artefato matrimonial romano intitulado de vaso de Duenos, datado do século VII a.C. A peça constitui-se por ser um trio de pequenos vasos globulares unidos por três escoras de barro. O juramento existente nos vasos, é compreendido por Agamben (2011) como uma fórmula de caráter jurídico, implicando em uma garantia prestada pelo tutor de uma mulher ao futuro marido da mesma. E, em seu latim arcaico, é possível entender que os deuses são tomados como testemunha de tal promessa.

O juramento, como observa Agamben (2011), é um fenômeno histórico, linguístico e social, que pode ser observado por diferentes cátedras de pensamento, que complementam umas às outras as suas perspectivas. Entretanto, por ser um fenômeno complexo e multifacetado, nenhuma das cátedras possuem força suficiente para reclamá-lo como um acontecimento inerente ao seu campo. Observe que o juramento permeia a linguística, a história, a política e a filosofia.

. . .

O juramento da Comissão do Senado, não era uma ação qualquer, era um sacramento do poder político do governo Bush. Quando aqueles três homens se sentaram para depor sobre um crime, onde a participação efetiva do Estado já era suspeitada, eles possuíam uma função básica de manter a ordem do discurso. E aqui entendo o conceito de ordem do discurso, como outrora Foucault compreendeu (1996), entendendo-o como uma ordem que precede o próprio indivíduo que a transformou em narrativa, restando a este último apenas a função de se alojar em seu movimento e servindo seu corpo como receptáculo deste poder. Não há poder para que o humano fomente “novidades” dentro da ordem do discurso. Em outras palavras, nada se inicia

nesta esfera de poder, pois toda a narrativa já fora iniciada. Da mesma forma, que a compreendo como um instrumento jurídico do estado de exceção: quando o direito fora propositalmente adormecido pela crise, é a ordem do discurso, como no caso do que ocorreu em Abu Ghraib e na Guerra do Iraque, que se fundamenta como lei.

Observa Foucault (1996) em seu trabalho, que as regiões onde a ordem do discurso é ainda mais cerrada, são a sexualidade a política. Em todas as sociedades a produção do discurso é organizada, controlada, selecionada e redistribuída por um certo número de procedimentos que dominam acontecimentos aleatórios. E é este um dos pontos que considero primordial para a compreensão desta pesquisa: a Comissão do Senado dos Estados Unidos nunca fora uma forma de trazer justiça, amparando com as leis os que haviam sido lesados e condenando os culpados. Inclusive, quando a Comissão se encera nenhum tipo de reparação às vítimas de tortura fora feito.

É possível acompanhar na página do Congresso dos Estados Unidos, a ordem cronológica das decisões que foram tomadas depois das Comissões do Senado a respeito do mau tratamento de prisioneiros no Iraque. No dia 12 de maio de 2004, um dia após a Comissão que uso nesta parte do texto como fonte primária, os senadores exigiram que o presidente dos Estados Unidos e outros funcionários do governo, transmitissem à Comissão, documentos que estivessem em suas posses e que diziam respeito ao encarceramento de pessoas no Iraque, em Guantánamo e no Afeganistão. No dia 23 de junho de 2004, o Senado fez novamente a mesma requisição ao presidente e aos demais dirigentes do governo. Não há informações dizendo se foram ou não entregue os documentos. A maior probabilidade é que não foram.

É possível observar neste histórico da Comissão do Senado, que o mais próximo que os torturados do Iraque chegara da justiça, fora quando em junho de 2004, os senadores estadunidenses votaram uma menção pedindo que o presídio de Abu Ghraib fosse demolido como símbolo da aversão do governo estadunidense aos maus tratos dos prisioneiros e, consequentemente, fosse substituído por instalações penitenciárias mais modernas.

. . .

Antonio Mario Taguba, Lance Smith e Stephen Cambone, tinham a responsabilidade de endossar a ordem do discurso e de reparar o que havia saído do controle, quando o Relatório Taguba fora vazado na internet. Naquele momento histórico acerca da narrativa da Guerra do Iraque, aqueles três homens passaram a habitar uma esfera do Estado denominada por Agamben (2008) de *bando soberano*, que consiste, respectivamente, em um espaço de indeterminações políticas e jurídicas. Estavam todos abandonados, e ainda assim completamente vigiados, permaneceram naquelas três horas à deriva da mal-dição do juramento.

A função do juramento daqueles três servidores públicos, era tornar as coisas estáveis, constituindo-se como sacramento do poder político. Em outras palavras, estes três indivíduos que juraram na comissão, passaram a estar sob o julgo dos anseios do estado de exceção. Mas, note o seguinte fator: quando intitulo o juramento como um sacramento do poder, embaso meus apontamentos na teoria arqueológica do juramento de Agamben (2011), onde sagrado não se entende como algo santo, inerente a alguma divindade religiosa. Na realidade, a palavra “sagrado” deriva-se do termo em latim *sacer*, que significa aquele que fora tirado da esfera da religião e passou a habitar uma esfera de mal-dição; e, passa então a subsistir em uma zona de abandono, localizada no centro dos interesses do Estado, e ainda assim, paradoxalmente, não deixa também de ser uma margem deste último, onde todo tipo de vida humana é desapropriada de valor e significado.

É compreendendo o juramento como um sacramento do poder, que nos permite de uma forma mais simples, entender o que diferenciava o juramento dos três depoentes da Comissão do Senado, respaldado sob o signo do estado de exceção, de juramentos proferidos em tempos ordinários. Com base em um juramento assertório, ou seja, que se referia a atos do passado, o Major General Antonio Mario Taguba, o subsecretário de defesa Stephen Cambone e o General da Força Área dos Estados Unidos, Lance Smith, não se reuniram naquele momento para debater o que não havia sido debatido, elucidar o que até então estava hipoteticamente encoberto: os seus juramentos, seguidos dos seus testemunhos, não davam existência a um novo estado de coisas, mas sim procuravam com todos os artifícios linguísticos disponíveis a voltar e a conservar um *status quo* da narrativa da exceção.

Por mais complexo que possa parecer, Taguba, Cambone e Smith experimentaram a mesma esfera de abandono do direito que os detidos abusados, torturados e assassinados (e que naquele momento eram a pauta da Comissão do Senado), de Abu Ghraib ou em outros buracos negros jurídicos, disfarçados de penitenciárias espelhados pelo mundo e, tutelados pelo governo dos Estados Unidos.

Como pontuara Agamben (2011), na sua arqueologia sobre o juramento, este último deve ser compreendido como “o um rito oral, que é completado por um rito manual que pode ser sempre variável” (Agamben, p.12, 2011). Por sua vez, a Comissão do Senado é esta performance, este “rito manual”, do qual o filósofo se refere. A quantidade absurda de cinegrafistas e repórteres, fez deste “rito” um espetáculo televisionado: naquele momento, na Comissão do Senado, o juramento e o seu rito manual não garantiam apenas a eficácia da linguagem, mas também atestavam a realidade promovida pela condição de exceção.

Houve inúmeras inconsistências nos depoimentos, como veremos ao decorrer deste capítulo. Situações, inclusive, que vistas por cima, colocariam a veracidade do juramento dos depoentes em condição de desconfiança. Em outras palavras, olhando na superfície de todo o acontecimento pareciam mentiras deslavadas. É esta uma das maiores dificuldades de lidar com narrativas oriundas de espaços de exceção: elas sempre deixam transparecer por suas extensões o que elas não são. E aceitar o que aparece na superfície é algo tão “natural”, que aparenta ao pesquisador que errado seria ele escrutinar a própria fonte, que aos poucos vai se mostrando esburaca, inconclusiva e em última circunstância confusa.

Lidar com narrativas da exceção é questionar, inclusive, as falhas que elas se permitem mostrar. O que quero dizer, é que naquela audiência não houve perjúrios, pelo menos não no sentido que entendemos como verdade e mentira. Aqueles três homens eram testemunhas de uma realidade controlada de exceção, ou seja, eles falavam em nome desta realidade, em prol deste ordenamento jurídico essencialmente semântico. Entendê-los como mentirosos, simplificaria em demasia todo o processo de cuidado e vigia com a realidade que o governo dos Estados Unidos estava fazendo, desde o

momento em que a invasão do Iraque começou, até toda a atrocidade que tomou conta do presídio de Abu Ghraib aparecer na mídia.

Na realidade, “mentiras” que aconteceram na Comissão do Senado, foram os momentos em que o Major General Taguba por deslize ou propositalmente, desafiou a ordem do discurso, deixando fissuras na sua própria reprodução do discurso dominante. Lidar com produtos de espaços da exceção, requer sempre ter em vista que há uma lógica de inversão por trás de uma realidade obscurecida e que permeia por zonas de indistinção.

Se em sua pesquisa acerca do juramento, Agamben (2011) pontuara que o *homo sapiens* ainda não conseguira acender totalmente à linguagem; imagine, então, em qual condição se encontrava aqueles três homens diante da linguagem da exceção, respaldada por uma ordem do discurso sempre vigilante oriunda de um estado de exceção? Era uma situação caótica. E quando digo que eles estavam em uma esfera de abandono e sujeitos a maldição do juramento, estou pontuando que as falas vigiadas destes seriam seu passaporte para fora desta condição. Caso não fomentassem a ordem do discurso, a sua tendência seria a inércia da condição de abandono.

Perceba: não os defendo. Dos três que compunham a Comissão do Senado, Stephen Cambone era o mais familiarizado com a ordem do discurso e com toda a lógica de exceção, oriunda das camadas mais altas da administração Bush. Mas, é inegável que durante aquele momento ele também estava abandonado, no sentido de habitar o *bando do Estado* e, que seu comportamento durante a Comissão seria decisivo para a sua permanência ou não neste espaço de excepcionalidade eterna.

Observe que para Agamben (2011), o juramento é composto por três partes: uma afirmação, a invocação dos deuses e por último a maldição do perjúrio. O juramento de Taguba fora o único dos três envolvidos que apresentou todas estas características citadas por Agamben: havia, por exemplo, uma ordem do discurso, que implicava nitidamente que o governo precisava ser protegido de qualquer tipo de acusação. Além, é claro, desta mesma norma se comportar como o próprio ordenamento jurídico.

VII. Antonio Mario Taguba

Nascido nas Filipinas em 31 de outubro de 1950, Antonio Mario Taguba se mudou para o Havaí, território estadunidense, quando tinha apenas 11 anos de idade. Seu pai fora naturalizado como militar do exército dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, quando lutou no 45° Regimento de Infantaria, na Divisão Filipina. Taguba só fora escolhido para liderar a investigação em Abu Ghraib, por uma questão meramente burocrática. Tendo em vista que a sua investigação fora direcionada apenas para averiguar a participação da 800° brigada de polícia do exército, nos casos de maus tratos aos prisioneiros, e a comandante da respectiva brigada era uma General de Brigada 1 estrela, o regulamento do exército dos Estados Unidos prevê que investigações deste porte, só podem ser precedidas por militares superiores ao militar que está sendo investigado. Taguba era um General 2 estrelas e naquele momento estava disponível para realizar o trabalho.

A mal-dição do juramento recaiu sobre o Major General Taguba pela sua dificuldade em lidar com as exigências da ordem do discurso. Depois da sua performance desastrosa para o governo Bush, Taguba fora prontamente afastado dos serviços na Guerra do Iraque e enviado para trabalhar em serviços burocráticos no Pentágono. O sacramento do poder não apenas retirou Taguba das suas funções, assim como também retirou a própria significação do seu trabalho.

Quase três anos após os acontecimentos na Comissão do Senado, o Major General Antonio Mario Taguba, decidiu falar pela primeira vez sobre a sua situação. Em uma entrevista exclusive para Seymour Hersh do *The New Yorker*[18], que fora publicada no dia 7 de junho de 2007, o então militar declarou que havia se sentido coagido do momento que finalizou a sua investigação, até o dia da sua aposentadoria. Na época desta entrevista, Antonio Mario Taguba havia sido “convidado” pelos seus superiores a se aposentar, e este é um fator importante para que se entenda o nível de “liberdade” que Taguba teve ao proferir declarações polêmicas durante toda a sua entrevista; ou seja, ele já não fazia mais parte do exército e, principalmente, havia sido dispensado pelo mesmo.

Segundo Antonio Mario Taguba[19], no dia 6 de maio de 2004 ele fora convocado para se reunir com o secretário de defesa, Donald Rumsfeld, pela primeira vez em sua vida. Um fato muito interessante, é que nesta entrevista Taguba afirma que desde o início em que fora convocado para liderar a investigação em Abu Ghraib, sabia que sua carreira seria prejudicada. A questão é: como o militar sabia que isto o prejudicaria? Sabia porque a partir daquele momento seria difícil segurar a ordem do discurso? Sabia que o prejudicaria porque talvez reconhecia que não estava à altura de manter todo o sistema argumentativo da guerra e que consequentemente isto o prejudicaria? Ou porque sabia que por ser estrangeiro e naturalizado, seria sacrificado mais fácil de ser sacrificado?

De qualquer forma, Taguba afirma que quando entrou na sala de conferências de Rumsfeld fora recebido com zombaria: “lá vem o famoso Taguba... o do ‘Relatório Taguba’”, teria dito o secretário de defesa (Hersh apud Rumsfeld, 2007). O militar também afirmou para Seymour Hersh, que havia ignorado os sinais e que não havia percebido, desde o início, que a reunião com Rumsfeld, era sinônimo de problema, não de solução.

Outro ponto que Taguba disse que estranhou, fora o fato de que todos na reunião afirmavam total desconhecimento do caso Abu Ghraib. O que, na concepção do militar seria impossível, pois assim que terminou a sua investigação e produziu seu relatório, enviou o mesmo para todos os seus superiores e, consequentemente, era insustentável que o respectivo documento não tivesse chegado a todos que estavam presentes na reunião. Para Taguba, Rumsfeld estava em estado de negação. Não parava de repetir que ele mal tinha conhecimento dos fatos e que no dia seguinte seria obrigado a depor na Comissão do Senado sobre um assunto que ele desconhecia por completo.

Ainda durante a reunião com Rumsfeld, Taguba fora questionado diversas vezes se ele havia realmente usado a “expressão” correta para descrever o que havia ocorrido dentro de Abu Ghraib: perguntavam ao militar se ele tinha certeza que aquilo era tortura ao invés de abuso. Durante toda a reunião que precedeu a Comissão do Senado, Donald Rumsfeld havia permanecido inquieto. E uma das suas maiores angustia era descobrir quem realmente havia vazado o relatório da investigação na internet.

Outra informação muito importante que pode ser extraída dessa entrevista cedida por Taguba a Seymour Hersh, é o fato de o militar afirmar que enquanto realiza a investigação tentou mostrar as fotos e os vídeos dos detidos torturados, estuprados e abusados a outros militares, inclusive superiores seus, e que os oficiais se recusavam a ver as fotografias, porque temiam o poder inflamatório das mesmas, acreditando que de certa forma, apenas por vê-las, seriam associados aos fatos.

Também contou ao jornalista que quando começou a receber as fotos dos detidos torturados dentro do presídio, as guardou dentro de um cofre que só ele tinha a senha, pois assim conseguiria restringir o acesso as mesmas. A medida tomada, de acordo com o militar, foi necessária para que se pudesse manter o máximo possível a neutralidade da investigação. Evitando que seus investigadores se sentissem sensibilizados quando precisassem entrevistar os militares que apareciam nas fotos.

Quando o secretário de defesa, Donald Rumsfeld, compareceu para depor na Comissão do Senado no dia 07 de maio de 2004, ele afirmou que não sabia de nada do que havia acontecido em Abu Ghraib e que só tinha tido acesso as fotografias de tortura às 19h30min na noite anterior da audiência. Para Seymour Hersh, Taguba afirmou que Rumsfeld havia mentido na Comissão para não se responsabilizar[20].

Também confessou para o jornalista da *The New Yorker* que durante a sua a investigação no presídio havia se sentido limitado, como se estivesse dentro de uma caixa. Disse também que durante toda a sua carreira como militar sofreu discriminação no exército por não falar bem inglês; que sempre precisou fazer seu serviço em dobro para se provar bom; que mesmo se tornando oficial do exército não ganhou nenhum tipo de subsídio para estudar porque não era americano e precisou pagar sozinho, pelos seus três mestrados (relações públicas, relações internacionais e segurança nacional).

Ainda segundo Taguba[21], assim que concluiu a sua investigação e o seu relatório, quando estava voltando para o Kuwait, que era a sua base militar de origem, e se encontrava no mesmo carro que o General John Abizaid, primeiro em Comando nas Forças de Coalização Terrestre no Iraque, este último, que estava sentado no banco do carona, ao lado do motorista, teria olhado para trás, onde Taguba estava, ao lado, inclusive de um dos

seguranças do próprio General Abizaid, e teria dito: “eu vou investigar você e esse seu relatório”[22]. O comentário que Taguba fez sobre a situação é intrigante: ele diz que pela primeira vez em todo o seu tempo de serviço, havia se sentido como se estivesse dentro de uma máfia.

O militar também não mediu esforços para dizer que desde o momento da sua investigação, haviam claros sinais de que a 205° brigada de inteligência militar estava envolvida nos abusos e nas torturas contra os detidos. Taguba confessou em sua entrevista que durante a sua investigação passou vários dias procurando o Tenente Coronel Steven L. Jordan da 205° brigada de inteligência militar e que não o encontrava. Como não podia, necessariamente investiga-lo, o procurava para uma conversa.

Depois de muito tempo, conseguiu encontrar o militar que visivelmente estava sem fazer a barba há dias, o que despertou em Taguba a possibilidade de que o respectivo Tenente Coronel estava realizando seus serviços dentro do presídio sem uniforme e, se passando pelo pessoal civil contratado pela inteligência militar. Ainda assim, Taguba aponta Jordan em seu relatório[23] como responsável por não vistoriar corretamente os soldados que estavam sob o seu comando e por fazer declarações falsas sobre qual tipo de atividade exercia dentro de Abu Ghraib.

Aproveito para fazer um breve adendo ao leitor de que o Tenente Coronel Steven L. Jordan, fora o único oficial militar dos Estados Unidos levado até um tribunal por conta dos casos de abusos e torturas que ocorram dentro do presídio de Abu Ghraib, já que todos os demais militares que enfrentaram um tribunal eram suboficiais da 800° brigada de polícia do exército. Em agosto de 2007, Steven L. Jordan fora absolvido em um tribunal militar de todas as acusações que havia recebido pela sua conduta em Abu Ghraib, oriundas, em grande parte, do próprio Relatório Taguba.

Segundo os Generais que compunham o júri do Tenente Coronel Jordan, os apontamentos que Taguba havia feito em seu relatório, eram inconclusivos para considerar o respectivo militar culpado. Além do mais, o júri acusou Taguba de não informar ao Tenente Coronel Steven L. Jordan, quais eram os seus direitos e seguranças por estar sendo citado na investigação. Jordan fora condenado apenas por desobediência e sua pena foi um dia de cadeia. A sentença de Jordan fechara o caso Abu Ghraib, fazendo com que

nenhum dos militares acusados fossem considerados realmente culpados pelos crimes que haviam cometido[24].

Acerca da participação que o Tenente General Ricardo Sanchez, segundo em comando na Coalização do Iraque, teve em Abu Ghraib, Taguba afirmou em sua entrevista que o respectivo militar sabia de todo o comportamento degradante que era praticado no presídio. E que inclusive, Ricardo Sanchez, teria visitado diversas vezes o presídio enquanto os abusos ocorriam; assim como havia presenciado interrogatórios com tortura. Sobre a participação do General Geoffrey Miller nos casos de tortura, Taguba não deu muitos detalhes nesta entrevista. Disse apenas que já conhecia Miller antes do caso Abu Ghraib, porque haviam trabalhado juntos. E que depois do seu Relatório, o General Miller passou a fingir que não o conhecia.

No fim da sua entrevista, o General Taguba resume toda a sua participação na investigação do caso Abu Ghraib, da seguinte maneira:

> Eles sempre atiram primeiro no mensageiro. Fui condenado ao ostracismo por fazer o que me pediram para fazer. (...). Eu sei que meus colegas do exército ficaram bravos comigo por falar, mas o fato é que violamos as leis de guerra terrestre em Abu Ghraib. Violamos os princípios da Convenção de Genebra. Violamos nossos próprios princípios e violamos o núcleo de nossos valores militares. O estresse de combate não é uma desculpa, e acredito, ainda hoje, que os líderes civis e militares responsáveis devem ser responsabilizados.
>
> (HERSH, Seymour. The general's report: how Antonio Taguba, who investigated Abu Ghraib scandal, became one of its causalities. The New Yorker, junho de 2007).

VIII. O agrimensor *versus* a ordem do discurso.

Taguba, sentando-se à mesa dos depoentes, não é muito diferente do *homem deitado de costas no escuro* de Samuel Beckett em "Companhia", que recebe pelas costas e na total escuridão, pequenas impressões do mundo fora do seu campo de visão. A narrativa do respectivo militar fora artificialmente apartada dele por uma multiplicidade de dispositivos que regem o estado de

exceção e o seu sintoma, a ordem do discurso, tornando tanto a sua experiência histórica como narrativa vã e precária.

Assim como há uma proximidade nítida entre Taguba e o homem de Beckett, cuja a única companhia é a solidão e toda a informação do mundo lhe chega pelas costas, é impossível desassociar a figura do investigador de Abu Ghraib com a figura quase patética do agrimensor K. no romance “O Castelo” de 1922, de Franz Kafka. Contratado para exercer o ofício de agrimensor em um castelo localizado em uma vila, K. sempre é impedido de exercer o seu trabalho pelo próprio contratante, que impele sua existência para uma condição lamentável de subsistência. Quanto mais K. quer trabalhar, mais empurrado para longe ele é e mais apartado do trabalho que fora contratado, ele fica. A esfera do Castelo se torna inviável, é impossível executar o seu trabalho. Observe a semelhança implícita entre K. que fora contratado para medir o Castelo e Antonio Taguba que fora designado para “medir” as inconveniências ocorridas dentro de Abu Ghraib; no final das contas, nenhum exerceu seu ofício de fato.

Como o próprio Taguba confessou, seu trabalho fora o tempo todo cercado por seus superiores. Mas, este fator já era visível antes mesmo da entrevista que Antonio Taguba cedeu a Seymour Hersh: o fato de que no próprio relatório consta nitidamente que a 205° brigada de inteligência militar, possuía envolvimento direto nas torturas e nos abusos de detidos, e o fato de toda a participação da mesma ter ficado propositalmente suprimida da investigação, nos mostra que K. e Taguba presenciaram o não desdobramento de suas próprias narrativas e atividades. A narrativa, de forma absurda, estava o tempo todo cercada. Ambas são figuras expostas ao ridículo que quanto mais tentam correr, mais pesas no mesmo lugar ficam.

É importante lembrar que a diferença entre os detentos torturados de Abu Ghraib dos três depoentes da Comissão Senado, é que a esfera de abandono cujos últimos habitavam era provisória. E a saída da mesma dependia da capacidade argumentativa que estes homens possuíam em manter a ordem do discurso. Desapropriados das suas experiências e, privados até mesmo das suas próprias biografias, os três depoentes da Comissão do Senado, possuíam a única certeza de que não possuíam nem mesmo seus próprios corpos naquele momento.

Por mais que o Major General Taguba havia sido incumbido de realizar a investigação e, consequentemente, produzir um relatório elucidando os fatos que encontrara dentro do presídio de Abu Ghraib, na ordem do discurso, é observável que “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 1996, p.09).

Dos três declarentes que compunham a Comissão do Senado, o sacramento do poder recaiu apenas sobre o General Taguba. Já o General Lance Smith e o Subsecretário de Defesa Stephen Cambone, assim que deixaram a sessão, saíram, simultaneamente, da esfera de abandono do estado de exceção de Bush. Estes últimos, munidos dos mais diversos artífices argumentativos, seguraram a ordem do discurso. Antonio Mario Taguba, não.

. . .

A ordem do discurso era clara: deixar que o Estado fosse prófugo, ou seja, que o mesmo conseguisse esgueirar-se de possíveis acusações; que *fugisse do seu destino*. A narrativa das testemunhas, oriunda da ordem do discurso dominante, consistia em conduzir a lógica do fato para a percepção de que todas as atrocidades que ocorreram contra a integridade humana dentro do presídio de Abu Ghraib, foram resultadas de uma falha de comando interna do presídio. Assim como, os comportamentos hediondos não poderiam ter partido de nenhuma outra companhia, a não a ser a 800° brigada de polícia do exército, que na época em que os abusos ocorreram, prestavam serviços de encarceramento e reassentamento de detidos e eram comandados pela General de Brigada Janis Karpinski.

O Major General Antonio Mario Taguba, manteve a ordem de afastar o governo Bush de suspeitas e acusações a respeito dos maus tratos de prisioneiros. Em seu relatório, Taguba é categórico quanto as suas descobertas: afirmava que o problema era oriundo de uma cisão na hierarquia militar dentro do presídio de Abu Ghraib; que a General de Brigada Janis Karpinski era a responsável direta pelos casos de abusos e torturas por não ter controlado e nem vigiado corretamente seus subordinados; que não havia ligações de qualquer dirigente do governo Bush com os casos e que medidas

de segurança precisavam serem tomadas para que casos como aquele não voltassem a acontecer. A falha de Taguba foi ter perdido o controle do seu próprio relatório. É muito provável que caso o relatório não tivesse sido exposto na internet, Antonio Mario Taguba não teria sofrido represálias e o ordem do discurso não teria sido ameaçada, já que seu anonimato continuaria sendo preservado.

Quando questionado pelos senadores da Comissão do Senado, por qual motivo ele não havia investigado os militares da 205° brigada de inteligência, Taguba respondeu que recebeu a ordem apenas de investigar a 800° brigada de polícia do exército. Mas, por quais motivos o Major General, conduzindo uma investigação de grande porte como aquela, seguiria uma ordem prejudicial para os próprios resultados da mesma, desconsiderando a importância que a inteligência militar desempenhou no caso? A resposta, possivelmente, é que Antonio Taguba mantinha em seu relatório o tom do discurso e todo o aparato argumentativo da exceção. Quesito que lhe foram exigidos antes mesmo de que o mesmo iniciasse a investigação.

Ainda assim, a narrativa de Taguba possui algumas pequenas inconsistências em relação a própria ordem do discurso, e foram estas inconsistências que lhe custaram, por fim, o sacramento do poder do seu próprio juramento. Como por exemplo, o fato de que mesmo não aprofundando a sua investigação a respeito dos militares da 205° brigada de inteligência militar, ainda assim ele colocou em seu relatório que havia uma possibilidade de que não apenas militares da inteligência, como também empreiteiros estivessem envolvidos nos casos de abusos e maus tratos. Quando questionado na Comissão do Senado se ele entrevistou o Comandante da 205° brigada de inteligência militar, Taguba responde que *apenas conversou*.

De todas as questões que ficaram em abertas ou subentendidas no Relatório Taguba, a mais pungente, tendo em vista toda a lógica da ordem do discurso, referia-se à associação que Taguba fez entre o início dos abusos em Abu Ghraib e a transferência do Major General Geoffrey Miller, responsável pelos interrogatórios na prisão de Guantánamo, e que fora direcionado ao Iraque para cuidar dos mesmos assuntos.

Esta afirmação que ficara subentendida no relatório e que depois fora confirmada pelo próprio militar durante o seu depoimento na Comissão do

Senado, turbilhonou não apenas a audiência em questão, mas fora o veredito que condenou Taguba á mal-dição do juramento. O Major General Antonio Mario Taguba, confirmou a relação entre a transferência de Geoffrey Miller e os abusos em Abu Ghraib para o senador Carl Levin em seu depoimento. Por sua vez, o senador devolveu a pergunta a Stephen Cambone que não hesitou em desmenti-la, tendo em vista a sua posição como líder civil dos dois militares depoentes da sessão:

> Sen. Levin: o secretário Cambone disse antes que, ainda há poucos minutos, que a mudança de comando na prisão não significava que o comandante da brigada de inteligência militar, tivesse autoridade de comando sobre os policiais do exército. Mas, o seu relatório [se dirigindo a Taguba] diz ao contrário: que a decisão de transferir o comando da prisão para o comandante da inteligência militar, acabou colocando este último efetivamente no comando da polícia do exército. Você mantém essa declaração?
>
> Gen. Taguba: o senhor está perguntando para mim?
>
> Sen. Levin: claro!
>
> Gen. Taguba: senhor... eu questionei a ordem que foi dada ao coronel Pappas no dia 19 de novembro de 2003. Isto não estava sob a minha supervisão. Pedi a ele que falasse quais eram a suas responsabilidades no presídio.
>
> Sen. Levin: O seu relatório afirma que, *abre aspas,* "efetivamente tornou os oficiais da inteligência militar, ao invés dos oficiais da polícia do exército, responsáveis pelas unidades de polícia do exército que conduziam as operações com detidos naquela instalação", *fecha aspas.* É essa a sua conclusão?
>
> Gen. Taguba: Sim senhor, porque a ordem deu a ele o controle tático de todas as unidades que residiam em Abu Ghraib.
>
> Sen. Levin: Secretário Cambone, você concorda com isso?
>
> Sub. Sec. Def. Cambone: a questão do controle tático, eu...
>
> Sen. Levin: Você concorda ou não concorda?
>
> Sub. Sec. Def. Cambone: Sim senhor!
>
> Sen. Levin: O quê?!
>
> Sub. Sec. Def. Cambone: Sim senhor, eu não concordo que a ordem que colocou o coronel Thomas Pappas no comando de

> Abu Ghraib deu a este a autoridade para dirigir de forma direta todas as atividades de Abu Ghraib. *Não é mesmo general?*
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Depois de todo este mal-estar, restou a Taguba uma espécie de silêncio imposto. Ele não confirmou a fala de Cambone e ficou visivelmente desconfortável. O problema com o General Geoffrey Miller era um só: ele era o militar, envolvido nos casos de abusos e torturas em Abu Ghraib, cuja as ações que tomou dentro do presídio estavam mais próximas do governo, ou seja, levantar suspeitas em cima do nome de Geoffrey Miller, abriria um caminho de desconfianças que chegaria até a administração Bush. Além do mais, o militar em questão, fora transferido para o Iraque sob as ordens diretas do próprio Stephen Cambone. E, assim que chegou em Abu Ghraib, o General Miller, que era Comandante das operações de detenção e interrogatório no presídio da baía de Guantánamo, em Cuba, trouxe uma proposta de "otimização" para as atividades de inteligência que eram executadas dentro do presídio.

IX. *"Guantanamomizando"* Abu Ghraib.

O General Geoffrey Miller chegou a Abu Ghraib, com uma ideia fixa: queria *guantanamomizar* o presídio iraquiano. Portando seus manuais *KUBARK* de técnicas de interrogação de exceção, resultados de uma pesquisa secreta da *Central Intelligence Agency* - CIA sobre coerção de detidos, que durou toda a década de 50 e atingiu um orçamento de um bilhão de dólares e, que depois fora vendida para miliares cliente do governo dos Estados Unidos na América Latina, na América Central e na Ásia; os manuais em questão, de caráter "pedagógico", serviam e ainda servem para treinar interrogadores.

O texto "*KUBARK - Counterintelligence Interrogation"*, foi impresso de forma definitiva para ser distribuído aos militares na década de 60 e foi por duas décadas a conduta padrão para interrogatórios. Fora James J. Angleton o contraespião da CIA que coordenou todo o projeto de pesquisa que resultou no

respectivo manual. O jornal *The New York Times,* o define como um homem "sofisticado, erudito, ocasionalmente espirituoso e totalmente frio" [25]. O nome "*KUBARK"* é, na verdade, um criptônimo da CIA. KU é um díptico aleatório, e BARK é a forma com que a agência de inteligência se referia a si mesma. O manual é um produto da Guerra Fria, e era utilizado, principalmente, contra espiões, vendedores ambulantes, imigrantes, desertores e entre outros seres humanos, cuja a revogação da humanidade por forças como o próprio Estados Unidos, não implicaria em crime. Em 1996, devido a pressão popular civil dentro dos Estados Unidos, a CIA tornou público o manual, referindo-se ao mesmo como uma técnica obsoleta.

A inovação que os manuais *KUBARK* trouxeram para as técnicas de interrogatório, consistia na isenção do contato físico entre torturador e torturado, já que a maioria das suas técnicas são voltadas para questões psicológicas. Conhecidos também como *Manual de Treinamento em Exploração de Recursos Humanos,* os respectivos compêndios defendem o uso de privação sensorial, subtração de sono, ameaças, posições de estresse que resultam em dor física e debilidade, entre outras práticas coercitivas que segundo os manuais otimizam os ganhos da inteligência militar. O manual *KUBARK* é a inscrição definitiva da exceção dentro da lei. O seu texto não só incentiva a tortura, como a legaliza como um procedimento padrão de interrogatório, utilizado de forma indiscriminada em qualquer indivíduo sob suspeita.

O jornalista Tom Engelhardt, ciente do uso das técnicas *KUBARK* no presídio de Abu Ghraib, escreveu um texto para a revista *Mother Jones* em maio de 2004, que discutia exatamente os impactos que este tipo de técnica de interrogatório gera no âmbito social da qual ele é fruto. Definindo as técnicas usadas pelo General Miller no Iraque como "situações produtora de atrocidades", o jornalista, embasado em uma opinião técnica, discute o fato de que quando estes torturadores voltam para a casa, eles trazem consigo as suas práticas.

O que, respectivamente, a longo prazo, cria um corpo de torturadores acostumados ao emprego de violência injustificável. A questão que o jornalista chama a atenção, que é que quando se usa tortura "fora de casa", a longo prazo, este comportamento violento também será aplicado "dentro de casa".

"Nossos torturadores – aponta o jornalista – irão naturalmente cruzar as linhas constitucionais em casa, não importa o quão supostamente 'sagradas' possam ser. Está na natureza da besta" [26] (Engelhardt, 2004). Esta reflexão feita por Engelhardt é muito importante, porque ela nos possibilita entender a equação básica por trás da institucionalização do estado de exceção no Iraque. Ou seja, a exceção chega ao Iraque, concomitante a guerra, porque o seu invasor, os Estados Unidos, já guardava dentro do seu ordenamento jurídico situações onde a exceção já estava inscrita na lei. A tortura já era institucionalizada dentro do Estado que construiu no Iraque o Estado de Coalização ou governo provisório. Perceba: a tortura já era uma pré-condição do governo americano, quando o mesmo reformou Abu Ghraib e outros presídios no Iraque. Há um momento muito significativo durante a audiência da Comissão do Senado, onde é questionado o significado do termo "*guantanamomizar"* Abu Ghraib:

> Sen. McCain: Em sua opinião... bom, talvez seja melhor eu perguntar direto ao General Taguba: até ponto a cadeia de comando estava ciente do que esteve acontecendo? Quando alguém diz que vai *guantanamomizar* uma prisão; um subordinado não pensa algo como: '*então vamos mudar as regras?'*
>
> Gen. Taguba: Senhor, prefiro não especular sobre isso. E, eu não sei exatamente o que o General Miller quis dizer com *guantanamomizar* Abu Ghraib.
>
> Sen. McCain: Eu acho que é bem óbvio o que ele quis dizer. Mas, mesmo assim, obrigada.
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Para Stephen Cambone[27], quando o General Miller disse entre os soldados rasos que foram entrevistados por Taguba[28], em um momento de "descontração" que queria *guantanamomizar* Abu Ghraib, ele simplesmente estava querendo dizer que queria estabelecer dentro do presídio uma relação de cooperação entre as brigadas militares. Em síntese, na opinião do subsecretário de defesa, *guantanamomizar* significava reestabelecer ordens

nos procedimentos de interrogatório e encarceramento em Abu Ghraib. Note que mesmo diante da audiência da Comissão do Senado, imbuído desta norma do discurso da exceção onde a violência é naturalizada, Stephen Cambone nem se quer hesitou em dizer que "*guantanamomizar",* fazendo referência a um dos presídios mais violentos tutelados pelos Estados Unidos, era uma forma violenta de fazer valer ordens e disciplina.

. . .

É discutido durante a Comissão do Senado, já que os senadores tinham em mãos o Relatório de "otimização" do General Geoffrey Miller para o presídio de Abu Ghraib (documento que não fora disponibilizado pelo governo ao *The Torture Database* e que por isso não tive acesso), o mesmo recomendava que para os ganhos da inteligência militar serem satisfatórios, era necessário que o Comando Tático de todo o presídio passasse para o comandante da 205° brigada de inteligência militar, o Coronel Thomas Pappas. A única necessidade que Geoffrey Miller viu dentro do presídio era a demanda urgente de acomodar a inteligência militar no comando de Abu Ghraib.

Ao propor essa mudança na cadeia de comando de Abu Ghraib, o General Miller estava subordinando a 800° brigada de polícia do exército à 205° brigada de inteligência militar. Tendo isto como um fato, as conclusões do Relatório Taguba seriam ou inverossímeis ou descartáveis, já que todo o relatório incriminava a comandante da 800° brigada de polícia do exército pelas atrocidades cometidas dentro do presídio.

Em sua defesa e principalmente da ordem do discurso, o Major General Taguba disse que sabia da existência do relatório do General Miller, mas que não havia lido. Da mesma forma, disse que também sabia da existência dos relatórios da Cruz Vermelha, que denunciavam as práticas de interrogatório, usadas em Abu Ghraib, pelos militares da 205° brigada de inteligência militar, como tortura. Mas, que assim como o relatório do General Miller, ele também não havia lido. E continuava insistindo que os acontecimentos de Abu Ghraib, eram uma falha de liderança, contradizendo a si mesmo.

> Sen. Carl Levin: Isto é mais do que uma falha na liderança. É uma decisão ativa por parte da liderança. Não é apenas descuido, negligência ou desleixo, mas sim uma determinação proposital e intencional de usar essas técnicas como parte de um processo de interrogatório. E você inclui isso no seu relatório chamando de fracasso de liderança?
>
> Gen. Taguba: Sim senhor.
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

De toda forma, no começo de novembro de 2003, o Tenente General Ricardo Sanchez, Comandante das Forças de Coalização no Iraque, autorizou de forma oficial a proposta de Miller, permitindo que a 205° brigada de inteligência militar assumisse todo o comando tático do presídio de Abu Ghraib. No Relatório Taguba, é apontado que as torturas e os abusos começaram no dia 15 de outubro de 2003.

Mas, subordinar a 800° brigada de polícia do exército à 205° brigada de inteligência militar, não fora a única medida proposta pelo General Miller e adotada pelo Tenente General Ricardo Sanchez: técnicas de exceção de interrogatório também foram adotadas e aplicadas. Entretanto, não há em nenhum momento durante a Comissão do Senado uma concordância entre os três depoentes, de quais técnicas eram estas de fato. Em um determinado momento, Stephen Cambone diz que a única técnica proposta por Miller e autorizada por Sanches no presídio, era a solitária de 30 dias[29]. Já em outro momento Lance Smith assume que também fora adotado no presídio técnicas de interrogatório usando cães para amedrontar e ameaçar os detidos[30]. Seja como for, não houve consenso de quantas técnicas foram usadas e no que elas consistiam.

A participação efetiva do General Geoffrey Miller nos abusos e torturas contra os detidos, não é assumida por nenhum dos depoentes. Na fala de Antonio Mario Taguba, quando se diz respeito a Miller, há sempre o esquivo; na fala de Lance Smith, há uma espécie de defesa atrapalhada: ora Smith pontua que pode ter ocorrido alguma coisa, outrora diz que não. Mas, a importância da participação de Miller em todo o processo que firmou a

desumanização dos detidos de Abu Ghraib, é visivelmente refletida na retórica de Stephen Cambone, que em determinados momentos da audiência perde a compostura para defender Miller com tamanho ímpeto, que soa como devoção:

> Sub. Sec. Def. Cambone: Senhor, novamente: a sua sugestão de que a frase do relatório Miller que diz "estabelecer condições" equivale a pedir que a polícia do exército se envolvesse em comportamentos abusivos, é, creio eu, uma interpretação equivocada da verdadeira intenção do General Miller.
>
> Sen. Reed: Senhor secretário, o que eu estou dizendo é que qualquer pessoa na sua posição deveria ter feito perguntas. Uma, especificamente, seria: "o que significa estabelecer condições para estas tropas que devem respaldar suas ações de acordo com as Convenções de Genebra?"
>
> Sub. Sec. Def. Cambone: Senhor...
>
> Sen. Reed: Você fez esta pergunta?
>
> Sub. Sec. Def. Cambone: Eu não tive que fazer este tipo de pergunta. Sabe por quê? Porque tínhamos passado por um processo [de treinamento] onde todos entendiam quais eram os limites em relação ao Iraque e quais eram os limites em relação a Guantánamo.
>
> Sen. Reed: Senhor secretário, qual era a condição dos detidos naquela prisão, segundo as Convenções de Genebra?
>
> Sub. Sec. Def. Cambone: Desculpe, senhor. Mas, qual prisão?
>
> Sen. Reed: Qual prisão?! A de Abu Ghraib, claro!
>
> Sub. Sec. Def. Cambone: A de Abu Ghraib? Ela está amparada tanto no artigo 3 da Convenção de Genebra, quanto no artigo 4.
>
> Sen. Reed: Deixe-me recitar para o senhor, o artigo 4: "*pessoas protegidas pela Convenção são aquelas que a qualquer momento e de qualquer maneira, se encontram em caso de conflito ou ocupação, nas mãos de uma potência da qual não é da sua nacionalidade".* Permita-me ler agora o artigo 31: *"nenhuma coerção física ou moral será exercida contra pessoas protegidas para obter qualquer informação dela ou de terceiros".*
>
> Sub. Sec. Def. Cambone: Senhor, estamos de acordo aqui. O que...
>
> Sen. Reed: Estamos de acordo? Eu acho que não, senhor secretário.

> Sub. Sec. Def. Cambone: Estamos de acordo quanto aos termos...
>
> Sen. Reed: O General Miller sugeriu que forças da guarda fossem usadas para definir as condições [dentro de Abu Ghraib], com base no método de Guantánamo e, esses métodos eram coercitivos. No entanto, você escolheu não perguntar sobre isso. Você estava completamente alheio [a situação do presídio].
>
> Sub. Sec. Def. Cambone: Não, senhor. Novamente, o que eu disse foi que sabíamos quais eram as circunstâncias em relação a Guantánamo. Sabíamos quais eram as circunstâncias em relação ao Iraque. Entendemos que as Convenções de Genebra se aplicam ao Iraque. E isso, novamente, volto ao que continuo dizendo aqui: a ideia era que tinha que ter uma cooperação [entre a 205° brigada de inteligência militar e a 800° brigada de polícia do exército], uma atitude cooperativa, uma formação de equipe; chame como quiser.
>
> Sen. Reed: Senhor secretário, por favor! Por favor!
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em:https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Segundo o subsecretário de defesa, durante seu depoimento na Comissão do Senado[31], o General Miller não tinha autoridade diretiva em Abu Ghraib, no período em que permaneceu no presídio. Ou seja, Cambone estava afirmando que Miller não tinha poder de mudar ou de criar novas formas de interrogatório. Mais uma contradição entre a sua fala e ade Taguba. E que ele fora enviado ao Iraque apenas para encontrar maneiras de otimizar as informações de inteligência, sem, necessariamente, aplicá-las. Era como se fosse uma espécie de trabalho de observação, cujo a única função seria visualizar os problemas, encontrar soluções e apresentar estas últimas para o Major General Ricardo Sanchez, cabendo a este aceitá-las ou não.

Logo, se abusos e torturas se tornaram parte da rotina de tratamento dos prisioneiros, e se o General Miller, não havia imposto nenhuma mudança, como o próprio Stephen Cambone defende durante todo o seu depoimento na Comissão, afirmando que o respectivo General apenas havia sugerido novas técnicas de interrogatório, diante disso, o responsável legal pelos crimes que ocorreram em Abu Ghraib, seria o Major General Ricardo Sanchez, superior

hierarquicamente de Geoffrey Miller, que, independentemente de quais técnicas de exceção foram usadas no presídio, elas foram permitas por ele; já que durante a Comissão os próprios depoentes afirmaram que Sanchez havia autorizado novas técnicas. Posto isto, diante deste cenário, a então comandante da 800° brigada de polícia do exército, Janis Karpinski, também permaneceria sem culpa. Foram mais de três horas de audiência e nenhum dos senadores levantou qualquer tipo de dúvida em relação a conduta de Ricardo Sanchez nos abusos.

O que estou tentando mostrar é que antes mesmo do juramento dos três depoentes, antes ainda da Comissão do Senado ocorrer, a ordem do discurso que respaldava toda esta situação de exceção, já era existente. A Guerra do Iraque, sempre fora contada de uma forma diferente em relação aos próprios fatos. Olhar para uma situação como esta que citei anteriormente, onde diversas provas acercas dos crimes que foram cometidos apontavam claramente para cima da Cadeia de Comando e se deparar com um esforço absoluto dos dirigentes do governo e inclusive dos próprios senadores em insistir em olhar cada vez mais para baixo na hierarquia militar, para encontrar culpados, não pode ser compreendido, como um esforço absoluto para mentir ou práticas de censura.

Os documentos com os nomes borrados (como veremos melhor no segundo capítulo desta dissertação), a insistência em olhar apenas para um lado quando tudo e todos apontavam para o outro, as falas dissimuladas do presidente Bush em relação à condução da Guerra do Iraque; entre outros fatores, não diz respeito a uma repressão da narrativa, mas sim a um cercamento da realidade. A história e a narrativa dentro do estado de exceção acontecem de uma forma singular: inscrevem-se no vazio e adornam uma espécie de linguagem que carece de inteligibilidade.

Em seu estudo sobre a censura, Robert Darnton (2016) frisa a necessidade de que ao estudar documentos censurados é necessário adentrar na cabeça do censor. Mas, como seria possível realizar este tipo de exercício dentro do presídio de Abu Ghraib? Se os “censores” que trabalhavam neste espaço de exceção, usavam uniformes maquiados, falsificavam seus nomes, trabalham em áreas das quais eles não haviam sido contratados para trabalhar, deixando irrastreável qualquer tipo de informação pessoal? Além do mais,

trabalhavam com “medidas” diferentes, não padronizavam documentos e muito menos, mantinham a mesma narrativa dos fatos por muito tempo.

A discussão na Comissão do Senado que trouxe ao debate a participação do General Geoffrey Miller nos casos de abusos e torturas em Abu Ghraib, levantou uma outra questão que merece ser estudada: segundo Stephen Cambone[32], Ricardo Sanchez só liberou algumas poucas técnicas de exceção durante interrogatórios, porque em novembro de 2003 a prisão estava atravessando um frenesi interno e os detidos estavam incontroláveis. Por toda via, nenhum dos Senadores questiona Cambone sobre quais foram estes motivos que fizeram com que a prisão ficasse fora de controle. Da mesma forma, Stephen Cambone não dá em seu depoimento nenhum tipo de informação que possa ajudar a entender o mês de novembro em Abu Ghraib.

X. O esgarçamento (pós-invasão) no tecido social iraquiano.

Tendo em vista que Abu Ghraib era um sintoma de todo o estado de exceção que era vigente nos anos de 2003 e 2004 no Iraque e, por toda via, também era um espaço de exceção; é preciso entender que o presídio não era um organismo apartado da sociedade e da época em que vivia. E que consequentemente, refletia em seu interior, mesmo que em menor escala, o que acontecia em seu exterior.

Em novembro de 2003, Michael Scherer[33] escreveu para a *Mother Jones,* dizendo que o povo do Iraque estava descontente com a “fila corporativa” que estava sendo formada no país, por empresas estadunidenses tentando lucrar com a reconstrução do mesmo. Uma das primeiras empresas a integrarem a restauração do Iraque foi a *General Motors*, que vendia veículos para agências de ajuda humanitária. O que deixava a população extremamente descontente com os rumos que estavam sendo tomados pelo Estado de Coalização, é que sem um governo iraquiano legítimo, as decisões acerca do futuro do país seriam todas tomadas em Washington; que consequentemente, seriam influenciadas pelos interesses das empresas que faziam parte do esforço de reconstrução.

Os interesses do povo iraquiano e os interesses dos empreiteiros entraram em conflito já no primeiro semestre do Estado de Coalização. Além do mais, novembro marcara a conclusão de um empenho do governo Bush que havia se iniciado em maio de 2003: 192 empresas estatais iraquianas haviam sido privatizadas sem nenhum tipo de consulta pública ou pleito[34]. A responsável pela privatização fora a empresa de consultoria *BearingPoint* que ganhou uma solicitação de US $ 80 milhões.

Dentre as empresas que chegavam com força na reconstrução do Iraque, estava a empresa estadunidense de telefonia móvel *Qualcomn,* que havia ganhado uma solicitação do governo Bush no valor de US $ 200 milhões. A chegada de serviços de telefonia móvel a um custo tão alto para o povo iraquiano, em detrimento da falta de serviços básicos, cujo o interesse da população não fora levado em consideração, os deixava irritados e frustrados. Ainda mais, levando em conta que todos estes milhões pagos às empresas estadunidenses, eram provenientes da receita do petróleo do Iraque.

A invasão estadunidense havia iniciado há apenas sete meses, e US $ 15 bilhões em receitas futura do petróleo iraquiano[35] já haviam sido reservadas pelo Estado de Coalização para pagar as despesas da reconstrução. Mas, esta reconstrução bilionária não dizia respeito a reerguer o Estado, fortalecer as instituições democráticas, distribuição de renda ou qualquer tipo de esforço governamental que fosse benéfico para o meio social. Reconstruir o Iraque, significava apenas uma coisa: distribuir o território iraquiano em capitanias para que as empresas privadas pudessem levantar o seu império. E fora decretado pelo governo provisório que seria o próprio povo, que sem acesso a serviços como saneamento básico e água potável, seriam os responsáveis por arcar com os custos desta reconstrução privada e também da guerra de Bush.

Em 4 de novembro de 2003, Tom Engelhardt escreveu que a situação da iniciativa privada no Iraque era preocupante. Estimava-se que em torno 20.000 funcionários privados e estrangeiros estavam trabalhando no país. O que tornava a iniciativa privada a maior parceira do Governo Bush na Coalização do Iraque; ficando, inclusive, na frente do próprio Reino Unido que havia mandado 11.000 soldados para o conflito[36].

Por toda via, o que mais chama a atenção no texto de Engelhardt é a denúncia que o mesmo faz. Segundo o jornalista[37], o governo Bush havia

desviado milhões de dólares do povo iraquiano, assim como também havia aprendido de forma ilegal diversos tipos de bens materiais da população, no momento em que a guerra começou. Depois de um tempo, o governo explicou que todo o dinheiro aprendido fora para pagar os gastos da própria invasão. Mas não houve nenhum tipo de explicação ou transparência em relação aos gastos ou ao embargo deste dinheiro.

Engelhardt não foi o único a comentar sobre o "dinheiro perdido" do Iraque. O jornalista Emad Mekay[38] da *Inter Press Service,* já havia publicado no final de outubro de 2003, um artigo que comentava o caso. Segundo Mekay, a Autoridade Provisória de Coalização não havia contabilizado em seu escritório no Iraque US $ 4 bilhões de dólares aprendidos no mesmo país. Parte deste dinheiro eram de receitas do petróleo geradas desde maio de 2003.

O governo Bush estava repartindo o Iraque como uma espécie de colônia entre a iniciativa privada. Engelhardt[39] comenta que para ganhar a solicitação de um contrato no Iraque, empresas como Halliburton; Kellogg, Brown & Root (uma subsidiária da Halliburton), entre outras, faziam "doações" constantes para o fundo eleitoral de George W. Bush, que já se preparava para a sua segunda candidatura. Para cada empresa que ganhava o seu contrato de licitação no Iraque, havia uma centena de outras esperando na fila pelo seu momento. Com o desenvolvimento desta nova prática de mercado tão violenta e visando um lucro que não tinha retorno para a população, os trabalhadores iraquianos iam perdendo seus empregos cada vez mais para o pessoal estrangeiro que acompanhavam estas grandes companhias.

> O centro da cidade morre, o Wal-Mart cresce e os donos de empresas locais são deslocados. O efeito da nova lei de investimento estrangeiro do Iraque para as empresas iraquianas de médio e pequeno porte pode ser muito prejudicial e pode resultar em ainda mais concentração de capital no Iraque [entre companhias estrangeiras] (Shorrok apud Engelhardt, 2004).

Com a crise econômica que assolava o Iraque, a população pedia que a democracia fosse aberta para eleições diretas, desde o final do primeiro mês da invasão. Mas, o governo Bush, concomitante a administração de Paul Bremer no próprio país, manteve a retórica de que este não estava pronto para

lidar com a democracia até final de novembro de 2003. Quando o povo começou a ganhar as ruas em protestos pedindo melhores condições de vida e, insurreições surgiram por todo o país desestabilizando inclusive o sistema carcerário e penal frágil que os Estados Unidos haviam implementado no Iraque, a narrativa do governo mudou drasticamente: e em meio ao caos econômico que o país se consumara em novembro de 2003, a administração Bush, começou a ver possibilidades de que já havia chegado o momento de transicionar o Governo de Coalização para outra forma de governo.

Segundo a revista *Mother Jones* de novembro de 2003[40], o que havia acelerado energicamente a retórica do governo Bush para a troca de governo no Iraque, fora um relatório da CIA endereçado a Paul Bremer (o respectivo documento não fora liberado pelo governo ao *The Torture Database* e que por isso também não tive acesso), afirmando que a cada vez mais a população do país se juntava à resistência armada e que com essa adesão maciça do povo aos insurgentes, o governo dos Estados Unidos enfrentaria dificuldades severas para reverter esta situação.

O relatório da CIA deixava claro que os Estados Unidos não estavam apenas perdendo a guerra, mas também o controle que exercia na população e, que a opinião pública no Iraque em relação a presença estadunidense, estava se deteriorando cada vez mais rápido, aumentado o nível de insurgências armadas. O relatório mostrava que a resistência armada não tinha apenas um único núcleo no país, mas que existia uma rede imensa de apoio, que fornecia aos combatentes, moradia e alimentação. Um fator interessante que também é abordado neste artigo da *Mother Jones,* é que ainda antes deste relatório da CIA ter chegado até as mãos de Paul Bremer, o *vice-rei* de Bagdá, este havia dito a repórteres americanos que a opinião pública no Iraque, a respeito da invasão dos Estados Unidos e seus aliados, era uma questão que não tinha como quantificar exatamente *e que a opinião do povo não era como preto no branco*[41].

Ainda em novembro de 2003, Tom Engelhardt[42] escreveu um artigo para a *Mother Jones* chamando a atenção para o secretismo de poder que havia se instaurado em torno da prisão de Guantánamo. Segundo o jornalista, o Presidente Bush “estava trancando o mundo e jogando as chaves fora[43]”. De acordo com Engelhardt, os detidos de Guantánamo eram retirados do seu país

sem nem ter o direito de saber para onde estavam indo, não tinha acesso a uma acusação formal, nem acesso ao tribunal e muito menos o direito de se defenderem. Lembrando ao leitor, que neste mesmo mês, o General Miller já havia prestado seus serviços em Abu Ghraib e suas "correções", que "otimizaram" o presídio como o de Guantánamo, já estavam sendo adotadas pelo Tenente General Ricardo Sanchez.

O respectivo artigo de Engelhardt, também relata que no mês de novembro, o Tenente General Ricardo Sanchez havia permitido que mais de 5 mil pessoas fossem detidas por todo o Iraque para serem interrogadas.

> Imagine isso. 5.000 pessoas detidas apenas por uma possível ligação com a Al Qaeda. 5.000 no total no Iraque, mas evidentemente apenas por esta possível acusação. Detidos onde e em que condições? Iraquianos detidos para interrogatório em vários centros de detenção. Quantos iraquianos ao todo o governo dos Estados Unidos está mantendo e em que tipo de silêncio? Quantos parentes zangados estão esperando por eles do lado de fora dos presídios? Aqui está uma palavra vietnamita que ainda não vi ou ouvi: "pacificação". Quantos iraquianos terão de ser presos em vários locais como o Guantánamo na tentativa de pacificar aquele país? (ENGELHARDT, Tom. Bush's gated comunity, **Mother** Jones, maio de 2004).

Observe a agitação que tomou conta de Abu Ghraib no mês de novembro de 2003 e como esta fora comentada superficialmente pelo subsecretário de defesa dos Estados Unidos, Stephen Cambone, durante a Comissão do Senado, como um dos motivos que "obrigou" o comando da penitenciária a usar técnicas de interrogatório violentas, tinha motivos muito mais sérios do que apenas a justificativa de uma população carcerária rebelde e incontrolável. Enquanto isso, o país mergulhava em uma crise econômica sem precedentes: não havia trabalho, já que todas as novas vagas de emprego criadas eram direcionadas para os trabalhadores estrangeiros da iniciativa privada, consequentemente não havia dinheiro e a fome, junto com a inacessibilidade à serviços básicos, como o de saúde, por exemplo, enfurecia não apenas a população do país que ainda não havia sido detida, mas também os que já estavam detidos.

. . .

Homens, mulheres e crianças famintos, desempregados e humilhados estavam sendo empurrados para salas secretas no meio da madrugada, em Abu Ghraib, expostos a privações sensoriais, como por exemplo, permanecer no escuro por muitas horas, ou submetidos a fortes luzes florescentes, enquanto eram torturados psicológica e fisicamente durante seus interrogatórios; que começavam, em alguns casos, sujeitando os detidos a repetições prolongadas da música tema da "turma do Barney", enquanto eram obrigados a responder questões que não faziam ideia do que se tratavam e muito menos tinham qualquer noção do que a música dizia. Em outros momentos, enquanto permaneciam sendo torturados, os detidos eram sujeitados a longas horas de *Enter Sadman* do Metálica, cujo trecho da música faço questão de reproduzir neste texto:

Diga suas orações, pequenino
Não se esqueça meu, filho,
De incluir todo mundo.
Eu te levo para a cama, te aqueço nela
Te mantenho livre do pecado
Até o Homem de Areia chegar.

Durma com um olho aberto
Segurando seu travesseiro firme
Sai a luz
Entra a noite.
Pegue a minha mão
Nós vamos para a Terra do Nunca

Algo está errado, apague a luz
Pensamentos pesados esta noite
E eles não são como a Branca de Neve
Sonhos com guerra, sonhos com mentirosos
Sonhos com fogo do dragão
E com coisas que vão morder.

(...)

Agora me deito para dormir
Rezo ao Senhor para que zele por minha alma
Se eu morrer antes de acordar
Rezo ao Senhor para levar a minha alma
Silêncio, bebezinho, não diga uma palavra
E não se incomode com os barulhos que ouviu
São só os monstros embaixo da sua cama,

> No seu armário, na sua cabeça.
>
> HAMMETT, Kirk; HETFIELD, James & ULRICH, Lars. Enter Sadman. *In:* Metalica. **Metalica.** Los Angeles: Elektra Records, 1991. CD. Faixa 1.

A letra é muito sugestiva com as práticas de interrogatório que eram realizadas. Será que os interrogadores e torturadores de Abu Ghraib, pediam para que os tradutores, que acompanhavam as sessões de tortura, traduzirem as músicas que estavam sendo usadas? Será que eles explicavam aos torturados o motivo de escolherem a respectiva música? Em uma entrevista para o *Al-Araby*[44] em 27 de novembro de 2015, Ali Shallal al-Qaisi, o homem que ficou conhecido como *Cristo do Iraque*, contou para o jornalista Othman al-Mukhtar que precisou passar por seis cirurgias de reconstrução depois que fora liberado de Abu Ghraib.

Al-Qaisi conta que desde o início se posicionou contra a invasão estadunidense do Iraque e que durante toda a sua vida, nunca teve qualquer tipo de cargo ou relação com os governos de Saddam Hussein. O homem explicou ao jornalista que antes da invasão acontecer, ele era dono de um campo de futebol em al-Amiriya, em Bagdá, e que fora desapropriada à força do seu imóvel pelo exército dos Estados Unidos, que passou a usar o campo de futebol como aterro para despojos de corpos e resíduos de combate.

A situação, como narra al-Qaisi, o desagradou profundamente e por conta disso ele procurou a imprensa para relatar o seu caso. O jornal publicou uma matéria com uma foto dele junto as suas queixas. Na mesma semana, o exército dos Estados Unidos invadiu a casa em que morava e o prendeu, levando-o para um centro de detenção próximo a região que morava; e logo depois de ter sido interrogado, ele fora transferido para Abu Ghraib. Segundo al-Qaisi, durante todo o seu percurso até o centro de detenção, ele esteve com um capuz na cabeça, impedindo-o de ver o lugar para qual estava sendo levado.

O capuz só foi retirado, quando ele começou a ser interrogado. Ao contrário do que se possa imaginar, o interrogatório não aconteceu dentro de

uma sala específica para tal função. Al-Qaisi fora interrogado dentro de um banheiro inundado de água e lixo.

> Estava em um banheiro comum imundo transbordando de água e lixo. Havia dois interrogadores com um tradutor, eles me questionaram minuciosamente por uma hora e meia. Eles me pediram para colaborar com eles e dar-lhes nomes de pessoas que pode representar uma ameaça.
>
> AL-QAISI, Ali Shallal. Inside Abu Ghraib: meeting Ali Shallal al-Qaisi. [Entrevista concedida a] Othman al-Mukhatar. **Al-Araby Al-Jadeed**. Londres, novembro de 2015. Disponível em: https://english.alaraby.co.uk/analysis/inside-abu-ghraib-meeting-ali-shallal-al-qaisi

É sugestivo que na letra da música que mais fora usada para interrogador detidos em Abu Ghraib, o eu lírico peça que para se diga as "orações" e não se esqueça de ninguém. De qualquer forma, em sua entrevista para o *al-Araby*, al-Qaisi disse que relatou aos interrogadores que não conhecia ninguém.

> Eles disseram que não se importavam e me pediram para dar qualquer nome a eles – até mesmo nome das pessoas que eu odiava. Eles disseram "apenas nos dê qualquer nome e vai nos ajudar muito".
>
> AL-QAISI, Ali Shallal. Inside Abu Ghraib: meeting Ali Shallal al-Qaisi. [Entrevista concedida a] Othman al-Mukhatar. **Al-Araby Al-Jadeed**. Londres, novembro de 2015. Disponível em: https://english.alaraby.co.uk/analysis/inside-abu-ghraib-meeting-ali-shallal-al-qaisi

A recusa em dar os nomes daqueles que al-Qaisi supostamente odiava, permaneceu e acabou irritando os interrogadores que voltaram a colocar o capuz em sua cabeça e o ameaçaram de mandá-lo para Guantánamo, um lugar, na descrição dos interrogadores, que até os cães teriam nojo de viver[45]. Depois da ameaça, o capuz fora recolocado em sua cabeça, e al-Qaisi fora transferido para Abu Ghraib. Chegando no respectivo presídio, os militares tiraram novamente o capuz e pediram para que este removesse o seu disdasha[6], o que ele fez prontamente permanecendo apenas

[6] Típica vestimenta masculina dos países árabes que se assemelha a um manto que vai até a altura dos tornozelos.

com sua roupa íntima. Em seguida, os militares pediram para que ele ficasse nu, o que ele recusou. Então, sua roupa íntima foi tirada à força e, em seguida, teve suas mãos e seus tornozelos amarrados.

Os militares permaneceram conduzindo-o, até o momento em que chegaram em uma escada, e por seus tornozelos estarem atados, al-Qaisi não conseguira subir, tropeçou e caiu. Fora levantado a força enquanto alguns militares o chutavam, e outros usavam os seus rifles para bater nele. Sem outra alternativa, restou ao detido subir as escadas engatinhando. Quando terminou de subir, os militares começaram a jogar fezes nele e a palavra “execução” era reproduzida por alto-falantes em todo o ambiente. Al-Qaisi contou, que quando chegou neste lugar em Abu Ghraib, pode ouvir outros detidos gritando por socorro, em árabe, mas que estava impossibilitado de fazer qualquer coisa para ajudá-los.

Depois disso sentiu que os militares rabiscaram alguma coisa em seu corpo nu, mas que não pode ver o que haviam escrito já que sua cabeça fora novamente coberta. Fora então conduzido para uma cela, teve as mãos algemadas acima da sua cabeça e, acredita, que permaneceu até o dia seguinte nesta posição: de pé com as mãos algemadas para cima. No outro dia, recebeu a visita de um interrogador americano que falava árabe com bastante sotaque e, contou para al-Qaisi que havia trabalhado interrogando detidos na Palestina e em Guantánamo.

Logo depois desta breve apresentação, o interrogador o conduziu para o seu primeiro interrogatório em Abu Ghraib, onde novamente escreveram palavras em inglês em seu corpo que ele não entendia. O ex-detento de Abu Ghraib, também afirmou, durante a entrevista, que enquanto estava sendo interrogado recebeu diversos banhos de água fria. E por fim, fora estuprado com canos de arma e cabos de vassoura.

Após o término do primeiro interrogatório, al-Qaisi ficou três dias sem ser alimentado e sem poder dormir. Narra também, que permaneceu todo este tempo sem nenhum tipo de vestimenta e não deixa de citar em sua entrevista o ambiente de estresse que as músicas altíssimas, reproduzidas o tempo todo, em seu bloco de celas, causavam. Ali Shallal al-Qaisi ficou detido em Abu Ghraib de dezembro de 2003 até o final de abril de 2004 e só fora solto do

presídio, de acordo com o mesmo, quando a foto de um dos momentos em que estava sendo torturado, vazou pela imprensa de todo o mundo.

> O zumbido dos fios elétricos ainda está preso em minha cabeça.
>
> AL-QAISI, Ali Shallal. Inside Abu Ghraib: meeting Ali Shallal al-Qaisi. [Entrevista concedida a] Othman al-Mukhatar. **Al-Araby Al-Jadeed**. Londres, novembro de 2015. Disponível em: https://english.alaraby.co.uk/analysis/inside-abu-ghraib-meeting-ali-shallal-al-qaisi

XI. A violência do ordenamento jurídico *semântico* da exceção e a resistência cultural do povo.

O estado de exceção, como já discutido anteriormente, constrói não apenas a sua narrativa, como também a sua própria realidade e seu ordenamento jurídico. O tratamento desumano dado a Ali al-Qaisi pelos interrogadores em Abu Ghraib, era parte integrante de uma série de técnicas e procedimentos aprovados de forma legal e justificados pela "excepcionalidade" da situação, que o próprio governo Bush havia criado. Como observa David Rieff da *Mother Jones*[46], a Guerra do Iraque de Bush criou uma nomenclatura própria que dava respaldo ao ordenamento jurídico que regia e submetia a vida de todos os iraquianos que estavam sob o seu poder.

Segundo Rieff (2004), que passou um tempo no Iraque acompanhando a Coalização estadunidense, era comum entre os militares das forças aliadas à invasão, tratarem todos os inimigos de guerra capturados como bandidos e criminosos. Inclusive, conta que muitas vezes era empregado pelos militares, mais o termo "bandidos" e "criminosos" do que "inimigo".

Como Rieff esteve no Iraque, a sua observação é de extrema importância. Observe, que ao borrar as fronteiras entre as definições de "inimigo de guerra" e "bandido", um sintoma, por mais cruel que seja, comum dentro da excepcionalidade do Estado, cria-se, simultanemante, um movimento de criminalização geral da existência daqueles indivíduos. E é possível que este comportamento de criminalização geral da população, seja um dos fatores

que tenham impulsionado a decisão de Ricardo Sanchez em deter mais de 5 mil pessoas para serem interrogadas e, que por fim, terminariam torturadas, se não assassinadas, e às margens de um Estado que se dizia de direito.

Sobre Abu Ghraib, Rieff (2004) comenta que da perspectiva dos soldados, “seus prisioneiros eram malfeitores. Assim, as retóricas de Washington cobram seu verdadeiro tributo em sangue, sofrimento e conduta vergonhosa”. Apesar de que grande parte do Iraque comemorou a queda de Saddam Hussein, o país, quase em totalidade, repudiou a ocupação estadunidense. A população enxergava os americanos como estrangeiros que precisavam deixar o país o mais rápido possível. Ainda sobre a forma com que os militares dos Estados Unidos realizam as detenções no Iraque, Rieff escreveu para a *Mother Jones* que:

> A brutalidade de Abu Ghraib é apenas um elemento em um quadro mais amplo de brutalidades por parte dos ocupantes que se desenrola de muitas formas nas operações de isolamento e busca no chamado “Triângulo Sunita” do Iraque central, que resulta em detenções arbitrárias de iraquianos, que praticamente todos os repórteres no Iraque já testemunharam. No caso do cordão de buscas, as forças americanas rotineiramente soltaram cachorros em quartos femininos de complexos iraquianos e forçaram até mesmo os homens que eles eventualmente nem prenderiam a se sentarem amarrados e, muitas vezes, encapuzados no chão enquanto os outros soldados rasgavam pertences da família em busca de armas ou documentos. Quanto as detenções em si, em minha experiência, muitas vezes terminam com um soldado americano com a sua bota nas costas de um 'suspeito' iraquiano, cercado por um perímetro de tropas americanas com M-16s no ombro e prontos para atirar.
>
> RIEFF, David. Good soldiers and ‘bad guys’. Mother Jones, Califórnia, Estados Unidos, 7 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/good-soldiers-and-bad-guys/. Acesso em: janeiro de 2021.

Enquanto o sistema carcerário e penal do Iraque entrava em colapso e a força coercitiva do estado de exceção acentuava suas práticas de violência nos corpos destes indivíduos, somado a toda crise econômica que estava empurrando diariamente milhares de pessoas para a extrema pobreza, o

presidente Bush julgou oportuno o momento e, começou um movimento para realizar mais uma desapropriação em solo iraquiano.

No final de abril e começo de maio de 2004, o governo de Coalização de Paul Bremer lançou um concurso cultural[47] para redesenhar a bandeira do Iraque, já que para os dirigentes do governo Bush a bandeira era muito saddamista, mesmo que a criação desta antecedesse os anos de governo de Saddam Hussein. Engelhardt escreveu em maio de 2004, para a revista *Mother Jones,* narrando o caso. Segundo o jornalista, o desenho da nova bandeira, consistia em duas faixas azuis paralelas, que representavam os rios Tigres e Eufrates, em um fundo branco. E entre as duas faixas azuis, havia uma faixa amarela que simbolizava os curdos do Iraque e, somado a todos estes elementos, um crescente azul também fazia parte da bandeira e estava na mesma para representar o Islã.

Engelhardt conta que os iraquianos rejeitaram a proposta do governo de Coalização e, disseram que a bandeira se parecia em demasia com a flâmula israelense. Desta forma, a velha bandeira com suas cores vermelho, preto e verde, se transformou em símbolo de resistência para a insurgência, fortalecendo ainda mais o aparato simbólico da resistência armada.

Outros elementos históricos e culturais do Iraque se resinificaram durante os primeiros dozes meses de invasão. Como por exemplo, a fonte de Kahramana feita pelo escultor iraquiano Muhammad Ghani Hikmat no final da década de 60. A escultura localizada na Rua Sa'adoon, em Bagdá, retrata uma cena do conto de Ali Babá e os Quarenta Ladrões, oriunda das Mil e uma Noites, em que a escrava Marjana enganou os ladrões e incitou-os para que estes se escondessem dentro de vasos, onde ela derramou óleo e depois queimou.

Durante a invasão do Iraque, a população associou a fonte feita por Hikmat e a história da escrava Marjana, com a sua própria condição vigente: no primeiro ano de ocupação, 40 civis estadunidenses ocuparam cargos públicos de extrema importância dentro Estado de Coalização. Estas pessoas foram associadas pelo povo aos 40 ladrões da história. Ainda no início do governo de Coalização, Paul Bremer, listou 53 decisões que precisavam serem tomadas para mudar o Iraque, e a 40° da lista consistia na dissolução integral do exército iraquiano[48], o que fora entendido pelo povo como uma verdadeira

traição e a prova irrevogável de que o governo provisório e o governo dos Estados Unidos, não acreditavam na soberania do Iraque. O número 40 se tornou um símbolo de resistência e de memória para o povo.

Sobre a catastrófica decisão de Paul Bremer de dissolver o exército, a polícia e outras agências de segurança iraquiana, assim como emparelhar o Estado proibindo completamente que ex-baa'thistas[7] tivessem qualquer tipo de cargo no setor público, Engelhardt escreveu para a *Mother Jones* que:

> Essas ações tiveram consequências econômicas catastróficas. No antigo regime, um terço de todos os assalariados dependia do governo. Com o saque e a destruição física de todos os ministérios administrativos em Bagdá - exceto o Ministério do Petróleo - e a dissolução dos militares e da polícia, o desemprego disparou rapidamente para 60-75%, com muitos dos desempregados agora sendo ex-soldados e policiais. A equipe de Bush, portanto, semeou as sementes da insurgência, que germinaria logo depois. Essa ambivalência, prevalente entre os iraquianos, de serem simultaneamente "libertados" e ocupados por uma superpotência da qual eles desconfiavam profundamente - resultou no slogan: "Não para Saddam; Não para a América "- moldou a história pós-invasão do Iraque, com a ascensão da insurgência sunita seguida por uma revolta dos partidários do clérigo xiita Muqtada al Sadr.
>
> ENGELHARDT, Tom. The "Year Zero" strategy. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 5 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/year-zero-strategy/. Acesso em janeiro de 2021.

XII. Iraque *offshore.*

Em maio de 2004, 8 dias antes da Comissão do Senado, cujo Antonio Mario Taguba foi um dos depoentes, Tom Engelhardt publicou um artigo na *Mother Jones* que dizia que o governo dos Estados Unidos, mantinha no Iraque aproximadamente 10 mil pessoas em situação de cárcere entre as 16 prisões que eram tuteladas pelo governo Bush, junto ao governo de coalização de Paul Bremer. Na opinião do jornalista, estas eram provas suficientes para começar a

[7] Baa'thistas eram as pessoas que haviam integrado o Partido Baath, o mesmo partido de Saddam Hussein.

questionar a possibilidade do governo Bush de estar criando um sistema *offshore* de injustiças no Iraque[49].

No mesmo mês o *USA Today*/Gallup fez uma pesquisa com a população iraquiana, a respeito da popularidade das tropas estadunidenses no Iraque, e 56% dos entrevistados responderam que desejavam que os Estados Unidos tivessem deixado o país desde março de 2004[50].

Na noite anterior ao depoimento de Stephen Cambone, Lance Smith e Antonio Taguba na Comissão do Senado, a General de Brigada Janis Karpinski[51] deu uma longa entrevista à CNN, afirmando que uma semana depois que o Coronel Thomas Pappas foi colocado no comando tático de Abu Ghraib, um oficial, cujo ela não diz o nome, perguntou a ela se a mesma tinha noção de que o respetivo Coronel deteria todo o domínio da prisão. Em sua entrevista, Janis Karpinski, também afirmou que os seus policiais do exército foram subordinados e receberam instruções para agirem e se comportarem daquela maneira, que aquelas condutas não eram naturais, mas exigidas[52].

Tanto em seu relatório[53], como também durante a Comissão do Senado[54], Antonio Taguba disse que a General Janis Karpinski era a responsável pela falha de comando que havia resultado nos abusos, já que todos os militares que apareciam nas fotos vazadas, eram da sua brigada. Em seu relatório, Taguba também cita que quando o General Miller subordinou a 800° brigada de polícia do exército à 205° brigada de inteligência militar, Janis Karpinski teria desgostado da ordem e acabou criando problemas com Thomas Pappas.

Mas, para além do comandando dos dois Comandantes de brigadas, havia ainda dentro de Abu Ghraib, os Comandantes oriundos da segurança privada e, que trabalhavam seguindo um outro conjunto de condutas laborais. Estes prestadores de serviço, não se identificavam como funcionários da segurança privada para os prisioneiros, maquiavam uniformes e tinham, assim como permanecem tendp0 seus nomes, até hoje, protegidos pelo governo dos Estados Unidos.

Inclusive, durante toda a Comissão do Senado de maio de 2004, da qual neste primeiro capítulo temos nos debruçado no testemunho dos seus três depoentes, a participação dos empreiteiros nos interrogatórios de Abu Ghraib e, consequentemente o desrespeito legal das Convenções de Genebra

fomentado, em grande parte, pela própria presença da segurança privada no presídio, fora uma das pautas mais importantes da audiência. Além do mais, o assunto do descumprimento efetivo das Convenções, se acirrou ainda mais quando os senadores resgataram uma fala passada do presidente Bush, de que as Convenções de Genebra não se aplicavam no Iraque. O subsecretário de defesa, respondeu a indagação da seguinte forma:

> No início da Guerra contra o terrorismo, muito antes da Guerra do Iraque, o presidente determinou que as Convenções de Genebra não se aplicavam aos detidos da Al-Qaeda. Essa decisão foi tomada, porque as Convenções de Genebra regem os conflitos entre os Estados, e a Al-Qaeda não é um Estado, muito menos signatária das Convenções. Além disso, as Convenções proíbem alvejar civis e, exigem que as forças militares usem uniformes específicos para distingui-los de não combatentes. Os terroristas não se importam com as Convenções de Genebra, nem cumprem suas diretrizes. (...). Conceber aos terroristas direitos que eles rejeitam com tanta crueldade, seria ridicularizar as Convenções de Genebra.
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Tendo em vista o que já discutimos sobre o estado de exceção e como o ordenamento jurídico entra em uma espécie de recesso, tornando a ordem do discurso o novo respaldo legal desta condição de Estado, é importante que o leitor observe, como o acesso ao direito também se transforma. O direito passa a possuir uma condição de concessão: não são todos que terão acesso ao mesmo. Entretanto, e paradoxalmente, todos estão suscetíveis a sua violência.

Sobre o acesso ou não dos detidos de Abu Ghraib as Convenções de Genebra, Cambone afirma em seu depoimento que o presidente Bush havia revogado o acesso as Convenções somente para os integrantes da al-Qaeda, já que estes poderiam “abusar” das Convenções. Disse ainda, que mesmo assim, os mesmos eram tratados de forma humana. Entretanto, durante a Comissão, Cambone tenta afastar qualquer relação com a suspensão das Convenções de Genebra para os detidos que eram da al-Qaeda e que estavam situados, em sua maioria, no presídio de Guantánamo, em Cuba, com as atrocidades que ocorreram em Abu Ghraib.

Dentro de um espaço de exceção como em Abu Ghraib, nada que compunha qualquer tipo de significado jurídico era garantido. O que resta deste ordenamento jurídico que já se encontra em condição de exceção, onde a ordem do discurso se torna lei, é a violência generalizada. É importante observar que antes mesmo da suspensão do direito, estas pessoas que estão submetidas a este ordenamento de exceção, sofreram a revogação da sua condição de humanidade. Há um dito jurídico que diz que "*non quod est in non est in mundo",* ou seja, "o que não está nos autos, não existe no mundo". É um caminho muito sugestivo para pensar a relação que os detentos de Abu Ghraib possuíam com o direito: as suas existências não constavam nos autos, as leis haviam suprimido qualquer tipo de amparo para aquelas pessoas. Logo, quando suas existências não constavam nos autos de forma proposital, então elas nem se quer existiam.

XIII. Oportunidade de trabalho no fim do mundo.

O último argumento que Cambone tentou derrubar durante a Comissão, fora a questão da presença dos empreiteiros, prestando serviço para a inteligência militar em Abu Ghraib. Segundo o Relatório Taguba[55], o pessoal civil contratado por agências de segurança privada, descumpriram efetivamente as normas de conduta, ao realizarem interrogatórios e participarem de torturas. Mas, para Stephen Cambone, a história era outra.

Ele afirmou, perante os senadores, que os agentes privados poderiam participar dos interrogatórios, desde que acompanhados e supervisionados por militares e, que possuíssem experiência para isso. Disse também, que talvez, em alguns momentos, esta norma pode ter sido descumprida; mas, que era ainda muito cedo para constatar tal afirmação levando em consideração apenas a investigação feita pelo Major General Antonio Taguba. Esta posição de Stephen Cambone depreciara ainda mais as poucas investidas de Taguba fora da ordem do discurso.

Em maio de 2004, Tom Engelhardt, em um artigo seu para a revista *Mother Jones,* dissera que a CACI International, uma empresa privada do ramo de tecnologia da informação, que presta serviços de defesa, segurança interna e inteligência, havia publicado um anúncio de emprego para o cargo de interrogador. O anúncio, como coloca o jornalista, dizia que se procurava interrogadores que estivessem dispostos a trabalhar sob *supervisão moderada*, em países como o Afeganistão, Kosovo e Iraque.

> Deve ser capaz de trabalhar e viver em um ambiente de campo hostil com instalações médicas mínimas. Deve possuir excelentes habilidades de comunicação e a capacidade de trabalhar em ambientes extremos por longos períodos de tempo. Disposto a viajar e deve possuir a capacidade de ser um profissional eficaz e comunicador. Deve possuir conhecimento das operações da Polícia Militar e procedimentos de Proteção da Força. Deve também possuir experiência em conduzir interrogatórios e entrevistas usando tradutores linguísticos locais. Deve ter conhecimento das ferramentas de operações de interrogatório tático.
>
> CACI INTERNATIONAL apud ENGELHARDT, Tom. Postcards from the edge. Mother Jones: 10 de maio de 2004.

Por este anúncio de emprego, que escapa da dominância da narrativa da guerra, exercida pela ordem do discurso, é possível visualizar que se o ambiente era hostil para o trabalhador, ou seja, o interrogador, consequentemente, ele seria ainda mais agressivo para o interrogado. Neste mesmo artigo, Engelhardt mostra o depoimento de um ex-funcionário da CACI International, que trabalhou prestando serviços de inteligência no presídio de Guantánamo e depois em Abu Ghraib. As afirmações do ex-servidor da CACI Internacional, alegam que assim como outras grandes empresas de segurança privada, não era exigido destes indivíduos, qualquer tipo de requisito mínimo de experiência, assim como não havia cuidado algum com a seleção destes trabalhadores do ramo privado.

O ex-interrogador da CACI, também disse que as empresas de segurança privada estavam tão afoitas para conseguirem atingir as demandas do contrato com o governo dos Estados Unidos, que estavam enviando para trabalhar como interrogadores, cozinheiros e caminhoneiros[56]. E pontuou que alguns dos poucos interrogadores que possuíam experiências na área, haviam

trabalhado no apartheid na África do Sul, no Chile de Pinochet e na Sérvia de Milosevic.

. . .

Mesmo que esta pesquisa se concentre em Abu Ghraib como um dos sintomas da conduta do estado de exceção, que Bush instaurara no Iraque, acaba sendo inviável são sair do perímetro do respectivo presídio para olhar o seu entorno. Digo isso, porque o estado de exceção no Iraque fora geral. O presídio em questão, era mais um dos seus braços e não o único lugar de todo o país em que torturar e assassinar pessoas, chegou a um extremo de banalidade, onde estes tipos de ações não eram mais considerados como crimes, mas sim como o exercer genuíno da lei. Em março em 2004, quatro comandantes (entre estes, alguns eram *seals* aposentados da Marinha dos Estados Unidos) da gigante da segurança privada a *Blackwater Security Consulting,* que faziam a segurança pessoal de Paul Bremer, foram assassinados por guerrilheiros nas proximidades de Fallujah, 69 quilômetros a oeste de Bagdá.

A população da região quando ficou sabendo da morte dos comandantes, se aglomeraram, furiosamente, para profanar os corpos, queimando-os e depois pendurando os despojos em uma ponte. O ato de violência contra os corpos dos empreiteiros da *Blackwater* foi uma forma de dar vasão as vozes enfurecidas que pediam a retirada do exército dos Estados Unidos imediatamente do Iraque. Em resposta as mortes dos comandantes, o exército estadunidense sitiou Fallujah por um mês, bombardeando a região que era densamente habitada e impedindo, inclusive, o abastecimento da água e luz para os moradores[57].

Em abril de 2004, Tom Engelhardt escreveu para a *Mother Jones* relatando o caso de mesquita de Abu Hanifa, localizada em Bagdá, que estava recolhendo ajuda dos seus fiéis para socorrer as de pessoas que estavam sitiadas em Fallujah:

> A mesquita estava cheia de pessoas, incluindo 90 pessoas de Kirkuk com o Crescente Vermelho, organizando mais ajuda para Fallujah. Todos foram jogados no chão, com armas

> colocadas na nuca. Outra pessoa associada à mesquita, o Sr. Alber, que fala inglês muito bem, disse-nos que dizia repetidamente: “por favor, não arrombe portas. Por favor, não quebre as janelas. Nós podemos ajudar você. Podemos pedir aos zeladores que destrancem as portas”. (Alber, a propósito, foi preso por Saddam por administrar uma padaria. Como ele disse: “sob o embargo, você poderia comer farinha, poderia comer açúcar, poderia comer ovos, tudo separadamente. Mas se misturasse e assasse-os, você estava prejudicando a economia ao aumentar o preço do açúcar e poderia pegar 15 anos de prisão). Os americanos se recusaram a ouvir os apelos de Alber, e percorreram toda a mesquita. Vimos dezenas de portas quebradas, janelas quebradas, tetos rasgados e buracos de bala em paredes e tetos. A maneira como os soldados procuraram por armas ilícitas no teto foi primeiro pulverizar o teto com tiros, depois quebrar um painel e subir e procurar. Eles até vasculharam as provas dos exames dos alunos. Um velho fraco e que manca que é um dos "guarda" da mesquita (na verdade um homem pobre com uma grande família que recebe moradia do imã da mesquita) foi atingido na cabeça com a coronha de um rifle e depois chutado quando ele já estava caído - tudo porque ele demorou um pouco para atender a porta. E, claro, eles [os soldados] entraram na mesquita com suas botas.
>
> MAJAHAN, Rahul apud ENGELHARDT, Tom. Dreaming of George, abril de 2004.

A presença massiva de empreiteiros e contratados do governo dos Estados Unidos, exercendo os mais variados tipos de funções na Guerra do Iraque, marcava mais um dos sintomas do estado de exceção, onde se terceiriza a violência. Empreiteiros integravam todas as partes práticas da Coalização: da segurança interna do país ao projeto de reconstrução do mesmo[58]. A situação com a iniciativa privada se tornou tão desproporcional, que empreiteiros que faziam acordos sujos com o governo dos Estados Unidos, começaram a procurar a imprensa para dizer que o governo estava beneficiando algumas empresas privadas em detrimentos de outras, fazendo acordos de “porta-fechadas”.

De 1999 a 2002, o governo dos Estados Unidos eliminou 46.000 empregos públicos, acrescentando cerca de 730.000 empregos contratados; O presidente Bush propôs deixar as empresas fazerem o trabalho de outros 850.000 cargos federais - cerca de metade do serviço público restante[59]. Diante de um cenário como este, ter empreiteiros realizando serviços para a inteligência militar dentro de presídios como o de Abu Ghraib, havia se tornado

mais uma prática deste direito de suspensão oriundo da condição de exceção. E, novamente, assim como com os manuais *KUBARK,* a exceção estava garantida e inscrita na lei.

Em pouco tempo, os contratos com as empreiteiras que prestavam serviços no Iraque, não estavam sendo auditados e fazer negócios de portas fechadas, em relação ao que a administração Bush chamava de “reconstrução do Iraque”, se tornou mais uma prática de excepcionalidade naturalizada pelo governo e, legalizada pela ordem do discurso. Em maio de 2004, a Agência de Auditoria de Contratos de Defesa acrescentou US $ 22 bilhões em auditorias de reconstrução do Iraque ao seu portfólio sem a contratação de um único novo auditor. Em vez disso, a agência disse que iniciou um estudo sobre a contratação de suas próprias funções de auditoria[60].

. . .

Quando o Senador Warner pergunta para Taguba, se durante algum momento da sua investigação, ele fora censurado ou teve alguma restrição imposta por seus superiores, sendo estes o General McKiernan, General Sanchez ou General John Abizaid, o Major General Antonio Taguba não responde. Desvia do assunto, e diz que o escopo da sua investigação era a 800° brigada de polícia do exército, e que por ter mais unidades da mesma brigada nos presídios de Camp Bucca e Camp Cropper, ambos localizados no Iraque, a sua equipe de investigação se direcionou até esses presídios para ver se havia nestes sinais de abusos de detidos.

A fala de Taguba é uma forma de proteção à ordem do discurso. Desviar do que havia sido perguntado oferecendo detalhes da investigação que não foram requeridos, possibilita, com mais facilidade, que possamos ver que a ordem do discurso não está “solta” entre os depoentes, ela é nitidamente controlada. Como apontara Foucault,

> É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos (Foucault, 1996, p.35).

Ainda sobre este comportamento de desviar do que fora perguntado nitidamente como uma forma de proteção, saliento o fato de que dentro de uma ordem do discurso oriunda de um estado de exceção, não são todos permitidos a falar, como outrora Foucault observara,

> Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início qualificado para fazê-lo. Mais precisamente nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (Foucault, 1996, p.37).

Pesquisar espaços de exceção, como o presídio de Abu Ghraib, e seus sintomas, como a Comissão do Senado, requerem que prestemos atenção na maior diversidade possível de elementos narrativos (os acordos de porta fechada, o secretismo sobre a participação da segurança privada, as perguntas desviadas e etc.). Escrever sobre estes espaços de exceção, implica em escrever por cima de lapsos e abismos que são constituídos desta forma para se tornarem propositalmente intransponíveis. Por isso, considerei de grande importância reproduzir no corpo deste texto o diálogo entre o Major General Antonio Mario Taguba e o Senador Warner, para que o leitor consiga compreender as entranhas destes espaços e sintomas de exceção, assim como seus jogos de linguagem:

> Sen. Warner: encontramos aqui [referindo-se ao relatório feito por Taguba] todo o seu conhecimento de possíveis participações de outros órgãos governamentais?
>
> Gen. Taguba: Sim, senhor!
>
> Sen. Warner: Você pode nos dar uma rápida sinopse da participação de outras agências [exercendo trabalhos dentro de Abu Ghraib]?
>
> Gen. Taguba: Senhor, eles [referindo-se as pessoas que foram entrevistadas durante a sua investigação] se referem a eles [aos não militares] como OGA'S [uma espécie de trocadilho entre os militares do presídio que se referiam a CIA como *Other Governament Agency*] ou MI'S [*Military Inteligence*]. E,

> quando pedi esclarecimento, foi me falado a respeito dos uniformes que estes usavam. Alguns deles nem sequer usavam uniformes. Então pedi para que esclarecessem melhor se conheciam ou não algumas dessas pessoas. E, eles nos deram nomes, conforme consta em seus depoimentos. Eles também nos deram nomes que são de militares da inteligência, que inclusive trabalham com o uniforme dos Estados Unidos.
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Como pode ser notado, o depoimento de Taguba começa a pontuar, de forma discreta, a participação dos empreiteiros envolvidos nos crimes contra os detidos em Abu Ghraib. Ainda segundo o dirigente da investigação, em suas conclusões e recomendações, fora requisitado que uma investigação sobre a 205° brigada de inteligência militar, fosse iniciada, para que assim fosse suprido essas dúvidas acerca da participação da mesma.

E mesmo com estes singelos apontamentos sobre a participação de empreiteiros e da própria 205° brigada de inteligência militar nos abusos, as conclusões do Major General em questão, são desacreditadas por Cambone; já que na narrativa do subsecretário de defesa, as práticas de interrogatório, que acabaram sucedendo em abusos dos prisioneiros, foram liberadas a nível dos próprios militares envolvidos nos abusos e que são visíveis nas fotos E, que era fundamental entender, na opinião do subsecretário, que os Departamentos de Defesa dos Estados Unidos, assim como o Ministério da Defesa, não tinham nenhuma relação com esses comportamentos[61].

Quando questionado pelo senador Warner o que então poderia ter levado a estes abusos, o subsecretário de defesa aponta que acreditava na possibilidade de tudo não passar de um problema de liderança[62]. Sobre em qual escala da liderança este déficit poderia ter ocorrido, Cambone disse que não sabia necessariamente apontar. Mas, mesmo afirmando não saber em que lugar da cadeia estratégica resultou nesta falha, deixara claro que a cadeia de comando começava com o John Abizaid, seguido por Ricardo Sanchez e, por último era a General de Brigada Janis Karpinski, sugerindo, desta forma, que a quebra de comando teria sido em níveis mais baixos na hierarquia militar e,

que o envolvimento dos demais militares, superiores na cadeia de comando, estavam completamente fora de questão. Durante toda a Comissão do Senado Cambone ignorou quaisquer tipos de provas que sugerissem a participação dos empreiteiros ou de qualquer outro militar, que não fosse da 800° brigada de polícia no exército, nos crimes cometidos em Abu Ghraib.

XIV. O encarceramento em massa da vida indesejada.

Em maio de 2004, no meio do turbilhão causado pelo vazamento das fotos dos detidos de Abu Ghraib sendo torturados, do vazamento do Relatório Taguba e da Comissão do Senado, o jornalista Anthony Lewis escreveu para a revista *Mother Jones* denunciando o governo de Bush de transformar todo o sistema penal, que por ele era tutelado, em uma espécie de imagem e semelhança do presídio de Guantánamo, em Cuba. Segundo o jornalista,

> Em nome da luta contra o terrorismo, o presidente Bush e seu governo substituíram abruptamente direitos protegidos pela Constituição e pelo direito internacional. Ideias estranhas aos princípios americanos - detenção sem julgamento, negação de acesso a advogados, anos de interrogatório isolado - são agora práticas americanas". Nas semanas após 11 de setembro de 2001, agentes do FBI prenderam mais de 1.000 estrangeiros, a maioria deles muçulmanos, sob suspeita de que pudessem ter algo a ver com terrorismo. Muitos foram detidos durante meses sem acusações, em condições dolorosas. Eles foram tratados como culpados até que se provassem inocentes - detidos até que um longo processo do FBI concluísse que eles não representavam perigo para os Estados Unidos. No Centro de Detenção Metropolitana do Brooklyn, os guardas jogaram os detidos contra a parede, feriram-nos ao pisar em suas nas pernas, mantivera-os em celas com lâmpadas fluorescentes acesas 24 horas por dia e disseram a eles: "vocês vão morrer aqui." Dos milhares de detidos, apenas dois foram acusados de ligação com o terrorismo.
>
> LEWIS, Anthony. Destroying democracy, one liberty at a time. Mother Jones, maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-one-liberty-time/

Lewis também acusava a OTAN de integrar este sistema de encarceramento no Iraque e também no Afeganistão, onde o governo dos

Estados Unidos, concomitante ao governo de provisório no Iraque, ofereciam recompensas em dinheiro para a captura de terroristas. De acordo com Lewis (2004), os militares da OTAN prendiam “suspeitos” sem qualquer tipo de investigação ou autorização e simplesmente os entregava para as forças estadunidenses, para que esta última encarcerasse estes detidos e iniciasse os interrogatórios[63].

Todas estas informações sobre a conduta da OTAN, em parceria com as Forças Armadas dos Estados Unidos, para a captura de pessoas, vieram à tona quando 175 membros do Parlamento britânico apresentaram acusações contra a instituição na Suprema Corte dos Estados Unidos, em janeiro de 2004; depois que um cidadão inglês, de origem paquistanesa, se suicidou em Guantánamo, após permanecer anos detidos sem acesso a advogados e nem a uma acusação formal de qual crime havia cometido[64]. Lewis (2004), neste mesmo artigo para a *Mother Jones,* apontava que nos últimos meses, pelos menos 21 detidos de Guantánamo, haviam tentado se suicidar.

A denúncia dos membros do Parlamento britânico era contundente: acusava o governo Bush de impedir que os prisioneiros tivessem sua detenção revisada por qualquer tipo de tribunal. E quando alguns dos prisioneiros conseguiam se mover neste limpo jurídico e, pediam o seu direito ao *habeas corpus*, o governo Bush argumentava que os tribunais federais dos Estados Unidos não poderiam julgar estes tipos de caso, já que Guantánamo, assim como outros presídios, estavam fora do poder de soberania do próprio Estados Unidos, pelo fato destas penitenciárias estavam baseadas em solo estrangeiro[65]. Perceba o qual desoladora e paradoxal era a situação do sistema penal tutelado pelo governo Bush: se recusavam a permitir o acesso destes detidos, em solo estrangeiro, a qualquer tipo de defesa ou acusação formal. E, em última instância os empurrava para uma situação absurda de abandono, instransponível; já que os detidos não podiam ter acesso ao ordenamento jurídico do seu país de origem, porque estavam fora; da mesma forma que não podiam ter acesso ao ordenamento jurídico do país onde estavam detidos, porque estavam sob a tutela do governo dos Estados Unidos e, também não podiam apelar as instituições estadunidenses, porque estava fora dos Estados Unidos. Este é o âmago do direito de exceção, a mais nítida prova de realidades altamente controladas e da violência imbuída às leis.

Embora o governo estadunidense tivesse controle total da área de Guantánamo, em Cuba, da mesma forma que detinha o controle das prisões no Iraque, um tribunal interno dos Estados Unidos realmente concordou que de fato, o governo não possuía nenhum tipo de soberania nestes países. Ainda assim, no final do ano de 2003, a Suprema Corte dos EUA concordou em considerar a questão do *habeas corpus* para estes detidos em solo estrangeiro. Assim que esta iniciativa fora tomada, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos afirmou que esse não era o assunto do respectivo tribunal e, que por isso, deveria ser deixado para o presidente decidir como Comandante-em-Chefe da nação.

Observe que de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, o presidente dos Estados Unidos passou a ser o *Comandante-em-Chefe* do Congresso. Dado a concentração de poderes na esfera do executivo, o presidente Bush passou a revogar com *força-de-~~lei~~* pedidos de *habeas corpus* em penitenciárias tuteladas pelo governo estadunidense espalhadas pelo mundo inteiro. Estes seres humanos empurrados para a esfera de abandono do Estado, possuindo acesso ao direito por meio da sua exclusão, respaldados por um conjunto de leis de exceção, passaram a carregar, como demonstra o filósofo Giorgio Agamben (2010), o signo, do que ele intitula de *Homo sacer:* aquele cuja vida fora destituída de qualquer valor, onde assassiná-lo, ou encarcerá-lo eternamente, não se constitui como crime.

A *guantanamomização* de Abu Ghraib ocorreu em um meio fértil para tal fundamento: os militares da polícia do exército foram enviados para Abu Ghraib sem treinamento especializado e, nem formação específica sobre a atividade que exerciam dentro do presídio. Alguns destes militares, nem se quer possuíam conhecimento sobre o que eram as Convenções de Genebra[66].

Em seu depoimento para a Comissão do Senado, Lance Smith[67], argumentou que quando o General Miller chegou à Abu Ghraib, portando os seus manuais *KUBARK* de técnicas de interrogatório de exceção, que eram usados em Guantánamo, *era apenas para ilustrar* o trabalho que ele desenvolveria na penitenciária em questão. Logo, o fato de o General Miller ter os manuais como exemplo, não implicava, na opinião do depoente, que estes mesmos compêndios seriam utilizados para respaldar práticas. Volto a

salientar: a comunicação dentro destes espaços de exceção é sempre, no mínimo, absurda.

Mas, a questão é: se o próprio subsecretário de defesa havia afirmado que as técnicas de interrogatório, usadas com os detidos em Guantánamo, não estavam respaldas pelas Convenções de Genebra porquê os respectivos detentos eram criminosos da al-Qaeda e, durante a mesma audiência Cambone garantiu que a população carcerária de Abu Ghraib, estava respaldada pelas mesmas Convenções, então por que o General Miller usaria para ilustrar os seus métodos de interrogatório, justamente técnicas de exceção em um lugar que, segundo Cambone, não era de exceção?

A resposta está em todo o arranjo narrativo e vazio da própria fonte: Abu Ghraib, era assim como Guantánamo, e outros presídios tutelados pelos Estados Unidos ao redor do mundo, inclusive os secretos, como a base militar estadunidense, localizada na ilha de Diego García (território britânico no Oceano índico, que até hoje seu funcionamento permanece como um mistério), um microcosmo genuíno de exceção, e todo tipo de violência que compõe estes espaços são a expressão mais grotesca do ordenamento jurídico do *vazio* como um todo.

Dentro de um espaço, onde só se tem acesso ao direito paradoxalmente pela negação, onde pessoas são encarceradas sistematicamente sem nenhum tipo de formalidade, como foram, por exemplo, o caso dos *detentos fantasmas* de Abu Ghraib, que ao serem encarcerados, não era lavrado nenhum tipo de documentação sobre a permanência dos mesmos dentro do presídio, para que estes pudessem ser torturados sem deixar rastros; não há outra manifestação, em lugares como este, a não ser a violência mais obtusa do direito da exceção.

Em maio de 2004, em um artigo para a *Mother Jones,* Tom Engelhardt citara em seu texto, que sobre o uso de violência desenfreada dentro de Abu Ghraib, Ricardo Sanchez havia dito a General de Brigada e comandante da 800° brigada de polícia do exército, Janis Karpinski, que não se importava com as regras de engajamento em Abu Ghraib (as mesmas que colocavam limites nas condutas militares dentro do presídio). E que se estas regras começassem a se tornar um problema, então aquele era o momento oportuno para mudá-las[68].

XV. Abu Ghraib *residual.*

> Senador Inhofe: Provavelmente eu não sou o único nessa mesa que está indignado com a indignação, de como nós tratamos estes detidos. (...). Eles não estão lá por violações de trânsito. Se eles estão nos blocos de cela 1A e 1B, esses prisioneiros... eles são assassinos! São insurgentes. Muitos deles possuem sangue americano nas mãos. E aqui estamos nós tão preocupados com tratamento destes indivíduos? (...) O que aconteceu em Abu Ghraib foi de responsabilidade de alguns soldados pervertidos. (...). Eu não consigo pensar em nenhum americano hoje tão qualificado quando Donald Rumsfeld para conduzir esta guerra.
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

A fala do senador republicano James Inhofe reflete o que já apresentei ao leitor anteriormente: a vida que habita estes espaços de exceção e de abandono do Estado carrega consigo a criminalização da sua própria existência, por isso a sua humanidade é facilmente revogada. Observe que neste tipo de retórica usada pelo Senador republicano, a culpa do sofrimento destas pessoas que estavam encarceradas sem acesso a defesa e sendo torturadas, na maioria dos casos por sadismo, é delas mesmas. A sua condição inerentemente humana, assim como a sua cultura, a criminaliza. Estas pessoas, cruelmente desumanizadas, perdem o poder sobre a sua própria narrativa histórica, sobre a sua memória individual e coletiva e, sobre o seu corpo. E, em algum momento, dentro da ordem do discurso dominante, detido por aqueles que possuem o poder último da decisão, estas mesmas pessoas se tornam de uma forma absurda e paradoxal em “vítimas *algozes”.* É a sua existência que passa a ferir o direito e não o direito que fere a sua existência.

O estado de exceção, como fruto do Estado moderno, não é uma mônoda sócio política e econômica que funciona sozinha. Muito pelo contrário, a condição de exceção é uma situação de interdependência. O estado de exceção se sustenta se com ele ergue-se o ordenamento jurídico da exceção que o respaldará; este ordenamento jurídico permanece se antes mesmo da

sua institucionalização uma ordem do discurso for criada, justificando toda a sua existência de forma energeticamente semântica; o espaço de exceção surge para dar vazão ao ordenamento da exceção. E por fim, estados de exceção que são proclamados no exterior dos próprios Estados, como fora a situação do Iraque em 2003 sustenta a soberania destes mesmos Estados desumanizando estas vidas que são encarceradas em todo este processo/jogo político ao empurrar estas vidas para uma condição de *vida nua*, como Agamben (2010) observa em sua teoria da soberania dos Estados modernos.

A noção de vida nua, cujo se assassinada não implica em crime para quem assim o fez; desde que sua morte seja desprovida de qualquer significado, é um elemento primordial para os estados de exceção; os corpos destes indivíduos carregam uma característica paradoxal: estão em uma condição de abandono diante do Estado que capturou sua vida; entretanto, seus corpos vivos ou mortos, fazem parte do cerne de toda a disputa política destes mesmos Estados (esta questão ficará mais clara no próximo capítulo). É na vida nua que o Estado moderno e também o Estado na sua condição de exceção, fundamenta a sua soberania. Em outras palavras, é no domínio dos corpos daqueles, cuja existência é desprovida de valor pelo próprio Estado, que este último garante a sua força. Segundo Agamben, “todos os homens são potencialmente *homines sacri* e *Homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos” (Agamben, 2010, p.86).

. . .

Ainda durante a sua fala para a Comissão do Senado, o senador Republicado James Inhofe, apontou que mesmo submetidos a toda espécie de abuso pelo governo dos Estados Unidos, os detidos de Abu Ghraib, com certeza davam “*graças a Alá”*, em suas próprias palavras[69], por ser o governo dos Estados Unidos que estava tutelando a penitenciária, pois se fosse à época de Saddam Hussein, a situação dos mesmos seria muito pior. Além do mais, os abusos e torturas que se tornaram parte integrante da conduta militar no presídio de Abu Ghraib, era um assunto pequeno diante da incivilidade e da barbárie que o povo iraquiano era capaz de cometer.

> Para cada foto de abuso ou de suposto abuso de prisioneiros, nós temos fotos de valas comuns, fotos de crianças sendo executadas, fotos de quatro americanos que foram queimados e seus corpos foram mutilados e esquartejados em público
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Não havia, em Abu Ghraib, terroristas. Apenas pessoas que praticaram crimes comuns, ou as centenas de milhares de seres humanos que foram simplesmente detidos sem nenhum tipo de acusação formal e, que eram denominados pelo governo dos Estados Unidos, de “detidos de segurança”. Durante toda a audiência do Senado, o termo “desumano” apareceu uma única vez através da fala do senador Joseph Lieberman, para adjetivar o *comportamento dos soldados que apareciam nas fotos,* mas não a condição em que os detidos de Abu Ghraib haviam sido submetidos.

Um dia antes da Comissão do Senado acontecer, em 10 de maio de 2004, Tom Engelhardt, publicou um artigo, em tom acusador, apontando que o governo Estados Unidos havia criado um sistema penal que naturalizava a tortura[70]. Denominando as fotos dos detidos de Abu Ghraib como “*cartões postais do fim do mundo”.* O jornalista afirmara que tanto o presídio de Guantánamo, em Cuba, como o presídio de Abu Ghraib, no Iraque e o presídio de Bagram no Afeganistão, estavam sendo regidos pelo mesmo sistema de injustiça que havia começado a se alastrar por todo o mundo, desde de 11 de setembro de 2001 e, fomentado sistematicamente pelo governo estadunidense.

Para Engelhardt, os três centros de detenção, citados anteriormente, tutelados pelo governo estadunidense, formavam uma espécie de “triângulo das bermudas”, onde as barbáries realizadas eram quase impossíveis de serem rastreadas. Isentas de quaisquer tipos de fiscalização, as práticas de interrogatórios e encarceramento de exceção, se tornaram procedimentos padrões de Estado e de Justiça, não apenas em Abu Ghraib, mas por toda a Guerra do Iraque e, inclusive, no Afeganistão.

Ainda neste mesmo artigo[71], Engelhardt mostrara que o que havia ocorrido em Abu Ghraib, havia iniciado em Guantánamo em 2002, com os "detidos de segurança", após o atentado de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos:

> Foi lá que o governo Bush começou a construir um sistema mundial de detenção militar, deliberadamente localizado em bases fora do solo americano e protegido da visibilidade pública e revisão judicial. O governo evitou o escrutínio de monitores de direitos independentes, como Human Rights Watch e Amnistia Internacional. Presumiu que os suspeitos de agentes do terrorismo não mereciam proteções legais normais e presumiu que as autoridades americanas sempre poderiam distinguir um terrorista de um espectador inocente.
>
> ENGELHARDT, Tom. Postcards from the edge. Mother Jones: 10 de maio de 2004. Disponível em: <https://www.motherjones.com/politics/2004/05/postcards-edge/>.

. . .

Durante toda a Comissão do Senado, a ordem do discurso, para que livrasse o Estado das acusações, era nítida, como já mostrei ao leitor durante todo este capítulo. Inclusive, a retórica usada para culpar as próprias vítimas, não deixa de ser mais uma forma de proteger e sustentar esta forma de poder e esta narrativa da exceção. Para isso, como também já mostrei ao leitor, vários artifícios narrativos foram usados: histórias foram contadas, enquanto outras eram desmentidas; o caso fora juramentado e Stephen Cambone, o único depoente que estava mais perto das esferas de decisão do Estado governado por Bush, mostrou suas provas e defendeu os seus credores.

A Comissão do Senado, sobre os abusos e maus trados aos prisioneiros de Abu Ghraib, passara por diversos momentos vertiginosos para o próprio Estado: a ordem do discurso fora ameaçada inúmeras vezes, chegando ao ponto de quase se dissociar. Entretanto, diversos foram os momentos em que os senadores, em sua maioria republicanos, conseguiam inverter a situação: ora chamando a atenção para outros fatores, como por exemplo, quando o Senador James Talent, dos Republicanos, disse que todos os abusos que aconteceram em Abu Ghraib, eram resultados unicamente da falta de

infraestrutura do exército dos Estados Unidos, que estava recebendo cortes de verba desde a Guerra do Vietnã[72].

Outro momento de defesa da ordem do discurso fora protagonizado pelo senador Alan Wayne Allard, também dos Republicanos, que em sua fala durante a Comissão, reiterou a fala do subsecretário de defesa, sobre o uso de técnicas de exceção no presídio de Guantánamo, afirmando que os respectivos métodos eram plausíveis de serem aplicados em Abu Ghraib, já que aquele era um presídio de segurança máxima para terroristas. O senador fez este apontamento, mesmo com o General Taguba afirmando, tanto em seu depoimento durante a audiência, como em seu relatório, que não havia terroristas detidos no presídio[73].

Há ainda outros tipos de comportamentos ou falas durante a Comissão, que são visivelmente formas de proteger a ordem do discurso para que a mesma não fosse atingida. Há ainda o momento, em que mesmo após o General Taguba assumir que os militares que trabalhavam em Abu Ghraib não receberam treinamento adequado e, Stephen Cambone desmentir o próprio militar responsável por toda a investigação do presídio, afirmando que os militares haviam recebido um curso de 19 semanas, nenhum dos senadores faz qualquer menção sobre a contradição de ambos. Houvera um silêncio, neste momento, durante a audiência que fora visivelmente constrangedor[74].

Para uma boa parte dos senadores, as torturas e os abusos que ocorrem em Abu Ghraib, consistiam apenas em um pequeno efeito colateral da Coalização. Inclusive, durante os primeiros momentos da sua fala na Comissão, Stephen Cambone pontuara que apesar do que ocorrera dentro do presídio, aquela ainda era uma questão de democracia, pontuando que a Comissão era

> Uma ocasião para mostrar ao mundo a diferença entre quem acredita na democracia e quem não acredita. Valorizamos a vida humana, acreditamos no direito à liberdade individual e no estado de direito, e por essas crenças que enviamos nossos homens e mulheres ao exterior para proteger esse direito, para o nosso próprio povo e para dar a milhões de outras pessoas a esperança de liberdade no futuro.
>
> ESTADOS UNIDOS. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004.

Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Esta era uma “democracia” feita de cabos de vassoura, canos de rifles, fios de eletricidade, caixas de papelão, cordas e outros materiais usados para tortura, que diante da impetuosidade da *bando soberano do Estado* e da condição de nebulosidade do estado de exceção, somado à força da ordem do discurso, fez-se com que mesmo diante de provas incontestáveis, ainda se defendesse que aquela era uma nação de leis e de normas; permaneceu-se falando durante toda a audiência que todas aquelas provas visíveis, não eram o que pareciam ser. Mas, que vergonhosamente eram o que não pareciam ser: meras ações improvisadas e repentinas de soldados rasos e sádicos.

Mas, dentre todos os instrumentos utilizados para torturar os detidos em Abu Ghraib, um chama a atenção: o capuz negro. Aqueles capuzes, não foram oriundos de improviso. Nas fotografias dos detidos sendo torturados, eles aparecem sempre do mesmo formato e com a mesma tonalidade de preto. Nas fotos dos detidos em Guantánamo, enfileirados, é nitidamente perceptível que os capuzes que os detentos usam, são todos iguais. Estes capuzes chegaram em Abu Ghraib, e em outros presídios tutelados pelo governo dos Estados Unidos, como instrumento de uma ordem padrão de conduta em relação ao tratamento que os corpos daqueles prisioneiros receberiam.

. . .

Discuti até aqui, neste primeiro capítulo, o presídio de Abu Ghraib como mais um sintoma, dentre vários, oriundo do estado de exceção que se alastrou por todo o Iraque com a Invasão liderada pelo governo estadunidense a partir de março de 2003. Por meio das fontes selecionadas, pude mostrar que o estado de exceção não se impõe apenas em conduções políticas obscurecidas, em ordenamentos jurídicos de exceção, mas também toma conta da realidade de todo este entorno, constituindo, consequentemente, uma perspectiva histórica dos fatos, única deste tipo de lugar e de condição. Um exemplo deste movimento que fiz durante todo o primeiro capítulo, fora

discutindo quais eram os argumentos usados que, ao seu modo, traziam uma lógica e uma justificativa para as torturas que haviam ocorrido, seja na Comissão do Senado ou no Relatório Taguba.

Entretanto, um fato chama a atenção: se um dos maiores anseios do estado de exceção é o controle, em primeiro lugar, da realidade, e, em segundo lugar, dos corpos dos humanos desumanizados e encarcerados, então nos resta averiguar se mesmo com todo este ímpeto, qualquer outro tipo de narrativa, que escapa a ordem do discurso do estado de exceção, e que não é oriunda do complexo argumentativo dominante, é de fato deliberadamente destruída. Com a análise minuciosa das fontes, notei que nem todas as narrativas que escapavam da ordem do discurso conseguiam ser eliminadas. Observei que muito destas narrativas dissonantes dentro da condição de exceção de Abu Ghraib, eram desacreditadas e empurradas para uma condição de marginalidade até se tornarem insignificantes.

Um exemplo de narrativa que fora desacreditada, fora o próprio Relatório Taguba. A diferença é que o Relatório fora desacreditado pelo Estado, não porque o mesmo habitara a esfera de abandono e de exceção deste último, mas porque estava dissonante daquilo que era exigido pela ordem do discurso. Segundo Agamben,

> Todo discurso sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que ele não é mais algo que ainda nos seja dado a fazer. Pois, assim como foi privado da sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado da sua experiência: aliás, a incapacidade de fazer transmitir experiências talvez seja um dos poucos dados certos de que disponha de si mesmo (Agamben, 2005, p.21).

Em 1933, Walter Benjamin já havia observado que vivemos uma vida pobre de experiência, que somos destituídos o tempo todo de nós mesmos. O Major General Taguba não dispôs de autoridade suficiente para firmar sua experiência. Em síntese, sua autoridade fora julgada e condenada, principalmente por juízes militares que usaram do Relatório Taguba, para desacreditar da gravidade que consistia os casos de tortura e abuso dentro de Abu Ghraib.

O que quero pontuar, é que a experiência da historicidade em espaços de exceção é diferente. Nestas condições de violência desenfreada, o Estado aparece, enganosamente, como o sujeito real da história. Ou seja, a experiência histórica do Estado se torna a "verdade" de toda esta narrativa, como por exemplo, *a verdade passa a ser o fato de que independente do que os documentos apontem, realmente havia terroristas em Abu Ghraib; seres humanos incapazes de diplomacia, que não deixaram outra escolha a não ser o uso da violência para frear seus comportamentos incivilizados.*

E não é apenas a experiência histórica que se altera nestes espaços de exceção, resultantes do estado de exceção: as noções que detemos de Estado, Estado democrático de direito e democracia, também são fortemente alteradas. Se outrora Max Weber (2001) pontuara que o Estado era o detentor do monopólio da violência, por exemplo, a Guerra do Iraque de 2003 nos mostrou uma condição diferente do que o jurista alemão havia proposto em seus estudos, já que houve uma nítida terceirização do uso da violência entre o Estado e as grandes empresas de segurança privada, como por exemplo a CACI International e a Blackwater USA. Não obstante, em condições de exceção como a da Guerra do Iraque, o que as fontes nos mostram é que o monopólio da narrativa histórica oficial, continua concentrado nas mãos do Estado. E este é um ponto de suma importância para entendermos o próximo capítulo.

Por outro lado, estas narrativas que divergem da ordem do discurso da exceção, sobrevivem às duras custas em lugares vazios e de difícil acesso. E, ainda, há em torno destas, claros resquícios da ordem do discurso dominante, que tenta, de todas as maneiras, dar outro tom para estes resquícios argumentativos. Ainda assim, volto a insistir: isto não pode ser considerado de tudo uma prática de censura, pois se estrutura de formas diferente; enquanto a censura obscurece um fato, a ordem do discurso o reconstrói.

Há narrativas, como as que veremos no próximo capítulo, que estão em uma condição tão extrema de marginalização, que é possível ver o esforço do discurso dominante para se apoderar das mesmas, recontando-as. Isto não quer dizer que não houve censura nos documentos oriundos de Abu Ghraib: como mostrarei ao leitor, diversas autópsias e prontuários médicos, possuem dados importantes censurados com caneta preta. Mas, este é só um lado do

movimento, porque o outro, volto a insistir, consiste na ânsia de reescrever toda a história.

Existem, nestas narrativas marginalizadas da exceção, aspectos muito similares com os lugares vazios e isentos de linguagem, sempre emparelhados por uma linguagem que foge e que é essencialmente ausente. Vimos neste primeiro capítulo, tanto pelo Relatório Taguba, como pela audiência da Comissão do Senado, que um dos maiores anseios da exceção é o domínio da narrativa. Por toda via, ainda nos resta saber o que são e como foram compostas estas narrativas discordantes (para além do Relatório Taguba) que mostram uma face ainda mais profunda da condição de exceção.

Dotadas de uma angustia e de uma solidão extrema, estas narrativas marginalizadas, muitas vezes provenientes dos corpos que já se encontravam sem vida (entenderemos melhor esta questão no próximo capítulo), quando testemunharam sua experiência na exceção, nos permitindo encontrar a "História" que o presidente Bush disse, encolhendo os ombros e tirando as mãos do bolso, com a sua típica linguagem corporal, *que não saberíamos como terminaria, pois já estaríamos todos mortos*[75].

. . .

No início do mês de maio de 2004, quando toda a história de Abu Ghraib já estava espalhada pelos principais jornais do mundo e os olhares já se atentavam para o início das Comissões do Senado, sobre abuso e maus tratos de prisioneiros, o Major General Geoffrey Miller havia sido transferido definitivamente para Abu Ghraib, se tornando seu comandante de forças táticas. No dia 3 de maio de 2004, o General Miller publicou um memorando interno[76], pedindo para que os interrogadores em Abu Ghraib cessassem o uso da técnica de interrogatório conhecida como *"Fear-Up Harsh"* que consiste em causar medo extremo ao interrogado. Neste mesmo documento, o respectivo General, instruía seus subordinados que apenas o Ministério da Defesa podia autorizar novos métodos de interrogatório e não mais os funcionários da segurança privada. E terminava o seu texto exigindo que a polícia do exército não participasse mais de interrogatórios. O memorando era inerentemente uma

cortina de fumaça para dos dias difíceis que o General Miller já começara a prever que viriam.

Um dia depois deste memorando, no dia 4 de maio de 2004, o General Miller enviou um e-mail para os novos comandantes de Abu Ghraib (já que tanto a General de Brigada Janis Karpinski, quanto o Coronel Thomas Pappas, haviam sido afastados dos seus postos no Iraque), intitulado de “Estratégia de Detento”, o documento[77] dizia que:

> Queria fornecer a vocês uma atualização sobre para onde estamos indo em relação as operações com detidos. Os problemas que descobrimos em nossas investigações e a cobertura da mídia sobre os abusos suspeitos de detentos, *exigem que limpemos o ar para nossos líderes* e soldados. Eu quero que todos nós trabalhemos nisso para reconfirmar aos nossos líderes e soldados que o que estamos fazendo é o certo. Agendamos visita de mídia/imprensa para Abu Ghrayb[8] no dia 5 de maio para atualizar todas as mudanças que implementamos, e mostrar o caminho que vamos seguir com as operações de detentos. Geoff Miller[9] é o líder de todas as operações de detidos, incluindo - detenção, interrogatório de detidos, recomendação de encaminhamento de detidos para o Tribunal Criminal Central do Iraque para julgamento, assim como para liberar detidos. Exceto os detidos das **listas negra e cinzenta**. Ele, juntamente com Detainee Task Force vai focar em integrar estar parte da luta para nós. Nossa estratégia de detentos é baseada em uma integração de interrogatórios e exploração de inteligência de detidos. Estamos repensando nossos esforços em Abu Ghrayb para garantir que estejamos levando inteligência tática para seus domínios, para assim conseguir apoiar nossos níveis. Esses interrogatórios nos levarão a uma decisão sobre o envio de detidos ao Tribunal Central do Iraque para julgamento, mantendo-o sob custódia devido a sua alta ameaça, ou então transferindo para a autoridade iraquiana de jurisdição do Tribunal Comum do Iraque para julgamento por crimes civis. Ou então, liberação de volta à sociedade civil. Trabalharemos essas áreas em paralelo para que decisões mais rápidas sejam tomadas. (...). Vamos sair rapidamente dessa situação e mantê-los informados. Estamos em processo de mudança com a revisão e libertação do nosso programa de detidos. Desde fevereiro, analisamos aproximadamente 2.300 casos de detentos e tomou-se decisões, a princípio, a respeito de 1200. Quatrocentos permanecerão em detenção e cerca de **800 serão transferidos para libertação**. Neste primeiro momento, os lançamentos estão agendados para os dias 4 e 14 de maio (...)

[8] *Abu Ghrayb:* o General Miller escreve em seu e-mail “Ghraib” com “y”. Decidi manter o erro ortográfico do mesmo. Em sua investigação sobre Abu Ghraib, os jornalistas Errol Morris e Philip Gourevitch, apontam que os militares não sabiam pronunciar as palavras em árabe de forma correta, assim como também escreviam errado.

[9] O General Miller refere-se a si mesmo na terceira pessoa e por apelido.

> O sistema que utilizaremos é para informá-lo sobre os lançamentos e dar-lhe a oportunidade de fornecer qualquer informação adicional *que nos fazem reconsiderar a decisão de liberação.* Trabalhe com Geoff em qualquer uma dessas questões. Para esses primeiros lançamentos, suspendi o Conselho de Revisão (...) Isso segue a filosofia de fazer algo uma vez e continuar fazendo certo. Faremos uma pausa de 1 ou 2 dias cada vez que agendarmos uma liberação para resolver quaisquer problemas oriundas a estas. O Conselho se reunirá novamente em 5 de maio e seguirá em frente para cumprir a meta de completar os cerca de 1.800 arquivos de detentos restantes nas próximas 3 semanas. Acredito que esse foco na questão dos detentos é um multiplicador de força para nós e **vamos continuar a fazê-lo funcionar melhor para os nossos Comandantes.**
>
> MILLER, Geoffrey. Estratégia de Detento, 4 de maio de 2004. (Grifo nosso).

Geoffrey Miller parecia bem preocupado, neste e-mail, em resolver a questão da população carcerária de Abu Ghraib, oriunda da política de detenção em massa que ocorreu por todo o Iraque, enquanto a imprensa do mundo inteiro direcionava a sua atenção para a Comissão do Senado. Aquele era o momento ideal de "limpar a bagunça" do presídio. Esta atitude de Geoffrey Miller de liberar a população carcerária, em meio aos protestos dos parentes dos detidos nos portões de Abu Ghraib, não se diferencia das "caixas da anistia", que na época em que as fotos das torturas foram vazadas, o Coronel Thomas Pappas espalhou por todo o presídio.

Esta fora mais ação, dentre várias, para circundar a realidade da narrativa do presídio e, consequentemente a experiência histórica daqueles que lá viveram. Sobre a liberação em massa dos cativos de Abu Ghraib, Tom Engelhardt escreveu, no começo de maio de 2004, para a revista *Mother Jones*, dizendo que os prisioneiros foram forçados a fazer uma jornada sinuosa de quase cinco horas de ônibus, escoltados por *humvees* do exército dos Estados Unidos e, foram simplesmente largados em uma pedreira, no meio do nada, próxima a cidade de Tikrit (cidade natal de Saddam Hussein), a quase 200 quilômetros ao norte da cidade de Bagdá[78].

O que quero mostrar ao leitor, é que o presídio de Abu Ghraib, era um cárcere que ultrapassava os limites da noção clássica de direito, justamente por ser um espaço de exceção. Em seu interim emparedava-se a linguagem e,

consequentemente, a própria narrativa histórica, consequência oriunda da condição de exceção. Independente dos esforços de Geoffrey Miller, para assumir o controle da narrativa, há elementos ainda menores que sobreviveram no âmago do presídio e que precisam ser observados.

Dentre estes elementos, existem narrativas oriundas dos corpos destes seres humanos, encarcerados na exceção, e que conheceram todos os meandros deste espaço, que contam com avidez a sua vida obscurecida. Mesmo esvaziadas de sentido, de forma proposital pela ordem do discurso dominante, estas narrativas somadas a outras fontes, como a jornalística, por exemplo, se constituem como um material riquíssimo de testemunho. Sendo assim, convido o leitor ao próximo capítulo desta pesquisa para discutirmos o que realmente são estes relatos que sobreviveram de forma marginal, a ordem do discurso e, como estes, em seu ínterim, nos ajudam a compreender, de forma ainda mais clara, as estruturas deste espaço de exceção em questão, questionando se ainda restava em Abu Ghraib qualquer relação com o termo “presídio”, ou, se o respectivo espaço, como produto da exceção, rompera fortemente com esta denominação.

SEGUNDA PARTE:

A excepcionalidade inscrita no corpo.

CAPITÚLO PRIMEIRO: ESPERANDO GODOT EM ABU GHRAIB (março a dezembro de 2003).

I. *Esperando Godot* em um calor de 43 °C: sobre autópsias e realidades circunscritas.

Em uma realidade completa circunscrita, os personagens de Beckett na peça *Esperando Godot,* se veem cercados por todos os lados: a sua existência e a linguagem que o permite ser e pensar foram parasitadas por uma força dominante, que as esvaziou de significado e racionalidade. A condição existencial é tão ininteligível e absurda, que se passa *a jogar nos sapatos as culpas dos pés*. É uma realidade caótica, mesmo não havendo quase nada ao seu entorno.

A radicalidade vertiginosa dos parâmetros da construção da narrativa e da realidade, é um dos elementos que os *cativos* de Godot dividem com os detentos de Abu Ghraib. Em síntese, é a predominância do absurdo; de realidades que foram forçosamente circunscritas, ao ponto de se tornarem ridículas. Mas, o cercamento da realidade é tão grande, o controle da linguagem é tão intenso, que se carece de linguagem para adentrar e repensar estes mesmos lugares. Esperar Godot, não é necessariamente uma espera, mas uma condição de subsistência, daqueles que proibidos de terem acesso à justiça e punidos pelo seu mero existir, apenas permanecem. E passam a acreditar que talvez, no amanhã, haja alguma diferença. Talvez Godot venha; talvez os detidos sejam libertos com a mesma rapidez com que foram presos.

A situação desoladora do lugar em que a peça de Beckett se passa, assim como o vazio absoluto que preenche Abu Ghraib, nos fornecem, mesmo com grande dificuldade, termos semânticos escassos para que passemos a identificar estes espaços de exceção como devem ser identificados. São anti-lugares, que há princípio eram para serem apenas de transição, mas a exceção que se tornou regra, fez deles lugares de permanência; era impossível que Vladmir e Estragon deixassem o lugar de espera por Godot, porque assim como os próprios detidos do presídio de Abu Ghraib, nem se quer sabiam por

quais meios haviam chegado até lá. Em espaços de exceção, a linguagem é ausente e a justiça sempre se posterga: promete, mas não vem.

A espera que era para ser provisória e passa a se tornar um estado fixo de coisas, impele estes seres humanos a orbitarem em torno de um vazio instransponível. Esperar na exceção, consiste em uma espera desprovida de objeto: Estragon e Vladimir, jamais viram Godot. Entretanto, continuam esperando por ele. Os detidos de Abu Ghraib, não tinham conhecimento da existência de um só cativo do presídio que teve acesso à justiça, mas ainda assim aguardavam desconsolados pela mesma.

Não obstante, há uma diferença categórica entre os personagens que habitam a exceção no texto de Beckett e os cativos do presídio de Abu Ghraib: os primeiros possuíam seus corpos; evitavam tomar decisões sobre a própria vida por questões racionais. Já os iraquianos encarcerados em Abu Ghraib, haviam perdido completamente o direito de si e o domínio dos seus próprios corpos.

A linguagem, seja na subsistência de Estragon e Vladimir, como dos detentos do presídio de Abu Ghraib, era essencialmente aquebrantada: suas comunicações se dão por meios de falhas e ruídos, que as transformam em balbucios, que ouvidos de longe, são incompreensíveis. Beckett experimentou a exceção até as últimas consequências em seu texto. Em Abu Ghraib, os detidos foram condenados a subsistirem até o limite do estado e do espaço de exceção, habitando o subsolo da existência humana.

Tanto em Beckett, como em Abu Ghraib, percorremos os escombros de uma existência condenada, caminhamos pela linguagem mínima e aprendemos a observar como toda esta violência semântica se torna física. Sabendo que a narrativa histórica do opressor é destrutiva e que seus artifícios linguísticos são muitos, apresentarei ao leitor documentos essencialmente da exceção para mostrar ao mesmo as zonas mais perversas da esfera de abandono do Estado. Neste capítulo seguiremos por um caminho vertiginoso pelas entranhas de Abu Ghraib, respectivamente pelos resíduos corporais que restaram, à margem da ordem do discurso e da própria história. Nesta perspectiva variante, entre uma abordagem macro e micro histórica, onde todo o dia é sempre o mesmo dia e a exceção declara o empobrecimento geral da linguagem, que chamo a atenção do leitor para o fato de que se de fato Deus

conversava com Bush, ele o fazia de olhos fechados. E que Godot ou a justiça, não viriam hoje de qualquer forma.

. . .

Em agosto de 2003, a revista *Mother Jones*[79] publicou um artigo chamando a atenção sobre os custos altíssimos da Guerra do Iraque. O artigo traz um fragmento de uma entrevista que o então chefe do governo de Coalização, Paul Bremer, havia dado ao *Washington Post* no mesmo mês. Na respectiva entrevista, Bremer afirmava que o preço final da missão do governo Bush no Iraque, chegaria a várias dezenas de bilhões de dólares. O respectivo diplomata, também pontuara que apenas uma parcela ínfima do petróleo iraquiano conseguiria suprir os gastos da guerra. O artigo dizia que o próprio *Washington Post* já havia feito uma previsão dos gastos da Guerra do Iraque e respectivamente, a ocupação do país custaria algo em torno de 4 bilhões de dólares mensais.

Os ânimos dos dirigentes da Guerra estavam se acirrando. Paul Bremer, em uma mistura de desespero e descuido, acabara afirmando na mesma entrevista, que dado as consequências da guerra, a produção de petróleo do Iraque havia caído drasticamente. Enquanto antes da guerra, a produção petrolífera iraquiana variava entre 2,5 a 3 milhões de barris por dia, pós-ocupação este número caiu para 1,7 milhões de barris por dia. E para Paul Bremer, mesmo que o nível de extração de petróleo voltasse a ser o que era antes da guerra, ainda assim a receita seria insuficiente para cobrir as necessidades deste novo Iraque pós-invasão.

. . .

Dos documentos liberados pelo governo dos Estados Unidos, a partir da ação judicial que o mesmo perdeu para a *American Civil Liberties Union* - ACLU, a primeira autópsia de um detido lavrada em Abu Ghraib, é datada do dia 11 de agosto de 2003. Coincidentemente, agosto de 2003 fora quando o general Miller fora transferido de Guantánamo para Abu Ghraib e “importou” de Cuba o seu projeto de “guantanamomização”. A autópsia está anexada com a

certidão de óbito do detido. Informações pessoais, como a idade ou a origem do mesmo estão ausentes no documento. Entretanto, diferente de uma parte da documentação, o laudo investigativo da causa da morte e a certidão de óbito trazem o nome do detento. A autópsia em questão, diz respeito a morte de Wathik Salaj Mihdy[80].

Não há no documento nem idade do sr. Mihdy e muito menos a sua data de nascimento. A causa da morte do respectivo detido consta como “natura”, consequência de uma doença cardiovascular arteriosclerótica. Na autópsia consta que Wathik não havia sido admitido dentro do presídio de Abu Ghraib quando veio a óbito. O mesmo aguardava os tramites burocráticos e internos do presídio, para que fosse levado para o interior do mesmo. Em outras palavras, Wathik faleceu ainda durante o processo de triagem do presídio. Desta forma, o detento aguardava nos portões, ao lado de dentro do presídio, na área não coberta, quando começou a passar mal; reclamou, para os outros detidos que estavam na mesma condição que ele, que estava sentindo dores no peito. Logo em seguida veio a desmaiar. A autópsia não diz quando tempo demorou para que a equipe de socorro fosse atender o sr. Mihdy. Apenas consta no documento que quando a ajuda chegou, ele já estava em óbito.

Como o sr. Mihdy estava em processo de triagem para ser detido, a documentação não é adequada. Por conta disso, os médicos legistas que atenderam o caso, estimaram na autópsia que o mesmo tinha em torno de 50 anos. Um elemento que chama a atenção nesta documentação em específico, é que na sessão onde é necessário que se descreva os ferimentos encontrados no corpo a ser autopsiado, antes mesmo de se descrever o que fora encontrado, os médicos legistas atestas que as lesões encontradas no corpo do sr. Mihdy e descritas no documento “não são para fins descritivos ou para implicar imposição de ordem ou atestar algum tipo de gravidade. É penas e unicamente uma forma de descritiva das feridas encontradas em relação a anatomia normal do corpo” (ACLU – RDI 988. 11 de agosto de 2003).

Os médicos atestam que fora encontrado no corpo do detido algumas abrasões, sendo estas: um ferimento no joelho direito de aproximadamente 4 cm e no interior do tornozelo esquerdo havia uma ferida de 3 cm, que segundo os médicos estava em processo de cicatrização. No demais, a autópsia aponta

que o corpo não apresentava injurias. O motivo da morte é atestado como infarto, já que segundo os médicos havia um estreitamento significativo das artérias, dificultando a passagem do sangue. Os legistas não levantam nenhum tipo de questionamento em relação as feridas encontradas.

Conforme discutirei as demais autópsias, certidões de óbito e prontuários médicos, neste capítulo, ficará mais claro para o leitor como este tipo de posicionamento dos médicos legistas de Abu Ghraib, de explicarem o motivo de estarem listando as lesões encontradas no corpo, antes mesmo de expor as lesões; parece muito mais uma "norma *gramatical"* da ordem do discurso vigente em Abu Ghraib (que expõe parte de uma estrutura semântica de poder) em despistar qualquer tipo de suspeita em relação aos maus tratos dos detidos, do que um mero procedimento técnico. Outro dado muito importante da autópsia do sr. Mihdy é que não consta na mesma o horário do óbito, muito menos há qualquer documentação que prove o itinerário feito pelo detido até chegar em Abu Ghraib. Assim como também não há informações do motivo de Wathik Salaj Mihdy estar em uma fila de triagem para ser "formalmente" detido.

Tratar documentação oriunda de espaços de exceção, que são originalmente erigidos a partir de uma relação de poder essencialmente semântica, requer que se fique mais atento aos dados que faltam do que os dados que foram respectivamente expostos no documento. É muito provável que o sr. Mihdy tenha chegado aos portões de Abu Ghraib para passar pela triagem de encarceramento, durante o dia, que era quando os comboios lotados chegavam.

Tendo em vista que agosto é verão no Iraque e, também o mês mais seco do ano, onde a umidade do ar pode chegar a 0mm, e que o presídio de Abu Ghraib está próximo a região desértica do país e, que nestas condições as temperaturas diurnas podem variar de 38 °C a 45 °C, quanto tempo uma pessoa exposta diretamente ao calor, já que o sr. Mihdy estava na área descampada de Abu Ghraib, aguentaria antes de colapsar?

Um corpo exposto a altas temperaturas, como as do Iraque no verão, pode perder sua capacidade de auto resfriamento se atingir uma temperatura corporal superior a 40 °C, ocasionando um quadro de insolação que pode ser irreversível, levando a pessoa à óbito. Outro ponto muito interessante a ser

observado no caso do óbito do sr. Mihdy, é que os médicos legistas não atestam na autópsia qual fora a causa do estreitamento arterial. Por exemplo, nada é dito na documentação que esta condição cardiovascular do detido era de fato natural. O que abre espaço para a hipótese de que a causa da morte não fora “natural”, como fora atestada, mas sim resultante da negligência no recenseamento dos detidos.

De acordo com especialistas do Hospital do Coração – Hcor[81] de São Paulo, quando um corpo é exposto a altas temperaturas e não recebe hidratação adequada, ele pode sofrer um processo de estreitamento severo dos vasos sanguíneos, desencadeando em infartos ou acidentes vasculares cerebrais. A autópsia do sr. Mihdy não atesta que a estenose ocasionada na artéria tenha sido consequência de uma obstrução. Não há dados de quanto tempo este detido ficou esperando nos portões de Abu Ghraib e muito menos informações de como fora o processo de translado do mesmo até o respectivo presídio. Outro elemento importante que carece na autópsia do sr. Mihdy, é o local que ela foi realizada: tanto a autópsia, como a certidão de óbito foram lavradas em Abu Ghraib, mas nada consta se a autópsia fora realizada nas intermediações do respectivo presídio.

10 dias depois da morte do sr. Mihdy, no dia 21 de agosto de 2003, outro detido entrou em óbito nas dependências de Abu Ghraib. Segundo costa na autópsia e na certidão de óbito de Ehad Kazam Taleb[82], o mesmo fora encontrado sem pulso e sem respiração dentro da sua cela ás 22hrs30min. A equipe médica, assim que teve acesso ao detido, executou manobras de ressuscitação cardiopulmonar. Como não obtiveram resposta, manusearam o desfibrilador no sr. Taleb por 15 minutos, mas nenhuma das tentativas de ressuscitação foram bem-sucedidas. No caso da autópsia do sr. Taleb, não consta nem a sua idade e muito menos a estimativa da mesma. A sua naturalidade também não é informada no documento. A morte do detido é atestada pelos legistas de Camp Sather como “natural” e a causa da morte é afirmada como infarto. Camp Sether era, na época dos fatos, uma base da Força Aérea dos Estados Unidos, localizada ao lado oeste do Aeroporto Internacional de Bagdá, cerca de 40 minutos de distância de Abu Ghraib.

Possivelmente no dia 24 de agosto de 2003, outro detido entrou em Abu Ghraib. Digo possivelmente, porque na autópsia a data da morte aparece

censurada com caneta preta de retroprojetor. Já na certidão de óbito a data aparece como 24 de agosto. O detido em questão é Dham Spah[83]. Não costa nem na certidão de óbito, como na autópsia, a data de nascimento do sr. Spah e sua naturalidade, porém os médicos legistas estimam que o detido possuísse entre 40 e 60 anos. As informações que ambos os documentos atestam, é que o respectivo detido fora encontrado sem vida e próximo ao portão do presídio. Tanto na certidão como na autópsia, a condição da morte é tida como natural e a causa desta é atestada pelos médicos como infarto. Costa no exame legista, que o infarto fora ocasionado por um estreitamento da artéria e há uma observação dizendo que o coração do detido possuía cardiomegalia, ou seja, que estava alterado em seu tamanho. Mas, novamente, os médicos legistas não atestam a causa da estenose da artéria.

Um dado importante sobre a documentação do óbito de Dham Spah, é que diferente das demais autópsias, até então lavradas no presídio, seus órgãos foram todos examinados e verificados, inclusive as genitálias. Consta no exame legal, que as genitálias foram examinadas para descartar a possibilidade do detido ter sofrido algum tipo de abuso sexual dentro nas intermediações de Abu Ghraib, enquanto estava sob tutela do governo dos Estados Unidos. Os médicos legistas atestam, que não havia nenhum sinal de violência no corpo do sr. Spah, inclusive de violência sexual.

Outro fator que é determinante na autópsia em questão, é que a mesma marca uma nova forma de abordagem: o exame legista do sr. Spah, marca a inserção de novas averiguações nos corpos autopsiados. Além desta análise mais abrangente dos órgãos, passa-se a executar nos mortos exames toxicológicos. No caso do Dham Spah, o seu exame toxicológico foi positivo para álcool. O que chama a atenção neste caso são dois elementos, respectivamente: a similaridade com a morte do primeiro detido que fora autopsiado em Abu Ghraib, o sr. Mihdy, que também morreu nos portões vitimado por um infarto causado pela estenose da artéria e a ausência no documento do horário do óbito e do histórico do prisioneiro.

Sobre o álcool positivado no exame toxicológico do sr. Spah, existe a seguinte possibilidade: apesar do islã proibir o consume de álcool, nunca fora uma dificuldade ter acesso ao mesmo por meio de lojas, cujo os proprietários são cristãos. Este elemento, inclusive, pode levantar a possibilidade de que o

sr. Spah tivesse alguns hábitos, como a da bebida, que desagradasse pessoas do seu entorno, fazendo com que este último fosse denunciado aos militares da coalização que acabaram efetivando a prisão do mesmo, como se este fosse um criminoso. Mas, não é possível descartar a possibilidade possa ter sido ingerido dentro do presídio, durante o processo de triagem, de forma forçosamente pelos próprios militares em algumas das suas abordagens sádicas e degradantes.

De todas as autópsias que foram lavradas dentro do presídio de Abu Ghraib no mês de agosto de 2003, a última delas, que ao meu ver é a mais importante, facilita o entendimento de uma espécie de padrão de comportamento dentro da respectiva penitenciária. Sendo assim, a última autópsia realizada no mês de agosto de 2003, data do dia 24. O campo que marca a data do óbito está censurado com caneta de retroprojetor.

A autópsia e a certidão de óbito em questão, diz respeito a Mohamed Tariq Zaid[84]. Assim como a maioria das autópsias, até então apresentadas, não consta a data de nascimento e nenhuma informação pessoal de Tariq Zaid, a não ser o nome. Os médicos legistas atestaram que possivelmente o sr. Tariq tinha em torno de 40 anos. Consta na autópsia do mesmo, que os elementos que levaram ao óbito foram: desidratação, obnubilação[10] e hipóxia[11]. No pequeno relatório feito pelo médico legista, consta que Tariq Zaid fora "esquecido" fora das instalações cobertas do presídio de Abu Ghraib, onde, naquela data, registrava uma temperatura superior a 43 °C, que resultou em uma condição de insolação ao respectivo detido.

Os médicos legistas, também afirmam na autópsia que quando o respectivo detido fora encontrado, sua temperatura corporal era 38,9 °C e a saturação do mesmo estava em uma queda drástica e constante. Assim que fora localizado pela equipe do presídio, o sr. Tariq Zaid fora levado para um hospital universitário, cujo o nome não consta na documentação do óbito e foi declarado morto assim que chegou no atendimento. Nenhum exame toxicológico é realizado e nenhum averiguação mais detalhada é feita. A

[10] Estado de consciência severamente alterado, onde o indivíduo não consegue reagir a estímulos externos como chamados ou luzes direcionadas às suas retinas. Não responde e não consegue formular perguntas.
[11] Insuficiente severa das moléculas de oxigênio no sangue, nos tecidos e nas células em geral do corpo.

autópsia consta que os médicos legistas encontram uma abrasão de 3 cm no antebraço de Tariq Zaid, mas não diz qual braço. Ainda de acordo com os médicos, a causa da morte do respectivo detido, mesmo sendo por insolação, é tida como “natural”.

Observe a quantidade de informações essenciais que carecem na autópsia de Tariq Zaid, como por exemplo, o horário em que finalmente a equipe militar de recenseamento, atividade que era realizada pela 800° brigada de polícia do exército, comandada pela General Janis Karpisnki, finalmente deu por falta do respectivo detido. Nada é dito sobre qual lugar de Abu Ghraib o mesmo fora encontrado, assim como não há nenhuma informação sobre o horário do óbito.

Um fator alarmante e que compõe este tipo de narrativa oriunda de espaços de exceção é a falta de padronização na documentação. Não há nenhum padrão de dados em nenhuma das quatro autópsias realizadas em detidos de Abu Ghraib no mês de agosto de 2003. Há apenas um único padrão em todas: os nomes dos médicos legistas são censurados por uma caneta preta de retroprojetor. Tirando este fato, cada autópsia é produzida de uma forma diferente. O restante, tudo é diversidade: no caso da autópsia de Dham Spah, realizou-se até exame toxicológico. Já no caso de Tariq, a narrativa da sua morte exclui o básico da informação que é lugar em que seu corpo fora encontrado.

É importante que se tenha em vista, que o ato da censura não é inexistente em Abu Ghraib: há documentos oficiais que informações são propositalmente encobertas. Mas isso não quer dizer que o estado de exceção é erigido por censuras. Esta pequena amostragem de autópsias já mostra, que a ordem do discurso da exceção estava mais preocupara em reescrever os documentos, do que em censurá-los, propriamente dito. Entende-se que reescrever a documentação e os fatos que ocorreram dentro do presídio, é também simplesmente escolher não contar.

Observe o caso de Tariq Zaid, o local da sua morte não está coberto por uma caneta de retroprojetor, ele simplesmente não existe na narrativa. Outro fator: observe que das quatro autópsias realizadas em agosto de 2003, em detidos de Abu Ghraib, três delas atestam que os detentos morreram no pátio de Abu Ghraib, sob condições extremamente familiares. Tanto o sr.

Mihdy, como os senhores Spah e Tariq Zaid morreram no pátio de Abu Ghraib. Apesar de que não há o local onde o corpo de Zaid fora encontrado, pelo fato de constar em seu exame legista que o mesmo fora encontrado “fora do presídio” por ter sido “esquecido”, subentende-se que ele veio a óbito no pátio do presídio.

Na autópsia dos senhores Mihdy e Spah, é confirmado que ambos foram encontrados sem vida no portão de Abu Ghraib, onde é sabido que era formado a fila para que os detidos fossem triados e depois admitidos dentro das instalações do presídio. Ambos morreram infartados por estenose arterial e em nenhum dos casos a causa do estreitamento arterial é explicada.

Ainda sobre as causas das mortes atestadas nos documentos, o único cujo a razão da morte é tida como insolação e desidratação, tem o histórico do acontecimento cercado e, ainda, a indecisão dos médicos legistas que atestaram que a motivação da morte do Tariq Zaid fora “acidental” por ter sido “esquecido” no calor do deserto; mas, que por toda via, nada impedia de ser atestada como “natural”, já que o mesmo não morreu vítima de uma morte violenta.

O estreitamento da narrativa e a perca da experiência nestes espaços é absurda e começa a se tornar clara cada vez mais clara, quanto mais escrutinamos o seu interim. É provável que todos os quatro detidos que morreram sob custódia do governo dos Estados Unidos em Abu Ghraib, no mês de agosto de 2003, tenham sido expostos propositalmente ao calor diurno absurdo do deserto, tendo qualquer tipo de cuidado ou atenção negados. Desamparados em um calor exorbitante e com a umidade do ar chegando a 0mm, pouco tempo, nestas condições, já seria mais do que suficiente para matar uma pessoa; sabendo que quanto maior for a temperatura e mais baixa for a umidade do ar, mais rápido ocorre o processo de desidratação, pois nestas condições, perde-se água tanto pelo suor corporal que tenta controlar a temperatura do corpo, como pela expiração.

Em 29 de setembro de 2003, um mês e cinco dias da última autópsia realizada no presídio de Abu Ghraib, é emitido a certidão de óbito e a autópsia de Abed Mohamed Naiem[85]. Diferente das demais autópsias realizadas no mês de agosto, a do sr. Naiem continha a sua idade, que é atestada como 50 anos

e a naturalidade do mesmo, que é afirmada pelo médico legista como natural do Iraque.

A morte do sr. Naiem atesta ainda mais o padrão de morte dos detidos de Abu Ghraib: o detido em questão, também morreu enquanto estava na fila de triagem para ser formalmente admitido na estrutura carcerária do presídio. Novamente, dados são carecidos: a autópsia aponta apenas que Naiem veio a óbito enquanto aguardava, mas não diz o lugar que o mesmo aguardava. A causa da morte é declarada como “doença no coração”, entretanto não há nenhum fornecimento de detalhes a respeito desta doença. Na autópsia, também costa que o sr. Naiem reclamou, enquanto aguardava, de fortes dores no peito; e que um detido que o conhecia (e que também estava na mesma condição de triagem) afirmou que este sofria de diabetes.

O que chama a atenção na autópsia em questão, é que fora recolhido do detento materiais genéticos *post mortem* e suas impressões digitais para “futuras consultas”; mas, não há nenhum esclarecimento sobre quais consultas este tipo de material, recolhido sem autorização sem a autorização dos familiares do detido, forneceria. Além do mais, a autópsia de Naiem é a primeira a colher informações fenotípicas do detido. O exame de autópsia do sr. Naiem também incluíra a análise dos pulmões, dos rins e do pâncreas. Todos os órgãos citados foram averiguados e tirados do corpo para pesagem. A genitália também fora analisada. O laudo é concluído apontando que não havia nenhum tipo de trauma no corpo do detido. A autópsia do sr. Naiem é a única registrada no mês de setembro de 2003. Observe o leitor, como elementos tais como impressões digitais e características físicas começam a serem dos interesses dos médicos legistas.

. . .

Enquanto a guerra se estendia no Iraque, o mês de outubro de 2003, trouxe outras preocupações para a administração Bush: o início da corrida presidencial, já que as eleições ocorreriam dali um ano. Apesar que a popularidade política de Bush estivesse passando por uma crise, principalmente por conta da oposição à Guerra do Iraque, a administração Bush já se preparava para realizar mais algumas batidas no seu tambor de

guerra para que as intenções de voto no republicano melhorassem. Em 8 de outubro de 2003, o jornalista Arlie Russel[86] escreveu um artigo para a revista *Mother Jones,* discutindo e analisando o inacreditável apoio que o presidente Bush detinha das camadas mais pobres da sociedade estadunidense.

Segundo o jornalista, o apoio que a classe proletária dava ao então presidente dos Estados Unidos, podia ser compreendido analisando esferas complexas, como por exemplo, o cercamento da informação. Como aponta o artigo, a administração Bush escondia e manipulava dados cruciais, da mesma forma que abordava assuntos de interesse geral de forma superficial propositalmente, como por exemplo, a luta de Bush para que seu projeto de "redução" de impostos fosse aprovado no Senado.

O projeto da administração Bush de "redução" de impostos, consistia em espalhar notícias de forma precária, dando a entender que os cidadãos estadunidense pagariam menos impostos ao governo; mas, na realidade, a forma com que Bush e sua administração tratavam ao assunto acaba impelindo a população ao erro, pois o projeto de "redução" de impostos consistia em reduzir apenas os impostos que eram recolhidos para políticas sociais, como por exemplo, educação e saúde. Ou seja, a redução dos impostos era para reduzir políticas públicas.

Além do mais, a retórica política de Bush tinha um público alvo, os *Nascar dads*[12]: o homem pobre, branco, conservador e derrotado, principalmente porque não tinha um diploma universitário e sedento por representação política dos seus ideais. Como mostra o artigo de Russel[87], este grupo social já havia sido alvo das retóricas políticas de Nixon, mas ao invés de apelar pelos seus votos incentivando nos mesmos a raiva por conta do declínio econômico do país, George W. Bush adicionou um novo elemento para conseguir os corações dos *Nascar dads:* apelou para o medo e o terror de um possível deslocamento econômico causado pelas guerras que travava, caso não fosse reeleito para findá-las. Ou seja, Bush e sua administração encontrou um bode expiatório para culpar (uma situação que eles mesmos haviam criado)

[12] National Association for Stock Car Auto Racing – NASCAR. É uma associação estadunidense que controla e sanciona diversos eventos de esporte a motor, especialmente competições. "*Nascar dads",* é uma expressão popular usada para se referir a homens de meia idade, brancos, conservadores oriundos da classe trabalhadora ou da classe média baixa. E durante suas corridas presidenciais, George W. Bush empregou em seus discursos várias vezes o respectivo termo, justamente para conseguir votos deste grupo social.

e um herói para a agradecer (encerar o problema que eles mesmo causaram): ele próprio, o que conversa com Deus.

II. "*Peço desculpas por ter votado em Bush"*

Dois meses após o início da Guerra do Iraque, respectivamente no dia 1° de maio de 2003, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, colocou um uniforme militar da aeronáutica e proferiu o famoso discurso "da missão cumprida" no porta-aviões USS *Abraham Lincoln* que estava ancorado na costa de San Diego, na Califórnia. Apesar de não ter proferido a frase "missão cumprida", a mesma se encontrava escrita em uma faixa ao fundo do enquadramento da fala do presidente. O motivo do discurso era para informar a população, não só estadunidense, mas do mundo, que aquela data marcava definitivamente o fim das grandes operações de combate no Iraque.

O discurso da "missão cumprida" fora mais um produto da ordem do discurso dominante que não apenas cercava as experiências humanas, mas também a própria realidade. Bush afirmou no discurso que os Estados Unidos e seus aliados de coalização, haviam prevalecidos na guerra, dando a entender que a mesma havia acabado e que os Estados Unidos haviam vencido. Entretanto, a guerra não havia terminado e os piores combates no Iraque, assim como a alta incidência de morte de militares estadunidenses, ocorreria justamente após o discurso.

. . .

Outubro de 2003 fora um mês de grande incidência armada por todo o Iraque, mesmo fazendo apenas sete meses que o presidente dos Estados Unidos tinha dado como "encerado" os combates no respectivo país. Em 30 de outubro de 2003, o jornalista Tom Engelhardt[88], escreveu para a revista *Mother Jones* um artigo que mostrava que definitivamente a missão não havia sido encerrada. O índice de soldados mortos em campo de batalha no Iraque, assim

como os gravemente feridos que precisavam passar por algum tipo de amputação, crescia exponencialmente.

Quando indagado por uma repórter, sobre o impacto da sua fala a respeito da “missão cumprida”, tendo em vista que o mês de outubro já havia chegado e os conflitos armados no Iraque se tornavam cada vez mais violentos, o presidente Bush afirmou que jamais havia dito que os combates no Iraque haviam encerado, mas que o seu discurso foi apenas para dizer que uma única missão havia sido concluída. Um ponto muito importante deste momento na política exterior da administração Bush, é a divergência dos discursos e a falta de sustentação dos mesmos.

A ordem do discurso não falha, independente das inconsistências semânticas do presidente e de algumas pessoas com cargo de liderança na sua administração, a violência contra o humano em zona de guerra permaneceu. Mas é importante que nos atentemos a estas inconsistências, como fora o caso do discurso da “missão cumprida”, porque ao declarar que os combates haviam sido encerrados no Iraque, a guerra começou a ser travada por outros meios, como dentro das penitenciárias e outros lugares provisórios de detenção. A violência e a desumanização, nunca fizeram uma pausa. Entretanto, em espaços de exceção e, consequentemente, de difícil acesso, a violência e a barbárie permaneciam recorrentes. Mas, dado ao suporte semântico de que a guerra havia “praticamente” acabado, uma cortina de fumaça foi erguida para que a barbárie conseguisse se transformar, sem intercorrências, em procedimento padrão de conduta militar.

A violência nas ruas do Iraque era tamanha, que Paul Bremer[89] já sinalizava que continuar ocupando o Iraque se tornaria, a longo prazo, um problema. O presidente Bush mantinha o seu manual verbal de que independente do que ele mesmo havia dito no passado, o curso da guerra seguiria. Enquanto isso, o tecido social e político iraquiano esgarçava ainda mais. Com a invasão dos Estados Unidos e dos seus aliados, e a ruptura da balança do poder no Oriente Médio, e principalmente no Iraque, forçava-se o nascimento de forças de resistência completamente divergentes e irreconciliáveis, que se alastravam por todo o país: islâmicos devotos e simpatizantes da al-Qaeda, se organizam para resistir à invasão estadunidense lutando por um Estado teocrático. Enquanto do outro lado da situação, ex-

membros baa'thistas e simpatizantes de forma geral dos regimes de Saddam Hussein no Iraque, defendiam a volta de um regime secular, desde que fossem eles que reconquistassem o poder[90].

A invasão estadunidense não anulara a divergência ideológica, religiosa e cultural que sempre resultou em violência entre os xiitas, os curdos e os sunitas, no Iraque. A única similaridade entre estes grupos sociais de posições políticas tão divergentes, é que ambos rejeitavam a presença estadunidense no país. Por mais complexa que era a organização anti-ocupação no Iraque, ambientes com valor de mídia já estavam se tornando alvos desta resistência armada.

No dia 26 de outubro de 2003, guerrilheiros anti-coalização, bombardearam o Hotel al-Rashid, onde o então vice-secretário de defesa dos Estados Unidos e líder intelectual da invasão e da Guerra ao Terror de Bush, Paul Wolfowitz, estava hospedado. No ataque, um soldado estadunidense morreu e outras 15 pessoas ficaram feridas. O então vice-secretário de defesa, que escapou ileso ao ataque, disse ao *The New York Times*[91], que este tipo de conduta não intimidaria os Estados Unidos a abandonarem a invasão no Iraque. O Hotel al-Rashid era o mais bem protegido do país, justamente porque recebia autoridades relacionadas à invasão. O jornal *The New York Times*[92], também acentuara a intensificação da violência no Iraque após o discurso do presidente em maio de 2003.

O *The New York Times*[93] noticiou a morte do militar estadunidense, apenas intitulando o mesmo como "soldado americano", não fornecendo mais nenhum tipo de informação. Já Tom Engelhardt, para a *Mother Jones*[94], assegurou que o militar morto no hotel era um coronel do exército dos Estados Unidos e que até a respectiva data, era o militar de mais alta patente a morrer no Iraque. Em seu artigo, Engelhardt, traz as considerações do professor de história da Universidade de Michigan com as seguintes observações:

> O problema com as viagens de Wolfowitz ao Iraque é que elas são claramente políticas, exigindo visitas a lugares delicados como Najaf e Tikrit, para fazer considerações políticas sobre o domínio dos Estados Unidos no país. Mas, o vice-secretário de Defesa deve visitar o Iraque apenas por motivos militares, e suas visitas devem ser conduzidas secretamente para que ele possa ver os comandantes militares e as tropas. Se Wolfowitz

> continuar fazendo campanha para ser prefeito de Tikrit, é provável que seja morto. Mesmo antes disso, toda vez que ele vai, ele se faz parecer um palhaço e faz os Estados Unidos parecerem idiotas. Wolfowitz é quem queria 7 guerras e continuou falando paternalmente sobre a capacidade dos Estados Unidos de remodelar o Iraque e o Oriente Médio e, ele nem consegue ter uma boa noite de sono quando está lá.
>
> COLE, Juan apud ENGELHARDT, Tom. Mission Unaccomplished. Mother Jones: 30 de outubro de 2003.

Segundo o jornalista Tom Engelhardt[95], em outubro de 2003 a situação no Iraque parecia se dividir em duas maneiras: de um lado um grupo seleto vivia uma espécie de utopia imperial. Do outro lado, era visível um atoleiro humano, não muito distante daquilo que o mundo pode presenciar durante a Guerra do Vietnã. Ataques como o do Hotel al-Rashid, era uma amostra muito significativa de que apesar de todos os pesares, havia no Iraque uma estratégia política de resistência. Ataques deste porte minavam ainda mais a "reconstrução" do país pelas potências invasoras, deixando tudo cada vez mais caro.

E seja qual fosse o tipo de resposta dado pela administração Bush a estes ataques, elas só serviram para endossar ainda mais a necessidade de resistência. Ataques suicidas estavam se alastrando por toda a extensão de solo iraquiano. Este tipo de resistência, consistia em uma mensagem clara para as forças de ocupação: as pessoas estavam cada vez mais dispostas a morrer pela liberdade do Iraque. E um detalhe muito importante: os ataques suicidas desestabilizam, com grande precisão, a ocupação estrangeira. E nem os próprios iraquianos estavam sendo poupados de retaliações e ataques: qualquer tipo de colaboração com o governo estrangeiro, era o suficiente para agregar a estas pessoas um alvo.

Em meio à crise que se alastrava no Iraque em outubro de 2003, ocasionada em parte pela resistência civil à ocupação estrangeira, o presidente dos Estados Unidos, parecia ainda muito seguro em manter seus métodos violentos de contenção de crise. Em julho do mesmo ano, o presidente havia saudado militares que estavam em missão no Iraque dizendo: "*acabe com eles*"[96], referindo-se aos iraquianos. Entre os muitos objetivos agressivos da Guerra do Iraque, estava por exemplo, a busca da administração Bush na destruição total da al-Qaeda, assim como dos seus associados. Esta estratégia

ficou conhecida como "*fly-paper"*[97]*,* onde, em resumo, as Forças Armadas estadunidense seria o jornal e os *insurgentes iraquianos as moscas* que deveriam ser exterminadas.

. . .

A Guerra do Iraque fora um laboratório de uma infinidade de relações de poder. A estratégia do "*fly-paper",* por exemplo, deixa claro com qual propósito o governo dos Estados Unidos e seus aliados chegaram ao respectivo país: com um projeto essencialmente etnocêntrico e orientalista, de desumanizar seres humanos, para justificar seus assassinatos. Transformavam estes em "terroristas" ou em "moscas", em "bárbaros" ou "selvagens". Faziam o possível para que a suas mortes tivessem não apenas um respaldo legal, como também semântico. A desumanização não ocorria apenas dentro de celas secretas em presídios afastados, ela acontecia no campo de batalha, quando o combatente era ensinado a tratar o seu inimigo como um inseto que precisava ser exterminado.

Se por um lado a desumanização do combatente inimigo aparecia cada vez mais "à vontade" na retórica política de George W. Bush, na outra ponta do projeto de desumanização, encontrava o mesmo combatente ensinado a tratar seus rivais como insetos. Também em seu artigo para a *Mother Jones*[98], Tom Engelhardt começa a chamar a atenção dos seus leitores, para a condição deplorável dos veteranos da Guerra do Iraque e do Afeganistão que estavam voltando para casa literalmente escondidos, gravemente doentes e abandonados pelo Estado.

Em alguns lugares dos Estados Unidos, estes mesmo veteranos que voltaram para casa envergonhados pela sua condição física e mental, começaram a se reunir para contar histórias sobre as guerras de Bush que divergiam muito da história oficial contada pelo governo. Outro ponto alto deste momento de inflexão na narrativa oficial das guerras de Bush, se dá pelos protestos realizados por parentes de militares mortos.

Uma multiplicidade de protestos internos surgira nesta época nos Estados Unidos, liderados por veteranos ou familiares enlutados. Com esta

comoção nacional, cidadãos estadunidenses que não tinham nenhum parentesco com os militares que estavam lutando no Iraque, começaram a tomar as dores destas famílias. Como, por exemplo, fora o caso da senhora Gertrude M. Jones que morreu aos 81 anos em agosto de 2003, mas virou notícia apenas em 02 de outubro de 2003, quando o jornal de Nova Orleans, o *Times Picayune,* publicou uma nota da família da idosa, realizando o último desejo da mesma: convidando a todos os amigos e familiares que não gastassem seus dinheiros na realização de algum memorial para Gertrude; que ao invés disso, revertessem este mesmo capital para qualquer instituição que lutasse pela destituição de George W. Bush do poder executivo dos Estados Unidos[99].

O editor do jornal *Portland Oregon Time,* também publicou em outubro uma carta de um leitor intitulada de "*peço desculpas por ter votado em Bush"*:

> Eu sou um republicano registrado. Votei em George W. Bush e contribuí financeiramente para sua campanha. Eu estava errado. Peço desculpas. Bush é o pior presidente que a América já teve - de todos os tempos. Bush virou o mundo inteiro contra a América. Ele mentiu para o povo americano e nos colocou em uma confusão terrível no Iraque. Não havia armas de destruição em massa iraquianas que ameaçassem os Estados Unidos. Não havia nenhuma conexão do Iraque com o terrorismo internacional. Antes de 11 de setembro de 2001, havia algumas centenas de terroristas sauditas e egípcios. As políticas de Bush desde o 11 de setembro criaram centenas de milhares de novos recrutas terroristas em todo o mundo muçulmano. Bush criou este monstro. Estamos desperdiçando nosso tesouro nacional no Iraque devido à arrogante doutrina de 'guerra preventiva' de Bush. Perdemos 3 milhões de empregos desde que Bush assumiu o cargo - e estamos exportando nossos empregos industriais e de alta tecnologia restantes para países de baixos salários em um ritmo vertiginoso. Estamos acumulando déficits maciços que acabarão por criar o caos em nossa economia. Bush deve ser substituído.
>
> PORTLAND OREGON TIME apud ENGELHARDT, Tom. Mission Unaccomplished. Mother Jones: 30 de outubro de 2003.

Com um movimento nacional cada vez mais contra Bush, os jornais da época, como por exemplo, a revista *Mother Jones*, já começavam a trazer para

o corpo dos seus artigos a observação de que as guerras de Bush possuíam estruturas linguísticas de sustentação que eram evidentes: caminhavam cada vez mais para o âmbito semântico, onde a retórica política do então presidente dos Estados Unidos, ganhava forças para erigir discursos capazes de defender o indefensável[100].

. . .

Em seu ensaio de 1946, o escritor inglês George Orwell já chamava a atenção para as estruturas linguísticas escondidas nas retóricas políticas. Segundo Orwell (2011), a língua segue o mesmo curso social, ou seja, se a sociedade passa a seguir um caminho anômico, a língua passa a fazer o mesmo percurso. O autor chama a atenção para fácil instrumentalização da língua para endossar ideologias. A linguagem política, como aponta o autor, caminha propositalmente para a imprecisão e a inteligibilidade. O autor também aponta em seu ensaio, elementos disformes que passaram a compor massivamente a retórica política, sendo estes: metáforas moribundas, ou seja, empregadas de forma errônea, simplificando sentidos. George Orwell dá o exemplo da expressão "tratar a pontapés", que fora tão utilizada na retórica política de Bush, a estratégia do "*fly-paper"* é essência deste tipo de fala. Outro exemplo de metáfora moribunda citada por Orwell é "as maçãs pobres", forma corriqueira que tanto o então presidente, como sua administração, costumava chamar os soldados envolvidos nos crimes de tortura, estupro e sodomia em Abu Ghraib.

Um dos elementos nocivos mais importantes e profundamente presentes na retórica política de Bush para a condução de suas guerras, diz respeito ao que Orwell chama de "dicção pretenciosa":

> Palavras como *fenômeno*, *elemento*, *indivíduo*, *objetivo*, *categórico*, *efetivo*, *virtual*, *básico*, *principal*, *promover*, *construir*, *exibir*, *explorar*, *utilizar*, *eliminar*, *liquidar* são usadas para enfeitar declarações simples e dar um ar de imparcialidade científica a juízos tendenciosos. Adjetivos como *memorável*, *épico*, *histórico*, *inesquecível*, *triunfante*, *antiquíssimo*, *inevitável*, *inexorável*, *verdadeiro* são usados para dignificar os processos sórdidos da política internacional, enquanto os textos cujo objetivo é glorificar a guerra assumem

> geralmente cores arcaicas e suas palavras características são: *reino*, *trono*, *carruagem*, *punho de ferro*, *tridente*, *espada*, *escudo*, *estandarte*, *clarim*, *tacão*.
>
> ORWELL, George. A política e a língua inglesa. *In:* ORWELL, G. **Como morrem os pobres e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 142-160.

O ensaio do escritor inglês conversa em demasia com a estrutura semântica da retórica política da administração Bush, onde a linguagem política era estruturada para cunhar ou cercar realidades e experiências históricas. Ainda sobre a catástrofe da "missão cumprida" e o aumento da incidência da violência por todo o Iraque no mês de outubro, a administração Bush começou a perpassar outra realidade dos fatos, reescrevendo o que havia sido o discurso do presidente Bush em maio de 2003. Por toda via, os dirigentes do governo começaram a perpetuar a ideia de que a faixa escrita "missão cumprida" não fora estendida para o presidente, mas sim para algum militar, que ninguém sabia dizer quem era de fato, que havia cumprido uma missão no exterior, mas que ninguém também sabia dizer ao certo qual missão fora esta. E, que de forma "acidental" o presidente fora posicionado com a faixa ao fundo. E por fim, defendiam que o de fato o presidente, em seu discurso, disse que apenas uma parte das missões no Iraque havia sido cumprida[101].

Além do mais, toda a realidade criada pelo governo Bush para justificar a invasão no Iraque pautada na existência de armas de destruição em massa, assim como em uma possível ligação da al-Qaeda com o governo de Saddam Hussein, começara aos poucos perder a sua força semântica, simultaneamente ao posso, em que o Iraque se via mergulhado em uma crise de violência respaldada pela resposta à invasão estrangeira e fomentada pelos insurgentes.

A violência dos rebeldes não era compreendida pelos detentores da fala oficial do Estado como uma manifestação de insatisfação da população iraquiana. Muito pelo contrário, a ordem do discurso intitulou as manifestações de outubro no Iraque como "atos terroristas", que estavam insistindo em destruir o projeto de "liberdade" que os Estados Unidos estavam tentando, às duras custas, implantar no país. A revista *Mother Jones* já chamava a atenção, na época dos fatos, para o poder linguístico que a administração Bush estava exercendo em todo os Estados Unidos: 7 em cada 10 americanos,

acreditavam, plenamente, que a Guerra do Iraque fazia parte da resposta nacional aos atentados de 11 de setembro de 2001[102]. Quando questionado sobre o aumento da insurgência no Iraque, Donald Rumsfeld, secretário de defesa na época dos fatos, afirmou que ainda não havia sido inventado métricas que pudessem apontar se os Estados Unidos estavam ou não ganhando a guerra[103].

Outro elemento determinante da guerra semântica de Bush e atestado da ordem do discurso vigente na época dos fatos e, o único documento oficial do Estado estadunidense que atesta a existência de tortura em Abu Ghraib, é o relatório Taguba.

III. *Afirma Taguba:* o exterior e o interior da ordem do discurso.

Apesar de já ter trabalhado o Relatório Taguba no primeiro capítulo deste texto, de forma superficial, colocando o mesmo para dialogar com seu próprio autor durante a Comissão do Senado de 2004, acredito que seja de extrema importância que nos debrucemos sobre o mesmo novamente, ao passo que, aos poucos, vamos visualizando as mortes que ocorrem em Abu Ghraib.

Em 19 de janeiro de 2004, o Tenente General Ricardo Sanchez, Comandante do CJTF-7, solicitou que o Comando Central (CENTCOM) dos Estados Unidos, nomeasse um Oficial de Investigação de graduação superior a General de Brigada Janis Karpinski responsável pela 800° brigada de polícia do exército, que exercia funções relacionadas ao recenseamento dos detidos de Abu Ghraib. O objetivo da investigação era apurar as operações de internamento e detenção conduzidas pela respectiva brigada no período de 1° de novembro de 2003 até o final de janeiro de 2004.

Ao solicitar a investigação, Ricardo Sanchez, tinha o conhecimento, por meio de e-mails oriundos dos miliares que estavam em missão em Abu Ghraib e relatórios internos (que não foram publicados), assim como de relatórios externos feitos por órgãos supra jurídicos como, por exemplo, a Cruz Vermelha, que os presídios do Iraque, assim como lugares de detenção

provisória, todos tutelados pelos Estados Unidos, estavam passando por um frenesi onde abusos de detidos estavam se tornando comum entre os militares, somados a lapsos de responsabilidade, assim como falta de padrão no recenseamento e claras rupturas de liderança militar. Os relatórios também apontavam que as tentativas de fuga dos detidos em Abu Ghraib haviam se intensificado.

Em 24 de janeiro de 2004, o Major General Steven Whitecomb, Chefe do Estado-Maior do CENTCOM, ordenou que o Comandante do Comando Terrestre das Forças de Coalização (CFLCC), Tenente General David McKiernan conduzisse uma investigação sobre as operações de detenção e encarceramento da 800° BPE. Em 31 de janeiro de 2004, o Comandante da CFLCC, David McKiernan, nomeou o Major General Antonio Mario Taguba, como o investigador responsável do caso de abusos de detidos cometidos pela 800° BPE. Na época, Antonio Mario Taguba era subcomandante de Apoio Geral da CFLCC. A investigação era de caráter informal, para permanecer e ser debatida dentro dos limites do exército. Era responsabilidade do Major General Antonio Mario Taguba investigar os procedimentos da 800° Brigada de Polícia do Exército, seguindo os seguintes objetivos:

1. Investigar todos os fatos e circunstâncias que faziam parte das alegações de abuso na época dos fatos. Especificamente as alegações de maus-tratos ocorridas na prisão de Abu Ghraib no Iraque. Também conhecida por Centro de Confinamento Central de Bagdá;
2. Apurar se realmente havia ocorrido fugas de detidos no presídio e lapsos de liderança militar, conforme havia sido relatado ao Comandante do CJTF-7, Ricardo Sanchez;
3. Investigar o treinamento, padrões e emprego de políticas de comando. Assim como procedimentos internos e o clima de comando da 800° brigada de polícia do exército;
4. Fazer constatações específicas sobre os fatos encontrados durante a investigação. Assim como prescrever recomendações apropriadas para ações corretivas, tanto para serem aplicadas no pós-

> investigação, responsabilizando os culpados, assim como para prevenir que condutas errôneas voltassem a ocorrer.[104].

Quando Ricardo Sanches pediu que fosse aberta esta investigação sobre o comportamento da 800° brigada de polícia do exército, já havia dentro do Comando de Investigação Criminal do Exército dos Estados Unidos, uma investigação aberta sobre abusos de detidos, cometidos pelo 320° Batalhão da polícia do exército e pela 372° companhia de polícia do exército ambas compunham a 800° brigada de polícia do exército. De 31 de agosto a 9 de setembro de 2003, o Major General Geoffrey Miller, Comandante da Força Tarefa Conjunta de Guantánamo (JTF-GTMO), coordenou uma avaliação em Abu Ghraib denominada de Operações de Interrogação e Detenção Contra o Terrorismo.

É importante atentar para o fato, de que as primeiras mortes de detentos formalmente registradas em Abu Ghraib, com detidos sendo “esquecidos” para fora em um calor de 43 °C, ocorreram simultaneamente à chegada de Geoffrey Miller e, respetivamente, as suas novas práticas de interrogatório. Miller foi mandado para o Iraque a pedido de Ricardo Sanchez para revisar a capacidade em interrogatório estratégico no Iraque. Geoffrey Miller e sua equipe se concentram em três áreas, respectivamente: 1) integração, sincronização e fusão de inteligência, 2) operações de interrogatório e 3) operações de detenção.

Segundo consta no Relatório Taguba[105], o Major General Miller fez uma espécie de pesquisa em Abu Ghraib que apontou que o complexo de inteligência estava praticamente defasado e que a área de detenção devia atuar como um facilitador para os interrogatórios, realizando o que ele compreendia como “exploração bem-sucedida dos internados”.

Geoffrey Miller também apontou a necessidade da implementação de um Centro de Detenção e Interrogação Conjunta em Abu Ghraib, consolidando as operações de detenção e de interrogatório estratégico; resultando assim em uma estratégia integrada entre as polícias do exército e a inteligência militar. A justificativa de Miller, ao juntar as operações de detenção com as de interrogatório, consequentemente, como mostra no Relatório Taguba, subordinando a 800° brigada de polícia do exército a 205 brigada de

inteligência militar, era para maximizar os ganhos da inteligência militar através dos interrogatórios. Entretanto, como aponta Taguba, ao mudar as regras de operação de interrogação no presídio, atribuindo aos interrogatórios práticas de exceção, Geoffrey Miller e sua equipe, inclusive o advogado militar que fazia parte desta última, possuíam plena consciência de que estes métodos eram permissíveis apenas na detenção de terroristas, como era o caso de Guantánamo. E era do conhecimento geral que não havia terroristas entre a população carcerária de Abu Ghraib*.*

Ainda de acordo com Relatório[106] de Antonio Mario Taguba, o militar do exército dos Estados Unidos, Major General Ryder, esteve no Iraque em novembro de 2003, ou seja, apenas dois meses após as recomendações de Miller. E em um dos relatórios internos que o Major General Ryder fez, constava que a polícia do exército jamais poderia "estabelecer condições de interrogatório", como havia sugerido Miller, ou participar de interrogatórios de uma forma geral, porque era contra as normas do exército. Como aponta Taguba, embasado nas diretrizes do exército dos Estados Unidos, a coleta de informações pela polícia do exército só poderia acontecer de forma passiva, ou seja, ouvindo uma conversa entre os detidos ou algo do gênero, mas jamais interrogando os detidos. Além do mais, a polícia do exército não poderia estabelecer nenhum tipo de condição que favorecesse os interrogatórios[107].

O Major General Ryder, foi enviado para o Iraque para propor medidas de correção aos presídios iraquianos tutelados pelos Estados Unidos e, entre estes fora proposto medidas de correção para Abu Ghraib. Entre as recomendações de Ryder constavam: construir uma gestão dos detidos, transicionar o mais breve possível o sistema penitenciário iraquiano para uma autoridade iraquiana, oferecer cuidados médicos mais adequados aos detidos, proporcionar instalações penitenciarias adequadas e higiênicas, construir um tribunal urgente para que os detidos fossem adequadamente julgados e criar um banco de dados eficiente com todas as informações dos cativos[108]. Nenhum dos apontamentos feitos pelo Major General Ryder foram adotados.

> Infelizmente, muitos dos problemas sistêmicos que surgiram durante a avaliação da equipe do Major General Ryder, são exatamente os mesmos problemas que são assuntos desta mesma investigação que faço. Na

> verdade, muitos dos abusos sofridos pelos detidos ocorreram perto ou até mesmo durante a investigação do Major General Ryder. Eu discordo da conclusão da equipe do Major General Ryder em um aspecto crítico; A conclusão de Ryder aponta que não foi solicitado a 800° brigada de polícia do exército que alterasse seus procedimentos de instalação de detidos para definir condições para os interrogatórios feitos pela Inteligência Militar. Embora, a 800° brigada de polícia do exército e sua comandante não foram incumbidas de estabelecer estas determinadas condições para os detidos nos interrogatórios, é óbvio, a partir de uma revisão abrangente das entrevistas coletadas, feitas por suspeitos e testemunhas dos casos, que de fato fora estabelecido condições para os prisioneiros antes de serem interrogados em níveis inferiores da cadeia de comando.
>
> (TAGUBA, Antonio Mario. 15-6 Report of abuse of prisioners in Iraq. Exército dos Estados Unidos, Iraque, 2004).

Sobre as observações de Ryder, o Major General Antonio Mario Taguba, ainda apontou que os militares que cumpriam missão dentro das penitenciárias iraquianas, tuteladas pelos Estados Unidos, estavam fazendo o uso inadequado da coação física. Também enfatiza que havia armamentos nas instalações penitenciárias, que não deveriam estar nas mesmas. Uma observação extremamente contundente feita por Taguba, diz respeito a mistura inadequada da população carcerária, ou seja, segundo o militar, pessoas que cometiam atos considerados criminosos pela jurisdição iraquiana, estavam sendo detidos juntos com pessoas que cometiam crimes contra a Coalização e o Governo de Coalização.

Taguba também atesta, que a 800° Brigada de polícia do exército não possuía treinamento adequado de confinamento de pessoas. Apesar de serem policiais do exército, não tinham experiência nenhuma com carceragem. E, ressalta Taguba, apenas dois batalhões de todo o exército dos Estados Unidos, possuíam treinamento e experiência com confinamento de seres humanos e que na época dos fatos, estavam mobilizados um no Afeganistão e outro no Kuwait.

Antonio Mario Taguba e sua equipe, chegaram ao Iraque, respectivamente em Abu Ghraib, no dia 2 de fevereiro de 2004. No dia 7 de

fevereiro de 2004, a equipe de investigação se dirigiu ao campo de detenção, também tutelado pelos Estados Unidos, denominado de Camp Bucca. Sendo que no dia 1° de fevereiro de 2004, uma semana antes da investigação de Taguba começar, a General de Brigada e comandante da 800° brigada de polícia do exército, Janis Karpinski, fora destituída do seu cargo como comandante da respectiva brigada.

A investigação de Taguba sobre os abusos de detidos em Abu Ghraib e outras penitenciárias menores no Iraque, terminou no dia 29 de fevereiro. E o relatório final das investigações fora entregue a McKiernan no dia 03 de março de 2004. Em suas considerações sobre os problemas internos de Abu Ghraib, Antonio Mario Taguba apontara que Ricardo Sanchez ordenou que a partir de 19 de novembro de 2003 a 205° brigada de inteligência conduzisse interrogatórios operacionais e estratégicos. E que de 19 de novembro até 6 de fevereiro de 2004, o Coronel Thomas Pappas foi Comandante da 205° brigada de inteligência militar e também Comandante das Forças Táticas de Abu Ghraib, de um modo em geral.

Um dado extremamente importante que aparece no Relatório Taguba é que os abusos e torturas contra os detidos começaram exatamente em outubro de 2003. *Afirma Taguba*, que militares da 205° brigada de inteligência militar e do 325° batalhão de inteligência militar, junto com o pessoal do Centro Conjunto de Interrogatório e Debriefing, cometeram, juntos, abusos contra os detidos de Abu Ghraib. Ele cita o exemplo, inclusive, da soldado especialista Luciana Spencer da 205° brigada de inteligência militar que degradou um detido, despindo-o e atando-o nu, em sua própria cela[109].

Entre esta prática de tortura cometida pela respectiva militar, estavam tidos como Procedimento Operacional Padrão de recenseamento e detenção dos detidos de Abu Ghraib, os seguintes atos:

a. Socos, tapas e chutes, assim como pular sobre o pé dos detidos enquanto estes estavam descalçados;
b. Filmar e fotografar detidos nus;
c. Arranjo forçado de detidos em posições sexuais explícitas para serem fotografados;

d. Forçar os detidos a se despir e deixar os mesmos nus por vários dias;
e. Forçar detentos nus do sexo masculino a usar roupas intimas femininas;
f. Forçar grupo de detentos do sexo masculino a se masturbarem para serem filmados e fotografados;
g. Organizar detentos do sexo masculino nu em pilhas para que os próprios militares pulassem em cima deles;
h. Posicionar detentos nus em cima de caixas com sacos de areia em suas cabeças, assim como fios de alta-tensão ligados nos dedos das mãos e dos pés, assim como também no pênis;
i. Escrever frases caluniosas e humilhantes nos corpos dos detidos e depois fotografá-los[13];
j. Colocar coleira de cachorro ou algo parecido com isso em detentos nus e forçar os mesmos a se comportarem como animais, obrigando-os a posarem para fotos;
k. Manter relações sexuais com detidas;
l. Uso de cães militares sem focinheira para intimidar e assustar os detidos[14] e,
m. Tirar fotos de detidos iraquianos mortos[110].

Afirmara Taguba que,

> Estas conclusões são amplamente apoiadas por confissões escritas fornecidas por vários suspeitos, assim como declarações escritas fornecidas por detidos e depoimentos de testemunhas.
>
> (TAGUBA, Antonio Mario. 15-6 Report of abuse of prisoners in Iraq. Exército dos Estados Unidos, Iraque, 2004).

Além dos crimes cometidos e confessados pelos próprios militares, outros crimes foram delatados pelos prisioneiros entrevistados:

---

[13] Na página 89, há o depoimento de Ali Shallal al-Qaisi que narra exatamente este tipo de prática.
[14] Consta no Relatório Taguba, que com este tipo de prática pelo menos um detento ficou gravemente ferido pelas mordidas que recebeu.

a. Quebrar luzes e derramar o líquido sobre os detidos;
b. Ameaçar os detidos com uma pistola 9mm carregada;
c. Derramar água fria em detidos nus;
d. Bater em detidos com cabos de vassoura e cadeiras;
e. Ameaçar estuprar detentos do sexo masculino;
f. Policiais do exército realizavam suturas, sem anestésico, em detidos que eles mesmos haviam machucado;
g. Sodomizar detentos usando lâmpadas ou um cabos de vassoura[15];
h. Uso de cães militares para ameaçar e ferir os detidos[111].

Estas respectivas práticas de tortura, que não foram declaradas e nem confessadas pelos militares da 800° brigada de polícia do exército, foram declaradas, como disse anteriormente, através de depoimentos dos detidos de Abu Ghraib coletados durante a investigação de Taguba. Os cativos deponetes foram: Amjed Isail Waleed, Hiadar Saber Abed Miktub-Aboodi, Huessin Mehaddi Hilas, Mohanded Juma Juma, Mustafa Jassim Mustafa, Shalan Said Alsharoni, Abd Alwhab Hanfosh, Nori Samir Gunbar Al-Yasseri, Thaar Salman Dawod, Ameen Sa'eed Al-Sheikh e Abdou Hussain Saad Faleh.

Sobre o depoimento destes respectivos detidos que relataram mais práticas de torturas do que as "oficialmente" confessadas, o Relatório de Antonio Mario Taguba não deixa claro como de fato estes detidos foram abordados pela sua equipe de investigação e, se foi usado um método padrão de entrevista. Outro elemento é que o Relatório não deixa claro, por exemplo, se os detidos que deram seus depoimentos sabiam que a investigação em questão era voltada apenas para o papel que a 800° brigada de polícia do exército exerceu em Abu Ghraib. Em outras palavras, o que pode ter acontecido é que os detidos relataram práticas de tortura cometidas contra os mesmos, durante os interrogatórios, que eram conduzidos pela 205° brigada de inteligência militar.

Ainda que os detidos que cederam seus depoimentos tivessem sido corretamente instruídos sobre o propósito da investigação que estava

[15] Ali Shallal al-Qaisi também relatou esse tipo de prática em seu depoimento.

ocorrendo em Abu Ghraib, o próprio Major General Taguba afirmou em seu relatório que os

> Interrogadores da Inteligência Militar e outros interrogadores solicitaram ativamente que os guardas da polícia do exército estabelecessem condições físicas e mentais para o interrogatório favorável das testemunhas. Ao contrário das conclusões do Relatório do Major General Ryder, acredito que o pessoal da 372° Companhia de Polícia do Exército e 800° Brigada de Polícia do Exército foram instruídos a alterar os procedimentos das instalações para 'estabelecer as condições' para os interrogatórios da Inteligência Militar. Não consegui encontrar nenhuma evidência direta de que o pessoal da Policia do Exército tenha realmente participado dos interrogatórios da Inteligência Militar.
>
> (TAGUBA, Antonio Mario. 15-6 Report of abuse of prisioners in Iraq. Exército dos Estados Unidos, Iraque, 2004).

Como parte da sua pesquisa investigativa, Antonio Mario Taguba conversou com o soldado Javal S. Davis, da 372° brigada de polícia do exército, que fazia parte da 800° brigada de polícia do exército. O militar em questão, fora o responsável por ter entregado um CD, com fotos dos detidos de Abu Ghraib sendo torturados, estuprados e sodomizados, ao Coronel Thomas Pappas, que na época dos fatos, era responsável por todo o controle tático do presídio de Abu Ghraib. Em seu depoimento para Taguba, Javal Davis afirmou que o tratamento de exceção com detidos não era expresso de forma escrita; e que todos sabiam que em Abu Ghraib, nas alas 1A e 1B, as normas eram diferentes para o tratamento dos detidos. Na época das torturas, o responsável pela ala 1A era o sargento Charles Graner.

Javal Davis também aponta que nunca havia visto um conjunto de regras ou normas explícitas para esta área de Abu Ghraib. Também narra que teve uma conversa com Charles Graner, e este último assumiu que os soldados da inteligência militar pediram para que ele fizesse determinadas coisas fora do padrão comum de tratamento de prisioneiros, mas que estas normas não foram de forma alguma escritas, mas sim de boca a boca. O militar também relatou a Taguba que apenas as alas 1A e 1B eram tidas como

“porões da inteligência militar” e que as demais celas do presídio eram de detidos regulares.

Antonio Mario Taguba também perguntou a Javal Davis, porque ele não comunicou os abusos ao comando da sua brigada. Ele respondeu que não fez isso, porque as respectivas alas, (e isso era do conhecimento geral de todos que estavam em missão em Abu Ghraib) eram resguardadas pela inteligência militar; e que se os policiais do exército estavam agindo daquela forma, era porque a inteligência havia aprovado os abusos. Javal Davis também relata que uma vez ouviu um militar da inteligência dizendo a um guarda da polícia do exército, para garantir que um determinado detento tivesse uma “noite ruim”; e, que era para o mesmo detento “receber o tratamento”. O militar também disse que depois ouviu os militares da inteligência elogiando o “serviço” de Graner, afirmando que estavam conseguindo “quebrar os detido mais rápido”, já que estes estavam respondendo às “perguntas” [112].

O tradutor civil Adel L. Nakhla confessou para o general Taguba que presenciou o sargento Charles Graner e o sargento Frederick, ambos policias do exército, coagindo um grupo de presos “a admitir o que eles fizeram”. E que ambos os militares depredavam os detidos chamando-os de “gay”. Os militares da polícia também algemaram as mãos e as pernas dos detidos nus, empilhando-os de uma forma onde o pênis de um detido tocava as nádegas do outro[113]. O Relatório também aponta que além dos policiais do exército não terem nenhum tipo de treinamento de recenseamento de detidos e, consequentemente não conhecerem adequadamente as Convenções de ação de Genebra, os mesmos ignoraram a existência destas últimas[114].

Como parte do seu trabalho investigativo, Antonio Mario Taguba teve que apontar “medidas corretivas” para os problemas que encontrou em Abu Ghraib. São estas:

1. Implementar no Iraque uma equipe de treinamento móvel composta por especialistas em detenção e recenseamento;
2. Contratar uma equipe de especialistas em cultura árabe;
3. Disponibilizar o texto das Convenções de Genebra na língua nativa dos detidos;

4. Estabelecer um conjunto de Procedimentos Operacionais Permanentes em relação ao tratamento de detidos, obrigando todo o pessoal militar a assinar um documento que os mesmos estavam cientes da exigência e que implementariam estas normas no tratamento dos detidos;
5. A instauração urgente de uma nova investigação dentro do presídio, voltada apenas para averiguar qual fora o envolvimento que a 205° brigada de inteligência militar, teve nos abusos em Abu Ghraib e,
6. A contratação urgente de um advogado especialista em direito internacional e operações militares, para aconselhar as operações com os detidos[115].

. . .

De outubro de 2003 a janeiro de 2004, o Relatório aponta que houve em Abu Ghraib 72 tentativas de fuga[116]. Para o autor do Relatório, esta situação podia estar associada com a superlotação carcerária, que já havia passado do limite máximo permitido. Segundo Taguba, a superlotação dos presídios, impedia que líderes da resistência civil fossem claramente identificados e, tecnicamente, separados dos demais detidos. E havia uma possibilidade de que eram estes líderes que estavam incitando a população carcerária a se rebelar[117].

Entretanto, não há nenhuma observação de Taguba sobre a crise social, política e econômica que se alastrava por todo o Iraque e que era refletida dentro das grades de Abu Ghraib. Consequentemente, não há nenhuma menção do autor ao fato de que, diariamente, diversas pessoas eram levadas como prisioneiras a Abu Ghraib e, que estes mesmos líderes da resistência armada faziam destas pessoas recém detidas, uma espécie de ponte de comunicação entre a sociedade civil livre e a parcela encarcerada, de tudo que estava ocorrendo no exterior do presídio.

O Relatório aborda que havia uma falta severa de atualização diária no registro dos detidos. Segundo Taguba, a contagem da população carcerária deveria ser feita, como prevê o regulamento do exército, duas vezes por dia. Mas, em Abu Ghraib, esta contagem ocorria duas vezes na semana. O sistema

de informações sobre os detidos era negligenciando e as informações sobre estes estavam em condições de irregularidade e sucateamento[118].

Tendo em vista toda a discussão que apresentei no subcapítulo anterior, quando as primeiras mortes começaram a surgir em Abu Ghraib, em agosto de 2003, quando detidos enfartavam na fila de espera da triagem do presídio para adentrar em suas instalações, há uma observação muito importante feita por Taguba em seu Relatório,

> **A triagem, o processamento e a liberação de detidos que não deveriam estar sob custódia, demoram muito**. E contribuem para a superlotação e a agitação nas instalações de detenção. Existem atualmente três mecanismos de liberação nas operações de internamento em todo o Teatro de Guerra no Iraque. Em primeiro lugar, a unidade de apreensão pode libertar um detido, se for determinado que a continuação da detenção não se justifica. Em segundo lugar, um detido criminoso pode ser libertado após ter sido determinado que o mesmo não tem valor de inteligência e que sua libertação não seria prejudicial à sociedade. A Brigadeiro General Karpinski tinha autoridade de assinatura para libertar detidos nesta segunda categoria. Por último, os detidos acusados de cometer "Crimes Contra a Coalizão", que são mantidos em todas as instalações separadas [exceto em Abu Ghraib], podem ser libertados mediante a determinação de que não têm valor de inteligência e não representam mais uma ameaça significativa para as Forças de Coalizão. O processo de liberação para esta categoria de detido, é uma triagem pela Célula de Magistrado das Forças dos EUA e passado por uma revisão por um Conselho de Liberação de Detidos consistindo pela Brigadeiro General Karpinski, Coronel Marc Warren e etc. De acordo com a Brigadeiro General Karpinski, esta categoria de detidos representa mais de 60% da população total de detidos e é a categoria que mais cresce. No entanto, a Brigadeiro General Karpinski, negou rotineiramente as recomendações do conselho para libertar detidos nesta categoria que já não eram considerados uma ameaça e, claramente cumpriam os requisitos para a libertação. De acordo com Brigadeiro General Karpinski, o processo de liberação extremamente lento e ineficaz contribuiu significativamente para a superlotação das instalações.
>
> (TAGUBA, Antonio Mario. 15-6 Report of abuse of prisioners in Iraq. Exército dos Estados Unidos, Iraque, 2004. Pág. 25. *Grifos meus*).

Para Antonio Mario Taguba, Janis Karpinski sempre esteve ciente de todas as tentativas de fuga que o presídio de Abu Ghraib sofreu e, que inclusive, lavrou um relatório com medidas para evitar e conter este tipo de situação. Mas, também consta no Relatório de Taguba, que nem mesmo Janis Karpinski seguiu suas próprias solicitações[119]. A integridade dos militares que estavam em missão em Abu Ghraib, também é posta em prova no Relatório. Como consta no mesmo, na maior parte dos casos, eram os militares os responsáveis por colocar a segurança do presídio em risco, pois

> Demonstram ética e lealdade de trabalho questionáveis se tratando de um contingente potencialmente perigoso. Esses guardas forneceram contrabando, seja de armas ou informações aos presos, que são criminosos iraquianos. Além disso, facilitaram a fuga de pelo menos um detido.
>
> (TAGUBA, Antonio Mario. 15-6 Report of abuse of prisoners in Iraq. Exército dos Estados Unidos, Iraque, 2004. Pág. 26).

Sobre os contratados privados, *afirmara Taguba*, que os mesmos circulavam pelo presídio de Abu Ghraib sem nenhum tipo de vistoria e, frequentavam áreas onde suas presenças não eram permitidas, confundindo os detidos propositalmente[120]. O fim do Relatório se debruça novamente sobre a falta de documentação adequada dos detidos. No 33° ponto levantando por Taguba, sobre os problemas vigentes em Abu Ghraib, o militar afirma que

> Vários centros de detenção operados pela 800° Brigada de Polícia do Exército mantém rotineiramente pessoas trazidas pelo o que eles chamam de "outras agências do governo[16]" sem prestar conta dessas pessoas, sem conhecer suas identidades ou até mesmo o motivo de terem sido detidas. O Centro Conjunto de Interrogatório e Debriefing em Abu Ghraib, denominou estes detidos de "prisioneiros fantasmas". Em pelo menos uma ocasião, o 320° batalhão de polícia do exército manteve um punhado de "prisioneiros fantasmas" para estas "Outras Agências Governamentais" e, que eles moveram estes presos dentro das instalações de Abu Ghraib para escondê-los do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, quando este fazia uma visita ao respectivo presídio.

[16] "Outras Agências do Governo" era uma piada interna entre os militares para se referirem a Central Intelligence Agency – CIA.

> (TAGUBA, Antonio Mario. 15-6 Report of abuse of prisoners in Iraq. Exército dos Estados Unidos, Iraque, 2004. Pág. 26).

Afirmara Taguba em seu Relatório, que Abu Ghraib era um presídio muito tumultuado e que frequentemente explodia em motins e revoltas. Pontuara também que a penitenciária em questão, era tutelada por uma equipe militar despreparada, que tomava medidas desproporcionais e inconsequentes. Um fato levantado pela investigação, mostra que em determinados motins os presos tiveram acesso aos armamentos guardados no presídio e, que armas foram contrabandeadas por guardas iraquianos que trabalhavam em Abu Ghraib. Ou seja, os próprios guardas iraquianos treinados pelos militares dos Estados Unidos, minavam a coalização ao ceder armamento para que os detentos se rebelassem contra a própria força invasora.

Também aparece no Relatório, que depois de todas estas revoltas e motins dos detidos em Abu Ghraib, fora autorizado entre os militares do 320° batalhão de polícia do exército o uso letal da força, para conter estas mesmas revoltas. O Relatório Taguba mostra que o uso letal da força para conter revoltas, foi uma decisão entre os militares do respectivo batalhão[121]. Mas, o que levanta dúvidas, é que em momento nenhum é citado os nomes dos militares envolvidos nesta decisão. Abrindo espaço para uma interpretação onde esta decisão fora, possivelmente, recomendada pelo General Miller em conjunto com o Comandante da 205° brigada de inteligência militar, o Coronel Thomas Pappas.

. . .

Em outubro, o mês que fora definido por Antonio Mario Taguba como o marco do início das torturas no presídio, não há nenhuma autópsia registrada, há apenas uma certidão de óbito[122]. O documento em questão, aparece com o nome do detido censurado por caneta preta de retroprojetor. Diferente de algumas autópsias já tratadas anteriormente, onde o nome do cativo nem se quer constava na documentação. A idade aparece visível: 39 anos, entretanto, a data de nascimento não é informada no documento. Consta na certidão de

óbito, que se trata de um homem natural do Iraque. Nenhuma outra informação pessoal é dada. Na causa da morte, aparece apenas que fora “decorrente de ferimento de projétil na região pélvica”. Outro detalhe que chama a atenção, é que diferente das demais certidões de óbito ou autópsias abordadas, que além de colocarem a causa da morte, definiam a mesma sempre como “morte natural”, neste documento em específico; não consta nem que a morte fora natural ou homicídio. Ademais, consta na documentação que do momento em que o preso fora atingido, até o momento da sua morte, o mesmo sobreviveu por cinco horas.

IV. Entre enclaves fortificados e a privatização em massa do Iraque: o lado de fora de Abu Ghraib.

Em novembro de 2003, o jornalista Michael Scherer[123] escreveu para a *Mother Jones* delatando um esquema de clientes corporativos do governo dos Estados Unidos que, estavam fazendo fila em Washington para participarem e lucrarem com a reconstrução do Iraque, mesmo o povo protestando nas ruas e se posicionando claramente contra este tipo de ação do governo provisório de coalização.

Durante a primeira corrida presidencial de Bush, o lobista, Joe Albaugh, comandou grande parte da campanha eleitoral. E depois, permaneceu trabalhando ao lado de Bush nos primeiros anos do governo. Entretanto, poucos meses antes da Guerra do Iraque começar, Albaugh pediu demissão e abriu uma empresa de Lobby com escritórios em Bagdá, denominada de *New Bridge Strategies.* Para Scherer[124], este movimento anterior a Guerra, já marcava uma “preparação” para a construção do mercado iraquiano. Mas, o mais importante: no caminho para Bagdá, havia um desvio de rota. Ou seja, só se chagava no Iraque, se se passasse em Washington primeiro.

Umas das primeiras empresas que declarou publicamente o seu interesse em participar do projeto de reconstrução do Iraque, fora a General Motors, cujo porta-voz declarou abertamente que para chegar até o Iraque, era

necessário manter uma relação estreita com o governo dos Estados Unidos[125]. Enquanto isso, a população passou a temer que as decisões sobre o futuro do Iraque, passassem a serem tomadas não apenas pelos funcionários de Washington, mas também por grandes empresários sem nenhum tipo de escrutínio público.

Como já discutimos no primeiro capítulo deste texto, a privatização do Iraque e a corrida pela construção de um marcado completamente estrangeiro e apartado aos interesses públicos, gerou por todo o país uma onda de protestos, que inflamaram ainda mais a resistência armada que lutava contra a coalização. Em maio de 2003, o governo de coalização deu início a privatização de 192 empresas estatais no Iraque, um processo que Donald Rumsfeld, secretário de defesa dos Estados Unidos, endossou como profundamente necessário[126].

Com um contrato de US$ 80 milhões[127] do governo dos Estados Unidos, a *BearingPoint* deu início a um plano abrangente de privatização em todo o Iraque. O responsável por supervisionar as ações tomadas pela empresa, fora o banqueiro Tom Foley; colega de classe de Bush dos seus tempos como estudante da Harvard Business Schoool. Enquanto isso, no departamento de Agricultura dos Estados Unidos, funcionários do Estado e advogados, trabalhavam juntos buscando mercados no Iraque para todo tipo de produto possível: desde grãos até excesso de peças de frango[128];

A então gigante do agronegócio *Angliss Internacional,* contratou na época da "reconstrução" do Iraque o ex-secretário da agricultura do primeiro governo Bush, para buscar mercado no país. Da mesma forma que a distribuidora de alimentos *Horgan & Hartson,* também havia contratado um ex-funcionário do governo dos Estados Unidos para exercer papel de liderança nas suas negociações com o Estado por contratos para a reconstrução do Iraque.

Mas, o que mais incomodava a população e, que fora noticiado pela mídia que fazia oposição as decisões internacionais de Bush, foi a licitação de US$ 200 milhões da empresa de telefonia *Qualcomm.* Enquanto a *Qualcomm* erguia torres de telefonia por toda a Bagdá, a população se revoltava nas ruas pedindo que o governo de coalização resolvesse as questões da fome e do desemprego. Além é claro, do problemático embargo que o próprio governo de

coalização deu na receita do país, ao reservar mais de US$ 15 bilhões em receitas futuras do petróleo iraquiano, apenas para pagar estes contratos e licitações das quais Bush chamava de “esforço” de reconstrução do Iraque[129].

Segundo Tom Engelhardt[130], não havia maior parceiro na reconstrução do Iraque, do que a iniciativa privada. E esta condição também carregava seu ônus: em um artigo para a revista *Mother Jones,* em 4 de novembro de 2003, o respectivo jornalista chamou a atenção para a estrutura da privatização que ganhava cada vez mais espaço no Iraque. De acordo com o jornalista, as mortes dos trabalhadores da indústria privada não eram contabilizadas oficialmente nem pelo governo dos Estados Unidos, nem pelo governo de Coalização. Não havia, inclusive, um dado oficial que esclarecia a quantidade de mortos da iniciativa privada no Iraque.

Da mesma forma que não havia um número claro de quantos trabalhadores estrangeiros, contratos pelo governo estadunidense ou pela iniciativa privada, estavam trabalhando no Iraque neste “esforço” de reconstrução. Haviam apenas “estimativas” que variavam entre 10.000 e 20.000 trabalhadores[131]. Para Engelhardt não havia dúvidas de que aquela era uma *Coalização do Faturamento.*

Em uma reportagem sobre os trabalhadores estrangeiros no Iraque, o repórter do *Los Angeles Times,* David Streitfeld[132], descreveu como era a vida no enclave fortificado da *Zona Verde* de Bagdá, também conhecido como “*Pequena América”.* O espaço consistia em uma vasta faixa de terra ao longo do rio Tigres, onde antes o então presidente do Iraque, Saddam Hussein, havia construído monumentos, palácios e jardins. Streitfeld acompanhou o dia dos trabalhadores da empresa estadunidense de engenharia e construção civil, *Bechtel,* cujo escritório no Iraque ficava dentro da *Zona Verde* de Bagdá[133].

O jornalista aponta que o escritório da *Bechtel* na *Zona Verde,* parecia um quartel-general, por ser completamente protegido, fazendo com que a entrada no local fosse maciçamente restringida. Para fazer a segurança do seu pequeno espaço dentro da *Zona Verde*, a *Bechtel* contratou uma empresa de segurança privada, cujo seu contingente era formado por guardas de elite do Nepal[134].

A *Bechtel* não era a única empresa de construção civil estadunidense que estava no Iraque, uma subsidiária da Halliburton USA (uma empresa de

exploração de energia fóssil), a *Kellogg Brown & Root,* também fez parte deste "esforço" de reconstrução do país. Engelhardt aponta em seu artigo para a revista *Mother Jones,* que a receita de 2003 da *Kellogg Brown & Root* aumentou 80% comparada ao ano anterior, totalizando US$ 2,3 bilhões de dólares, dos quais US$ 900 milhões eram oriundos dos seus serviços no Iraque[135].

Esta parceria entre o governo dos Estados Unidos, o governo de coalização, lobistas e empresários de um modo em geral, nos permite a visão de uma faceta ainda mais desumanizadora da Guerra do Iraque: o território iraquiano estava sendo leiloado entre empresários que estavam capitalizando a guerra. Os interesses do povo não foram legitimados e o Iraque se transformou em um lugar onde as necessidades da população não eram atendidas e necessidades capitalistas eram criadas a cada dia. A desumanização deste povo, não se deu apenas no momento em que suas necessidades não foram reconhecidas pelo governo de Coalização e o Estado Ocupante, mas também ocorreu quando neste novo mercado que estava sendo criado no Iraque à marretadas, cedia apenas vagas de emprego para trabalhadores estrangeiros, enquanto a população estava nas ruas faminta.

Neste novo modelo de colonização, onde o país estava sendo dividido entre capitanias hereditárias com empresários estadunidenses; para cada empresa que vencia uma licitação, havia centenas de outras na fila esperando pelo seu momento. Para Tom Engelhardt[136] da revista *Mother Jones,* o governo dos Estados Unidos, fez do Iraque uma espécie de país cobaia para suas ânsias de mercado. Era uma questão de tempo para que algumas barreiras fossem vencidas dentro dos Estados Unidos, para que sistemas e acordos de mercado tão agressivos desta forma fossem também adotados em terras estadunidenses.

> Você quer se livrar dos sindicatos e não consegue fazer isso nos Estados Unidos, bem, por que não no Iraque? Você quer um imposto fixo e os americanos não dá ouvidos, bem, com certeza você pode testar no Iraque. (O imposto fixo há muito um sonho dos conservadores econômicos, finalmente está ganhando seu dia - não nos Estados Unidos, mas no Iraque). Paul Bremer, o administrador dos Estados Unidos em Bagdá, não mais do que com um golpe de caneta, em 15 de setembro. Você quer privatizar tudo em algumas mãos gigantes e criar

> um sistema de capitalismo de compadrio sem licitações? Bem-vindo ao Iraque.
>
> ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

A concentração de capital nas mãos de grandes corporações e lobistas no Iraque (o que os empresários costumavam chamar de "terapia de choque" e "mudança de regime") estava matando os centros históricos do país: a cultura comercial local definhava acurrala nas sombras de grandes empresas, enquanto o Walmart e as companhias estrangeiras de telefonia cresciam assustadoramente. O professor e historiador Juan Cole[137], apontara em suas análises, que o caso do Iraque era tão preocupante, que já era possível imaginar que caso "sobrasse" empregos para os trabalhadores naturais do país, no cenário que se desenhava por meio dos investimentos das grandes empresas, eles não teriam o direito nem de organizarem em formas de sindicatos e muito menos de fazerem greve. Levando a condição de trabalho a maneiras extremas e desprovidas de garantias.

Outro ponto que chama a atenção neste artigo de Engelhardt[138], fora o confisco geral das contas bancárias do povo iraquiano. Como mostra o artigo, milhões de dólares foram bloqueados. Novamente, a opinião pública sobre o confisco não fora levada em consideração e a população nem se quer foi avisada de que seu dinheiro em conta, seria retido pelo governo de Coalização. Depois de muito apelo e protestos, o governo dos Estados Unidos declarou que o congelamento das contas, foi feito para custear os gastos da ocupação e da reconstrução do Iraque. Novamente, uma atitude pública que não teve nenhum tipo de transparência.

A revista *Mother Jones* não foi a única a noticiar o confisco criminoso das contas corrente e poupança do Iraque. O jornalista Emad Mekay, da *Inter Press Service – IPS News,* uma agência de notícias internacionais voltada a fornecer notícias e informações sobre países emergentes, escreveu um artigo no final de outubro de 2003, também relatando o confisco suspeito pelo governo de Coalização. Mesmo o governo dos Estados Unidos afirmando que o dinheiro do confisco havia sido direcionado para equipar as forças

estrangeiras de segurança que estavam no país, a falta de visibilidade da ação levantava suspeitas de que, na realidade, o confisco geral havia sido realizado para suprir contratos do governo estadunidense com as corporações privadas, envolvidas na “reconstrução” do Iraque. Atividade de “reconstrução” que a população iraquiana também não havia autorizado[139].

Ainda em novembro de 2003, o vice-rei de Bagdá, Paul Bremer, fora chamado às pressas em Washington, um indicativo de que naquele momento a Casa Branca estava operando em modo de crise. Mas, o que mais chamava de fato a atenção neste momento, era a guinada que a retórica política de Bush havia dado: em uma virada inexplicável o então presidente dos Estados Unidos, começou a defender com veemência a necessidade de transferir a soberania do Iraque definitivamente para uma autoridade iraquiana.

Consta, em um artigo de 13 de novembro da revista *Mother Jones,* que esta mudança na retórica política de Bush era resultado de uma investigação da CIA, onde o respectivo órgão alertava Paul Bremer da imensidão do esgarçamento social causado no Iraque, assim como do tamanho das foças de resistência à Coalização que se alastravam por todo o país. O relatório dizia que a adesão de cidadãos comuns às forças de resistência, era muito grande e que dificilmente o governo dos Estados Unidos, concomitante ao governo de Coalização, conseguiria reverter a situação[140].

No relatório, também constava que os Estados Unidos estavam perdendo o controle da Guerra, pois a resistência armada não possuía um núcleo único; mas, sim diverso e que contava com uma rede de apoio que fornecia aos combatentes moradia e alimentação. A maior preocupação de Bush naquele novembro de 2003, passou a consistir em transferir o mais rápido possível a autoridade e a soberania do Iraque, antes que a crise chegasse de forma definitiva e manchasse sua imagem de “Presidente de Guerra”, para “Presidente Derrotado em Guerra”.

Mas, o problema de um governo e de uma constituição provisória no Iraque, criada às pressas, em conflitos étnicos e culturais ainda mais sangrentos por todo o país. Pensar em um governo e um ordenamento jurídico justo para três etnias (os curdos, os xiitas e os sunitas) que insistiam em se enfrentar e que depois da queda de Saddam Hussein, que as detinham em punho de ferro, os embates entre os mesmos se acirrou ainda mais, era uma

tarefa extremamente complicada para se resolver repentinamente, depois que o governo dos Estados Unidos passou mais de oito meses se recusando a pensar e estruturar a transição governamental no Iraque.

O artigo da *Mother Jones* de 13 de novembro de 2003 mostra que além do governo dos Estados, na sua posição de Potência Ocupante, não apenas não se importava com todo o seu discurso sobre “democracia” no Iraque, como também elucidava pontos de inflexão severos na política exterior dos Estados Unidos, em relação à Guerra do Iraque. Como por exemplo, uma abertura democrática despreparada e todo o juízo de valor, então até defendido pela administração Bush como o coração da sua política exterior, simplesmente se ignorado pelos próprios dirigentes do governo.

...

Isenta de participação pública, as condutas políticas tomadas no Iraque pelo governo de Coalização, estavam sendo decididas cada vez mais de portas fechadas e em enclaves altamente fortificados localizados na *Zona Verde* de Bagdá:

> Imagine a vida como um conjunto de condomínios fechados interligados, com os portões se fechando constantemente para o resto do mundo e partes do nosso próprio mundo. É assim que às vezes imagino o *Bush World*. E em seu coração, não em um condomínio fechado, mas talvez naquele reduto de montanha onde um governo paralelo poderia se abrigar em caso de ataque nuclear, estão os Busheviks - sãos, salvos e protegidos. O problema, claro, é que do fundo de uma montanha você só pode ver o que está acontecendo no mundo por meio de fotos enviadas de satélites ou, é claro, de pessoas com "inteligência", cuidadosamente examinada e autorizadas a passar pelo último portão, antes de sua fortaleza. Você depende de imagens incapazes de lhe contar uma história humana e de pessoas dos condomínios fechados mais próximos, que falam com pessoas; que falam com pessoas; que falam com pessoas cada vez mais próximas do mundo fora dos portões. Pense em um jogo infantil de “*telefone sem fio*” em que alguém sussurra "decolar" em uma extremidade de uma cadeia verbal e bem na outra extremidade essa frase sai como “conversa fiada”.
>
> ENGELHARDT, Tom. Bush’s Gated Community. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 19 de novembro de 2003. Disponível em:

https://www.motherjones.com/politics/2003/11/bushs-gated-community/. Acesso em outubro de 2021.

Para Tom Engelhardt, jornalista da *Mother Jones,* os oficiais de inteligência dos Estados Unidos, que estavam trabalhando para o governo de Coalização, eram pessoas tão trancadas em si próprias e com interesses pessoais tão específicos, que passavam para o presidente, acovardado em seu bunker, noções de mundo cada vez mais distorcidas da realidade (ENGELHARDT, 2003),

A falta de inteligência estratégica, somada ao obscurantismo do estado de exceção e ao *arcana imperii* do Estado, estavam transformando desejos imperialistas e práticas desumanizadoras em "sigilo de Estado". As decisões e as ações cada vez mais sigilosas, tomadas sempre de portas fechadas, e encobertas de misticismo, passava a impressão ao povo do Iraque, que o presidente Bush e sua administração trancariam o mundo e jogariam as chaves fora: um misto de alienação e fúria. Na viagem de Bush à Inglaterra, por exemplo, o centro de Londres fora fechado três dias antes da visita do presidente dos Estados Unidos ao então primeiro ministro inglês Tony Blair e a Família Real, para impedir que manifestantes anti-guerra se posicionassem no mesmo caminho da comitiva presidencial estadunidense[141].

Observe o leitor o que já discutimos na primeira parte deste texto: para além da censura, o governo Bush estava cercando a realidade. Fechar o centro de Londres por três dias não era apenas impedir que manifestantes exercessem o seu direito de liberdade de expressão de se posicionarem contra a Guerra do Iraque e do Afeganistão: era impedir que na realidade controlada, mostrada principalmente pelas câmaras das redes de televisão, eles nem se quer existissem. Para o jornalista Jonathan Freedland[142], a visita de Bush à Inglaterra era um golpe publicitário para mostrar que além de não "existirem" manifestantes contra as guerras travadas pelo governo dos Estados Unidos, ele não era um líder isolado no cenário político internacional.

Engelhardt também acusava a administração Bush de substituir informações nos relatórios públicos sobre o meio ambiente assim como de censurar artigos científicos que comparavam os Estados Unidos de Bush, com

a antiga União Soviética, onde até tirar xerox era uma atividade controlada pelo governo[143].

...

Levando em consideração acontecimentos internos e externos a Abu Ghraib e, consequentemente, como vimos no Relatório Taguba no terceiro capítulo desta segunda parte do texto, os abusos na respectiva prisão já estavam ocorrendo. Entretanto, ainda não eram de conhecimento público. Em seu artigo do final de novembro de 2003 para a revista *Mother Jones,* Tom Engelhardt chamava a atenção do seu leitor para a situação dos presos da baía de Guantánamo[144].

O jornalista apontara, inclusive, que o presídio de Guantánamo em Cuba, era o exemplo mais fidedigno da capacidade da administração Bush de trabalhar na exceção e no secretismo. Uma penitenciária onde sua população carcerária era do mundo inteiro e nenhum detido sabia como havia chegado até ali, já que durante todo o translado seus olhos eram vendados e seus ouvidos tapados. Não tinha acusação formal e nem direito a um advogado. A imprensa não tinha acesso aos documentos ou informações do presídio. E os detidos, como vimos no primeiro capítulo durante a Comissão do Senado para os abusos contra prisioneiros no Iraque, não eram respaldados pelas Convenções de Genebra, por ordem explícitas do presidente dos Estados Unidos[145].

Mas, o que mais chama a atenção neste artigo de Engelhardt é a sua opinião sobre a condição vigente do Iraque, na época dos fatos: para o jornalista, o Iraque estava se tornando um buraco negro jurídico, onde informações eram completamente vedadas ao público. Tom, a partir de uma carta de um leitor do jornal *The Washington Post,* que relembrava que até a presente data, ou seja, novembro de 2003, o General Ricardo Sanchez, comandante das Forças de Coalização Terrestre do Iraque, ainda não havia conseguido relacionar, em suas entrevistas públicas, os insurgentes do Iraque que se posicionavam contra o governo de Coalização, com os membros do Talibã e da al-Qaeda[146].

Além do mais novembro fora marcado por uma polêmica envolvendo o nome de General Ricardo Sanchez: a sua decisão, junto ao governo de Coalização, de ter autorizado que mais de cinco mil pessoas fossem presas de forma compulsória em todo o território do Iraque para serem interrogadas. Observe: os abusos em Abu Ghraib já estavam acontecendo por ordem, como já vimos, do General Miller e sua ânsia por "guantanamomizar" o presídio. Concomitante a este fato, o esgarçamento do tecido social iraquiano era cada vez maior e os detidos em Abu Ghraib, como também já vimos, estavam cientes dos protestos e das medidas que estavam sendo tomadas contra a população do Iraque pelo governo de Coalização.

Somado aos abusos e as torturas que se tornaram padrão de técnica de interrogação no presídio de Abu Ghraib, a resistência à Coalização passou a ganhar espaço também no interior do presídio. Técnicas de violência que já haviam sido autorizadas, com a efervescência do presídio, passaram a ser ainda mais endossadas. O secretismo envolto do presídio somado ao pedido de prisão compulsória autorizado por Ricardo Sanchez, começava a despertar, já nesta época, a atenção da mídia para possíveis irregularidades procedimentais no Iraque.

Apesar da situação intrigante sobre possíveis problemas que estavam sendo escondidos no país, repórteres estavam sendo enviados ao respectivo ao mesmo, a mando do governo dos Estados Unidos, para produzirem informações sobre o quão pacífico o Iraque havia se tornado depois da ocupação e da Coalização estadunidense, comparado aos antigos regimes baa'thistas de Saddam Hussein.

...

Em meio a todo este caos, a noção de "inimigo" e de periculosidade deste mesmo, cunhada pelos invasores, ficava cada vez mais flutuante. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o líder da al-Qaeda, Osama Bin Laden, fora publicamente oficializado pelo governo Bush como o homem mais perigoso do mundo. Entretanto, até novembro de 2003, ele ainda não havia sido capturado. Depois fora a vez de Mullah Omar, líder do Talibã, que na falta de Bin Laden, passou a ser considerado pelo governo invasor o "homem mais

perigoso do mundo". E da mesma forma que o anterior, ainda não havia sido capturado.

Depois de Osama Bin Laden, Mullah Omar e Saddam Hussein (que segundo o governo dos Estados Unidos estava de alguma forma ligado à al-Qaeda e que possuía armas de destruição em massa) a noção de "inimigo" para os Estados Unidos, passou a ser ainda mais ampla. Ainda faltava muito para a Guerra do Iraque fazer seu primeiro aniversário e as pessoas mais "perigosas do mundo", passaram a ser homens e mulheres que não possuíam nome. Mas, que segundo o governo dos Estados Unidos[147], enviavam Antraz pelos correios como se fossem cartas. E, não se sentiam intimidados por nenhum tipo de força de segurança, já que em suas cartas envenenadas sempre havia o endereço do remetente e sempre eram células árabes anti-israelense que estavam localizadas dentro do próprio Estados Unidos.

Apesar da retórica perversa e caótica espalhada pelos dirigentes do governo dos Estados Unidos, a real situação das duas guerras de Bush era outra: Mullah Omar havia conseguido recrutar ainda mais forças no Afeganistão, endossando a sua retórica de Guerra Santa. Permanecia sendo o líder do Talibã e a cada dia que se passava, mais porções rurais no sudeste do Afeganistão estavam sendo tomadas pelo grupo. Osama Bin Laden, estava sendo caçado por forças estadunidenses. Mas, enquanto não era capturado permanecia gravando fitas para mobilizar os jovens islâmicos fanáticos a pegarem em armas e lutarem contra os Estados Unidos.

Inclusive o *The Washington Post*[148] chamou esta nova conduta de Bin Laden de "*Terrorism Inc",* em um artigo publicado por Douglas Farah e Peter Finn. Os respectivos jornalistas expuseram em seu artigo, que líderes da al-Qaeda estavam "franquiando" a sua marca de violência por meio de fitas de vídeo, ensinando grupos de "terroristas" do mundo inteiro, em suas palavras, práticas de violência massiva. Esta "rede de ensino" "terrorista" se tornou um grande problema para as forças de inteligência, não só dos Estados Unidos, mas como do mundo todo, pois a cada vez mais os grupos praticantes de violência massiva se fragmentavam em grupos menores ainda, seus alvos passavam a não serem mais definidos e de fácil reconhecimento. Outro grande desafio era que desarmar estas unidades fragmentadas, pois tal ação não tinha o mesmo impacto público que se conseguia ao desmantelar uma rede grande.

Em outras palavras, não causava impactos morais nos combatentes de violência massiva.

No Iraque, Saddam Hussein também aderiu à produção de fitas de vídeo. Entretanto, diferente de Bin Laden, que usava as fitas como “meios pedagógicos” para a Jihad, Hussein usava-as para zombar de Bush. Outros jornalistas na época, como por exemplo, Eric Margolis do Toronto Sun, afirmava que Bush só sairia do Iraque depois de matar Saddam Hussein, pois seria insuportável, depois de toda a guerra televisionada e das fitas de zombaria, ver um Hussein triunfante[149]. Sobre as cartas com Antraz, reinou um profundo e desconcertante silêncio do governo dos Estados Unidos, que insistia em dizer que as mesmas estavam sendo analisadas pelo FBI, mas em total segredo.

...

As notícias da Guerra do Afeganistão, travada de forma simultânea à Guerra do Iraque, também não eram boas: em 2003, durante os conflitos ferrenhos entre as Forças Armadas dos Estados Unidos e os combatentes do Talibã, Vincent McClean, especialista do escritório de Drogas e Crimes das Nações Unidas, apontava os grandes riscos do Afeganistão se tornar um Estado falido. Em seu relatório para a ONU, publicado entre outubro e novembro de 2003, apontava que o Afeganistão produzia três quartos do ópio mundial; e que o comércio do mesmo representava metade da produção econômica total do país. Este dinheiro, oriundo do mercado do ópio, estava sendo direcionado não apenas para membros do Talibã, mas para criminosos, funcionários corruptos do governo e senhores de guerra[150].

Sobre a guerra dos Estados Unidos no Afeganistão, o ex-embaixador da índia na Turquia, Gajendra Singh, disse que

> Os oficiais dos Estados Unidos estimam que dezenas de milhares de combatentes estrangeiros foram treinados em táticas de fabricação de bombas, sabotagem e guerra de guerrilha em campos afegãos que fora a própria Agência Central de Inteligência deles que ajudou a estabelecer entre 1985-92. Durante 1992-95, o Pentágono ajudou com o movimento de milhares de Mujahidin e outros elementos

> islâmicos da Ásia Central, até mesmo alguns turcos, para irem à Europa para lutar ao lado de muçulmanos bósnios contra os sérvios. A aliança do Pentágono com elementos islâmicos permitiu que os lutadores Mujahidin fossem “transportados” como tropas de choque para operações particularmente perigosas contra as forças sérvias. Foram quase 4.000 Mujahidin do Oriente Médio, Norte da África e também da própria Europa que chegaram à Bósnia para lutar contra os muçulmanos. Richard Holbrooke, ex-principal negociador de paz pela América nos Bálcãs, disse isso. Os muçulmanos bósnios "não teriam sobrevivido" sem os Mujahidin importados. Disse também que a ajuda dos Mujahidin fora um "pacto com o diabo", do qual a Bósnia demoraria muito para se recuperar. Se os Estados Unidos fizeram um pacto com o diabo, os Mujahidin muçulmanos fizeram um pacto com Satanás. Eles contemporizaram com o Ocidente cristão para derrotar os ímpios comunistas russos, agora eles estão atrás dos cruzados liderados pelos Estados Unidos.
>
> SINGH, Gajendra apud ENGELHARDT, Tom. The scorecard. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/scorecard/. Acesso em outubro de 2021.

...

Enquanto os Estados Unidos enfrentavam seus próprios excessos militares no Afeganistão, o jornalista Phil Reeves[151], do *The Independent,* escreveu um artigo colocando em voga várias questões delicadas da guerra no Iraque, que eram propositalmente silenciadas pela administração Bush. Assassinatos de políticos iraquianos, que haviam colaborado com os Estados Unidos, tinha se tornado mais uma técnica da resistência dos insurgentes. Hotéis que funcionários do governo estadunidense e do governo de Coalização frequentavam, estavam sendo constantemente bombardeados. Os escritórios das Nações Unidos e da Cruz Vermelha, assim como as delegacias de polícia do Iraque, estavam sendo explodidas constantemente por voluntários suicidas. Entre os ataques da resistência armada à Ocupação estadunidense também estavam: derrubar helicópteros das Forças de Coalização, incendiar tubulações de extração de petróleo, atacar comboios de suprimento militares, entre outros.

> Mal os americanos anunciaram na semana passada, uma suposta queda de 70% nos ataques em Bagdá, como resultado de sua ofensiva “Martelo de Ferro”, os guerrilheiros

> responderam com uma saraivada de foguetes contra os principais alvos no centro da cidade. Os americanos argumentaram que o “Martelo de Ferro” conquistou o apoio de iraquianos pacifistas. Mas, uma participação trágica ilustrou como eles [os militares americanos], às vezes, são os sargentos de recrutamento de seus oponentes. Soldados americanos estavam conduzindo uma busca de armamento de casa em casa em al-Dora, no sul de Bagdá, às 10h de segunda-feira. Uma altercação explodiu entre um carpinteiro iraquiano e um soldado americano. Terminou quando o soldado atirou no coração do homem à queima-roupa [ele está mostrando o medo dos soldados que consequentemente resultava em usos desproporcional das forças]. Se você não acha que isso é uma bagunça assustadora, não confie em mim, verifique as pessoas que, em outras circunstâncias, seriam mais simpáticas. Eu sugiro que você leia, por exemplo, uma entrevista fascinante do Conselho de Relações Exteriores com Lawrence Korb. Korb, um ex-secretário assistente de defesa no governo Reagan, acaba de visitar o Iraque como parte de uma missão patrocinada pelo Departamento de Defesa. Ele expõe vívida e sem rodeios não só muitos dos problemas desta ocupação lamentável, mas as tensões que existem entre a administração de Coalização e os iraquianos, entre a autoridade de Coalização e Washington e entre ele e os comandantes militares no campo, que, ele diz, estão profundamente “frustrados” e querem mais tropas. Você não pegará Korb repetindo a linha de propaganda de que, exceto no Triângulo Sunita, tudo está indo bem. É melhor [fora do Triângulo Sunita], mas eles gostariam que você saísse com a impressão de que 80% do país é ótimo e que apenas o chamado Triângulo Sunita é ruim. Isso não é verdade. Mesmo quando estávamos em áreas seguras e dirigíamos para ver um clérigo xiita, eles nos obrigavam a usar coletes à prova de balas e tinham Humvees e veículos blindados nos escoltando com armas apontadas para a população. Isso fica na chamada “área xiita segura”.
>
> REEVES, Phill apud ENGELHARDT, Tom. The scorecard. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/scorecard/. Acesso em outubro de 2021.

...

No dia 04 de novembro de 2003 um atestado de óbito de um interno de Abu Ghraib fora emitido. Posteriormente, uma autópsia deste mesmo detido fora realizada. O atestado de óbito[152] em questão, diz respeito ao detento Manadel al-Jamide. Não há nenhuma informação pessoal no documento, como idade ou naturalidade. Nem a estimativa de idade do detento aparece na

certidão de óbito. Nesta mesma certidão, a causa da morte aparece como “infarto”, e a justificativa era que o sr. al-Jamide havia infartado enquanto estava sendo interrogado. Sobre a condição do seu corpo, o atestado de óbito se refere apenas ao seu olho direito, descrevendo-o como inchado.

É possível que no caso de al-Jamide, os militares tenham primeiro emitido a certidão de óbito, propositalmente para encobrir questões delicadas. É possível que a autópsia do corpo, só tenha sido realizada por algum tipo de pressão externa ao presídio. Tudo indica que a mesma não fora realizada nem em Abu Ghraib e nem na base da Força Aérea próxima ao presídio. Não há data de quando a autópsia fora feita e nem o local. Mas, pelo seu padrão linguístico, que diverge das autópsias que apresentei ao leitor até este momento, é possível que a mesma tenha sido realizada em uma base médica dos Estados Unidos, localizada na Alemanha.

O conteúdo da autópsia é muito divergente do que fora apontada na certidão de óbito. Segundo o exame[153] do médico legista, havias sinais de luta e diversas contusões no corpo de al-Jamide, inclusive seu olho direito não estava apenas inchado, o mesmo havia sido atingido por algum objeto contundente que ocasionou uma hemorragia. Consta também no histórico da morte do detento, que o mesmo fora encontrado encapuzado e sem vida dentro da sua cela; e, que a morte do mesmo fora causada por complicações das injúrias físicas que sofreu e que acabaram comprometendo seu sistema respiratório. Havia contusões sérias em seu crânio que resultaram em hemorragia. O lado direito da sua face estava estapeado, seu nariz estava machucado, assim como seu lábio inferior estava cortado e a mucosa da sua boca estava inteira machucada. No dorso de al-Jamide, havia múltiplas contusões cutâneas e abrasões, inclusive um ferimento de projétil de arma de fogo. Havia contusões no esterno; e as costelas 5 e 6 estavam fraturadas, o que acabou resultando em perfurações no seu pulmão esquerdo. A autópsia ainda aponta que al-Jamide, não possuía nenhum tipo de doença aparente e que seu exame toxicológico deu negativo. O médico legista atesta a morte de Manadel al-Jamide como homicídio.

Chamo a atenção do meu leitor para sete pontos essenciais, que o homicídio de Manadel al-Jamide acabou levantando sobre as autópsias e a retórica que envolve o presídio de Abu Ghraib:

1. Com o assassinato de al-Jamide fica claro que as informações que carecem nas outras autópsias anteriores a esta, assim como a falta de padronização de procedimentos documentais *post-mortem*, eram propositais. No caso da morte de al-Jamide, os militares emitiram a certidão de óbito antes de realizarem a autópsia. Isto levanta a suspeita de que a inversão da ordem da documentação da morte do detido, fora intencional, tendo em vista que de todas as mortes documentadas de agosto a novembro de 2003, esta fora a primeira a ser considerada como homicídio e a primeira a ser documentada de forma invertida.
2. Apesar da causa da morte de Manadel al-Jamide não constar como “natural” na certidão de óbito, ela é apontada como infarto; divergindo completamente da forma com que a morte fora atestada pelo médico legista, que afirma que al-Jamide morreu de decorrências de problemas respiratórios graves ocasionados por lesões em seu aparelho respiratório, como a perfuração do seu pulmão esquerdo.
3. Entretanto, mesmo com a divergência da documentação, uma segunda certidão de óbito não fora emitida e, a autópsia que não era entregue à família da vítima; pois, era usada para questões internas do presídio, a causa morte permaneceu sendo como homicídio. É possível que o atestado de óbito fraudulento tenha sido o documento “oficial” entregue à família da vítima.
4. Ter atestado a morte de al-Jamide como infarto e mesmo tendo um documento posterior desmentindo o primeiro, coloca em dúvida todas as outras mortes tidas como “naturais ocasionadas por infarto” que já apresentei aos leitores ao decorrer deste capítulo.
5. E o mais curioso: no relatório Taguba, o respectivo militar atesta que os abusos em Abu Ghraib só começaram em outubro. Mas, comparando os meses de agosto, outubro e novembro a maior incidência de autópsias ocorreu totalmente fora da curva dada por Taguba. O mês de agosto nem se quer é citado no relatório, mas 4 autópsias com laudos suspeitos foram realizadas. Já o mês de setembro, que também está fora da curva, uma autópsia também fora realizada; em outubro (oficialmente o mês que iniciou os abusos e tortura) nenhuma autópsia fora realizada,

apenas um atestado de óbito é emitido e novembro, apenas a autópsia de al-Jamide é realizada. Em dezembro de 2003, nenhuma autópsia ou atestado de óbito fora emitido sobre os detidos de Abu Ghraib.

6. Apesar de um detido ter sido “esquecido” para fora das instalações cobertas do presídio, em 24 de agosto de 2003; ainda assim o médico legista não atestou a morte como criminosa, considerou a mesma como “acidental” e;

7. Estamos há apenas dois meses do início e do limite temporal das investigações realizadas por Taguba sobre os abusos e torturas cometidos contra os detidos de Abu Ghraib. E a documentação isolada e analisada até este momento é contundente: as torturas e os abusos ocorridos dentro do presídio, não eram um procedimento padrão, as mortes foram esparsas, sendo a maioria delas de causa natural. A fonte que se desmente, somada a incoerência da narrativa expostas na documentação oficial, nos impele para uma zona obscura do estado de exceção: onde dado tantas divergências e inconsistências, a narrativa passa a parecer ininteligível. Por meios dos instrumentos linguísticos usados na fonte analisada, advirto ao leitor para o fato de que definitivamente começamos a adentrar no âmago do estado de exceção. Mas, ainda é cedo para maiores discussões. Deixemos que a fonte fale por si até as últimas consequências.

V. Um mês “*sem mortes”* em Abu Ghraib, mas agitado no Iraque: Ramadã, acordos *SOFA* e *American Way of Life.*

No dia 28 de novembro de 2003, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush desembarcou no Iraque e permaneceu no país por exatamente 1hr30min e, estava acompanhado da conselheira de segurança nacional dos Estados Unidos, Condoleezza Rice. O motivo da visita de George W. Bush era um encontro com o Comandante das Forças Terrestre de Coalização, Ricardo Sanchez. A população do Iraque não viu com bons olhos

a breve visita de Bush ao país, do qual ele também era líder dado ao status de Potência Ocupante dos Estados Unidos. Em sua visita ao Iraque, o então presidente estadunidense não andou pelo país, não conversou com lideranças locais e não atendeu o público. A comitiva de Bush afirmou que o objetivo da visita era apenas para levantar a moral das tropas no Iraque[154].

Os insurgentes que resistiam armados à Ocupação dos Estados Unidos no Iraque, se vangloriaram da visita tão curta e cheia de mistérios do então presidente estadunidense; diziam que tinham feito “o homem mais poderoso do mundo a entrar e sair pelas portas do fundo do Iraque[155]. Em seu breve encontro com Bush, o Comandante das Forças de Coalização Terrestre do Iraque, Ricardo Sanchez, disse que os ataques insurgentes contra as tropas americanas haviam diminuído drasticamente, devido à Operação Martelo de Ferro. Entretanto, especialistas do conflito, como o professor e historiador Juan Cole, apontavam outra justificativa para a diminuição drástica de combates: o Ramadã, que era um momento muito mais importante para os mulçumanos, do que o conflito que era vigente. E ainda evidenciava o fato de que poucas semanas antes do início do Ramadã, ataques extremamente violentos aconteceram por todo o país e, a Operação Martelo de Ferro já era vigente[156].

Em uma entrevista, no final de novembro de 2003, no Centro de Convenções de Bagdá, Ricardo Sanchez afirmou que os “inimigos” dos Estados Unidos estravam muito bem informados sobre os movimentos da guerra, assim como detinham informações pessoais sobre os dirigentes do Estado e das Forças de Coalização. Na opinião do Comandante Geral das Forças de Coalização Terrestre, só havia uma maneira para justificar todo este conhecimento: os policiais naturais do Iraque, que estavam sendo treinados pelo exército dos Estados Unidos, eram os responsáveis por ceder estas informações[157].

Mesmo tendo a própria força de segurança nacional minando o trabalho da Coalização, a retórica política da administração Bush permanecia dizendo que Bagdá estava segura e que a violência era concentrada apenas no Triangulo Sunita. Por toda via, dados jornalísticos apontavam para outra direção. Em um artigo para a *Mother Jones,* em dezembro de 2003, Tom Engelhardt afirmava que mais de 40% dos ataques que as tropas de Coalização sofriam, na realidade, ocorriam fora desta zona denominada de

Triangulo Sunita. Ou seja, os ataques aconteciam justamente onde o governo dos Estados Unidos insistia que a paz já havia reinado[158].

Esta divergência tão severa de informações, mostrava uma realidade dura em relação ao sonho do povo iraquiano, de que o Estado passasse por um processo de transição: um presidente acovardado entrando e saindo do Iraque sem avisar ninguém, índices fraudulentos, entre outras situações complicadas, mostravam que os Estados Unidos não tinham poder político de fato no Iraque nem para manter o governo de Coalização e muito menos para iniciar uma transição democrática segura.

...

Em seu artigo de 1° de dezembro de 2003 para a revista *Mother Jones*, o jornalista Tom Engelhardt, chamava a atenção dos seus leitores para os acordos entre os Estados Unidos e potências emergentes, denominados de *Status of Forces Agreements – SOFA.* Segundo o jornalista, estes acordos consistiam em facilitar uma apelação de inocência, caso algum militar estadunidense cometesse algum tipo de crime em solo estrangeiro. Desta forma, se um militar cometesse alguma infração considerada criminosa dentro do país onde este estivesse estabelecido, o mesmo ganharia automaticamente um status de extraterritorialidade. Ou seja, ele não poderia enfrentar uma acusação e muito menos uma corte local; teria que ser julgado e condenado pelos crimes no estrangeiro por uma corte dentro dos Estados Unidos. Este tipo de movimento político imposto dentro do ordenamento jurídico dos países, onde os Estados Unidos estavam baseados é autoexplicativo e óbvio: em solo estadunidense o criminoso enfrentaria cortes muito mais brandas e sua inocência seria muito mais fácil de ser provada. Na época da Guerra do Iraque, os Estados Unidos já possuíam este acordo *SOFA* com a Coréia do Sul[159].

> Esse foi o estilo de vida dos imperialistas do século 19, que, por exemplo, criaram pequenos enclaves extraterritoriais ao longo da costa da China. Este foi certamente o caso do colapso do império da União Soviética, cujos militares levavam vidas privilegiadas em outras partes do “bloco” comunista. Este é o estilo de vida em tempos de paz dos militares dos Estados

> Unidos, cujas Forças no exterior estão amplamente protegidas dos julgamentos locais. Cada vez mais, se o governo Bush conseguir o que quer (graças aos acordos bilaterais impostos a outras nações), os soldados americanos em tempo de guerra não serão responsáveis perante nenhum outro órgão, certamente não perante o novo Tribunal Penal Internacional, por crimes de guerra ou crimes contra a humanidade.
>
> ENGELHARDT, Tom. The neo-imperialists. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/neo-imperialists/. Acesso em outubro em 2021.

Em seu artigo[160], Engelhardt chamava a atenção para um possível acordo *SOFA* entre o governo dos Estados Unidos e o governo de Coalização no Iraque, facilitado, obviamente, por este último. A suspeita para que tal acordo já existisse entre os países, consistia no fato de que civis iraquianos estavam sendo mortos sob circunstâncias suspeitas e não havia nenhum tipo de investigação ocorrendo no Iraque sobre estes casos.

Um fator que fundamenta a suspeita de Engelhardt é um artigo publicado por Rory McCarthy, que durante a Guerra do Iraque esteve baseado em Bagdá sendo correspondente do *The Guardian,* que afirmava que os militares dos Estados Unidos haviam pagado US$ 1.5 milhão a civis iraquianos em resposta a uma série de acusações de morte por negligências movidas contra soldados estadunidenses pelas famílias das vítimas. Ainda segundo o jornalista do *The Guardian,* as famílias apresentaram provas de como soldados dos Estados Unidos haviam ferido gravemente ou assassinado civis à queima roupa, sem nenhuma causa aparente. Apesar da indenização paga, nenhum soldado estadunidense fora processado pelos crimes que cometeu[161].

> Os tribunais iraquianos, por causa de uma ordem emitida pela autoridade liderada pelos EUA em Bagdá em junho, estão proibidos de ouvir casos contra soldados americanos ou quaisquer outras tropas estrangeiras ou funcionários estrangeiros no Iraque.
>
> MCCARTHY, Rory. No regrets or culprits, just cash for series of random killings. **The Guardian**. Londres, Inglaterra. 26 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2003/nov/26/usa.iraq. Acesso em outubro de 2021.

Proibir que investigações sobre crimes cometidos por militares estadunidense ocorressem, é mais do que o equivalente de um acordo do tipo *SOFA* no Iraque, é um retrato do tamanho da desolação jurídica alimentada pelo estado de exceção e seu poderio de circunscrever a realidade; é mais do que um exemplo funcional dos direitos de uma potência ocupante: este tipo de ação mostra que no estado de exceção instaurado no Iraque, os dirigentes do governo e suas forças militares possuíam uma espécie de impunidade imperial. Havia ainda a questão das bases militares estadunidenses espalhadas por todo o mundo, como uma espécie de rastro de guerra vigilante; residuais e protegidas por ordenamentos jurídicos fundamentados na exceção.

...

Se a civilização, como é do consentimento de alguns arqueólogos e historiadores, havia começo na antiga cidade de Ur, na Mesopotâmia, atual Iraque; então, no final de 2003, ela definhava no mesmo local do qual havia nascido. Em nove meses seguidos de conflito, a Guerra do Iraque havia se transformado no último minuto que faltava para a meia-noite de uma existência de escuridão e obscurantismo. A cada vez menos, o governo Bush tinha um compromisso com a verdade e com o conhecimento científico. A retórica política da administração Bush conduzia suas guerras por meios fantasiosos e místicos. Nos Estados Unidos, mais denúncias tomavam conta dos jornais sobre censuras em artigos científicos, principalmente aqueles que abordavam questões relacionadas ao meio ambiente[162].

> Nossos mulás estão agindo como se pudessem saquear a Terra e depois se aposentar com seus amigos, patrocinadores corporativos e filhos para um planeta próximo para aproveitar os despojos.
>
> ENGELHARDT, Tom. The Kill-Off. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 8 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/kill/. Acesso em outubro de 2021.

Em dezembro de 2003, o Iraque continuava sendo repartido entre os gigantes da iniciativa privada em prol da sua “reconstrução”. Os jornalistas Joshua Marshall, Laura Rozen e Colin Soloway do *Washington Monthly*[163], publicaram um artigo chamando a atenção para a situação devastadora que a iniciativa privada, em parceria com o governo Bush e o governo de Coalização estavam criando no Iraque:

> Os arquitetos da guerra escolheram republicanos de carteirinha - operativos, bandidos, especialistas em política e lobistas - para quase todas as atribuições importantes no país. Alguns exemplos marcantes incluem o conselheiro sênior do administrador civil dos Estados Unidos Paul Bremer e Tom Korologos, um dos mais poderosos lobistas republicanos no Capitólio. Depois, há o homem encarregado de privatizar as cerca de 200 empresas estatais do Iraque, Tom Foley, um capitalista de risco e arrecadador de fundos do partido republicano de alto nível. Foley foi um dos dez maiores doadores de carreira de Bob Dole, presidente de finanças de Connecticut para Bush 2000 e colega de classe do presidente da Harvard Business School. O principal conselheiro do Ministério da Agricultura é Dan Amstutz, um veterano do governo Reagan que até recentemente atuou como presidente da Associação Norte-Americana de Grãos para Exportação. O Diretor de Política da Oxfam, Kevin Watkins, brincou recentemente que, com seu histórico de abertura de economias em desenvolvimento a exportações agrícolas americanas baratas, colocar Dan Amstutz no comando da reconstrução agrícola no Iraque é como colocar Saddam Hussein na presidência de uma comissão de direitos humanos.
>
> MARSHALL, Joshua; ROZEN, Laura & SOLOWAY, Colin apud ENGELHARDT, Tom. The Kill-Off. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 8 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/kill/. Acesso em outubro de 2021.

Quanto mais a população iraquiana se posicionava contra a Ocupação estadunidense do Iraque, maior era a agressividade dos ocupantes em relação à mesma. O comandante da 4° Divisão de Infantaria do exército dos Estados Unidos, capitão Todd Brown, deu uma entrevista em Bagdá dizendo que era de extrema importância entender a mente do povo árabe e que a única coisa que eles entendiam era força bruta[164].

Este era apenas mais um dia comum no Iraque ocupado, oriundo também de uma semana ordinária, onde o governo dos Estados Unidos insistia

em dizer que os ataques dos insurgentes diminuíam a cada dia mais. Entretanto, o domingo, dia 7 de dezembro de 2003, um militar estadunidense fora morto enquanto outros dois ficaram feridos, por conta de uma bomba escondida à beira de uma estrada perto de Mosul. No dia 10 de dezembro, mais um militar estadunidense fora assassino em Mosul por insurgentes, durante um tiroteio, enquanto fazia a guarda de um posto de gasolina.

No dia 11 de dezembro, um helicóptero do exército dos Estados Unidos fora derrubado pela resistência armada. E no mesmo dia um carro-bomba atingiu o portão da frente de uma base estadunidense ferindo 61 pessoas, onde 58 eram naturais dos Estados Unidos e três do Iraque. Também no dia 11 de dezembro de 2003, um policial iraquiano fora assassinado no Iraque e Bangladesh retirou todos os seus diplomatas do Iraque. Enquanto isso, 60 engenheiros sul-coreanos, que haviam sido contratados pelo governo dos Estados Unidos para repararem a rede elétrica iraquiana, principalmente a de Bagdá, estavam em processo de retirada do país[165].

O *Washington Post*[166] noticiou esta retirada dos engenheiros sul-coreanos, como a maior retirada de empreiteiros do Iraque por questão de segurança. Além do mais, o jornal também noticiara que havia uma semana de conflitos entre trabalhadores e empregadores da iniciativa privada no Iraque, que insistiam em serem liberados dos seus serviços no país. Enquanto o respectivo país atravessava por todos estes problemas, a taxa de desemprego já se aproximava de 60%[167], e mercados negros, tomavam conta de todo o país. As liberdades econômicas prometidas ao povo iraquiano pelo governo dos Estados Unidos, estavam se transformando em redes de contrabando repletas de violência. Ao mesmo passo, que a população continuava considerando o Conselho de Governo ou governo de Coalização, liderado por Paul Bremer, como uma instituição ilegítima.

Com a invasão e o estabelecimento do governo de Coalização, o Iraque deixou de ser um país para iraquianos e passou a se tornar uma terra-sem-lei para a iniciativa privada. Em seu artigo para o *Washington Post,* Ariana Eujung[168], que era correspondente do mesmo jornal e estava estabelecida em Bagdá, escreveu que com a ascensão das companhias estrangeiras de telefones no Iraque, para ligar para alguém, dentro do respectivo país, era preciso discar o mesmo código de área usado para as cidades do interior do

Estado de Nova York. Para a jornalista, a *Zona Verde* de Bagdá parecia complexos coloniais, onde os empregados do governo dos Estados Unidos eram servidos por garçons iraquianos, usando camiseta branca, calça preta e gravata borboleta[169].

Em uma Bagdá onde os cidadãos não tinham energia elétrica, por conta da tremenda instabilidade da rede de energia, servia-se aos funcionários da *Zona Verde* manteiga de amendoim, lagosta e sorvete. Os telefones celulares possuíam código de área 914 (o mesmo código da cidade de Nova York), e as televisões transmitiam *Monday Night Football.* Havia uma cafeteria dentro do antigo Palácio do governo de Saddam Hussein que era administrada pela empreiteira estadunidense KBR, outra subsidiária da Halliburton Inc. Perto da piscina do Palácio, havia uma de tela grande exclusiva para mostrar eventos esportivos. Nas pausas do trabalho, os funcionários da *Zona Verde* se reuniam para assistirem televisão juntos, geralmente vestindo bermuda e camiseta. Havia também uma academia e aulas de ioga[170]. O governo dos Estados Unidos, havia importado não apenas seus modelos de prisão obscuras e buracos negros jurídicos, importada também suas cafeterias, seus enclaves fortificados, seu sistema telefônico e sua forma de vida.

...

Na sexta-feira, 05 de dezembro 2003, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush nomeou o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker, como responsável para reestruturar a dívida do Iraque. Baker além de ser um amigo próximo da família Bush, havia prestado consultoria jurídica para a campanha política de George H. W. Bush em 1980. A nomeação de Baker como responsável pela dívida de reconstrução do Iraque, fora uma boa notícia para as corporações estadunidenses que disputavam, na época dos fatos, mais de US$ 18,6 bilhões de dólares em licitações de reconstrução no Iraque[171].

Além do mais, recentemente, a Casa Branca tinha excluído do processo de licitação todas as empresas que eram originárias de nações que haviam se posicionado contra a Guerra do Iraque. O porta-voz da Casa Branca, Scott McClellan, desconversou do assunto quando a Alemanha e o

Canadá reclamaram da decisão[172]. Estimava-se que a dívida do Iraque estava entre US$ 128 e US$ 200 bilhões. O trabalho de Baker era convencer a comunidade internacional a fazer negócios com o governo de Coalização.

VI. *Esperando Godot* na companhia de Saddam Hussein: o presidente deposto é capturado.

No sábado, dia 13 de dezembro de 2003, ás 11 horas da manhã, o então presidente deposto do Iraque, Saddam Hussein al-Majeed, fora capturado por forças da Coalização, dentro de um buraco em uma área rural da cidade de Tikrit (sua cidade natal). Na segunda-feira, dia 15 de novembro de 2003, durante uma coletiva de imprensa, George W. Bush estava triunfante por conta da captura extraordinária. Quando questionado por um jornalista, qual era a mensagem que Bush teria para Hussein, o presidente estadunidense disse: "*boa viagem. O mundo está melhor sem você, sr. Hussein. E eu acho muito interessante que quando o calor atingiu o Iraque, você cavou um buraco e se enfiou nele"* (Bush, 2003)[173].

A captura de Saddam Hussein, fora o trunfo que o governo dos Estados Unidos estava necessitando para guiar as narrativas da Guerra do Iraque para outras direções, depois de meses tão conturbados. Este 13 de dezembro de 2003 seria o ponto de partida de um dos processos criminais mais lastimáveis do início do século XXI, uma reverberação das raízes mais profundas do estado e do ordenamento jurídico da exceção. Para Will Marshall, presidente do Progressive Policy Institute, a captura de Hussein era a prova mais concreta que não havia calamidade e muito menos nenhum tipo de "atoleiro" no Iraque[174].

É importante ter em vista, que a captura oficial de Saddam Hussein pelas Forças de Ocupação inviabilizou até mesmo a oposição política de Bush dentro dos Estados Unidos. Era sabido que o presidente Bush não poderia desmanchar a ocupação, enquanto não capturasse Saddam Hussein. Do contrário, caso precisasse sair do Iraque sua conduta seria vista como suicídio político. Mas, com a detenção de Hussein nem mesmo o Partido Democrata

teria forças para argumentar as decisões acerca da Guerra do Iraque. E o trunfo da captura, proporcionava a possibilidade para que Bush finalmente saísse do atoleiro sócio-político que o Iraque se transformou pós-invasão, com a vitória nas mãos.

Sobre o caso, o jornalista Julian Borger, do *The Guardian*, escreveu que

> No cerne da campanha [eleitoral], onde slogans contam mais do que conceitos, é improvável que importe muito que Saddam Hussein tenha pouco a ver com a Al Qaeda ou o 11 de setembro, ou que ele não possuísse um arsenal de armas aterrorizantes. Os americanos, como todo mundo, exigem que seu governo cuide de seus interesses econômicos e derrote seus inimigos. Poucos inimigos na história pareceram mais derrotados do que Saddam, quando teve seu cabelo verificado em busca de piolhos e uma tocha brilhou em sua garganta por um soldado em luvas de borracha.
>
> BORGER, Julian apud MOTHER JONES. Winners &L Losers. **Mother Jones**. 16 de dezembro de 2003. Califórnia, Estados Unidos. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/winners-losers/. Acesso em outubro de 2021.

Já o jornalista Phillip Reeves, do *The Independent,* escreveu que

> A captura de Saddam Hussein não acabará com o ressentimento sentido por muitos iraquianos - entre eles muitos que odeiam Saddam - sobre o desemprego em massa que se seguiu à invasão liderada pelos Estados Unidos; sobre o dilúvio de bens de consumo ocidentais em Bagdá que eles não podem pagar; sobre a humilhação e violência mortal infligida a eles por tropas americanas mal treinadas e loucas no gatilho; sobre os serviços públicos inúteis, ou o risco para as mulheres que se aventuram à noite nas ruas, ou as longas filas para comprar gasolina. Todas essas questões ainda estão na equação, gerando raiva e instabilidade e complicando os esforços de reconstrução e progresso político. Com a captura de Saddam, o governo Bush obteve um triunfo político indubitável, que provavelmente o tentará à explorar a ideia de acelerar a transferência de soberania para que possa declarar vitória bem antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos. Espero que tal transferência de poder reduza o derramamento de sangue, o que significa que pode tirar alguns de seus soldados da linha de fogo. Mas os Estados Unidos ainda precisam resolver algumas questões pendentes antes de poderem esperar a criação de um governo provisório plausível que

> satisfaça as aspirações de um país dividido e ofereça à população iraquiana de 25 milhões de pessoas a perspectiva de um futuro pacífico.
>
> REEVES, Phillip. MOTHER JONES. Winners &L Losers. **Mother Jones**. 16 de dezembro de 2003. Califórnia, Estados Unidos. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/winners-losers/. Acesso em outubro de 2021.

Já a revista *Mother Jones*[175] chamou a atenção para um ponto curioso: ter Saddam Hussein atrás das grades, poderia representar um problema para o governo dos Estados Unidos, pois questões delicadas, que permaneceram enterradas até aquele momento, viriam à tona novamente. Uma delas, por exemplo, seria a questão das Armas de Destruição em Massa, que não só justificaram a Guerra do Iraque, como também deu suporte jurídico para que a mesma ocorresse. Levando em consideração que a imprensa do mundo Inteiro estaria de olho no Iraque após a captura de Saddam Hussein, para vigiar os próximos passos do governo de Coalização, um mero descuido do governo dos Estados Unidos, seria mais do que o suficiente para que Hussein não só desvendasse para o mundo o mistério das Armas de Destruição em Massa, como também colocaria à prova as prevaricações de Bush sobre o "terrorismo". Em uma breve conversa com a revista *Time* e já em detenção, Saddam Hussein fora questionado se havia ou não Armas de Destruição em Massa no Iraque, no que ele respondeu: "*não, claro que não. Os Estados Unidos sonharam que tinham um motivo para irem à guerra conosco e vieram"*[176] (HUSSEIN, 2003).

No final de dezembro de 2003, a revista *Mother Jones*[177] já sinalizava certa preocupação com que tipo de justiça Saddam Hussein seria julgado e condenado. O artigo chamava a atenção para a postura tendenciosa de Bush ao discursar que era o povo iraquiano que decidiria o que fazer com Saddam Hussein e não o governo dos Estados Unidos. Entretanto, Bush sempre complementava a sua fala dizendo que se dependesse dele, com certeza Hussein seria condenado a uma pena capital. George W. Bush estava, na realidade, simulando uma posição de autonomia que era visível que o povo iraquiano não possuía diante de situações tão decisórias, como era o caso do julgamento de Saddam Hussein. De qualquer forma, sabendo quais foram os

resultados do processo criminal de Saddam Hussein, parece que os interesses de Bush se alinharam perfeitamente aos interesses do povo do Iraque, já que o então presidente iraquiano fora condenado à forca.

Como já mostrei ao leitor ao decorrer de toda a dissertação, desde o momento da invasão do Iraque pelas Forças Armadas dos Estados Unidos e seus aliados, os interesses do povo iraquiano jamais se alinharam aos interesses da Força de Coalização. Literalmente, sustentar este tipo de retórica sobre uma autonomia política iraquiana que não existia, era mais um dos meandros e das funcionalidades do estado de exceção e seu poder linguístico de circunscrever a realidade.

> Acho que ele deve receber a pena final... pelo que fez ao seu povo. Quer dizer, ele é um torturador, um assassino, eles tinham salas de estupro. Este é um tirano nojento que merece justiça, a justiça final. Mas isso será decidido não pelo presidente dos Estados Unidos, mas pelos cidadãos do Iraque de uma forma ou de outra.
>
> BUSH, George W. apud MOTHER JONES. His day in Court. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 17 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/his-day-court/. Acesso em outubro de 2021

A revista *Mother Jones*[178] também já adiantava algumas discussões como, por exemplo, o possível formato do Tribunal que julgaria Saddam Hussein e os demais líderes baa'thistas. O governo de Coalização já sinalizava, que queria julgar e condenar Hussein em casa. Entretanto, especialistas apontavam para o risco de tal ação e, pediam para que o Tribunal não fosse uma Corte Doméstica, mas sim uma Corte Internacional; para que a neutralidade jurídica fosse garantida, as investigações deveriam ser realizadas por especialistas fora do Iraque. De qualquer forma, a revista *Mother Jones,* chamava atenção para os possíveis depoimentos que Saddam Hussein daria à Corte e, quais líderes mundiais ele traria junto com a sua queda.

VII. Não há notícias boas do Iraque.

Como já mostrei ao leitor por todo o texto, quem promulga o estado de exceção é a linguagem. Sendo assim, o controle retórico da exceção, como também já vimos, é sempre vigilante. No dia 19 de dezembro de 2003, a revista *Mother Jones*[179] publicou um artigo acusando o governo dos Estados Unidos e o pentágono, a literalmente reescreverem as notícias da Guerra do Iraque.

> O Pentágono tem consistentemente tentado aliviar as notícias do Iraque, alegando que a mídia está desproporcionalmente fixada no caos e na violência: fotógrafos foram proibidos de tirar fotos de sacos para cadáveres voltando para casa; a Casa Branca resmungou abertamente sobre o "filtro" distorcido da mídia; o presidente falou o mínimo possível à imprensa. Agora, os chefões do Pentágono descobriram uma nova técnica para moldar as notícias: fazer eles próprios.
>
> MOTHER JONES. Good News... is no News. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 19 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/good-news-no-news/. Acesso em outubro de 2021.

Na mesma época, o jornal canadense *Toronto Star*[180] escreveu que o Pentágono estava encobrindo os aspectos menos palatáveis da Guerra do Iraque e montando a sua própria rede de notícias, da qual, satiricamente o respectivo jornal chamou de *Good News Network* – GNN, enquanto, concomitante à administração Bush, se empenhava maciçamente para a corrida presidencial de 2004.

Ainda sobre a questão da mídia, a revista *Mother Jones* denunciou o fato do governo dos Estados Unidos terem firmado acordos com redes de televisão estadunidense, para que as mesmas transmitissem apenas boas notícias do Iraque, como a abertura de escolas e etc. O plano de boas notícias do Pentágono, era o mais recente de uma série de movimentos intensos para manter a narrativa da Guerra do Iraque sobre controle. Inclusive, o escritório de Relações Públicas do exército dos Estados Unidos, inundavam jornais de todo o país com comunicados de imprensa descrevendo operações bem-sucedidas contra a resistência iraquiana[181].

VIII. Indícios da justiça de exceção se tornam públicos.

Já era época dos envios dos cartões de natal e, a família do vice-presidente dos Estados Unidos, Dick Cheney, já havia começado a enviar seus cartões para alguns apoiadores políticos e importantes habitantes de Washington. No cartão de natal, continha a seguinte citação de Benjamin Franklin: “e se um pardal não pode cair no chão sem o Seu consentimento, é provável que um império possa se erguer sem a Sua ajuda?” [182]. Parece que a época de natal havia acirrado ainda mais os sonhos imperialistas, cobertos de messianismo político, dos Republicanos.

Enquanto os Republicanos se acalentavam em seus desejos imperiais, o jornalista Tom Engelhardt escreveu a revista *Mother Jones*, sinalizando que havia algo muito errado com a forma com que os Estados Unidos estavam conduzindo o ordenamento jurídico do Iraque, pois se permanecesse como estava, liberdades civis e políticas seriam perdidas dentro de um limbo legal em pouco tempo[183].

Ainda em seu artigo, o jornalista da revista *Mother Jones,* chamava a atenção para o fato de que Saddam Hussein havia se tornado o prisioneiro n°1, de um sistema de detenção compulsória e global administrado pelo governo dos Estados Unidos, o Pentágono e a Agência Central de Inteligência – CIA. Os jornalistas de todo o mundo já começavam a definir este sistema penitenciário de “universo secreto” e, afirmavam que o mesmo era composto por grandes e pequenas instalações espalhadas pelo mundo à fora e que foram criadas para lidar com suspeitos de terrorismo, senhores de guerra, talibãs e ex-funcionários do governo iraquiano (lê-se baa’thistas).

Um pouco antes do artigo de Engelhardt ser publicado pela *Mother Jones*, os jornalistas James Risen e Thom Shanker, do *The New York Times*[184]*,* publicaram um artigo que também abordava a questão dos sistemas penitenciários no exterior tutelados pelo governo dos Estados Unidos e suas possíveis “técnicas de interrogatório”. O artigo jornalístico em questão, suavizava de forma impressionante as condutas do governo dos Estados Unidos no exterior. Em todo o texto, a palavra “tortura” aparece apenas duas

vezes: a 1° vez para falar que países árabes cometem tortura e a 2° para dizer que a CIA não usava de técnicas de tortura contra os detidos.

Em seu texto Risen e Shanker, pontuavam que técnicas de interrogatório para obter informações dos detidos, requerem um nível mais alto de escrutínio dos funcionários que as aplicam. A privação de sono, por exemplo, que consiste em uma técnica de tortura psicológica, é compreendida pelos jornalistas apenas como “técnica”. O que chama a atenção neste artigo do *The New York Times* é que: se este fosse um texto sobre qualquer outro país do mundo, possuindo as mesmas condutas; certamente elas seriam qualificadas como tortura. Chamo a atenção do leitor, para que o mesmo observe os pesos e medidas linguísticas que além de fundamentarem, justificarem e legalizarem a exceção, dão à mesma uma consistência completamente diferente: chamam o absurdo de “práticas rotineiras”.

De qualquer forma, esta era a primeira vez, desde que a Guerra do Iraque havia iniciado, que os jornais começavam a levantar suspeitas e iniciar investigações para revelarem as estruturas por trás dos presídios e das bases de detenção tuteladas pelo governo dos Estados Unidos, no exterior. Neste ponto da história, os abusos, assassinatos e torturas em Abu Ghraib estavam simultaneamente ocorrendo, ao fundo da imagem de “bom presidente” que Bush passava, toda vez que era interpelado sobre o processo judicial que seria aberto para julgar Saddam Hussein de seus crimes no Iraque. Para Tom Engelhardt, da *Mother Jones,*

> Esse mundo secreto [de penitenciárias] se estende da Base Aérea de Bagram, no Afeganistão, ao Aeroporto Internacional de Bagdá, à nossa base naval de Guantánamo em Cuba (e mesmo, embora não o mencionem, aos porta-aviões da Marinha na costa de qualquer lugar). Acontece que não temos um único sistema prisional internacional semi-secreto, mas dois sobrepostos - e embora Risen e Shanker falem de seus presos como "presos", essas prisões não levam [os detidos] a tribunais em nenhum país do mundo, mas diretamente para um universo de "interrogadores". A prisão de qualquer homem está, no momento, além da supervisão de qualquer tribunal do mundo. O maior desses “sistemas de detenção” - como eles são chamados - é administrado pelo Pentágono; o menor pela CIA e as prisões que evidentemente mantém pequenos

> grupos de líderes importantes da Al Qaeda, estão “em locais não revelados em países amigos” - como os repórteres educadamente colocaram - “o mundo em desenvolvimento”. O único país em desenvolvimento identificado pelo nome é a Tailândia.
>
> ENGELHARDT, Tom. Our imperial justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/our-imperial-justice/. Acesso em outubro de 2021.

Já se falava em “técnicas de interrogatório” em detidos no Iraque, que não eram exatamente esclarecidas. E desde agosto de 2003, esta era a primeira vez que a revista *Mother Jones* levantava suspeitas do tipo de tratamento que os detidos no Iraque, tutelados pelos Estados Unidos, poderiam estar sofrendo. Em seu artigo, Engelhardt dizia que era do consentimento da imprensa que estas “técnicas de interrogatórios” eram apenas usadas em líderes da al-Qaeda, mas, como salientava o jornalista, nada as impedia de serem usadas em Saddam Hussein e nos demais detidos[185].

Há uma denúncia pungente de Engelhardt em seu artigo, em relação ao tratamento dado a detidos, que eram internos em penitenciárias controladas também pela Central Intelligence Agency – CIA, como por exemplo, Guantánamo, onde além dos detidos ficarem em isolamento total e não saberem em que país estavam, os guardas dos presídios vestiam roupas árabes típicas, para simularem que os cativos estavam em países árabes conhecidos e temidos pelo emprego da tortura em interrogatórios[186].

Nas observações de Engelhardt, no contexto jurídico em que a Guerra do Iraque se desenvolvia, chegou-se ao ponto de ser ridículo falar sobre direito internacional, Convenções de Genebra ou quaisquer outros acordos voltados para garantir e proteger a dignidade humana. George W. Bush fora irônico diante das câmeras, depois que um jornalista o perguntou sobre o que ele achava da posição da chancelar da Alemanha, de ter acusado o governo dos Estados Unidos de estarem ferindo o direito internacional com as licitações bilionárias da administração vigente, para a iniciativa privada reconstruir o Iraque. Bush respondeu rindo: “direito internacional? É melhor eu ligar para o meu advogado” [187]. Questionado sobre como seria as técnicas de

interrogatório usadas em Saddam Hussein, o então vice-presidente dos Estados Unidos respondeu a seguinte frase: “foi uma decisão de três minutos. E os dois primeiros minutos foram para o café” [188].

> Internamente, a justiça americana começou a se transformar visivelmente em justiça imperial logo após os ataques de 11 de setembro com a aprovação do Ato Patriota por um congresso apavorado e inerte e com a detenção em massa de imigrantes árabes e árabes-americanos. Internacionalmente, o evento-chave - junto com o estímulo do emprego momentâneo de todos os tipos de medidas coercitivas de cativeiro e interrogatório durante a campanha afegã e os rudes centros de encarceramento montados em nossas novas bases no Afeganistão - foi o uso infernalmente inteligente que fizemos nossa velha base colonial em Guantánamo, Cuba, para abrigar aqueles que foram varridos na Guerra do Afeganistão. Fora do solo americano e fora do alcance de nossos tribunais, Guantánamo permaneceu dentro dos direitos do tratado.
>
> ENGELHARDT, Tom. Our imperial justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/our-imperial-justice/. Acesso em outubro de 2021.

...

Ainda sobre as reverberações de uma justiça de exceção, a guerra de Bush no Iraque, se encaminhava para o seu 10° mês e nenhuma prova ou rastro das Armas de Destruição em Massa, haviam sido encontrados. Em outras palavras: a causa que legitimou a guerra permanecia desconhecida. No final de dezembro de 2003, o ditador líbio Moammar Khaddafi anunciou o fim do seu programa de Armas de Destruição em Massa. Para os conservadores que escreviam com certa frequência para o *The National Review,* como por exemplo, Andrew Apostolou, este era mais um ganho que necessariamente deveria ir para a conta de Bush; pois, segundo o jornalista[189], Khaddafi só havia abandonado seu programa por pressão do que estava ocorrendo no Iraque. Mas, o que mais chama a atenção na opinião de Apostolou ,é o fato do mesmo ignorar completamente que Israel, Coréia do Norte e Rússia, mantivessem seus programas de armas nucleares, independente do que estava ocorrendo

no Iraque. Ainda sobre a decisão de Khaddafi, o conservador William Safire, responsável pela página de opiniões do *The New York Times,* escreveu que,

> Os eventos estão provando que nós e nossos aliados da coalizão estávamos certos em erradicar as fontes de terror no Afeganistão e no Iraque. Como demonstra a démarche de Kadafi para salvar a pele, a introdução da liberdade aos países há muito negados tem um efeito poderoso nas ações dos vizinhos regionais.
>
> SAFIRE, William apud MOTHER JONES. Post-Emptive proof. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 23 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/post-emptive-proof/. Acesso em outubro de 2021.

Nenhuma destas mídias que comemoraram a desistência do programa de Armas Nucleares da Líbia entrevistou Khaddafi ou qualquer outro dirigente do governo Líbio. Os jornais conservadores dos Estados Unidos se apagaram ao recuo da Líbia e a captura de Saddam Hussein, enquanto ignoravam prontamente uma série de fatores sobre a Guerra do Iraque, como a falta de segurança e estabilidade no país, a falta das Armas de Destruição em Massa *no Iraque*, o secretismo do governo em relação às provas de inteligência que haviam levado os Estados Unidos à guerra, a falta maciça de iraquianos em posição de liderança no governo de Coalização e muito menos planos de ação para que a transição governamental do Iraque fosse realizada de uma forma segura.

E ainda assim, não só a administração Bush, como também seus aliados na Guerra do Iraque, como o caso do então primeiro-ministro inglês Tony Blair, permaneciam a qualquer preço, circundando a realidade e promovendo notícias vazias. Como por exemplo, quando no final de 2003, o primeiro-ministro inglês disse aos jornais que finalmente haviam encontrado provas maciças de diversos laboratórios de Armas Nucleares espalhados por todo o Iraque. A pressão da mídia fora tão grande sobre o caso, exigindo por mais detalhes, que Paul Bremer, o vice-rei de Bagdá, precisou às duras custas desmentir o então primeiro ministro[190].

. . .

Em meio a escândalos como o acordo *SOFA* entre Estados Unidos e Iraque, firmado de forma ilegítima pelo governo de Coalização; a segunda corrida presidencial de Bush, as fortes ofensivas da resistência armada à invasão estadunidense, os protestos do povo iraquiano por uma vida mais digna; as pressões populares pela transição governamental, as primeiras denúncias de que havia algo errado com os sistemas carcerário tutelado pelos Estados Unidos tanto no Iraque como em Cuba e no Afeganistão, o presídio de Abu Ghraib teve um mês “tranquilo”. Não houve, em dezembro de 2003, nenhum registro de certidão de óbito e nem de autópsia oriundas de internos da respectiva penitenciária.

Observe a disparidade entre as fontes: de um lado a fonte jornalística começa a levantar suspeitas graves sobre a conduta dos dirigentes do exército dentro das penitenciárias estadunidense no exterior; concomitante a esta suspeita, o próprio Relatório Taguba afirmou que em dezembro ás torturas e os abusos já eram vigentes em Abu Ghraib; assim como também apontou que o presídio sofria frequentes tentativas de fuga, pois, os guardas iraquianos passavam informações externas aos cativos, como por exemplo, as crises sócio-políticas que o Estado iraquiano estava enfrentando e acabava inflamando a população carcerária. Somado ao fato de que como consta no Relatório Taguba, Ricardo Sanchez havia autorizado o uso de força letal para conter rebeliões dentro do presídio. Mas, em dezembro de 2003 absolutamente nada aconteceu.

O que chama a atenção na ausência de autópsias e/ou atestados de óbito em dezembro em Abu Ghraib, é o fato do presídio ter permanecido em perfeita calma justo no mesmo mês que Saddam Hussein, que era o líder popular do Iraque, ter sido preso pelo exército dos Estados Unidos. É difícil imaginar que diante de uma situação como esta, um presídio superlotado e que vinha com um histórico de morte de internos e de rebeliões, tenha simplesmente silenciado por um mês inteiro.

Chamo a atenção do meu leitor para observar o fato de que, adentra-se realmente na lógica da exceção, a partir do momento em que a narrativa perde a inteligibilidade. Observe, por exemplo, o caso das autópsias e as certidões de óbito dos detidos, lavradas pelos próprios militares das Forças de Coalização,

supostamente deveriam ser a prova/fonte mais incontestável do uso da violência dentro das intermediações da penitenciária. Entretanto, não são. O seu movimento linguístico, na verdade, faz provar o contrário: que não havia tortura ou abusos e, um caso específico que o médico legista atestou como homicídio, está completamente fora da curva e avulso em um histórico de detidos que morriam de maneira natural e, por incrível que pareça, majoritariamente infartados.

Chegamos a um ponto de inflexão na pesquisa: onde a própria fonte oficial emitida por militares que estavam fazendo parte da realidade de Abu Ghraib, desmente a fonte extraoficial que é composta pelo Relatório Taguba. Note que a excepcionalidade de métodos de interrogatório, que fez de interrogadores juízes diplomados em Abu Ghraib e que foram assumidos diante da Comissão do Senado de 2004, também é desmentida pelas autópsias. Quando eu insiro no corpo da pesquisa, os exames legistas dos detidos de Abu Ghraib, lavradas ainda no ano de 2003, pareço descoordenar toda a narrativa da pesquisa, usando uma fonte que não apenas desmente todas as outras que instrumentalizo no texto, como também coloca em questão a hipótese da minha pesquisa.

Por toda via, trabalhar com documentos oriundos de espaços de exceção, onde as narrativas e a realidade são controladas, requer justamente fazer da incoerência o mais importante atestado da presença indominável da exceção. Sendo assim, junto com a ininteligibilidade dos espaços da exceção chegamos a dois pontos: 1° o conflito entre as próprias fontes oficiais do governo dos Estados Unidos, mostra nitidamente que havia em Abu Ghraib controles não só do discurso, como também da realidade e 2° a tortura, como veremos a seguir, na maioria das vezes (pelo menos fora esse o caso de Abu Ghraib) não leva a vítima à óbito.

CAPÍTULO PRIMEIRO, PARTE II

Os prontuários médicos de Abu Ghraib, uma fonte Interlocutória, 1° parte: decifrando o ininteligível.

I. Uma inauguração tardia:

Como já fora apresentado anteriormente no texto, para Antonio Mario Taguba, o *agrimensor* de Abu Ghraib, os abusos e torturas contra os detidos só começaram quando o general Geoffrey Miller, Comandante do sistema de detenções da prisão estadunidense da baía de Guantánamo, em Cuba, fora transferido com o consentimento do subsecretário de defesa dos Estados Unidos, Stephen Cambone, para Abu Ghraib e teve seus métodos de "guantanamomização" aceitos pelo Comandante das Forças Terrestres de Coalização do Iraque, Ricardo Sanchez. Entretante, no Relatório da investigação de Taguba, por mais óbvia que seja essa associação, ela simplesmente não é feita: os dados estão no texto, mas eles não são instrumentalizados pelo autor, ou seja, eles aparecem soltos, jamais associados e brevemente contextualizados. Sintomas, novamente, da ordem do discurso da exceção, uma mistura entre ininteligibilidade e obscurantismo.

As autópsias dos detidos, assim como os atestados de óbito lavrados em 2003, mostram exatamente o contrário: que quando Miller assumiu a responsabilidade de mudar o presídio, a partir de outubro de 2003, as mortes caíram, inclusive e curiosamente, as mortes tidas como "naturais". Com isso alcançamos o coração da exceção: não há mais sentido histórico em nenhuma das fontes, até que se olhe para o outro lado. A violência imposta pela condição de exceção oriunda da guerra, fez do presídio de Abu Ghraib um local onde o direito era exercido com violência e o corpo da vida indesejada, era o receptáculo de todo este ódio.

A tortura e a violência física no presídio, autorizadas como procedimentos de interrogatório, fazendo da exceção à regra, não começaram, como Antonio Mario Taguba confirmou, em outubro de 2003. As técnicas desumanizadoras chegaram junto com a Guerra. O presídio de Abu Ghraib,

como também já citei anteriormente, não fora construído pelos americanos; ele fora reaproveitado, reformado e reinaugurado em 25 de agosto de 2003. A reinauguração do presídio, foi na verdade, um evento "jornalístico". Uma fita vermelha fora cortada, enquanto a banda do exército tocava e os jornalistas passeavam pelas instalações da penitenciária, como se estivessem em um zoológico: observavam os presos encarcerados, enquanto discutiam a arquitetura da penitenciária.

Mas, o presídio não começou a funcionar a partir de 25 de agosto de 2003. Na realidade, sua inauguração pública, foi tardia. A primeira autópsia formalmente realizada de um detido de Abu Ghraib, fora feita no dia 11 de agosto de 2003, doze dias antes da "inauguração". Entretanto, o primeiro documento que atesta o uso da violência física como procedimento de interrogatório, é de muito antes.

II. O corpo do detido testemunha a exceção:

No dia 18 de abril de 2003[191], um homem de 40 anos de idade referenciado apenas como *"Prisioneiro Inimigo de Guerra"*, e cujo o nome não consta no prontuário médico, deu entrada no ambulatório do presídio de Abu Ghraib, com uma fratura exposta no joelho ocasionada por um projétil de arma de fogo. O detido também apresentava uma concussão na cabeça, gerada por uma pancada. Havia estilhaços de projéteis no pescoço e nas costas do mesmo. Não há, em nenhuma parte do relatório médico, qualquer tipo de histórico que esclareça como o detido se machucou desta forma. Não há nenhum dado pessoal do mesmo.

Entre o dia 19 de maio e 28 de junho de 2003, não há nenhum prontuário médico dos detidos de Abu Ghraib. Tendo em vista o que fora relatado no primeiro prontuário de 2003, acredito ser muito difícil que outros detidos não tenham sido levados para o ambulatório do presídio. Possivelmente este lapso temporal, esteja associado ao fato de que o governo dos Estados Unidos não tenha liberado ao Congresso estes documentos em específico, possivelmente se respaldaram na questão de que a guerra do

Iraque ainda era vigente, facilitando o argumento de que havia documentos que, se liberados, colocaria as Forças de Coalização em risco.

Sendo assim, em 29 de junho de 2003[192], um homem iraquiano recém detido em Abu Ghraib, pelas Forças de Coalização estadunidenses (e possivelmente espancado pela mesma), por furtar (e não há no prontuário que tipo de roubo o mesmo praticara), fora levado as instalações médicas do presídio com grave dificuldade respiratória e fortes dores na região pélvica do lado esquerdo. Uma radiografia fora realizada e o exame mostrou que a clavícula do mesmo estava possivelmente fraturada. O olho do homem estava inchado (mas não é descrito qual) e abaixo do mesmo havia um corte. Novamente, nenhum tipo de histórico é fornecido. E a única informação pessoal que consta no prontuário médico, é que o detido tinha 27 anos de idade. Informações como nome e naturalidade não aparecem.

O próximo prontuário médico de Abu Ghraib, é de 19 de agosto de 2003[193]. Não há informações pessoais do detido, como nome, naturalidade e idade. Mas, pelo o que é possível entender, os ferimentos do detido não foram ocasionados pelos policiais do exército ou pelas Forças de Segurança. Este homem em questão, fora detido após o atentado de um caminhão bomba ao Hotel Canal, usado como sede da ONU em Bagdá. O mesmo atentado vitimou o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que trabalhava como Alto Comissário das Nações Unidas no Iraque. Sérgio havia feito parte da equipe que vistoriou o presídio de Abu Ghraib, antes do mesmo ser reformado pelo governo dos Estados Unidos.

Em relação ao prontuário médico deste homem em questão, não consta no mesmo nenhum tipo de informação que justifique a prisão de um homem gravemente ferido. No documento, não há anexado nenhuma informação de flagrante, de acusação ou suspeita do indivíduo no atentado à sede da ONU em Bagdá. O detido em questão estava com sérios ferimentos na cabeça e na região torácica, ocasionados por estilhaços de projéteis. A prisão de um homem gravemente ferido, sem nenhum tipo de documentação que justifique tal ato, é o testemunho vivaz do sistema de prisão compulsória que se alastrou por todo o Iraque, assim que as forças de resistência se intensificaram no país.

Em 29 de agosto de 2003[194], um homem de 28 anos de idade referido apenas como “detendo iraquiano”, deu entrada ao atendimento médico de Abu Ghraib, com um ferimento de projétil de arma de fogo no tórax. Segundo o relatório médico, o ferimento acabou ocasionando a paralisia total do lado direito do corpo do detido. Não consta na documentação, como o homem sofrera tal injuria estando detido. Assim como os demais prontuários médicos, não há qualquer tipo de informação pessoal ou histórico do acidente.

No dia 02 de setembro de 2003[195] (agora com um espaçamento entre os casos cada vez menor), um homem de 25 anos referenciado no prontuário como “*Prisioneiro Inimigo de Guerra”,* precisou de cuidados médicos por conta de um ferimento de projétil de arma de fogo no tórax, além de outros pequenos ferimentos ocasionados por estilhaços de munições em toda a região torácica do mesmo, um caso muito parecido com o anterior, diga-se de passagem. Na documentação do detido, que também não fornece dados pessoais, apenas aponta que o mesmo recebeu o tratamento devido para os tipos de ferimento. Não há nenhum tipo de explicação, sobre como um detento dá entrada no ambulatório da penitenciária com um ferimento desta gravidade.

O uso de arma de fogo em interrogatórios sempre fora levado até a última circunstância: a arma de fogo não só feria, mas também torturava. Em Abu Ghraib, a prática do “homicídio simulado”[17] se tornou parte integrante dos interrogatórios. Outro quesito que é possível ver, por meio dos prontuários médicos, é que o uso de arma de fogo para conter rebeliões ou motins no presídio, parecem anteceder a visita do general Miller às instalações do mesmo penitenciária, em outubro de 2003. No dia 08 de setembro de 2003[196], um detento de 25 anos, sem nome revelado ou qualquer outro tipo de dado pessoal, fora atendido nas intermediações médicas de Abu Ghraib. O mesmo apresentava diversos ferimentos no corpo, ocasionados por projéteis de arma

[17] “Homicídio simulado”, era uma prática comum entre interrogadores em Abu Ghraib e outras penitenciárias regidas por normas de exceção, como por exemplo, Guantánamo. A prática consistia em criar toda uma atmosfera de terror para o interrogado, pedindo que este cedesse as informações que eram pedidas, ao passo que uma pistola não carregada ficava apontada para sua cabeça. Entretanto, era passado para o interrogado que a arma estava carregada. Se o interrogado não entregasse o que os interrogadores pediam, estes últimos criavam ainda mais pressão, entre gritos e espancamentos levando o detido até o seu limite, depois puxavam o gatilho da arma não carregada simulando a morte do interrogado. Em inglês, esta prática é referida como “*mocking murders”.*

de fogo, além de vários estilhaços. Novamente, assim como nas demais autópsias, não há informações de como o detido foi ferido.

. . .

Em outubro de 2003 fora registrado, ou apenas liberado pelo governo dos Estados Unidos, 13 prontuários médicos. É o mês com maior incidência de registros médicos em Abu Ghraib. Lembrando, que neste mesmo mês nenhuma autópsia fora realizada ou simplesmente disponibilizada pelo governo dos Estados Unidos, como já mostrei anteriormente. Sobre os prontuários médicos, estamos diante de duas possibilidades: a primeira é que o projeto de "guantanamomizar" Abu Ghraib do general Miller, tenha resultado em mais incidências violentas dentro da penitenciária, por isso a quantidade de fonte é maior.

E a segunda hipótese, é que dado os caminhos que o Relatório Taguba e a Comissão do Senado para maus tratos de prisioneiros no Iraque, tomaram, no momento em que o governo dos Estados Unidos perdeu a ação contra a UCLA, eles tenham propositalmente liberados mais documentos de outubro, já que a "guantanamomização" de Abu Ghraib acabou se tornando um fato incontestável (apesar da cortina de fumaça dos parlamentares estadunidenses) e tentaram esconder que, apesar da situação ter piorado e muito após os planos de Miller, o procedimento de interrogatórios de detidos sempre tenha sido embasado na tortura e nos maus tratos, por isso antecedentes ao mês de outubro.

Em 1° de outubro de 2003[197], um homem de 24 anos fora levado até a área médica de Abu Ghraib depois de ter o nariz fraturado e a retina do olho direito descolada, enquanto estava em detenção. Narizes se quebram e retinas se descolam, geralmente com impactos violentos. Por toda via, não há no prontuário médico, nenhuma informação de como este detendo adquiriu estes ferimentos. Diferentes dos demais prontuários médicos que apresentei no texto, este em específico parece mais completo, mesmo não contendo informações pessoais do detido. No prontuário, há um pedido do médico para que o detento seja transferido para outro lugar que fique mais fácil para que o mesmo tenha acesso a um tratamento oftalmológico. Um dado interessante

neste prontuário médico, é que está anexado ao mesmo um documento onde o detido em questão atesta a sua vontade de não realizar uma cirurgia corretiva na retina. O documento está em inglês, mas está sinalizado que toda a parte do texto referente ao detido fora traduzida, já que o mesmo não falava o idioma.

O segundo relatório médico, consta do dia 03 de outubro de 2003[198]. É um prontuário com mais de 200 páginas sobre uma cirurgia corretiva do nariz de um detido, cujo o mesmo fraturou enquanto jogava bola. Vários elementos chamam a atenção neste documento, como por exemplo, a questão do "jogo de futebol". Em todo o meu tempo de pesquisa, eu nunca me deparei com nenhuma fonte, seja depoimento de detidos ou militares, que trabalharam em Abu Ghraib, que descrevesse qualquer tipo de atividade recreativa dento da penitenciária.

Por ser uma fonte mais extensa, é possível observar outros parâmetros do presídio, inclusive as medicações que estavam disponíveis na área hospitalar de Abu Ghraib. Uma série de ordens medicamentosas fora emitida pelo médico responsável pelo detido, para que o mesmo fosse tratado no pós-operatório, como por exemplo, o uso de morfina, prometazina (antialérgico, também usado para induzir ao sono) e droperidol (antipsicótico usado para sedação em tratamento intensivo) foi recomendado principalmente para o uso após a anestesia, ainda durante o processo cirúrgico. O que mais chama a atenção neste relatório médico, é o fato dele ser tão longo por se debruçar maciçamente em termos clínicos e não conter no mesmo nenhum tipo de informação que contextualize esta fratura no nariz. Não há nenhum tipo de informação pessoal no documento, como nome, idade e naturalidade.

Também no dia 03 de outubro de 2003[199], outro detento fora levado para a área cirúrgica das instalações médicas em Abu Ghraib, depois de ter reclamado de fortes dores na perna esquerda. Durante a cirurgia fora recolhido da coxa do detido um corpo estranho que fora reconhecido como um projétil de arma de fogo. Nenhum tipo de detalhe é dado no documento, de como um detido acabou com um tiro na perna. Diferente do prontuário anterior que é rico em detalhes médicos, neste em questão não há informações nenhuma de como a cirurgia foi realizada ou quais medicamentos foram receitados para o detido.

Além é claro, de não conter o nome ou qualquer outra informação pessoal do mesmo no prontuário, um detalhe no documento chama muito a atenção: o detido fazia parte da ala 1A de Abu Ghraib, conhecida como "*Hard site*" do presídio: ou seja, o lugar conhecido como a incubadora dos interrogatórios conduzidos com tortura física e psicológica. Inclusive, esta era a área do presídio, que depois das interferências de Miller e do consentimento de Sanchez, passou a ser completamente controlada pela inteligência militar. E era onde os "Detidos com Valor de Segurança", "Detido inimigo de guerra" e "Detido Fantasma", ficavam.

Há uma terceira e última ocorrência médica registrada em 03 de outubro de 2003[200] e diz respeito a um detento do sexo masculino de aparentemente 30 anos de idade, encontrado em sua cela em estado de inação por estar em greve de fome. Os guardas que o levaram até a ala médica do presídio, não souberam precisar há quanto tempo o homem estaria sem comer e sem beber água. Ademais, consta apenas no documento que o mesmo precisou passar por um tratamento compulsório.

Já em 06 de outubro de 2003[201], um detido de apenas 21 anos é levado para a área hospitalar do presídio, com o fêmur e o joelho esquerdo fraturado. No prontuário médico, constam apenas informações estritamente clínicas e um informação no mínimo curiosa: o médico atesta que o rapaz fraturou o fêmur e o joelho, em um acidente de carro, 10 dias antes de ser detido e levado para Abu Ghraib. O que chama a atenção, é como a detenção de uma pessoa nestas condições pode ser possível. Há a possibilidade de que na onda de prisões compulsórias, os soldados aliados da Força de Coalização ou até mesmo os militares estadunidenses, tenham feito a detenção do rapaz enquanto o mesmo estava acamado, pois é impossível que um sujeito com o fêmur e o joelho fraturado estivesse andando pelas ruas do país, como se nada tivesse acontecido. A outra possibilidade, é que o rapaz tenha sido espancado durante sessões de interrogatório. Seja qual for a possibilidade, a menos provável é que ele tenha sido detido enquanto praticava qualquer ato criminoso. Não há nenhum tipo de informação pessoal do mesmo.

Um dado muito importante e que carece no Relatório Taguba, é que a população carcerária de Abu Ghraib, era também formada por crianças. No dia 19 de outubro de 2003[202], um menino de 16 anos de idade fora levado para a

área hospitalar do presídio, depois de ter sido baleado na região pélvica e no braço esquerdo. Além de também possuir outros ferimentos espalhados pelo corpo, que foram ocasionados por estilhaços de projéteis. Como padrão da narrativa dos prontuários médicos de Abu Ghraib, não há informações pessoais do detido e muito menos qualquer outro tipo de informação que explique como o mesmo adquiriu tais ferimentos. De toda a documentação que até este momento apresentei ao leitor, este fora o prontuário com maiores escalas de censura. Havia uma grande quantidade de informações apagadas com caneta preta de retroprojetor. O que deu para colher da fonte, é que o menino ficou 16 dias internado na área hospitalar do presídio sem conseguir levantar da cama e que o projétil de arma de fogo, fora retirado do corpo do mesmo por meio de uma incisão próxima ao umbigo.

Em 22 de outubro de 2003[203], há um documento e um situação fora da curva do padrão apresentado até então pela documentação oriunda do presídio: um homem de 38 anos fora compulsoriamente submetido a uma espécie de exame de corpo de delito, cujo o detido estava visivelmente contrariado em realizar. O propósito do exame era atestar se o detido havia ou não sofrido algum tipo de violência, sendo abuso ou trauma, dentro de Abu Ghraib. Entretanto, não há anexado ao prontuário do detento qualquer tipo de informação que justificava o pedido de tal exame.

Novamente, acredito existir neste caso duas possibilidades: ou a administração de Miller estava “colhendo” informações de detidos e realizando exames com aqueles que não haviam sofrido nenhum tipo de violência, para enviesar ainda mais a documentação do presídio; ou era uma espécie de conduta, pós-tortura, para saber se a violência cometida deixava ou não marcas rastreáveis no corpo. Consta no documento, que nenhum tipo de de resquício de violência fora encontrado. Um detalhe que faz muita diferença neste prontuário, é que ele está inteiro redigido à mão.

Outro caso inusitado é o de 24 de outubro de 2003[204], onde um detido de aproximadamente 46 anos de idade começou a reclamar de fortes dores no peito enquanto estava em sua cela. Consta no prontuário médico, que os guardas do presídio atenderam prontamente a reclamação do detento que ao ser lavado à ala hospitalar de Abu Ghraib, também queixou para o médico que estava com sintomas de exaustão e que durante a consulta desmaiou.

Entretanto, o médico atesta no laudo que o detido estava fingindo e que nunca havia sentido nenhum tipo de dor ou mal-estar. Claramente existe uma possibilidade de que o detido havia mesmo mentido. Mas, também há a possibilidade de que o que fora atestado como falsas queixas, na realidade eram muito verídicas.

Um dia depois, em 25 de outubro de 2003[205], mais uma criança de 15 anos de idade e detida em Abu Ghraib, fora levada para a área hospitalar da penitenciária, após prestar queixas aos guardas do presídio de que teria sido estuprado por outros internos com quem dividia a cela. Junto com o prontuário médico há o depoimento traduzido do cativo, que mostra muita relutância do mesmo ao falar sobre o assunto com os militares. Um exame de corpo de delito fora realizado no interno e, consta no mesmo que não fora encontrado nenhum tipo de violência, inclusive sexual, no corpo do deste. Entretanto, o exame feito para comprovar ou não a ocorrência de um estupro, consistiu apenas na coleta de resíduos genéticos. O médico não confirma, em lugar nenhum do documento, que de fato o detido estava mentindo e que não fora estuprado nas instalações de Abu Ghraib.

No dia 26 de outubro de 2003[206], um homem de 25 anos fora levado para área hospitalar do presídio, com ferimentos de arma de fogo na coxa direita e no ombro e braço esquerdo. Observe que há um padrão destes ferimentos causados por projéteis nos detentos: a maioria é coxa e braço. Novamente, as informações pessoais do mesmo estão censuradas. E não nenhum tipo de informação sobre como o detido fora baleado. Este prontuário médico em questão, é longo, possui mais de 200 páginas. As primeiras páginas do mesmo são redigidas à mão e são observações clínicas feitas enquanto o detento estava internado. No dia 27 de outubro, consta que o mesmo reclamou de dores, mas que pediu para não ser medicado. A única atividade clínica regular do detido, é o aferimento da sua pressão arterial que em nenhum dos dias que esteve internado apresentou qualquer tipo de alteração. No dia 28 de outubro, o homem conseguiu comer quase toda a sua dieta, entretanto, dois pontos (não há uma informação de quantos pontos foram dado ao todo) começaram a mostrar complicações oriundas de infecção. No caso deste detido em específico, ele fora levado para fora de Abu Ghraib para realizar exames. A última informação que se tem em seu prontuário, é de um exame

realizado no dia 03 de novembro de 2003 no Sina Hospital 28th Combat Support Hospital, localizado em Bagdá.

A greve de fome começa a ganhar mais adeptos em Abu Ghraib. E no dia 29 de outubro de 2003[207], cinco internos foram levados para intermediações médicas fora de Abu Ghraib, por conta da inação. Não há informações pessoais dos detidos e nenhum tipo de explicação sobre o motivo da greve de fome. O nome da instituição médica exterior ao presídio consta censurado. Entretanto, há uma explicação no documento dizendo que em casos de urgência, esta instituição hospitalar atendia as necessidades do presídio.

Caminhando para o final do mês de outubro de 2003, no dia 30[208] um homem de 43 anos, indicado apenas como "*Prisioneiro inimigo de Guerra",* fora transferido de outra instituição penitenciária, tutelada pelo governo dos Estados Unidos, para a área hospitalar de Abu Ghraib. Não consta no prontuário de qual centro de detenção este homem era originário. No prontuário do mesmo, aparece apenas que o detido estava com diversos ferimentos de arma de fogo nas laterais do corpo, inclusive nas pernas. Consta no documento que tais injúrias no corpo do interno são o resultado de um tiroteio na unidade militar que ele estava detido. O prontuário contém cerca de 164 páginas e, nele é abordado o dia a dia do detido em seu processo de recuperação dos ferimentos. Depois de 11 dias internado, o detento precisou passar por uma cirurgia para a retirada de projéteis que ainda permaneciam alojados em seu corpo.

Há no prontuário a informação que o homem tinha 43 anos e pesava 63 quilos; que a cirurgia da qual precisou ser submetido fora na coxa direita; que ao dar entrada no procedimento cirúrgico a equipe médica observou que o mesmo carregava uma joia (que não é descrita no documento), sendo retirada do mesmo para ser entregue no pós-cirúrgico. Consta também na documentação, que não havia nenhum familiar esperando por ele fora do presídio. Também está atestado no documento que o interno já havia passado por alguma intervenção cirúrgica. Entretanto, no campo que pede a descrição do procedimento cirúrgico, constam apenas dois pontos de interrogação: "??".

É descrito que o paciente falava árabe, mas também era fluente em inglês e que antes da cirurgia se mostrou ansioso e com dificuldades de se comunicar em inglês com a equipe médica. No pós-operatório fora

recomendado, pela equipe médica, que o paciente fosse posicionado com um travesseiro entre as pernas e outro embaixo do braço esquerdo, para melhor conforto dado as dores da cirurgia. Foram feitos exames de sangue no pós-operatório que não mostraram nenhum tipo de alteração nas funções vitais do detido. O que mais chama a atenção deste documento, é a sua riqueza de detalhes; exatamente o que carece nos documentos anteriores.

Também no dia 30 de outubro[209], outro detido fora levado para a área hospitalar de Abu Ghraib com diversas perfurações na região pélvica. A equipe médica tentou o socorro realizando uma cirurgia de emergência. Inclusive, há no relatório que o detento precisou usar, durante a cirurgia, 11 bolsas de células vermelhas e 1 bolsa de plasma; mas, o homem descrito apenas como "civil iraquiano", de 39 anos de idade, não resistiu e veio à óbito às 22hrs00min. No prontuário médico, com mais de 205 páginas, o médico responsável atesta a morte como "homicídio" causado por ferimentos de arma de fogo. Há ilustrações no relatório médico, que demonstram qual parte do corpo precisamente, ocorreram os ferimentos. Apesar de ser um relatório extenso, não consta nenhum tipo de histórico que explique como o interno fora alvejado desta forma dentro do presídio.

Não há nomes dos envolvidos neste homicídio. E lembro ao leitor: no mês de outubro de 2003 nenhuma autópsia fora realizada em Abu Ghraib. Novamente estamos diante de possibilidades: ou de fato a autópsia não fora realizada como uma forma de conter os problemas que seriam resultantes de um homicídio (lembro ao leitor que tivemos o caso de um homicídio em 2003 que a autópsia fora realizada posteriormente, pois fora lavrado dentro do presídio uma certidão de óbito que atestava a morte como infarto, sendo que na realidade, fora uma parada respiratório ocasiona pela descompensação torácica, já que o pulmão do interno havia sido perfurado pelas suas próprias costelas quebradas, que o conduziu ao óbito); ou se respaldando no argumento de que haviam documentos que prejudicariam o desenrolar da guerra, o governo Bush simplesmente não liberou a autópsia.

. . .

No dia 1° de novembro de 2003[210], um detento com uma fratura no crânio fora levado para as instalações médicas da penitenciária. No documento aparece apenas uma breve explicação sobre o que teria ocasionado o ferimento no interno: consta que o homem teve acesso a um explosivo improvisado dentro da sua própria cela. Não há detalhes de como um explosivo foi parar nas mãos de um interno. Não há informações pessoais; e o nome do cativo aparece censurado.

Em 04 de novembro de 2003[211], mais um detido de Abu Ghraib precisou passar por um tratamento compulsório de reidratação, depois de também adentrar em uma greve de fome. O nome do mesmo consta como censurado e nenhuma informação a mais é dada pelo documento. Apenas consta que depois de ser reidratado, o interno fora levado de voltar para a sua cela.

. . .

Em dezembro de 2003, inesperadamente, não há nenhum prontuário médico de internos ou detentos transferidos para o presídio de Abu Ghraib. Uma condição profundamente suspeita, levando em consideração todo o histórico de violência do presídio nos meses anteriores analisados.

III. O corpo como escritura: a tecnologia política da punição no espaço ordinário e na exceção.

A economia do castigo ou a tecnologia política da punição do espaço de exceção, não deixa de ser um desdobramento do que fora e do que continua sendo as técnicas de punição de uma forma em geral. Para tanto, é importante observarmos as contribuições de Michael Foucault (2007), em seus estudos sobre a vigilância e a punição no decorrer da história, por dois motivos: 1° para vermos os movimentos sócio históricos que influenciaram na forma com que o flagelo é imposto ao corpo do criminoso ou do criminalizado e 2° para conseguirmos discutir um dos objetivos desta pesquisa, que também

consiste em uma investigação por si só, averiguando quais são as implicações estruturais e semânticas das quais, de fato, o presídio de Abu Ghraib faz parte e, se ainda pode ser compreendido, nos termos linguísticos e estruturais, como um presídio propriamente dito.

. . .

Como observa Michael Foucault (2007), entre 1700 e 1800, tanto nos Estados Unidos como na Europa, as práticas penitenciárias, assim como a justiça penal, sofreram mudanças extensas e significativas. Uma das maiores, na opinião do autor, fora o desaparecimento do uso do suplício: as punições passaram a visar outro campo de ação e não mais o flagelo físico do corpo. Observa-se que no decorrer de um século, houve uma discrição maior no ato de fazer sofrer; a punição passou a ser mais sutil, do ponto de vista físico tornando-a mais velada.

> Um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como algo principal da repressão penal.
>
> FOUCAULT, Michael**. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 13. 2007.

Os estudos do filósofo francês, mostram que com o fim do espetáculo punitivo, a penalização dos crimes se tornou obliterada e fora se transformando em um ato procedimental mais administrativo. Desta forma, a punição deixou de ser uma cena, um evento público e passou a ser da opinião geral dos magistrados que este tipo de espetáculo punitivo possuía características muito negativas, como por exemplo, a afinidade espúria com o próprio crime; muitas vezes igualando-se ao mesmo ou até mesmo ultrapassando-o. Segundo Foucault (2007), o espetáculo punitivo equalizava o carrasco com o criminoso, os juízes aos assassinos e acabava ocasionado uma espécie de simpatia pública, transformando, em alguns casos, o supliciado em objeto de piedade. A partir destas transformações na “ética” punitiva, o suplício fora se tornando a

parte mais discreta do processo penal. A justiça passou a não assumir mais publicamente, a parte da violência que estava ligada ao seu exercício. Sendo assim, o fato da justiça “matar ou ferir já não é mais a glorificação da sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor” (FOCAULT, p.14. 2007).

A execução física da pena, respectivamente o suplício do corpo, fora se tornando na modernidade das ciências penais um grande mal-estar, que fora aos poucos sendo enterrado de forma burocrática. Por exemplo, na França, durante muito tempo, o responsável pela administração das prisões era o Ministério do Interior. Enquanto, era a marinha a responsável pelas colônias e os trabalhos forçados. Com a modernidade, a pena infringida ao corpo do detido também passou a ganhar outros significados semânticos, como por exemplo, passou-se a defender a noção de que o ato de punir carregava a responsabilidade de reeducar e curar o criminoso. E com essas duas noções, surge de forma exacerbada dentro do âmbito penal, como pontua Foucault (2007), os psicólogos e o que o autor denomina de “funcionários da ortopedia moral” (FOUCAULT, p.15. 2007).

O que é de extrema importância para pensarmos neste caso, é que com a ascensão da modernidade, as práticas punitivas se tornam pudicas: com a modernidade mais tardia, veio a necessidade de não se tocar mais no corpo do criminoso ou, em último caso, tocar o mínimo possível. Mas o mais importante, passou-se a buscar no penalizado algo para se atingir que fosse mais relevante do que o corpo propriamente dito: a liberdade. A prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a deportação compulsória de pessoas (privando-as de ir e vir); são todas penas físicas, se referem diretamente ao corpo, mas para o dirigente que as aplicas o contato corporal não é mais necessário. Logo, o corpo passou a não ser mais castigado por suplícios que lhe dilaceravam a carne. Mas, ainda assim o corpo permaneceu, dentro da lógica penal, como um instrumento fundamental para intermediar qualquer tipo de intervenção penal contra o indivíduo, seja enclausurando-o ou obrigando a trabalhar.

> Segundo essa penalidade, o corpo é colocado em um sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O

> sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justiçáveis, tal se fará a distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais "elevado".
>
> FOUCAULT, Michael**. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 16. 2007.

Visando atingir a liberdade do corpo punido, esta nova abordagem criou técnicas muito específicas para lidar com a situação. E o mais interesse, para Foucault (2007), a modernidade trouxe uma expertise muito singular para trabalhar no ato punitivo: os médicos, os psiquiatras e os educadores. A presença destes profissionais na equação da punição, endossa o coro de que nem o corpo, nem o sofrimento físico são os objetos últimos do exercer punitivo. Segundo Foucault (2007), a presença destes especialistas nas técnicas modernas da punição criou, na realidade, uma utopia judiciária: o funcionalismo punitivo passou (e continua passando) a impressão de que o condenado já não sente mais dor em sua pena. Ao meu ver dos fatos, o que Foucault denomina de "utopia jurídica", consiste em uma espécie de paradoxo: pune-se o corpo defendendo uma incorporeidade na pena.

A modernidade "trouxe" definitivamente o "fim" das "mil mortes possíveis": o ventre dos supliciados não precisava mais ser aberto e nem a sua cabeça arrebentada pela violência, para que a pena fosse exercida com precisão. Uma nova moral havia se estabelecido no ato de punir. A punição pública, no decorrer de um século, fora esvaziada de significado. Apesar do novo estado de coisas, observa o autor, a tortura, na sua obscuridade, não conseguiu ser abolida pela modernidade. E passou a ser um segredo entre a justiça e o condenado.

Por toda via, é importante que se compreenda que a busca pelo fim ou o fim, propriamente dito, do uso da violência física nas penas na modernidade penal, não pode ser compreendido como uma nova postura mais humanizada da justiça. Apesar da grandeza da mudança, Foucault (2007) afirma em seus

estudos, que não fora um apelo humano que mudou o rumo do suplício, mas sim apenas a mudança do objetivo da ação punitiva.

É importante termos em vista, que quando falamos de uma população em condição de encarceramento dentro de um regime penal, seja este de exceção ou não, seja este no início da modernidade, ou agora no seu entardecer, não podemos desassociar a análise da noção, que também já discutimos anteriormente, da identidade deteriorada. O que é muito relevante na análise histórica das penas feita por Foucault (2007), é que o autor também observa em sua pesquisa que além do cárcere deteriorar a identidade do indivíduo, este último passa a ter a sua própria identidade qualificada junto com a noção do crime que cometeu.

> Sob o nome de crimes e delitos, são sempre julgados corretamente os objetos jurídicos definidos pelo Código. Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inadaptações, os efeitos do meio ambiente ou da hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio delas, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos. Dir-se-ia que não são eles que são julgados; se são invocados, é para explicar os fatos a serem julgados e determinar até que ponto a vontade do réu estava envolvida no crime. Resposta insuficiente, pois são as sombras que se escondem por trás dos elementos da causa, que são, na realidade, julgadas e punidas.
>
> FOUCAULT, Michael**. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 22. 2007.

Na modernidade penal, o laudo psiquiátrico deu ainda mais expertise para que o campo penal pudesse agir: com os estudos psiquiátricos e da criminologia ou antropologia criminal, os mecanismos de punição conseguiram ganhar poder de decisão não apenas sobre os crimes cometidos, mas também sobre o próprio indivíduo. Ou seja, não era só a infração que passou a ser do interesse punitivo, mas o que os criminosos eram ou poderiam ser. Para Foucault (2007), a justiça criminal moderna busca, de todas as formas, se justificar fora do âmbito da sua própria essência, reinscrevendo-se em sistemas não jurídicos. A nova justiça criminal, na opinião do autor, consegue até cunhar

um novo sistema de “verdades”; um conjunto de saber, técnicas, discursos científicos se entrelaçam com a nova forma de punir.

Ao analisar os métodos punitivos, Foucault, não os compreende apenas como consequências de regras do direito ou como indicadores das estruturas sociais. Ele compreende que estes mesmos estão ligados a outros processos do poder. E há nos castigos uma presença tática política. O corpo, para Foucault (2007), se torna um lugar plausível de se ver a história comum das relações de poder e dos objetos da relação de poder. Outro quesito, é que segundo o autor, acreditar que a penalidade é unicamente uma maneira de reprimir delitos, é uma ilusão.

Foucault (2007) acredita que os sistemas punitivos, na modernidade, devem ser pensados como parte essencialmente de uma economia política do corpo, mesmo que não há derramamento de sangue, ou castigos violentos. É sempre sobre o corpo que se trata. O autor chama a atenção para o fato de que o corpo está mergulhado diretamente em um campo político, já que as relações de poder têm alcance imediato nele.

> Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação.
>
> FOUCAULT, Michael**. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 28-29. 2007

Em outras palavras, para o filósofo em questão, o “saber” de um corpo não implica necessariamente no conhecimento biológico do seu funcionamento, mas sim em um controle das suas forças. E ainda mais que isso: consiste no conhecimento da capacidade de vencê-las. Este conhecimento do corpo (mas não do corpo biológico), é o que Foucault denomina de tecnologia política do corpo. E por sua vez, consiste na microfísica do poder:

> Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem

> relação entre si. O mais das vezes, apesar da coerência de seus resultados, ela não passa de uma instrumentação uniforme. Além disso, seria impossível localizá-la, quer num tipo de definido de instituição, quer num aparelho do Estado. Estes recorrem a ela; utilizam-na, valorizam-na ou impõem algumas de suas maneiras de agir. Mas ela mesma, em seus mecanismos e efeitos, se situa em um nível completamente diferente. Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em joga pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças.
>
> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 29. 2007.

A presença do Estado na teoria foucaultiana, como podemos perceber, é pequena. Mas, isto não é demérito para a teoria. É importante também termos em vista que teorias são produtos históricos e os estudos de Foucault sobre as penitenciárias e o sistema penal, em momento nenhum cruzou com um período de exceção ou de absolutismo estatal. Desta forma, o autor acaba diminuindo a participação do Estado nas violências contra os corpos, e aumenta a presença do que o mesmo denomina de microfísica do poder. De qualquer forma, as práticas penais, na opinião do autor, é muito mais um conjunto de anatomia política, do que o produto exclusivo de teorias jurídicas.

Foucault observa em sua pesquisa, que a modernidade trouxe com ela uma nova forma de suplício: o penal. Se antes era necessário que um corpo entrasse em agonia para que a lei se fizesse valer, na modernidade a necessidade se faz outra; o suplício penal, não corresponde a qualquer punição corporal, ele

> É uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle.
>
> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 36. 2007

Outro fator de grande importância na historiografia de Foucault, é que o interrogatório é o suplício da verdade. Em outras palavras, ao instruir o interrogador a usar a violência para garantir confissões, dentro do aspecto jurídico, é a verdade a maior lesionada pela respectiva conduta. Ainda sobre a tortura, que não apenas na exceção, mas em tempos onde o *status quo* do Estado é preservado, o autor observa que a tortura clássica não se fazia apenas como punição, mas também como um ato de instrução. Ela se transformava em adestramento quando o acusado, mesmo sendo inocente, acabava torturado da mesma forma, apenas para instruí-lo de qual era o lugar que o seu corpo ocupava diante da lei.

Aquele que executa a pena, segundo o filósofo em questão, reflete em sua face o rosto do soberano. Após as leis terem sido ofendidas, o príncipe aparece para reclamar a sua honra. Entretanto, na contramão do que o filósofo italiano Giorgio Agamben pontua sobre a relação entre a figura do soberano e a punição da vida nua, para Foucault (2007), o príncipe não aparece como a própria lei, mas como aquele que a vinga. Pois,

> O suplício judiciário deve ser compreendido também como um ritual político. Faz parte, mesmo num modo menor, das cerimônias pelas quais se manifesta o poder. A infração, segundo o direito da era clássica, além do dano que pode eventualmente produzir, além mesmo da regra que infringe, prejudica o direito do que faz valer a lei
>
> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 47. 2007.

Desta forma, o suplício na modernidade, possuindo esta função jurídico-política, não deixa de ser um cerimonial que busca, à sua maneira, reconstruir a soberania que fora lesada por um instante (FOUCAULT, 2007). A imagem do príncipe que purga as leis ofendidas, é uma forma de ritualística do poder. Se na modernidade penal, o soberano aparece apenas para purgar os infratores que desafiaram o estado de coisas, na exceção, como já mostrei ao leitor, ele simplesmente não aparece: imbuído de uma necessidade de secretismo, ele entra e sai de países pelas portas do fundo; firma acordos de portas fechadas e utiliza as mais variadas e absurdas narrativas para sustentar

seus anseios imperialistas. Entretanto, e paradoxalmente, o soberano na exceção apesar de não aparecer, ele é presente em toda a esfera do *bando* soberano do Estado, para garantir o abandono. Na modernidade penal, o príncipe é o chefe da justiça e da guerra. Já no crepúsculo das leis, o soberano aparece não apenas como senhor supremo da justiça e do Estado, mas também como o proprietário dos corpos capturados na esfera de indeterminações político-jurídicas do Estado.

. . .

Quando tratamos de penitenciárias como objetos de estudo, que é o caso desta pesquisa, independente de qual condição política a mesma se encontre (se está localizado dentro de um Estado democrático de direito ou dentro de um estado de exceção), a documentação interna da mesma é primordial para a pesquisa. O que os apontamentos de Foucault (2007) sobre a documentação penitenciária na modernidade penal demonstram, comparando-a com o período de exceção, é que esta última se inscreve nos corpos, mas também nos papeis, dado ao seu apelo linguístico. Em momentos em que o *status quo* do Estado aparece preservado e as penitenciárias são apenas instituições totais, há um rigor demasiado pela documentação interna. Já em espaços de exceção, não há qualquer tipo de rigor documental: a documentação é propositalmente, dado a ordem do discurso da exceção, não documentável. Como demonstra as autópsias e os relatórios médicos dos detidos em Abu Ghraib no ano de 2003, as informações, quando não estão censuradas, elas não constam no documento de forma proposital.

Não havia em Abu Ghraib, um esforço, por exemplo, de correção da documentação. Só pela forma com que os documentos do presídio foram tratados pelas autoridades responsáveis pela sua criação e manutenção, em minha determinação por tentar pensar qual é a nomenclatura certa para definir Abu Ghraib, já fica nítido que apesar das semelhanças, a mesma não pode ser tida como uma instituição total. Em outras palavras, o que eu quero que meu leitor compreenda, é que precisamos de novos conceitos para pensar instituições em situação de exceção. E, se há divergências em suas formas,

nem que seja por um único ponto do que se tem como pré-definido em tempos normais, então esta definição já não é mais plausível para pensar o respectivo espaço.

Segundo as observações feitas por Foucault (2007) sobre o aparelho penitenciário moderno, a documentação interna é uma questão primordial. E na exceção, dado a necessidade de controle da narrativa e da experiência, é como se os documentos oriundos destes espaços fossem paradoxalmente não-documentos. É por isso o título da pesquisa: na sua condição de exceção, Abu Ghraib é essencialmente (in)documentada. Se os presídios modernos na sua condição de instituição total, mantém a regularização da documentação para que, caso necessário, um determinado cativo seja encontrado com urgência, por exemplo, em Abu Ghraib o sucateamento da documentação era realizado exatamente para que ocorresse o contrário, ou seja, para que o detido não fosse encontrado. Como exemplo deste tipo de situação, eu já discuti com o leitor a questão dos “detidos fantasmas” e no próprio Relatório Taguba, consta, que nem a contagem da população carcerária era feita em Abu Ghraib de forma correta.

Para que a ordem do discurso da exceção sobreviva, a ordem do discurso de tempos ordinários precisa ser completamente superada. Segundo Foucault (2007), a modernidade penal trouxe a necessidade de transformar o indivíduo encarcerado em um objeto analisável e descritível

> não contudo para reduzi-lo a traços “específicos”, como fazem os naturalistas a respeito dos seres vivos; mas para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa “população”
>
> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 182. 2007.

Dado as acepções orientalistas, a própria documentação do presídio mostra que não havia interesse “científico” nos detidos em Abu Ghraib. A

condição de exceção buscava duas coisas: o encarceramento em massa ou/e a execução do detido; e, entre um extremo ou outro a tortura ocorria como método não padronizado de interrogatório e encarceramento, endossando ainda mais o acesso do detido iraquiano à lei, por meio da sua exclusão.

III.2 O presídio panóptico *versus* o presídio soturno ou masmorra da exceção.

A noção da prisão ideal representada pelo panóptico de Jeremy Bentham, é uma questão primordial na história das penitenciárias modernas. Como observa Foucault (2007), se a estrutura penal trocou de objeto e de forma no alvorecer na modernidade, a sua arquitetura física também acompanhou a mudança. A estrutura panóptica de uma penitenciária, corresponde em uma construção em forma de anel e no seu centro há uma torre. Com janelas vazavas (sendo duas janelas: uma no interior e outra no exterior da cela) a claridade dentro de uma construção desta categoria é imensa, facilitando a observação total a partir do centro. A arquitetura panóptica possibilita que cada cativo esteja sozinho, individualizado e perfeitamente visível.

A vigilância permanente, aparece na arquitetura penitenciária como uma garantia de ordem. Segundo Foucault (2007), o panóptico induz à uma solidão sequestrada e olhada. Esta característica da observação constante na construção panóptica é muito importante, pois ela induz no cativo um estado de alerta de quem está sendo observado de forma interrupta e, como aponta os estudos de Foucault, assegura o funcionamento automático do poder.

> Esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia: muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente.
>
> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 190. 2007.

Dentro da arquitetura panóptica de um presídio, o poder é visível, mas ao mesmo tempo é inverificável ao detido. Em síntese, a partir da perspectiva do cativo, o panóptico pode ser uma grande ilusão de ótica: ele dissocia o que é visto. Em sua torre central vê-se tudo, mas não se é visto. O jogo de luzes, somado as dúvidas de quem está sendo observado, sustentam o poder. Foucault (2007) aponta que a partir da sujeição real do detido ao poder penitenciário estruturado pela arquitetura panóptica, nasce também uma relação fictícia de poder. Em outras palavras, não é necessário o uso da força para obrigar o cativo ao bom comportamento, a ilusão do panóptico faz isso de forma mecânica:

> Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação.
>
> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 192. 2007

Foucault se posiciona contrário a arquitetura panóptica. Para o autor, a funcionalidade arquitetônica e a característica de poder furtivo da mesma, implica em uma espécie de zoológico humano, onde busca-se incessantemente pela classificação, organização e caracterização da “espécie do homem criminoso”. Com sua habilidade eficaz de observação, o panóptico consegue construir uma análise muito perspicaz do comportamento dos humanos sob o seu julgo. Ou seja, a sua funcionalidade o transforma em um laboratório do poder. Diferindo das concepções agambenianas em relação ao estudo do poder, Foucault (2007) enxerga na arquitetura panóptica o princípio de uma nova anatomia política, cujo o objeto último não é a soberania, mas sim as relações de disciplina. Para o autor, a sociedade moderna não é mais de

espetáculos, mas de vigilância. O que é de suma importância ter em vista, quando tratamos dos estudos de Foucault sobre os presídios e a economia da punição, é que a disciplina serve como um compêndio facilitador do exercer do poder no corpo dos indivíduos, da forma menos dispendiosa possível.

Desta forma, para o autor em questão, a instituição do cárcere consiste em uma mecanismo jurídico-político e técnico-disciplinar e, é exatamente esta dualidade categórica da própria identidade da prisão que lhe dá solidez. Segundo o autor, é necessário que se compreenda que a prisão não tem em sua função primária apenas a detenção da liberdade: ela possuía uma função nítida e técnica de correção, de modificação do indivíduo que com a privação de liberdade vigente, permite fazer todo um sistema de reestruturação da identidade funcionar. O panóptico fora

> A maneira mais direta de traduzir “na pedra a inteligência da disciplina”; de tornar a arquitetura transparente à gestão do poder; de permitir que a força ou as coações violentas fossem substituídas pela eficácia suave de uma vigilância sem falha.
>
> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 235. 2007.

Outro quesito de grande importância, é que na modernidade dos presídios e das penas, o correlativo da justiça penal é o infrator e no aparelho penitenciário é o delinquente como unidade biográfica. Apesar de toda a clareza documental e do exercer disciplinar de forma transparente sob o corpo dos detidos, ainda assim, para Foucault (2007), a prisão permanece sendo a parte mais sombria do aparelho de justiça. No caso de Abu Ghraib, o poderio penitenciário é também a parte mais sombria de um complexo penal da exceção tão sombrio quanto. Novamente: se na modernidade penal o presídio é onde o castigo ocorre na luz do dia e a sentença se perpetra por meio de discursos de saber; no aparelho penitenciário da exceção, a sentença vem pela ordem do discurso que é vigente e, o castigo ocorre em salas secretas de interrogatório, geralmente fora da luz do dia e do campo de visão das pessoas.

Se no presídio moderno, a população carcerária serve como uma espécie de amostragem da população total de uma sociedade, onde todo o

campo social é controlado a partir das relações de poder empregada entre o poder penal e os cativos; transformando a penitenciária como instituição em um observatório político, dentro das condições de exceção, a população carcerária também aparece como um microcosmo da população total da sociedade em questão. E é dirigido à população livre o mesmo objetivo já oferecido à parte encarcerada: o anseio de detê-la na esfera de abandono. Ainda assim, quando Foucault observa o crescimento do “conhecimento técnico” e as implicações destes para respaldar relações de poder, o autor faz uma importante observação sobre o que viria ser o momento definitivo do entardecer das leis, quando interrogadores passaram a exercer sua função de juiz:

> Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do “assistente social-juiz"; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos. A rede carcerária, em suas formas concentradas ou disseminadas, com seus sistemas de inserção, distribuição, vigilância, observação, foi o grande apoio, na sociedade moderna, do poder normalizador.
>
> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 288. 2007.

. . .

A modernidade não exauriu o uso da tortura da sua prática penal. Entretanto, no entardecer das leis, quando a exceção se faz vigente, concomitante as noções de “humanos menos humanos”, a tortura teve seu significado semântico esvaziado e, se transformou, como fora o caso de Abu Ghraib, durante a Guerra do Iraque, em um procedimento legal. E não apenas isso, como também se tornou um meio tido como “eficiente” para lidar com “bárbaros” que só compreendiam a linguagem da violência. O que quero dizer, é que a condução de exceção imposta pelas guerras de Bush, que transformaram presídios em espaços genuínos de exceção, proporcionaram um outro significado para a tortura: percorrendo os mesmos caminhos semânticos da exceção, a tortura fora defendida como uma necessidade

latente para a condução das guerras, respectivamente para o ganho da inteligência militar.

O que eu quero que meu leitor entenda, é que a partir das observações de Foucault, que não se debruçou em penitenciárias produtos da exceção, podemos visualizar que o ato punitivo ganhou outros desdobramentos e significados linguísticos, não só no decorrer do tempo histórico, como também na temporalidade caótica da exceção. A tortura de cativos na Guerra do Iraque, apesar de ter todo o seu trâmite legal obscurecido pelo Estado, não fora apenas legalizada: ela fora requerida pelos magistrados da lei. Na Comissão do Senado de 2004, sobre os maus tratos de prisioneiros no Iraque, conforme demonstrei no primeiro capítulo desta dissertação, esta "necessidade" ficou visível: a prática da tortura não precisou nem ser escondida ou dissimulada, os próprios senadores a aprovavam em seu discurso para inocentar o Estado, dos crimes cometidos por este último.

Observe, a economia punitiva do estado de exceção, perpetrada dentro do espaço de exceção, não deixa de ser um desdobramento da forma punitiva vigente fora da exceção. Neste movimento histórico onde o objetivo da pena muda, como vimos com os estudos de Foucault, pode ser nitidamente percebido que dentro da condição de exceção o objeto da punição também se transforma. Na exceção, é mais do que o corpo do criminalizado o receptáculo da violência, é a sua vida biológica como um todo, despossuída de significado, inteligibilidade e relevância política que entra na equação da crueldade do Estado.

Nas narrativas descontruídas de forma proposital, no cercamento da realidade, no uso da tortura e do assassinato como formas de interrogatório e de penalização por crimes que não foram cometidos, o encarceramento em massa e todos os outros procedimentos "penais" usados contra a população do Iraque durante a guerra, nos mostra que o objeto da tecnologia política da exceção é a vida nua do humano desumanizado. É, nos termos agambeniano, a captura da *zoé* da vida mais primitiva do humano, para a sua destruição. Em outras palavras, o objetivo da punição na exceção é a destruição do indivíduo.

Em Abu Ghraib, no âmago da sua exceção, a identidade deteriorada não apenas qualificou o indivíduo detido com o estigma do "terrorista", "selvagem", mas também o marcou para morrer. Apesar da punição ser um

desdobramento dos tempos em comum, há uma divergência significativa na noção de presídio moderno feita por Foucault, comparando-a com a noção de presídio do governo dos Estados Unidos em Abu Ghraib. Se na modernidade penal, houve esta necessidade de se afastar do corpo do supliciado, na exceção este quesito se inverte: nas práticas punitivas de Abu Ghraib, braço do sistema penal iraquiano da exceção promulgado pelo governo dos Estados Unidos, os interrogadores não foram diplomados apenas como juízes, mas também como carrascos; o corpo do humano desumanizado é manipulado de forma em todas as circunstâncias, inclusive até mesmo depois da morte.

Apesar da distância das noções de cárcere e punição entre a modernidade e a modernidade tardia na exceção, é inegável que há aproximações. Na modernidade tardia com a sua condição de exceção, quando tratamos da identidade deteriorada; o julgamento sofrido pela mesma, seja ele qual for e, a aplicação da pena, são exercidos mediante recursos que colocam nesta mesma equação circunstâncias atenuantes, que são juridicamente não codificáveis, como outrora observou Foucault (2007). Além do mais, estas circunstâncias que compõem a equação penal, mas juridicamente são, do ponto de vista temporal, irastreáveis, possuem uma certa característica de atemporalidade, já que as mesmas qualificam o passado, o presente e o futuro do criminoso ou do criminalizado.

Se, por um lado na modernidade, fora o laudo psiquiátrico, como apontara Foucault (2007), o instrumento que agregou a possibilidade das infrações cometidas pelos criminosos se tornarem objetos de estudo, ou seja, atribuiu as mesmas um valor científico; no crepúsculo das leis, como mostrado pela Guerra do Iraque, os mecanismos de punição depositaram a sua expertise não na psiquiatria, mas no orientalismo.

Como aponta Edward Said (1996), a relação entre Oriente e Ocidente sempre esteve pautada no orientalismo, que em síntese é uma relação de poder que se sustenta por diversos fatores, inclusive o linguístico. Para além da sua relação de dominação, o orientalismo limita e coage a própria existência do oriental**.** Ainda, o orientalismo se fortificou como uma visão política, a partir da diferença entre diferença entre "nós" (ocidentais, familiar) e “eles” (orientais, o estranho). Esta fora a visão que respaldara o imperialismo, o colonialismo e as guerras de Bush.

A noção de Foucault que o corpo do cativo é um marco histórico das relações e dos objetos de poder, seja este supliciado de forma física, como era feito antes da modernidade penal, ou punido de forma técnica como na modernidade penal, é extremamente importante para esta pesquisa. Tendo em vista que o estado de exceção é essencialmente histórico e semântico (apesar dos seus esforços para parecer que não) é primordial para esta este, mostrar que apesar dos esforços do estado de exceção para se equiparar com uma condição de estado de coisas “normais”, de tentar circunscrever a realidade, o corpo torturado e assassinado dos detidos de Abu Ghraib, concomitante as suas autópsias falaciosas e seus atestados médicos documentados (in)documentados, este corpo, que também é o centro da minha análise histórico-política nesta pesquisa, é o testemunho que temos mais relevante do âmago da exceção, dos seus objetos, da sua força tanatopolítica e da sua dissimulação histórica. No estado de coisas da exceção, não há um anjo da história que olha para o passado horrorizado, mas sim um chacal com a boca ensanguentada que devora o presente histórico na tentativa de igualar o inigualável.

A punição, como observara Michael Foucault (2007), é indissociável ao corpo. Não há dúvidas que para o autor o corpo é estritamente político. Na condição de exceção, há esta mesma ânsia de dominação e significado político, mas como disse anteriormente, domina-se a vida biológica; ao consumar este fato o ser humano perde toda a sua capacidade e vida política, perde sua arguição e seu posicionamento. Interessa ao Estado, na sua condição de exceção, apenas o corpo biológico que dado ao seu processo de desumanização se transformou em besta-fera.

No ordenamento jurídico penal da exceção, quando os detidos de Abu Ghraib se revoltavam no interior do presídio e eram punidos com a morte, pois fora o próprio Comandante das Forças de Coalização Terrestre da Guerra do Iraque, Ricardo Sanchez, que autorizara a respectiva prática; é importante que se tenha em vista que o motivo das suas revoltas não era apenas o cárcere sem acusação (apesar deste já ser mais do que motivo suficiente): mas eram também insurreições contra uma existência de miséria, de fome, de falta de oportunidades, de falta de humanidade. As rebeliões em Abu Ghraib, nos mostram que apesar da existência do homem subalterno ter sido usurpada por

aqueles que detinham o poder último de decisão, o *Homo sacer* continuava resistindo à ocupação não só do seu país, mas também do seu próprio corpo biológico. E seu corpo, receptáculo de relações de poder, objeto da economia política de punição da exceção, fora e permanece sendo o seu maior testemunho da vida despossuída forçosamente de sentido.

Nos estudos de Foucault (2007), o suplício é uma técnica e não pode ser equiparada aos extremos de uma raiva sem lei. Mas, no caso Abu Ghraib, dado a condição de exceção, o suplício empregado no corpo do criminalizado, não fora ao todo respaldado por um manual técnico de imputação de dor. Apesar de presença dos manuais *KUBARK*, não havia um padrão de técnicas de sofrimento: a violência era padrão, mas a forma de exercê-la, não era. Podia-se "esquecer" um detido nas intermediações não coberta do presídio até ele morrer de insolação ou podia-se usar de técnicas de afogamento, simulação de homicídio, entre outras. De qualquer forma, ainda mais com a presença da segurança privada exercendo funções importantes nos domínios de Abu Ghraib, e longe dos limites da lei, o que nos é perceptível é que havia uma linha muito tênue entre técnicas procedimentais de sofrimento pré-ordenadas e simplesmente raiva sem lei.

Se na modernidade penal, como outrora fora pontuada por Foucault (2007), a tortura fora vista como uma prática residual de tempos bárbaros e selvagens, apesar da sua sobrevivência no período histórico citado, no entardecer da modernidade, quando a condição de exceção se transformou em técnica de governo, a tortura empregada no corpo desprovido de valor e de significado humano, passou a ser vista como elemento legítimo de dominação. Na Guerra do Iraque, as práticas de tortura foram engrenagens "importantes" na expertise da Coalização. Em seus interrogatórios inquisitoriais, os militares e/ou empreiteiros da segurança privada, o corpo do humano desumanizado e por isso criminalizado, vítima da tortura e do assassinato, fora usado como prova para alimentar a gerência linguística da exceção. A Comissão do Senado de 2004, foi a maior prova disso. Apesar de alguns senadores se posicionarem profundamente contra a conduta vergonhosa do governo dos Estados Unidos ao tutelar seus presídios no exterior, a maioria dos senadores, que já vinham de um processo apoiando a guerra, usaram da violência imposta aos detidos,

como prova do tamanho da selvageria destes e não do governo dos Estados Unidos e do governo de Coalização.

Há ainda a questão da pena espetáculo: se na modernidade ela fora substituída por uma justiça mais silenciosa, na exceção ela se torna espetáculo novamente; seja dentro dos presídios, como fora o caso de Abu Ghraib, onde detentos nus atados em coleiras de cachorro eram obrigados a se comportar como animais, enquanto os policiais do exército caminhavam com os detidos pelos corredores da penitenciária, nesta condição degradante, para que todos os outros cativos e funcionários do presídio pudessem ver; ou seja, pela espetáculo cinematográfico de uma guerra que era transmitida ao vivo pela televisão. Este tipo de comportamento punitivo espectacularizado, fora o âmago do coração das trevas de toda a Guerra do Iraque: seja sitiando cidades, detendo crianças, sodomizando detidos em espaço de exceção; o quesito espetáculo sempre esteve associado ao emprego de forças penais e militares, de uma forma geral, nas guerras infinitesimais travadas por Bush.

Já sobre a questão arquitetônico, o espaço de exceção usado como penitenciária, não é panóptico: ele é muito mais soturno e assemelha-se grandemente com as masmorras. Apesar de Abu Ghraib possuir um corredor amplo, onde os carcereiros podiam percorrê-lo e observar ao mesmo tempo os dois andares da prisão, as celas eram escuras e lúgubres; e do corredor não era possível observar os fundos das celas, onde os detidos eram, geralmente, atados nus com as mãos para cima em posições de estresse. A visibilidade estrutural tão enaltecida na modernidade penal, é abolida na exceção. Na condição de exceção, tudo entra em simbiose: se o ordenamento jurídico se fez obscuro, o aparelho penitenciário também o será.

De forma geral, os presídios em condições de exceção escondem suas próprias estruturas e permanecem fechados em si mesmos: tira de vista os detentos torturados e sodomizados, da mesma forma que facilita a cobertura de uniformes militares maquiados; assim como dissimula o emprego maciço de mão de obra privada em procedimentos estritamente estatais, como por exemplo, os interrogatórios. Outra condição da exceção, são suas massas carcerárias compactadas e fervilhantes. Ainda assim, há uma proximidade com a estrutura panóptica no seguinte fator: ambas utilizam de meios ópticos para estabelecer o seu poder. Na prisão panóptica com sua torre central escura,

comparada com toda a claridade do ambiente, nunca se sabe se o vigia está ou não está. Na masmorra, em sua condição de exceção, utiliza-se da escuridão para encobrir a conduta procedimental do presídio: quem percorria o corredor central de Abu Ghraib, olhando de baixo para cima, não conseguia nem imaginar a condição desumanizadora dos detidos atados nos fundos da cela, já que não havia visão para tal.

Diferente do cárcere panóptico, apesar de ambos possuírem uma multiplicidade de relações de poder em seu interior, a masmorra da exceção escancara a relação direta de soberania entre o estado de exceção e o *Homo sacer.* E por meio do signo do secretismo, a exceção consegue investir de forma violenta diretamente contra os corpos que estão encarcerados em sua zona de abandono. Outro fator de extrema importância, é que se a prisão na modernidade visava corrigir, a masmorra da exceção visa destruir. A "disciplina" erigida sobre o corpo não diz respeito a correção, mas sim a extenuação, a humilhação, a dor e por último ao assassinato.

Foucault quando fala das prisões modernas, mostra a preocupação em que estas possuem em não apenas manter o detido em perpétua vigilância, mas há uma ânsia sobre informações pessoais observações comportamentais, que simplesmente não existem na exceção. Observe: quando mais o sistema penal iraquiano, durante este primeiro ano do governo de coalização, soubesse sobre os detidos que estavam sendo encarcerados em Abu Ghraib, maior seria a dimensão dos crimes contra a humanidade, que os dirigentes deste sistema estavam cometendo. Logo, quanto menor fosse a informação, maior espaço as forças militares, como o governo de coalização, teriam para justificar a guerra e as detenções compulsórias, ou seja, maior seria o campo para reescrever a história e a experiência histórica daqueles indivíduos encarcerados. Se há um tema para a masmorra da exceção, como Foucault (2004) diz ter para o panóptico, este é: o abandono, desinformação, secretismo e obscurantismo.

Na masmorra da exceção, a vigilância não é necessária: os cativos estão extenuados pela violência física e psicológica. Além, é claro, de deixar os mesmos sob o julgo da própria sorte expostos a violência do presídio. E isso explica parte de como um detido encarcerado, pode ter acesso a explosivos que mal manipulados lhe resultou em um traumatismo craniano. No cárcere da exceção, a violência do poder não falha, seja negligência ou pela violência

imputada diretamente no corpo: a própria condição de abandono já é por si só, extremamente violenta. Não há uma “vigilância suave”, nos termos foucaultianos, quando o respectivo autor comenta sobe a funcionalidade do panóptico. Na exceção, ocasionada pela esfera de abandono do Estado, a mínima relação que um detido pode desenvolver com um policial ou com um interrogador, é constituída por meio da ferocidade.

Se na modernidade penitenciária e penal o objeto de cada uma é diferente, já que a primeira se interessa pelo infrator e a segunda pelo delinquente, como apontara Foucault (2004), no crepúsculo das leis, nas masmorras da exceção, o objeto das suas esferas entra em simbiose e passa a ser o mesmo para as duas: a vida nua, desprovida de significado e por isso criminalizada, que caso assassinada não imputa a categoria de crime ao assassino. No entardecer das leis, tanto faz se é pelo aparelho penitenciário ou pelo ordenamento jurídico penal, de qualquer forma esta vida será caçada, encarcerada, torturada e assassinada; tendo escrita em seu próprio corpo a sentença da exceção.

Quando os acordos internacionais como as Convenções de Genebra, que um dos seus objetivos é prezar pelo tratamento humano de prisioneiros em tempo guerra; e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, foram simplesmente suspensas em Abu Ghraib, os detidos não foram impelidos para “fora” do ordenamento jurídico internacional. Muito pelo contrário, eles permaneceram dentro; mas, a condição de exceção estabeleceu uma relação extraordinária entre os detidos e o ordenamento jurídico em questão: eles tinham acesso ao mesmo, paradoxalmente não tendo, porque a sua condição existencial como ser humano fora criminalizada. Para conseguir observar melhor esta situação, basta que recordemos a discussão da Comissão do Senado de 2004: apesar de todas as provas contundentes de tortura e maus tratos contra os detidos, o subsecretário de defesa insistiu em dizer que as Convenções de Genebra e os direitos humanos não foram revogados dentro do presídio.

Entretanto, segundo Cambone, possibilitar que estes mesmos detidos tivessem acesso ao ordenamento jurídico internacional, seria uma afronta ao mesmo, já que se tratava de terroristas. Logo, a exceção não rompera o ordenamento jurídico internacional, ela “apenas” suspendeu o acesso. A

máxima kafkiana que “diante da lei há sempre um porteiro”, exemplifica este tipo de relação jurídica paradoxal com maestria. É por estas vias que Estados democráticos de direito, têm exercido suas condições de exceção sem se auto imolar, pois em seu discurso, “apenas” adormecem as leis para protegê-las de serem “atacadas”.

Quando Foucault (2007) diz que na modernidade o sistema penal passou de inquisitório para examinatório, não quero que o leitor compreenda que quando tratamos do sistema penal na exceção, sofremos uma espécie de retrocesso e instaurou-se novamente uma justiça de inquisição. Apesar das similaridades, não sofremos nenhuma regressão. As práticas penais da exceção, como já disse anteriormente, não deixam de ser um desdobramento das práticas dos tempos ordinários do ordenamento jurídico penal; entretanto, possuem um objeto diferente e usam práticas penais divergentes.

Se para Foucault (2007), a prisão na modernidade não pode ser considerada filha das leis e muito menos dos códigos, na condição soturna da exceção, o presídio não é apenas o primogênito da exceção, como um dos seus instrumentos mais eficientes para a desumanização e o extermínio. Sobre estar ou não subordinada ao aparelho judiciário, é uma condição indiferente na situação de excepcionalidade. Na condição de exceção, como já mostrei ao leitor durante o texto, as fronteiras entre as esferas legislativa, judiciária e executiva se dissolvem. E esta dissolução de limites é muito mais relevante ao se estudar a condição de excepcionalidade, do que supostas relações hierárquicas ou sistema de freios e contrapesos entre as esferas. Mas, um elemento é determinante sobre a masmorra da exceção: ela não está sozinha na posição de instrumento desumanizador, ela está conectada a uma série de dispositivos da exceção, como o ordenamento jurídico e a ordem do discurso.

CAPÍTULO SEGUNDO: PERMANECER PARA SONHAR O PESADELO ATÉ O FIM (janeiro a junho de 2004).

I. Os *Falcões* da Guerra do Iraque na ordem do discurso da exceção: as "Armas de Destruição em Massa".

Depois de tantos confrontos linguísticos e semióticos, era inevitável que a pressão internacional acerca das Armas de Destruição em Massa no Iraque, aumentariam para o governo Bush, o governo de Coalização de Paul Bremer e para os dirigentes dos outros Estados aliados aos Estados Unidos na Invasão do Iraque. Em janeiro de 2004, dois jornalistas da revista *Mother Jones* coordenaram uma investigação especial sobre caso das Armas de Destruição em Massa de Saddam Hussein.

A investigação jornalística de Robert Dreyfuss e Jason Vest[212], acusara o governo dos Estados Unidos de promover desinformação, cunhar provas falsas propositalmente, como por exemplo, documentos; tudo para legitimar a Guerra do Iraque. Os jornalistas entrevistaram a Tenente Coronel da reserva da Força Área dos Estados Unidos, Karen Kwiatkowski, que servia em uma base do Pentágono no Oriente próximo, quando os Falcões da Casa Branca já planejavam, ainda em 2001, uma invasão ao Iraque. Segundo a militar, as provas cunhadas contra o respectivo país, nunca fora inteligência, mas sim propaganda[213].

Esta equipe de ideólogos, arquitetos da Guerra do Iraque de 2003, detinham um escritório nas intermediações do Pentágono denominado de "*Escritório de Planos Especiais".* E, como é demonstrado na investigação, os dirigentes deste mesmo espaço fizeram dos atentados de 11 de setembro de 2001, a força propulsora para colocar seus planos bélicos em andamento. Para Kwiatkowski (2004), as histórias inventadas para incriminar Saddam Hussein, eram partes de um projeto de governo. Um militar que teve seu nome preservado durante a investigação da *Mother Jones*, disse que integrou uma reunião, um dia após o presidente George W. Bush ter tomado posse do poder executivo, em janeiro de 2001, cujo o objetivo era discutir uma possível invasão

ao Iraque. Segundo consta na investigação[214], quem liderava a reunião e, consequentemente os vanguardistas da Guerra do Iraque, eram Paul Wolfowitz, vice-secretário de Defesa na época dos fatos, concomitante a Douglas J. Feith, subsecretário de Defesa. Com a derrocada eminente da Guerra do Iraque, Feith se tornou popularmente conhecido como o "arquiteto" da guerra. Aliás, ambos possuíam raízes profundas no movimento neoconservador dos Estados Unidos. Wolfowitz fora um dos mais influentes *neocon* no establishment da política externa durante os anos 1990. E Feith, um dos grandes ativistas nos círculos sionistas da extrema direita nos Estados Unidos, defendeu por muito tempo, inclusive, a opinião de que nunca houve diferença racial no território estadunidense.

Para além dos círculos do Pentágono, a investigação também aponta que a Guerra do Iraque fora amplamente discutida dentro do *Think Tank* neoconservador *American Enterprise Institute.* Fora Douglas J. Feith que contratou David Wurmser, integrante do respectivo grupo, para exercer, dentro do grupo de ideólogos da Guerra do Iraque, a função de "consultor de guerra", para começar um movimento de "provar o improvável"[215].

Lembrando que em 1996, David Wurmser e sua esposa Meyrav, haviam escrito juntos um documento intitulado de "*Um rompimento limpo: uma nova estratégia para proteger o Reino"* e entregaram para o então primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. O documento de cunho ideológico, defendia a necessidade de Israel trabalhar junto com a Jordânia e a Turquia para conter, desestabilizar e reverter, vários Estados do Oriente Médio, incluindo o Iraque. O documento também incitava a importância da Jordânia em restaurar uma dinastia Hachemita, para que a mesma fosse instaurada no Iraque. O documento também defendia ataques militares ao Líbano e a Síria. Em síntese, Wurmser e sua esposa defendiam uma espécie de prelúdio para redesenhar o mapa do Oriente Médio[216].

O que a investigação da revista *Mother Jones* mostra, é que primeiro os Falcões do Iraque se reuniam, inventavam histórias e depois usavam da sua influência e do dinheiro público para criar documentos que legitimassem suas histórias. Entre os documentos criados estavam: depoimentos de pessoas que afirmavam estar fugindo do governo de Saddam Hussein, recibos de materiais suspeitos e geralmente utilizados para fabricação de armamento nuclear, entre

outros. Em síntese, com esta investigação da *Mother Jones* é possível observamos, por meio de um movimento arqueológico, quem realmente iniciou a ordem do discurso da exceção que por fim, respaldou além de toda a narrativa da guerra, os documentos que utilizei nesta pesquisa.

O que eu quero que meu leitor entenda, é o tamanho da dimensão da ordem do discurso da exceção. Tudo era englobado pelo seu poderio: dos documentos que "provavam" a existência das armas nucleares, ás autópsias dos detidos. Ao mesmo passo, que a ordem do discurso da exceção também conseguia pastorar inclusive a imprensa estadunidense, que quanto mais a guerra se tornava sangrenta, mais diminuía seus parágrafos sobre o impacto da mesma.

Um exemplo claro do poder da ordem do discurso da exceção, fora o caso da mesquita invadida por militares dos Estados Unidos no Iraque. O jornal estadunidense *The New York Times*[217], publicou um artigo sobre o caso dizendo que clérigos mulçumanos haviam sido presos, porque estavam proferindo discursos de ódio contra a Coalização do Iraque, na mesquita de Ibn Taimiya. O artigo também aponta que dentro da respectiva mesquita, funcionava uma escola salafista do Islã, algo como uma seita; e, que tinha Osama Bin Laden como um dos seus proselitistas. Ainda, o artigo também diz que o exército dos Estados Unidos possuía uma conduta moral de evitar o máximo possível entrar em mesquitas, respeitando a diversidade cultural e a religiosidade da população. O texto conclui dizendo que

> Após as orações das 13h na sexta-feira, os clérigos conduziram uma grande multidão de fiéis ao pátio da mesquita em coros de desprezo pela América e denúncias de tropas americanas que eles acusaram de rasgar o Alcorão, quebrar portas de madeira no santuário e, de outra forma, "profanar" o Islã. O comando americano negou as acusações.
>
> THE NEW YORK TIMES apud ENGELHARDT, Tom. Empire of lies. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 05 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/empire-lies/. Acesso em janeiro de 2022.

Já o jornal britânico *The Guardian,* publicou um artigo sobre o mesmo caso escrito pelo jornalista Luke Harding, onde dizia que soldados

estadunidenses haviam invadido uma mesquita com truculência indevida, derrubaram o portão da frente, quebraram o ar-condicionado e rasgaram os tapetes do local. Sabah al-Kaisey, clérigo da mesquita, recebeu o jornalista do *The Guardian* nas instalações reviradas da mesma. A cena que o jornalista descreve é de corões rasgados e jogados no chão, cadeiras viradas e desolação. Segundo al-Kaisey, os soldados estadunidenses saquearam o escritório da mesquita e comeram até mesmo as nozes que estavam guardadas na geladeira[218].

. . .

Janeiro de 2004 deu início a tempos difíceis para a administração Bush, a começar por problemas de cunho diplomático com o Canadá. Segundo um relatório do Ministério da Defesa canadense, recrutadores do Pentágono estavam vagueando pelas reservas nativas do mesmo país, tentando persuadir a população a se alistar para as forças armadas estadunidenses. O governo dos Estados Unidos, respondeu dizendo que tinham o direito de recrutar habitantes nativos do Canadá, porque os aborígenes tinham dupla cidadania, canadense e estadunidense, de acordo com um tratado de 1794[219].

Enquanto isso, no Iraque, a população estava em fervorosa protestando nas ruas de Bagdá, contra as demissões em massa que estavam ocorrendo nas agências estatais desde o primeiro mês de coalização e que nunca cessavam. Um homem iraquiano fora para frente dos portões da Autoridade Provisória de Coalização, ou seja, a cede do governo de coalização, afirmando o seguinte: "*se vocês querem viver em paz, americanos, deem nosso salário de volta. Se não, da próxima vez voltaremos armados*"[220]. Concomitante aos protestos contra as demissões, a população iraquiana estava indo cada vez mais as ruas pedindo por eleições diretas. Outro fator de crise, foi quando a imprensa estadunidense descobriu que, as empresas privadas que faziam parte dos "esforços de reconstrução" do Iraque, tinham como garantia o tesouro nacional dos Estados Unidos[221]. Este era o *New Deal Con* do governo Bush.

Tom Engelhardt, para a revista *Mother Jones*, disse que as crises que o governo Bush começara a enfrentar no primeiro mês de 2004, somadas a

outros problemas estruturais, como por exemplo, os conflitos étnicos que estavam se alastrando cada vez mais rápido pelo Iraque, seriam mais do que o suficiente para mais um ano inteiro de instabilidade e crise no respectivo país[222].

Em 7 de janeiro de 2004, o *Washington Post*[223] publicou um artigo considerando como encerrado o caso das Armas de Destruição em Massa e a fonte "legitimadora" da Guerra do Iraque. A reportagem de Barton Gellman saiu na primeira página do *Post.* No dia 8 de janeiro de 2004, o governo dos Estados Unidos retirou "secretamente" do Iraque, um grupo de 400 pessoas que eram responsáveis pela caçada das respectivas armas.

> Em declarações públicas e entrevistas não autorizadas, os investigadores disseram que não descobriram nenhum trabalho em agentes de guerra bacteriológica, como a bactéria do antraz, e nenhum trabalho em um novo patógeno - combinando vírus da varíola e veneno de cobra - que levou cientistas americanos a uma caçada altamente secreta por vários meses.
>
> GELLMAN, Barton. Iraq's arsenal was only on paper. **The Washington Post**. Washington D.C, Estados Unidos. 7 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2004/01/07/iraqs-arsenal-was-only-on-paper/435fa029-a6ce-43ad-b1a9-7a8bae27eebd/. Acesso em fevereiro de 2022.

No mesmo dia, Colin Powell, secretário de Estado dos Estados Unidos, deu uma entrevista para a MSNBC, a respeito das armas nucleares de Saddam Hussein, afirmando que: "*eu não vi uma prova fumegante, evidência concreta sobre a conexão, mas acredito que as conexões existam"*[224]. O posicionando de Powell, nos possibilita a perspectiva de que não há dúvidas que a Guerra do Iraque fora um conflito feito por "procuração".

II. A nova *onda* do imperialismo.

Outra grande questão que começara a ganhar os noticiários e que vinha chamando cada vez mais a atenção depois da Guerra do Iraque, era o

ímpeto estadunidense de construir bases militares ao redor do todo o globo terrestre em posições estratégicas e, geralmente, em países emergentes. Esta espécie de “colonialismo militar”, que não deixa de ser mais uma estrutura do estado de exceção perpétuo, assim como um instrumento de violência do mesmo, era e permanece sendo amparado por sigilos governamentais. Além de ser, como pontuara Chalmers Johnson[225], da *Mother Jones,* a “nova” conduta militar estadunidense, que se comportava na esfera política como uma espécie de irmão siamês da colonialismo.

> Cada um se desenvolve com o outro. Já altamente avançados em nosso país, ambos estão à beira de um salto quântico que quase certamente estenderá nossas forças armadas além de suas capacidades, acarretando insolvência fiscal e muito possivelmente causando um dano mortal às nossas instituições republicanas. Infelizmente, a única maneira de discutir isso em nossa imprensa é por meio de reportagens sobre planos altamente misteriosos para mudanças.
>
> JOHNSON, Chalmers. America’s military colonialism. **Mother Jones**. Califórnia Estados Unidos. 20 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/baseworld-americas-military-colonialism/. Acesso em janeiro de 2022.

Segundo o Relatório de Estrutura de Base de 2003, do Departamento de Defesa do governo dos Estados Unidos, divulgado anualmente, que inventaria bens imóveis militares nacionais e estrangeiros, o Pentágono possuía 702 bases no exterior em cerca de 130 países e mais 6.000 bases dentro dos Estados Unidos ou territórios considerados estadunidenses. O relatório também apontava que era necessário cerca de US $ 113,2 bilhões para manter as bases estrangeiras e cerca de US $ 591,519,8 bilhões para manter todas elas. No exterior, o governo dos Estados Unidos contava com cerca de 253.288 militares uniformizados e empregava mais de 44.446 estrangeiros contratados localmente para prestarem serviços a estas mesmas bases[226].

Entretanto, os números divulgados pelo governo não cobriam de fato todas as bases reais que eram ocupadas pelos militares dos Estados Unidos. De acordo com o artigo de Chalmers Johnson[227], o relatório não mencionava,

por exemplo, as guarnições estadunidenses no Kosovo, denominada de Camp Bondsteel, construída em 1999, cujo o serviço de administração da mesma era terceirizado por uma subsidiária da Halliburton, a Kellogg, Brown & Root. Ainda eram omitidas no documento as bases militares do Afeganistão, Iraque, Israel, Kuwait, Quirguistão, Qatar e Uzbequistão. Assim como outras bases militares estadunidenses que foram construídas às pressas depois do 11 de setembro para monitorar o que o governo chamava de "arco da instabilidade".

Em 2003, já se discutia a necessidade de colocar bases militares estadunidenses em toda área que fosse considerada de perigo ao redor do mundo. Apesar da discussão da necessidade da abertura democrática do Iraque, consequentemente, da necessidade de transicionar o governo do país, o governo dos Estados Unidos já sinalizada, no início de 2004, a possibilidade de manter pelo menos seis bases militares permanentes no Iraque. Segundo o jornalista Chalmers Johnson da *Mother Jones*[228], várias destas bases já estavam em construção no respectivo país, sendo estas: uma no Aeroporto Internacional de Bagdá perto de Nasariyah, outra no deserto ocidental perto da fronteira com a Síria; e por fim, uma terceira base no campo aéreo de Bashur na região curda do Iraque, ao norte do país.

III. O amadurecimento da proposta de transição de governo no Iraque: *a "corrida" de cáucus.*

Na segunda-feira, 19 de janeiro de 2004, líderes do governo britânico, como do governo dos Estados Unidos, concomitante a algumas autoridades iraquianas, se reuniram com o então secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para pedirem a ajuda da ONU no processo de transferência da soberania iraquiana da Autoridade Provisória de Coalização, para um governo provisório do Iraque[229].

Os jornais da época entendiam que este era um pedido desesperado dos Estados Unidos, que enfrentavam um momento crítico no Iraque, pois o clérigo xiita mais importante do país, o aiatolá Ali al-Sistani, estava mobilizando multidões de pessoas para marchar pelas ruas de Bagdá, protestando contra a

decisão do governo dos Estados Unidos em fundamentar um governo provisório e totalmente à sua maneira, ignorando as necessidades sociais e políticas da população iraquiana. Ali al-Sistani e seus seguidores, exigiam que as eleições fossem feitas o mais rápido possível. Hasem al-Awad, representante do clérigo xiita, argumentava que os iraquianos tinham o direito de planejar e instaurar o seu próprio governo.

> Os filhos iraquianos exigem um sistema político baseado em eleições diretas e uma Constituição que realizar justiça e igualdade para todos. Qualquer coisa além disso, levará as pessoas a ter sua própria opinião em relação a formação do governo.
>
> AWAD, Hashem al apud MOTHER JONES. Friends In need. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/friends-need. Acesso em fevereiro de 2022.

Lembrando que desde outubro de 2003, a ONU havia se retirado de forma integral do Iraque depois que um atentado contra a sua sede localizada no Hotel Canal vitimou 16 pessoas, entre elas o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Kofi Annan, secretário geral das Nações Unidas, se posicionava de forma contrária as possíveis eleições feitas ás pressas no Iraque. Para Ali al-Sistani[230], Annan estava cedendo às pressões feitas pelo governo dos Estados Unidos, mas que ainda assim aceitaria a decisão da delegação da ONU, que estava sendo enviada ao Iraque para um análise política da situação do país, averiguando, consequentemente, qual seria a melhor possibilidade para o caso iraquiano.

Segundo a revista *Mother Jones*[231]*,* eleições às pressas favoreceriam os xiitas, que é o maior grupo étnico do Iraque e, consequentemente, prejudicaria outros grupos étnicos, como os curdos e os sunitas. Se o governo de Coalização realmente transferisse a soberania por meio de eleições que favoreceriam os xiitas, o tecido social iraquiano se esgarçaria ainda mais, pois os curdos e os sunitas se sentiriam alienados em relação ao processo eleitoral. Aliás, é importante relembrar, que desde a queda de Saddam Hussein em março de 2003, os curdos, que nunca tiveram uma boa relação com o então

ditador e o acusavam de realizar um massacre na região curda iraquiana no final dos anos 80, já lutavam para que a mesma região se tornasse autônoma em relação ao Iraque.

Ou seja, concomitante a todos os problemas econômicos, sociais e políticos que o governo dos Estados Unidos estava enfrentando no Iraque, somado a inflamação do tecido social iraquiano, como as revoltas, as marchas, os atentados e entre outras condutas de protestos, com uma possível eleição que não favorecessem os curdos, que era a menor etnia do país, o governo estadunidense ainda teria que resolver um problema de desmembramento do território iraquiano. Jonathan Steele do *The Guardian* escreveu que

> Agora está tudo em ruínas. O aiatolá Al-Sistani se recusa a abandonar sua oposição e as pessoas estavam nas ruas de Basra na semana passada para apoiar sua linha. Os protestos podem se espalhar para outras cidades xiitas. As últimas alegações de tortura de detidos pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha só irão inflamar paixões. Pior de tudo para Washington, Al-Sistani deixou claro que nenhum governo que seja nomeado de forma não democrática terá o direito de pedir a permanência das tropas americanas. Washington está tentando argumentar que, se houver eleições diretas, a transferência do poder terá de ser adiada. Al-Sistani rejeita isso. Seus partidários dizem que as listas de cartões de racionamento de petróleo por comida, que cobriam toda a população iraquiana, podem ser facilmente usadas no lugar dos cartões eleitorais que, segundo Washington, levariam pelo menos um ano para serem preparados. Ao contrário do Afeganistão, com suas aldeias remotas e meses de neve que tornam as assembleias de voto difíceis de instalar e organizar, a geografia do Iraque não é obstáculo para eleições rápidas.
>
> STEELE, Jonathan apud MOTHER JONES. Friends In need. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/friends-need. Acesso em fevereiro de 2022.

A possibilidade do pleito reverberou ainda mais as paixões e esperanças políticas do povo, que já não se lembrava mais como era de fato a experiência democrática das eleições, depois de viveram mais de 30 anos de ditadura. Entretanto, na contramão das vontades populares estavam os

anseios do governo de Coalização e do próprio governo dos Estados Unidos, que tentavam minar de todas as formas possíveis as eleições diretas. A desculpa de impossibilidade de imprimir cédulas de votação era absurda e ofensiva para a população, comparado que os cartões de racionamento foram impressos e distribuídos em menos de um ano. De forma geral, já é perceptível que apesar do governo dos Estados Unidos terem começado o ano levando a sério a questão da transição governamental e "soberana", a abertura democrática do país, não era e nunca havia sido uma opção para eles. O capital usado para "caçar" Armas de Destruição em Massa no Iraque, desde de março de 2003, era mais do que o suficiente para promover eleições diretas e segura no país.

Entretanto, o governo dos Estados Unidos argumentava que a abertura democrática do Iraque (que se o leitor ainda se lembra, fora um dos pontos defendidos pela administração Bush para legitimar a guerra: levar democracia ao Iraque) não era possível, porque simplesmente o país não estava preparado para a democracia. De qualquer forma, o cenário político do Iraque era o pior possível no início de janeiro de 2004: uma parte territorial do país ameaçava ruir, enquanto as pessoas que defendiam a mesma linha de pensamento de al-Sistani ameaçavam pegar em armas, caso fosse necessário, para defender os interesses reais da população iraquiana; e diante de todos estes problemas, o governo de Coalização de Paul Bremer, assim como o governo dos Estados Unidos, perdiam ainda mais a sua legitimidade e seu poder no território iraquiano.

. . .

Enquanto isso, as outras notícias que chegavam do Iraque, também eram desesperadoras. No dia 25 de janeiro de 2004, oito soldados estadunidenses foram assassinados pela insurgência iraquiana, enquanto diversos outros ficaram feridos. Em menos de 72 horas, dois helicópteros do exército dos Estados Unidos foram derrubados no rio Tigres, com soldados americanos a bordo de cada um deles. A carnificina tomava conta das ruas de

Bagdá, no denominado Triângulo Sunita: vários iraquianos foram mortos, enquanto outros ficaram feridos, quando um ônibus de faxineiras que trabalhavam em uma base estadunidense, fora atacado por homens armados; quatro faxineiras foram mortas no local. Para Tom Engelhardt, da *Mother Jones*[232], este era um aviso cruel aos iraquianos que de alguma forma estavam associados à Ocupação, mesmo aqueles que diante do alto índice de desemprego, necessitavam profundamente destes trabalhos para sobreviver.

Apesar do governo dos Estados Unidos não liberar os números e as estatísticas de fato da Guerra do Iraque, a imprensa especulava, com base nas informações passadas por seus correspondentes no mesmo país, de que nos últimos meses, pelo menos 600 policiais iraquianos que trabalhavam para a Coalização, haviam sido assassinados pela insurgência armada.

> Em certo sentido, à medida que a situação no Iraque se torna mais sombria e perigosa, também se torna mais clara. No Norte, os partidos curdos estão exigindo uma autonomia que beira a independência (o que pode, por sua vez, fazer com que os países vizinhos intervenham), bem como o controle sobre a região petrolífera de Kirkuk, algo que outros iraquianos provavelmente não cederão voluntariamente. No centro do país, o Iraque sunita e a capital, onde a ocupação é cada vez mais severamente aplicada, uma insurgência de baixo nível agora se enfurece. No Sul, de maioria xiita, um aiatolá conservador com apoio poderoso insiste em uma eleição democrática que certamente entregará o país nas mãos de um governo xiita possivelmente fraco. E, no entanto, nada é tão simples assim. O Iraque realmente não se divide nitidamente em áreas curdas, sunitas e xiitas (até mesmo esquecendo outras minorias); e muitos em todas as regiões do país claramente preferem se considerar primeiramente como iraquianos. Ainda assim, pode-se ver aqui os ingredientes de uma situação verdadeiramente explosiva.
>
> ENGELHARDT, Tom. Fly me to... **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/fly-me/. Acesso em janeiro de 2022.

Até o *The New York Times*, conhecido pelo seu apoio direto à Guerra do Iraque e por suas opiniões conservadoras em relação a conduta problemática dos Estados Unidos na conflito, publicou um artigo no final de

janeiro de 2004, escrito pela jornalista Elisabeth Bumiller, que apontava que de fato o governo estadunidense estava enfrentando e enfrentaria problemas latentes com a transição governamental iraquiana. Segundo Bumiller[233], era visível que o maior medo da Casa Branca no Iraque, não eram os atentados "terroristas", nas palavras da jornalista, mas a possibilidade do Iraque implodir antes mesmo das eleições presidenciais dos Estados Unidos, comprometendo com todo o que fora defendido pelos dirigentes políticos estadunidense no último ano.

Ehsan Ahrari do *Asian Times*[234]*,* escreveu que

> Quem é o homem mais poderoso do Iraque hoje? Nem Paul Bremer, o vice-rei dos Estados Unidos no Iraque, nem mesmo o Tenente General Ricardo Sanchez, comandante das Forças da Coalizão. É aquele clérigo xiita, quieto e que raramente é visto em público e que não concede nenhuma entrevista, o Grande Aiatolá Ali al-Husseini al-Sistani. Ele se comunica com seus seguidores por meio de editais escritos (fatwas), e todos, incluindo o presidente dos Estados Unidos, o leem...
>
> AHRARI, Ehsan apud ENGELHARDT, Tom. Fly me to... **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/fly-me/. Acesso em janeiro de 2022.

Hojatul Islam Ali Abdulhakim Alsafi, o segundo clérigo mais antigo do Iraque, escreveu uma carta[235] para o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush e o primeiro-ministro inglês, Tony Blair, em tom ameaçador, dizendo que a recusa das potências ocupantes do Iraque em aceitar a abertura democrática do país, impedindo que os iraquianos escolhessem suas próprias instituições, arrastaria o Iraque para uma batalha que, sem sombra de dúvidas, Bush e Blair perderiam. Em síntese, Ali Abdulhakim Alsafi estava dizendo de forma direta e explícita o que Ali al-Sistani já estava dizendo há muito tempo.

Anthony Shadid, do *The Washington Post,* escreveu que

> A profundidade das objeções sugeria um abismo cada vez maior entre os compromissos que as autoridades americanas estão dispostas a considerar e as demandas de um homem

> que talvez seja a mais poderosa figura do Iraque… O confronto entre o governo Bush e Sistani, que não aparece em público há quase um ano, criou uma ironia duradoura para a ocupação dos EUA, com o clero conservador emergindo como o eleitorado mais expressivo pressionando por eleições democráticas. O apelo de Sistani ressoou entre os xiitas reprimidos, cuja gratidão após a derrubada de Saddam Hussein pelos EUA em abril deu lugar a uma crescente frustração com o desemprego e a desconfiança dos planos dos EUA ... [porta-voz de Sistani] Musawi também alertou que o clero seria sensível à pressão dos EUA ou da Grã-Bretanha e sugeriu que Sistani manteria o direito de vetar qualquer alternativa proposta pela equipe [visitante da ONU].
>
> SHADIDI, Anthony apud ENGELHARDT, Tom. Fly me to... **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/fly-me/. Acesso em janeiro de 2022.

A transição governamental no Iraque, expôs uma infinidade de contradições políticas, que agravavam ainda mais o esgarçamento do tecido social iraquiano: a potência democrática com o discurso de guardiã do Estado democrático de direito, que havia prometido democracia, estava promovendo uma transição governamental sem abertura democrática, enquanto um clérigo xiita convocava multidões para irem ás ruas lutar pela democracia. Além do mais, o mesmo clérigo em determinados momentos dizia que aceitaria o que a equipe da ONU considerasse melhor para o Iraque, enquanto outrora dizia que não. Mais um clérigo xiita acabou entrando na discussão ameaçando pegar em armas para defender a promessa da democracia feita pelos Estados Unidos, que agora se recusava a cumprir em nome de uma “expertise” que ninguém sabia de fato quem era. Como não bastasse, uma parte do país (diga-se a parte com mais reservas petrolíferas) ameaçava não só os Estados Unidos, como o próprio povo iraquiano de fundamentar uma independência regional forçada da área curda.

Diante de tantos problemas, o governo dos Estados Unidos com a sua “expertise” de Potência Ocupante orientalista, previa resolver todas as questões de uma única vez, por meio do estabelecimento de uma *nomocracia*: ou seja, uma condição estatal, plausivelmente fruto da condição de exceção e uma espécie de “simulacro” da democracia, onde a esfera do executivo, diminuída, estaria subordinada à esfera do legislativo; e tudo isso feito por meio

de “nominações diretas”. Em outras palavras, seja qual fosse o líder que ascenderia à esfera do executivo iraquiano, ele não teria poder nenhum em relação a esfera do legislativo, que antes mesmo de ocupar o seu cargo já estaria pronta, pois o governo de Coalização já estudava a nova Constituição iraquiana, antes mesmo da transição. A ideia de se instaurar uma *nomocracia,* nasce junto com o sistema político de cáucus: ou seja, indicações de todas as formas possíveis e nunca a possibilidade direta de escolha. O cáucus é uma corrida em círculo, onde os “corredores” são nominados e sua vitória é garantida.

Naomi Klein, do *Toronto Globe and Star* escreveu que

> A soberania iraquiana será estabelecida por nomeações, nomeando nomeados para selecionar nomeados, para então selecionar nomeados. Acrescente a isso o fato de que Paul Bremer foi nomeado para seu cargo pelo presidente Bush e que Bush foi nomeado para o seu, [como dirigente da Guerra do Iraque] pela Suprema Corte dos Estados Unidos, e você tem a gloriosa nova tradição democrática da nomocracia: governar por nomeados de nomeados, que foram também nomeados e selecionados.
>
> KLEIN, Naomi. apud ENGELHARDT, Tom. Fly me to... **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/fly-me/. Acesso em janeiro de 2022.

. . .

No final de janeiro de 2004, uma insurgência baa’thista, ou seja, oriunda do mesmo partido político que Saddam Hussein fazia parte, tomou conta do Iraque. O motim baa’thista resultou, dentre várias ações violentas, em um carro bomba que matou 20 pessoas e feriu outras 60. Lembrando que estes atentados maciços sempre ocorriam nas regiões mais movimentadas do Iraque; e sempre estavam localizados entre a população iraquiana e o lugar onde as forças estadunidenses estavam estabelecidas. Outro elemento, é que depois de quase um ano de conflito, as forças de insurgência conseguiam aprimorar cada vez mais o raio de destruição dos seus explosivos. Isso porque no seu último discurso dos Estados da União, Bush afirmou que 45 dos 50

líderes mais importantes do Baath haviam sido ou assassinados pela Força de Coalização, ou estavam detidos. Entretanto, o presidente não disse quem eram os 50 líderes e nem onde aqueles que estavam detidos se encontravam.

Concomitante a revolta Baa'thista no Iraque, a CIA entregou um relatório[236] para Paul Bremer, que mostrava que uma convulsão social, como nunca vista antes, estava tomando conta do país e, que tudo caminhava para uma condição de guerra civil generalizada. Além do mais, o relatório afirmava que caso as eleições diretas fossem negadas, uma revolta xiita tomaria conta de todo o Estado em questão de pouco tempo. Os xiitas representavam cerca de 60% da população dos 25 milhões de iraquianos. E quanto mais a violência apertava, mais o governo dos Estados Unidos adiava a possível abertura democrática e as eleições diretas: no final de janeiro de 2004, o governo estadunidense, já dizia que apenas no final de 2005 as eleições poderiam ser feitas de forma direta.

O jornal *Baltimore Sun*, escreveu que

> Um mês após a captura de Saddam Hussein, uma teimosa insurgência continua contra as forças dos Estados Unidos, alimentada por combatentes estrangeiros e iraquianos irritados com as dificuldades econômicas e amargurados com a ocupação liderada pelos americanos, de acordo com oficiais militares, analistas regionais e exilados iraquianos. As contínuas más condições econômicas do país e as táticas pesadas dos militares dos Estados Unidos na caça aos insurgentes - de derrubar portas e inspecionar quartos de mulheres a arrastar suspeitos com sacolas na cabeça - estão ampliando o desprezo pela ocupação liderada pelos Estados Unidos entre Iraquianos. Tais sentimentos podem prolongar ou expandir a atividade antiamericana.
>
> BALTIMORE SUN apud MOTHER JONES. All Victories. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/small-victories/. Acesso em janeiro de 2022.

. . .

Diante de um mês com diversos problemas estruturais no governo de Coalização do Iraque e no próprio tecido social e político iraquiano, o presídio

de Abu Ghraib lavrou apenas duas autópsias. A primeira, datada de 08 de janeiro de 2005, tem anexado também a certidão de óbito do detido, diz respeito a morte de Nasef Ibrahim[237], nascido no dia 01 de janeiro de 1941, 63 anos de idade, natural do Iraque.

No atestado de óbito de Ibrahim, a causa da morte consta como "natural". Em sua autópsia, o médico legista declara que o detido morreu infartado e que possuía uma doença cardiovascular. Entretanto, não é esclarecido pelo mesmo que tipo de doença era esta. Um fator que chama a atenção na documentação *post mortem* de Nasef Ibrahim, é que apesar da falta de detalhes, tudo indica que o mesmo também morreu durante o processo de triagem do presídio de Abu Ghraib. Nesta autópsia, em específico, consta que o detido vestia uma calça de pijamas e que tinha em seu braço uma pulseira com o nome da sua família. O médico legista informa na documentação, que não fora encontrado no corpo do sr. Ibrahim nenhum tipo de marca que comprovasse que o mesmo havia sofrido algum tipo de injúria física. A condição da roupa do detido, deixa evidente que Nasef Ibrahim fora tirado de dentro da sua casa, possivelmente enquanto dormia.

A segunda e última autópsia de janeiro de 2004, diz respeito a Baker Yassen Rashed Mahmed al-Hussen[238]. Assim como a autópsia anterior, o atestado de óbito está anexado junto a documentação. Al-Hussen nasceu no dia 15 de novembro de 1976, e na data do seu óbito tinha apenas 27 anos de idade. Um dado importante no exame legista de al-Hussen, é que apesar da data do óbito constar como 16 de janeiro de 2004, o corpo só foi autopsiado quase um mês depois, no dia 02 de fevereiro de 2004. De todas as autópsias trabalhadas nesta pesquisa, esta foi a primeira a apresentar um hiato temporal tão grande entre a data da morte e o exame legista. O que me leva a supor que, por conta da extenuação da guerra e com um contingente militar cada vez mais defasado, atividades como autópsias estavam sendo deixadas de lado para outras atividades de cunho mais emergente fossem realizadas.

O que eu quero que meu leitor entenda, é que em casos como este, além de demorar quase um mês para o corpo ser autopsiado; a família do detido nem tem a opção de optar pelo não congelamento do corpo, por exemplo; já eu nem imaginavam que o detido havia morrido. A família só era avisada da morte, quando simultaneamente era convocada para retirar o corpo.

A autópsia em questão fora realizada no Morturay Facility, uma divisão legista que ficava no Aeroporto Internacional de Bagdá. Na certidão de óbito e na autópsia de al-Hussen, consta que a causa da morte é natural e, que fora ocasionada por um infarto. Apesar da “naturalidade” da morte de Baker Yassen Rashed Mahmed, o médico legista atesta que o cativo também possuía um edema pulmonar, que consiste no acúmulo de líquidos nos pulmões. Geralmente, problemas relacionados ao coração ocasionam este tipo de doença. Mas, isto não exclui a possibilidade de que o edema possa ter sido resultado por uma lesão traumática.

Fora realizado um exame toxicológico do corpo e pela primeira vez nas autópsias analisadas, fora feito um teste para a possibilidade do detido ter inserido cianeto. No exame legista, o médico escreve que não dava para averiguar muitas coisas, já que o corpo estava congelado e tinha perdido muito das suas características. E agora o dilema: o corpo de al-Hussen fora congelado porque o sistema legista estava sobrecarregado ou porque era necessário que perdesse características essenciais que pudessem atestar que a morte não fora natural? Estes são dilemas da exceção, que nunca resolvermos. Mas, com ajuda de outras fontes, é possível aproximar de uma possível resposta.

O corpo de Baker Yassen Rashed Mahmed al-Hussen fora congelado com suas roupas; ele vestia uma camiseta, um moletom cinza e por cima das roupas, ainda usava o uniforme do presídio, um macacão laranja. Nos seus pés, havia duas meias em cada e uma de cada cor: uma branca e outra preta. O motivo da sobreposição de roupas, é porque janeiro é um mês frio no Iraque, com uma temperatura que varia entre 5 °C a 20 °C. Al-Hussen usava barba e tinha em torno de 1,87 de altura. Nem na autópsia ou atestado de óbito, há qualquer tipo de esclarecimento do motivo de um rapaz de 27 anos enfartar. Não há informações de como o seu corpo fora encontrado ou por quem. E apesar do próprio médico esclarecer que por conta do congelamento do corpo, características importantes haviam se perdido, ele afirma que Baker al-Hussein não possuía nenhum tipo de trauma.

IV. A crise eleitoral no Iraque se arrasta: veredito da ONU *versus* as "necessidades" do estado de exceção e *Iraq Body Count.*

Fevereiro de 2004, marcou o fim do pacifismo internacional japonês: o país enviara mais de mil soldados para ajudar no esforço de Coalização no Iraque. Além de comprometer toda a balança do poder no Oriente Médio, a Guerra do Iraque estava reestruturando a política internacional. A revista *Mother Jones*[239] publicou um artigo dizendo que mais de 4 mil pessoas haviam se reunido na cidade de Tóquio protestando contra a decisão do governo japonês de integrar o esforço de guerra estadunidense. Para os ativistas, a decisão do Japão de enviar soldados à Guerra do Iraque, era inconstitucional. E a maior preocupação, fora a fala do então primeiro ministro japonês, Junichiro Koizumi, afirmando que mudanças constitucionais eram bem-vindas, pois proporcionariam maiores liberdades para o Japão no futuro[240].

A posição do primeiro ministro japonês, reflete a reverberação do estado de exceção. A crise instaurada nos Estados Unidos, pós-11 de setembro, que legitimou diversas condutas de exceção, estava naquele momento, com a posição do Estado japonês, se espreitando por toda a comunidade internacional. Para Koizumi, a decisão de enviar soldados para o front iraquiano não era inconstitucional, porque os militares não atuariam necessariamente em batalhas, mas sim no esforço de reconstrução do Iraque. Além do mais, o primeiro ministro japonês prometia um investimento de US $ 5 bilhões para o país em questão[241].

. . .

Enquanto isso no Iraque, os planos eleitorais de Washington, sustentados pelo governo de Coalização, se tornavam cada vez mais impopulares. Os Estados Unidos haviam, decididamente, apresentado à ONU um plano de eleições indiretas, por meio do método de cáucus. Do ponto de vista da soberania, o fato dos Estados Unidos, que era a Potência com status de Ocupante no Iraque, ter pedido a intervenção da ONU em um processo como o de transferência da soberania, era mais um sinônimo de fraqueza; já

que de certa forma, estava dividindo com a ONU o processo decisório do país que eles haviam decidido invadir.

A equipe de especialistas da ONU havia se reunido com autoridades estadunidenses e iraquianas, as mesmas que o governo dos Estados Unidos haviam nomeado para formar o Conselho de Governo Iraquiano, no sábado e no domingo, respectivamente, 07 e 08 de fevereiro, para discutir seus apontamentos acerca do processo de transição da soberania. A equipe apontou a necessidade de se realizar eleições diretas até o dia 30 de junho de 2004. Segundo a revista *Mother Jones*[242], o governo dos Estados Unidos não gostou dos apontamentos feitos pela ONU em relação as eleições diretas, apesar de terem solicitado a auditoria da mesma E o povo, quando tomou conhecimento da posição da ONU em relação as eleições, se viu satisfeito com a possibilidade de que o cáucus, que não gostavam e nem entendiam, não ser mais inserido no Iraque. Mas, ainda assim havia duas questões que que despertavam preocupação na população iraquiana: se de fato o governo Bush aceitaria a proposta da ONU e se conseguiria criar um sistema político que não fosse falho e nem um governo fantoche.

Ainda segundo a revista *Mother Jones*[243]*,* o governo Bush precisava se livrar logo do problema das eleições do Iraque para colocar todos os esforços possíveis na eleição presidencial estadunidense que ocorreria em novembro de 2004:

> O governo Bush quer poder alegar que “a ocupação acabou” e que “as tropas estão sendo retiradas” à medida que esquenta a campanha de verão para as eleições presidenciais de novembro nos Estados Unidos. De acordo com o plano atual, a realidade será a continuação da ocupação militar, com um governo “soberano” apoiado pelos Estados Unidos e que vai acabar “solicitando” que as tropas estadunidenses permaneçam. Os Estados Unidos retirarão de 20.000 a 25.000 soldados com grande fanfarra, esperando que os eleitores se esqueçam dos cerca de 100.000 soldados americanos que permanecerão e, da provável continuação de baixas significativas entre as tropas americanas.
>
> MOTHER JONES. Election Daze. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 10 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/election-daze/. Acesso em fevereiro de 2022.

Diante da insistente da crise eleitoral, a Guerra do Iraque custava cada vez mais caro. Segundo Tom Engelhardt[244], o governo Bush já se preparava para pedir ao Congresso uma quantia de US $ 50 bilhões para continuar a guerra em 2005. Além do mais, com o passar do tempo as Forças de Coalização passaram a enfrentar insurgentes cada vez mais preparados em suas técnicas de combate, principalmente em relação a armamento: já no início de 2004, a resistência armada iraquiana contava com uma grande variedade de explosivos e de RPGs (que são granadas propelidas por foguete) com um grande poder destrutivo, desde destruir veículos militares blindados até derrubar helicópteros instrumentalizados no conflito.

Além do mais, como possível forma de resistência ao encarceramento em massa que estava ocorrendo no Iraque, as delegacias de polícia se tornaram alvos dos insurgentes. E, em um destes ataques o General John Abizaid, que na época dos fatos era Comandante do Comando Central dos Estados Unidos – CENTCOM, acabou ferido[245].

Diante da violência exacerbada dos insurgentes iraquianos e a falta de transparência do governo dos Estados Unidos com os dados referentes à guerra, pela primeira vez, desde o início do conflito no Iraque, a revista *Mother Jones* começava a levantar suspeitas de qual seria o real custo das empreitadas bélicas do governo Bush. É importante que o leitor tenha em vista, que esta hipótese começa a ser levantada pela revista, concomitante a volta dos veteranos da Guerra do Afeganistão como da Guerra do Iraque, aos Estados Unidos. Tom Engelhardt, em um dos seus artigos para a revista *Mother Jones,* citou uma reportagem do canal estadunidense *Four News*, que entrevistou soldados gravemente feridos da Guerra do Iraque sendo remanejados para a casa. Para o jornalista, a condição física dos soldados em questão era um fator de extrema importância, pois pela primeira vez podia-se ver claramente que “aquele era o custo de se humilhar tiranos”[246].

. . .

Pela primeira vez em fevereiro de 2004, a fonte jornalística[247] que instrumentalizo nesta pesquisa citou, em um artigo, o emprego de uma técnica essencialmente discursiva e autorizada tanto pelo governo dos Estados

Unidos, como pelas Forças de Coalização, de simplesmente não contar os corpos dos civis iraquianos mortos durante a Guerra do Iraque, seja por confronto direto ou indireto. Este fator é mais um respaldo de extrema importância para sustentar o meu argumento de que as autópsias, as certidões de óbito e até mesmo os prontuários médicos de Abu Ghraib eram “reescritos”, tento a realidade dos fatos completamente cercada pela ordem do discurso da exceção, que reestruturava toda a experiência da Guerra do Iraque do ponto de vista dos perdedores.

A decisão por não contar os corpos dos civis mortos durante o esforço de Coalização, não fora uma decisão tomada no Iraque: durante os primeiros meses da Guerra do Afeganistão, o General estadunidense, Tommy Franks, assumiu que o exército dos Estados Unidos não contava os corpos dos soldados inimigos. Desta forma, com as divergências e a não transparência de dados durante a Guerra do Iraque, surgiu na internet uma base de dados denominada de *Iraq Body Count*. O esforço da respectiva base correspondia em analisar documentos de hospitais e outras instituições iraquianas, que tinham contato direto com os feridos e, consequentemente, com os civis mortos durante a invasão estadunidense do país. Desta forma, o portal estimava que desde o início da invasão até fevereiro de 2004, mais de 10 mil civis iraquianos haviam perdidos suas vidas[248].

Um artigo jornalístico da *Revista Mother Jones*[249] também apontava que desde o início da coalização, o mês de janeiro de 2004 havia sido o mais violento para a Coalização estadunidense no Iraque, dado ao acirramento da resistência armada. O artigo também cita que apesar da política de detenção, a violência permanecia constante. Estimava-se que os ataques insurgentes contra a Coalização haviam aumentando cerca de 200%[250] no último mês. Outro fator que estava preocupando cada vez mais as Forças de Coalização, era que os colaboradores iraquianos haviam se tornando alvos dos insurgentes. Além do mais, a resistência armada havia avisado por toda a capital iraquiana para que a população não colaborasse com os exércitos dos Estados Unidos, pois caso o contrário todos eles seriam assassinados.

Pepe Escobar do *Asian Times* escreveu que,

> A al-Qaeda pode ter dado aos neoconservadores do governo Bush o motivo perfeito para bombardear o Afeganistão e depois invadir o Iraque. Mas mesmo com deficiências graves, a al-Qaeda se beneficia enormemente, embora não diretamente. O fato é que a máquina militar dos Estados Unidos agora governa mais de 50 milhões de muçulmanos no Afeganistão e no Iraque. Números incontáveis estão se voltando para uma miríade de grupos e subgrupos radicais islâmicos em todo o mundo muçulmano - que eles identificam como a única força, embora incoerente, capaz de pelo menos enfrentar e desmoralizar pouco a pouco o império americano.
>
> ESCOBAR, Pepe apud ENGELHARDT, Tom. Iraquenophobia. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/iraqnophobia/. Acesso em fevereiro de 2022.

. . .

Em fevereiro de 2004, apenas uma única autópsia de um detido de Abu Ghraib fora lavrada; e diz respeito a Saad Mohammed Abdullah[251], 54 anos de idade e nascido no 1° de janeiro de 1950. Junto a autópsia está anexada a certidão de óbito do detido, onde a causa da morte é apontada como natural, como consequência de uma peritonite bacteriana aguda; ou seja, um processo infecioso intra-abdominal, com uma perfuração no trato gastrointestinal. Consta na autópsia que no dia da sua morte, Abdullah havia reclamado para os médicos do presídio que estava com grandes dificuldades para conseguir urinar.

Ainda um pouco antes de perder a consciência, Abdullah reclamou para os seus colegas de cela que estava se sentindo enjoado e com vertigem. Quando perdeu a consciência foi socorrido pelos próprios cativos e levado, já sem consciência, até os guardas do presídio. Assim como o último detido a morrer em Abu Ghraib, em janeiro de 2004, a autópsia de Saad Abdullah fora realizada 9 dias depois do óbito, em 28 de fevereiro de 2004; e também fora realizada pelo Mortuary Facility.

Pelo o que é possível entender, o corpo fora descongelado antes de ser autopsiado. Consta na documentação que o corpo estava em temperatura ambiente e que a rigidez do mesmo estava “fácil de ser quebrada”. O médico legista atesta que a pele dos braços de Saad Abdullah estava marmorizada,

enquanto no abdômen e nas pernas já era possível ver sinais de decomposição. Por fim, o médico legista afirma que não havia nenhuma injuria no corpo do detido; e que a peritonite bacteriana foi causada por uma úlcera do tipo perfurante que acabou furando a parede do estômago de respectivo cativo. Não é dado nenhum tipo de informação sobre as roupas do detido. Entretanto, algumas características físicas aparecem no documento, como por exemplo, as caraterísticas físicas do detido: Abdullah tinha olhos pretos e cabelo grisalho, pesava em torno de 86 kg e tinha 1,90 de altura.

V. O estado de exceção permanece planejando as "eleições": entre minas terrestres "inteligentes", celulares grampeados e veteranos amputados.

Os dirigentes do governo de Coalização no Iraque, assim como do governo dos Estados Unidos, apesar de discordarem maciçamente da decisão da ONU continuavam afirmando que a soberania do Iraque seria transferida para o próprio povo iraquiano, mas não diziam abertamente se aceitariam ou não a proposta dos especialistas para as eleições diretas. Acordavam entre si que o limite máximo para a transferência seria 30 de junho de 2004, e falavam, abertamente, que havia chegado o momento de deixar o Iraque com uma "cara" mais iraquiana. Entretanto, este tipo de afirmação insistente dava a entender para o povo, que se dependesse do governo dos Estados Unidos, jamais um político iraquiano legítimo ocuparia o cargo do executivo no país, mas sim uma figura completamente manipulável e enfraquecida propositalmente pela própria autoridade de transição soberana[252].

Outro assunto que estava em voga neste período da Guerra do Iraque, era a questão dos resíduos bélicos de armas perigosas, como por exemplo, minas terrestres plantadas que não explodiam. Já na época do conflito do Iraque, havia um acordo internacional entre 150 países que vetava a produção, o armazenamento e o uso de minas terrestres; entretanto, os Estados Unidos não eram signatários do acordo. No começo de fevereiro de 2004, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, havia tomado a decisão devastadora de

continuar usando minas terrestres em suas guerras e, inacreditavelmente, havia feito uma proposta que até 2010, o exército dos Estados Unidos passaria a usar minas ainda mais sofisticadas, que segundo o presidente, não apresentariam quaisquer riscos para os civis[253]. Como isso seria possível, uma mina terrestre que atingiria apenas o alvo, com total precisão, permanece sendo um mistério até hoje.

O que eu quero que meu leitor entenda, é que diante de um cenário internacional onde o uso de minas terrestres era tido como proibido, Bush continuo minando todo o Iraque, se considerando no direito de agir de tal forma, porque, segundo o mesmo, os Estados Unidos produziam minas inteligentes, ligadas a cronômetros que possibilitavam até mesmo uma espécie de "desarme" agendado, ou seja, era possível controlar a hora e o dia que a mina fosse explodida.

Não obstante, a polêmica das minas não fora a única que o governo dos Estados Unidos se viu envolvidos já no começo de março de 2003. Segundo Tom Engelhardt[254], da *Mother Jones*, o jornal australiano *Australia Broadcasting Service*, havia publicado uma notícia afirmando que o celular do ex-inspetor de armas de ONU, Hans Blix (considerado por muitos como o único homem que esteve no Iraque e conseguiu sair com sua honra intacta), havia sido grampeado pelo governo dos Estados Unidos e da Inglaterra. Segundo o jornalista, o grampeamento ocorreu enquanto Hans Blix trabalhava no Iraque. Um elemento que chama a atenção, é que não fora apenas o celular de Hans Blix o único grampeado; o artigo diz que os funcionários da ONU sabiam que seus celulares eram vistoriados pelo governo dos Estados Unidos; o que implicava em varreduras constantes em seus escritórios para encontrar mecanismos clandestinos de escuta.

Além do mais, enquanto a polêmica de Abu Ghraib e o Relatório Taguba ainda não haviam sido descobertos pela imprensa (apesar de já terem ocorrido); repentinamente, o governo dos Estados Unidos começou a sinalizar que os detidos de Guantánamo teriam acesso a um tribunal militar[255]. Entretanto, oficiais do Pentágono, haviam confirmado que mesmo que os detidos fossem considerados inocentes pela Corte Miliar, eles ainda poderiam permanecer presos, caso fossem considerados um risco à segurança. Agora, se fossem considerados culpados, poderiam ser detidos para além de qualquer

sentença estabelecida pelo tribunal. Em outras palavras, para os detidos do presídio de Guantánamo, o "porteiro" que estava diante da lei de exceção era, a princípio um juiz militar que julgaria supostos crimes cometidos por civis. E em um segundo plano, próximo "porteiro da lei" seria um funcionário do Pentágono que revisaria cada uma das sentenças, tendo o poder de decisão última independente de toda o processo jurídico realizado.

> O governo Bush cria tribunais militares empilhados para julgar esses prisioneiros e, então, se mesmo eles não puderem obter condenações, o Pentágono se reserva o direito de manter os detidos trancados à chave de qualquer maneira, porque seus funcionários sabem melhor do que os tribunais que eles estabeleceram, o quão culpados os prisioneiros realmente são. E caso um tribunal profira uma sentença que este governo considera muito curta – para uma "guerra" que se destina a durar para a eternidade – eles também se reservam o direito de re-sentenciá-los a qualquer pena de prisão que desejarem.
>
> ENGELHARDT, Tom. Imperial fundamentals. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/imperial-fundamentals/. Acesso em janeiro de 2022.

. . .

Para Nina Berman e Verlyn Kikenborg, jornalistas da *Mother Jones*[256], o governo dos Estados começaria a enfrentar um dos seus maiores problemas desde a Guerra do Afeganistão, dentro do seu próprio território com a volta dos veteranos: "é fácil enviar soldados para a guerra, o difícil é enfrenta-los"[257]. Os soldados estadunidenses que estavam retornando com sérios problemas psicológicos e físicos, como amputações duplas ou triplas, além de distúrbios mentais, estavam levando para casa um "pedaço" do tecido social esgarçado e convulsionante de cada país em que esteve em missão. Os corpos, severamente feridos destes militares, testemunhariam mais um lado da experiência histórica da Guerra do Iraque ou do Afeganistão, que estava sendo reescrita constantemente pela ordem do discurso.

Em seu artigo para a revista *Mother Jones,* as jornalistas Nina Berman e Verlyn Kikenborg, entrevistaram e fotografaram alguns soldados veteranos do Iraque, recém-chegados aos Estados Unidos:

> Os homens nessas fotos são soldados feridos no Iraque. Dois deles foram feridos em tiroteios. Um estava entregando gelo. Outro saiu para o deserto em uma pausa para ir ao banheiro e pisou em uma mina. Um foi ferido ao explodir um depósito de munições. Dois dos soldados que parecem os menos feridos estão cegos, muito mais machucados do que a câmera pode registrar. O que quer que eles possam sentir sobre sua condição agora, esses homens tendem a resumir nosso envolvimento no Iraque em frases simples e diretas. Assim, de um duplo amputado: “os motivos da guerra eram falsos, mas acertamos em entrar lá. Saddam era um cara mau”.
>
> BERMAN, Nina; KINKENBORG, Verlyn. Returning from Iraq; the damage done. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/returning-iraq-wounded-warrior-nina-berman/. Acesso em fevereiro de 2022.

O que mais chama a atenção nos casos dos veteranos entrevistados pelas jornalistas, cujo nenhum tinha mais que 27 anos, eles ainda não conseguiam considerar suas participações na guerra como algo problemático, como ficou claro na fala do soldado reproduzida anteriormente. Entretanto, um fator sobre estes militares recém-chegados dos campos de batalha, é que os mesmos estavam fazendo pela primeira vez suas primeiras sessões de fisioterapia. Com o fim da “inocência” destes soldados, e com veteranos em condições ainda piores que estas voltando cada vez mais rápido para casa, a autocrítica mudaria drasticamente o tom destes discursos.

VI. A Constituição Interina (ou provisória) Iraquiana, de 2 de março de 2004.

Com a crise de governança que se alastrava pelo Iraque, o governo de Coalização concomitante ao Conselho de Governo do Iraque se reuniam, no final de fevereiro, para discutir os preceitos da nova Constituição iraquiana, que já nasceria com a condição de ser provisória. Desta forma, a revista *Mother Jones* escreveu que

> As perspectivas do Iraque dependem da capacidade de seus diferentes - e em alguns casos nitidamente adversários - grupos étnicos de se acomodarem. Portanto, a notícia na segunda-feira de que o Conselho de Governo iraquiano, após semanas de negociações contenciosas, conseguiu redigir uma constituição temporária para o Iraque, foi saudada dentro e fora do Iraque com algo próximo do triunfo. (O triunfo durou pouco, é claro, porque na terça-feira uma bomba matou mais de 140 xiitas, no ataque mais devastador desde o início da guerra.) Os Estados Unidos aprovaram o projeto, e Colin Powell o chamou de "uma grande conquista". Mas todos concordam que o documento é imperfeito. Algumas questões polêmicas - o formato das eleições e a composição do governo interino, por exemplo - foram adiadas para mais tarde.
>
> MOTHER JONES. Rought Draft. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 03 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/rough-draft/. Acesso em fevereiro de 2022.

Pela posição que o governo de Coalização adotou no Iraque em relação ao novo texto constitucional, tudo indicava que a Constituição provisória permaneceria em voga pelo menos até o final de 2005. O texto constitucional trazia elementos democráticos em estilo ocidental, como por exemplo, o controle civil das Forças Armadas e um sistema de freios e contrapesos para que nenhum dos poderes se tornasse maior ou mais forte que o outro. O texto também previa a garantia de direitos semelhantes as liberdades civis garantidas nos Estados Unidos, como por exemplo, o direito de reunião entre pessoas e imprensa livre. Para Adnan Pachachi[258], um dos principais homens que integrara o Conselho de Governo Iraquiano, estas eram garantias sem precedentes no Iraque, "coisas que nunca foi ouvida nesta parte do mundo". O que talvez Adnan havia esquecido, era que países teocráticos como o Egito e com um histórico efetivo de descumprimento dos direitos humanos, assim como outros tratados internacionais, também tinham cartas constitucionais que "visavam" garantir os mesmos pontos que o governo fazia questão de não cumprir. O texto constitucional iraquiano também garantia um judiciário livre, e a garantia de direitos como saúde, educação e direito de greve. Entretanto, proibia o porte de armas.

Para Dexter Filkins do *The New York Times*[259], o texto constitucional provisório iraquiano redigido em apenas dois dias, conseguia passar grande

credibilidade já que dava um teto para que as eleições nacionais fossem realizadas. Divergindo do que fora escrito pela revista *Mother Jones,* o jornalista do *New York Times* escreveu que estava claro no texto constitucional qual seria o formato adotado pelo governo dos Estados Unidos para realizar as eleições: eleitores iraquianos escolheriam uma assembleia nacional de 275 membros, com uma cota que de 25% das vagas seriam destinadas às mulheres. E, por fim, estes membros escolheriam um presidente e dois vice-presidentes. Desta forma, o presidente escolhido e os dois vice-presidentes, escolheriam juntos um primeiro ministro, onde residiria a maior parte do poder executivo.

Em outras palavras, o Iraque teria um executivo dividido propositalmente para ser enfraquecido, ao passo que o apontamento da ONU para a realização de eleições diretas fora completamente ignorado e junto o sistema de cáucus, tão rejeitado pelo povo iraquiano, acabara sendo implementado de uma forma ou de outra. O fato de ter uma cota na assembleia nacional reservada para as mulheres, era realmente algo sem precedentes na política dos países do Oriente Médio.

Sobre o papel que o Islã desemprenharia na nova política iraquiana, principalmente na questão do legislativo, a revista *Mother Jones* escreveu que,

> No mês passado, Paul Bremer indicou que derrubaria qualquer tentativa de estabelecer uma república islâmica [no Iraque]. A Constituição provisória designa o Islã como religião oficial do Estado iraquiano, mas ao mesmo tempo garante o livre exercício da religião. Os líderes iraquianos inseriram uma linguagem que proibiria as leis que minam o Islã. O Islã é descrito como apenas “uma fonte” de legislação, entre outras, não “a fonte primária” da lei, como alguns líderes iraquianos queriam.
>
> MOTHER JONES. Rought Draft. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 03 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/rough-draft/. Acesso em fevereiro de 2022.

No art. 2, inciso A, a Constituição Interina do Iraque[260] previa que o processo transitório duraria de 30 de junho de 2004 a 31 de dezembro de 2005, não podendo ser posterior. Outro elemento, é que o artigo firmava que governo interino estabelecido a partir de 30 de junho seria totalmente soberano.

Entretanto, subordinava as ações do futuro governo primeiro as vontades do povo iraquiano que seria representado pelo Conselho de Governo e pela Autoridade Provisória de Coalização (ou seja, mesmo com o estabelecimento do governo interino, o governo de Coalização não seria dissolvido) e, por fim, também o subordinava suas ações a consultas frequentes das Nações Unidas. Em síntese, o governo Bush teria poderes em todas as esferas das quais o governo provisório era subordinado: havia sido com o aval do governo Bush que Conselho de Governo do Iraque fora criado; com a não dissolução do governo Coalização, os Estados Unidos ainda permaneceriam com seu status de Potência Ocupante, mas agora de uma forma completamente dissimulada. E por fim, os Estados Unidos com o seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, também estaria presente nestas supostas “consultas” feitas pelo respectivo órgão suprajurídico.

Com seus 62 artigos distribuídos em 20 páginas, a Constituição Interina do Iraque possui um valor histórico imenso quando discutimos as capacidades dos atores políticos na condição de exceção, de erguer ordenamentos jurídicos apesar da crise e recessão que o Estado atravessa; e ainda promulgarem a exceção sem “ferir” o Estado democrático de direito. O art. 2 da Constituição Interina do Iraque, é a receita de como é possível reescrever a própria história da exceção, dissimulando-a; fazendo parecer democracia, quando na verdade é uma forma de governo repleta de absolutismos violentos, dissimulados em “liberdade”.

A exceção, como o leitor já deve ter observado durante todo o texto, vem obliterada. No art. 3[261], §, o governo provisório a ser instaurado no Iraque é definido pela Constituição como: republicano, federativo, democrático e pluralista. O mesmo artigo também garantia a liberdade de expressão, assim como o fim das prisões compulsórias e da invasão de lares iraquianos por forças militares ou interrogadores, sem aval judiciário. Todas estas promessas, na realidade, escondiam em seu interim um governo fantoche, altamente vigiado pelas forças militares e políticas dos Estados Unidos; e totalmente dependente das mesmas forças políticas que o reconheciam como governo soberano, ao passo que o enfraquecia.

VII. O imperador está nu.

Apesar de comunicar na imprensa internacional, como um triunfo, a elaboração da Constituição Interina do Iraque, o governo Bush continuava sofrendo represálias através de protestos que tomavam as ruas do mundo, no final de março de 2004, quando a Guerra do Iraque completava um ano de vigência. No sábado, 20 de março de 2004, as pessoas foram ás ruas de Nova York protestarem pelo fim da Guerra do Iraque. Carrinhos de bebês (com bebês dentro) carregaram os dizeres: “bebês pela paz”. Fazendeiros e mães, também carregavam cartazes com os mesmos dizeres: “fazendeiros pela paz”, “mães pela paz”[262].

Uma mulher, cujo o pai era militar e estava em missão no Iraque, carregava um cartaz nas costas com os dizeres: “papai, volte para casa”. E até um cachorro vestia um suéter escrito: “alguém pare o Bush”. Haviam cartazes com os dizeres: “nossos meninos morreram pela Halliburton”; “impeachment para Bush”; “isto não é dano colateral” e “*o imperador está nu”*[263].

Entre os protestantes, havia um grupo de mães mascaradas que desfilavam pelas ruas segurando pequenos “corpos” cinzentos e carbonizados (bonecos feitos de pano), enquanto eram amparadas por homens de terno escuro usando luvas brancas, manchadas de “sangue”[264]. Estes protestos de carga semióticas tão intensa, mostravam que apesar dos esforços linguísticos do governo Bush de fazer a Guerra do Iraque parecer um ato “democrático”, o povo já não se enganava mais por este tipo de visão. Em síntese, estas manifestações públicas contrárias a Guerra do Iraque, mostravam um sintoma de fraqueza na ordem do discurso da exceção e em sua função de controle da experiência histórica.

Segundo a revista *Mother Jones*[265], aproximadamente 250 protestos anti-guerra foram registrados em todo os Estados Unidos. Em outras partes do mundo, como Roma, Londres, Barcelona e Japão, uma grande quantidade de pessoas se reuniram para pedir o fim da invasão do Iraque. Os protestantes também pediam que a ONU executasse com mais seriedade seu papel no Iraque devastado pela guerra e pela violência sectária.

. . .

Na quarta-feira, 24 de março de 2004, Paul Bremer, chefe da Autoridade Provisória de Coalização do Iraque, ou governo de coalização, comentou que com a retirada definitiva de Saddam Hussein da cena política iraquiana, finalmente o país teria uma Constituição genuína, policiamento de qualidade, eletricidade e uma extração de petróleo produtiva[266].

Entretanto, apesar de todo o positivismo de Bremer, ainda existiam pontos cruciais no Iraque que não haviam sido resolvidos e que estavam longe de serem solucionados. Um destes problemas era a violência sectária que inflamava ainda mais os insurgentes armados. Não apenas Paul Bremer, como todo a administração Bush, acreditava que o ordenamento jurídico do Iraque poderia ser implantado facilmente, se o mesmo fosse "universalista" de forma suficiente. Para Paul Bremer, o povo iraquiano precisava entender que aquele momento, que era coroado com a Constituição interina, precisava ser celebrado de forma unida por todas as etnias do Iraque; da mesma forma, que dizia que era extremamente necessário que a população entendesse que com uma país tão amplo como o Iraque, as pessoas jamais conseguiriam ter tudo o que quisessem[267]. Entretanto, em sociedades onde há grupos étnicos que divergem de forma tão intensa, o universalismo é a receita do fracasso por propor equidade dentro de um âmbito onde as divergências são celebradas por seus membros.

Ainda segundo Paul Bremer, o ímpeto do governo de coalização, concomitante ao futuro governo interino, era construir ainda mais prisões por todo o Iraque. Outro fator, que chama a atenção na conferência cedida por Bremer, são os dados estatísticos usados pelo mesmo. Segundo o então chefe do governo de coalização, a economia do Iraque havia mudado drasticamente, fazendo com a taxa de desemprego nacional caísse de 60% para 30%; Paul Bremer não explica quais foram as políticas adotadas para que a taxa decrescesse tanto desta forma[268]. É claro que Paul Bremer estava mentindo. Há menos de seis meses, os jornais (como mostrei ao leitor no capítulo anterior) contavam outra história. Da mesma que os protestos em frente a Autoridade Provisória de Coalização, também apontavam que não houve uma queda tão drástica, como divulgada pelo então diplomata, em relação a crise do desemprego no Iraque.

Com as reações e as consequências da Guerra do Iraque se tornando cada vez mais visíveis e plausíveis, e ainda faltando praticamente três meses para a transição da soberania, a imprensa começava a visualizar que o clérigo xiita Ali al-Sistani não era apenas um problema do governo Bush, ou do futuro governo interino: ele já se apresentava como um problema para o governo de Coalização de Paul Bremer: Al-Sistani, junto com seus seguidores, começaram a minar a nova Constituição interina. Ali al-Sistani enviou uma carta para Lakhdar Labrahimi, enviado especial da ONU no Iraque, dizendo que

> Esta constituição que dá a presidência no Iraque a um conselho de três membros, um curdo, um árabe sunita e um árabe xiita, consagra o sectarismo e a etnicidade no futuro sistema político do país. O consenso não seria alcançado a menos que houvesse pressão de uma potência estrangeira, ou um impasse seria alcançado que desestabilize o país e poderia levar ao desmembramento.
>
> LABRAHIM, Lakdar apud ZIFF, Debora. Bremer's year. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/bremers-year/. Acesso em janeiro de 2022.

Não era apenas o *imperador* que estava nu: o *vice-rei* de Bagdá, também. Com os descontentamentos de Ali al-Sistani se tornando cada vez mais pungentes, Paul Bremer começou a se sentir cada vez mais encurralado pelo poder do clérigo xiita e da sua massa de fiéis. O clamor popular de al-Sistani e sua revolta ao tomar conhecimento que as eleições no Iraque iriam acontecer apenas em 2005, fez com que o líder xiita visse seus planos de finalmente ver a etnia que defendia ocupando a esfera do poder executivo mais uma vez, depois de mais de 30 anos de ditadura sustentada por dirigentes sunitas, completamente fracassados. Com a transição soberana do país cada vez mais próxima, o Iraque se tornou um terreno de competição política entre as próprias etnias do país, que acabam disputando com o governo dos Estados Unidos e com a iniciativa privada.

Para a *Al-Jazeera*[269], al-Sistani já havia mais do que assumido que estava pronto para minar a legitimidade de qualquer governo iraquiano que assumisse o poder fora daquilo que o clérigo xiita acreditasse como ideal. Ou seja, para além da importância resistência política que a figura de Ali al-Sistani

passou a representar; ainda assim a sua militância políticaa, em prol de um Estado genuinamente iraquiano, não estava isenta de vícios de poder. Somado a todos estes fatos, a BBC[270] foi até o Iraque para realizar uma pesquisa claramente tendenciosa: segundo os dados da emissora, 57% dos iraquianos estavam mais felizes com a invasão dos Estados Unidos em março de 2004, do que em março de 2003. Entretanto, Brian O'Neill do *The Washington Post* escreveu que

> Ainda é questionável se você pode realizar uma pesquisa representativa em um país que não possui dados demográficos e onde a instabilidade é predominante. [A pesquisa] não cobre todos os aspectos do Iraque pós-guerra. Ela pergunta se os iraquianos tiveram um encontro com as forças da coalizão e quando eles acham que devem partir, mas não pergunta sobre sua experiência cotidiana ou visão política da ocupação. Sahm diz que "não havia espaço para isso", e alguns grupos de mídia que encomendaram a pesquisa "não queriam uma pergunta sobre a ocupação".
>
> O'NEILL, Brian apud Debora. Bremer's year. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/bremers-year/. Acesso em janeiro de 2022.

Concomitante a pressão política feita pelo clérigo xiita no Iraque, o governo de Coalização começou a sofrer ainda mais pressões da mídia sobre ainda sobre a questão não resolvida a respeito da não contagem dos corpos pelo governo dos Estados Unidos, na Guerra do Iraque. Nonna Gorilovskaya[271], da *Mother Jones*, escreveu um artigo jornalístico no final do mês de março de 2004 acusando que o governo dos Estados Unidos, concomitante a Autoridade Provisória de Coalização, haviam definitivamente parado de contar os corpos de vítimas iraquianas no conflito.

> Mais de um ano após o início da Guerra do Iraque, os Estados Unidos não têm resposta para uma pergunta bastante direta: quantos iraquianos foram mortos na invasão e ocupação de seu país? Os Estados Unidos não podem dizer quantos iraquianos foram mortos por um motivo muito simples: eles não estão contando.
>
> GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível

> em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

Ainda, como apontara o artigo de Nonna Gorilovskaya (2004), a Autoridade Provisória de Coalização de Paul Bremer, no Iraque, começou a sofrer pressões do influente *Project on Defense Alternatives* – PDA, que apontou no final do mês de março de 2004 que durante a Guerra do Iraque, entre 7.800 a 10.700 combatentes iraquianos haviam sido mortos pelas Forças de Coalização. O PDA também estimava que cerca de 3.200 a 4.300 civis iraquianos haviam perdido suas vidas em um ano de conflito armado. Estes números levantados pela instituição, foram resultados de pesquisas jornalísticas, pesquisas em hospitais, pesquisas em atestados de óbitos, entrevistas com comandantes militares iraquianos, assim como registros estadunidenses das batalhas[272]. Lembrando que para os militares estadunidenses, a contagem dos corpos era tida como "insignificante" porque a e mesma não era um marcador de precisão para julgar o sucesso ou o fracasso do conflito:

> O PDA acusa o Departamento de Defesa de enganar o público sobre o número de vítimas humanas nas guerras do Afeganistão e do Iraque. De acordo com o PDA, os militares exageraram na medida em que sua "guerra de precisão" minimizou as baixas civis, mesmo alegando que era impossível obter uma estimativa precisa dos mortos. Os militares combinaram esse "agnosticismo de baixas" durante a mais divulgada das guerras com "irrelevância de baixas" - argumentando que o relato do corpo não era um marcador apropriado para julgar o sucesso ou o fracasso da guerra".
>
> GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

Lembrando que ainda em junho de 2003, o Comandante das Forças de Coalização Terrestre, Ricardo Sanchez, deu uma entrevista à BBC a respeito do número de vítimas da Guerra do Iraque dizendo que,

> Não, não sabemos quais eram os números exatos. Mesmo agora, quando fazemos mais engajamentos; normalmente o que acontece, de acordo com as crenças culturais, os mortos

> são retirados muito rapidamente [do lugar da morte], então não podemos estabelecer esses números. Neste ponto, não estamos tentando estabelecer o número de iraquianos que foram mortos durante o conflito. Em termos de compensação, e de pagamentos, estes números não são padronizados durante a guerra. Isso é algo que teria de ser abordado mais tarde, especialmente em coordenação com um governo iraquiano, uma vez que seja estabelecido.
>
> SANCHEZ, Ricardo apud GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

A *Human Rights Watch,* uma instituição que preza pela defesa dos direitos e da dignidade humana, também começara a pressionar o governo dos Estados sobre a contagem dos corpos. Segundo a respectiva instituição, as autoridades estadunidenses, sendo estas o governo dos Estados Unidos ou o Governo de Coalização, estavam menosprezarem de forma deliberada e irresponsável o impacto dos mortos e mutilados durante a Guerra do Iraque, classificando-os apenas como “danos colaterais”[273].Grupos de defesa dos direitos humanos e, novamente, a *Human Rights Watch*, criticavam publicamente o uso de bombas coletivas pelos militares das Forças de Coalização. Este tipo de explosivo é denominado como tal, porque acoplado a bomba de maior carga estão outras pequenas bombas, que na maioria dos casos não explodiam na primeira detonação; e, desta forma, continuavam explodindo sucessivamente matando e mutilando civis. Além do mais,

> As pequenas bombas parecem divertidas para as crianças. Pedaços de metal brilhantes e atiráveis, eles se parecem com uma grande bateria D ou uma pequena granada de mão. Presas na parte inferior estão fitas longas e brancas, parecidas com fitas que uma criança pode prender no guidão de uma bicicleta. A Human Rights Watch (HRW) estima que as forças da coalizão deixaram 2 milhões dessas pequenas bombas em todo o Iraque, matando ou ferindo talvez milhares de civis. As munições cluster, relata o grupo, causaram mais danos aos não-combatentes do que qualquer outra arma durante a guerra.
>
> GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível

em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

Outra desculpa comum usada pelas Forças de Coalização, era que a contagem dos corpos era impossível, pois não dava para identificar quais eram os danos causados pelas tropas de Coalização, daquele causado pelos combatentes inimigos. É claro que a política de não contagem dos corpos, é mais um desmembramento do tratamento jurídico da exceção que aqueles que possuíam a vida tida como indigna, recebiam. É mais uma face das autópsias e dos laudos médicos dos detidos de Abu Ghraib visivelmente cercados pela ordem do discurso. No abismo político-jurídico do estado de exceção, a decisão por não contar as vítimas da guerra, recaí, novamente, no cercamento da realidade e na reescrita da experiência histórica. A contagem correta dos corpos, abalaria ainda mais o frágil apoio doméstico que o governo dos Estados Unidos estava recebendo em relação à Guerra do Iraque. Da mesma forma que mostraria a discrepância das forças que integravam o conflito.

Ainda existia a questão, como deixa claro a fala de Ricardo Sanches para a BBC, que a partir do momento que a Autoridade de Coalização Provisória se estabeleceu no Iraque, com ela uma política da compensação monetária para as vítimas mortas ou feridas pela Coalização, também se instaurou junto. Com a contagem incorreta, consequentemente, as indenizações também não seriam pagas de forma certa. Além do mais, para os dirigentes do governo, assim como para os militares dos Estados Unidos, o processo de indenizar as vítimas da guerra, era um ato de caridade como deixa claro a fala do Capitão do exército dos Estados Unidos e, responsável, dentro do governo de coalização, de apurar e indenizar as vítimas: "não há nada por aí que nos obrigue legalmente a pagá-los. O ponto por trás desta política é construir relações amigáveis"[274].

Ainda segundo Nonna Gorilovskaya, da *Mother Jones,* estas indenizações “solidárias” do governo de Coalização, concomitante ao governo dos Estados Unidos, possuíam valores lastimáveis e obrigavam as vítimas a renunciar direitos em relação a possibilidade de tomar outras medidas legais para os casos.

> Até agora, os militares dos Estados Unidos pagaram US $ 2,2 milhões a civis iraquianos em resposta a uma enxurrada de reclamações de lesões causadas por negligencias, assim como mortes nas mãos das Forças Armadas dos Estados Unidos. No total, os militares receberam 15.000 reclamações; das quais apenas 5.600 foram aceitas. Ao distribuir esses pagamentos, os militares ainda diziam que não estavam aceitando as responsabilidades e, na verdade, nenhum soldado jamais enfrentou acusações por matar ilegalmente um civil iraquiano. Em alguns casos, as vítimas devem renunciar ao seu direito de tomar outras medidas legais para receber o dinheiro.
>
> GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

Além do mais, ainda havia o fator de que o governo dos Estados Unidos havia dificultado, propositalmente, o processo de inscrição no programa de indenização de vítimas da guerra, como por exemplo, as reclamações das pessoas ou das famílias prejudicadas pelo conflito eram realizadas de forma manual por um grupo pequeno de militares, fazendo com que as pessoas enfrentassem longas horas de fila, para só assim registrarem uma reclamação preliminar que poderia ou não ser encaminhada para uma análise mais aprofundada. Ainda segundo Gorilovskaya[275], da *Mother Jones*, se não fosse pela intervenção de instituições como a *Campaign for Innocent Victms in Conflit* – CIVIC*,* no processo de registrar a reclamação, prestando apoio de ir de porta em porta, verificando registros hospitalares e certidões de óbito, muitas famílias jamais teriam conseguido se quer apresentar seu caso.

. . .

Apesar das tentativas de vestir a vergonhosa nudez do estado de exceção, pregando, principalmente com a Constituição Interina do Iraque de março de 2004, uma soberania estatal, assim como uma liberdade de expressão não apenas prevista, mas garantida por lei, os esforços não foram muito duradores. No dia 28 de março de 2004, o chefe do governo de

coalização, Paul Bremer, fechou o jornal bagali e xiita Al-Hawza, recém fundado (o jornal surgiu em 2003, com a queda de Saddam Hussein e a ascensão da Autoridade Provisória de Coalização), por publicar artigos “falsos” a respeito das Forças de Coalização[276]. O jornal era semanal e publicado todas as quintas-feiras; quem cumpriu a ordem de fechamento foi 759° polícia do exército dos Estados Unidos.

A decisão de Paul Bremer foi comentada nos jornais de maior circulação do mundo. A *PBS News Hour*, escreveu que

> “Não queremos outro Saddam! ” Os manifestantes em grande parte xiitas gritaram, referindo-se ao administrador americano do país, Paul Bremer. As multidões gritavam: "Não, não, América!" E “Onde está a democracia agora? ” Enquanto outro grupo ateou fogo a uma bandeira dos Estados Unidos. O Al-Hawza, conhecido como jornal radical e antiamericano, é controlado pelo clérigo xiita Muqtada al-Sadr, um crítico ferrenho da ocupação liderada pelos Estados Unidos. Al-Sadr, um jovem clérigo influente entre os xiitas nos bairros mais pobres de Bagdá, pregou resistência à ocupação e ameaçou formar sua própria milícia. “Isso é o que acontece quando um jornalista iraquiano expressa sua opinião”, disse o xeque Abdel-Hadi Darraja, representante de al-Sadr, à Associated Press.
>
> PBS NEWS HOUR. Closure of Shiita newspaper in Baghdad sparks protests. **PBS News Hour**. Arlington, Estados Unidos. 29 de março de 2004. Disponível em: https://www.pbs.org/newshour/nation/media-jan-june04-al-hawza_03-29. Acesso em fevereiro de 2022.

A BBC News, comentou que

> O Sr. Sadr, um jovem clérigo estabelecido na cidade sagrada de Najaf, ganhou destaque rapidamente desde a invasão liderada pelos Estados Unidos em 2003. Enormes multidões se aglomeram para seus sermões inflamados pedindo o fim da ocupação americana do Iraque, enquanto seus apoiadores formaram uma milícia armada que afirma fornecer segurança e bem-estar social aos xiitas. Artigos recentes no Al-Hawza acusaram o principal administrador americano, Paul Bremer, de seguir os passos do ditador deposto, Saddam Hussein, ao perseguir os xiitas. A publicação também alegou que foguetes americanos - em vez de um carro-bomba, como foi amplamente divulgado - mataram 53 iraquianos na cidade de Iskandariyah recentemente.

> BBC NEWS. Iraq outcry as US bans newspaper. **BBC News**. Londres, Inglaterra. 29 de março de 2004. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3578183.stm. Acesso em fevereiro de 2022.

E o *Asian Times Online,* pontuou que

> Depois de muitas ameaças americanas de prender Muqtada no passado, as Forças de Ocupação americanas acusaram o al-Hawza de fomentar a violência contra eles e fecharam seus escritórios por 60 dias, trancando e acorrentando as portas, entregando ao editor uma carta assinada pelo administrador civil americano Paul Bremer, explicando que o jornal violou a proibição de fomentar a violência. A carta citava vários casos em que o jornal havia caluniado as Forças de Ocupação, como um artigo intitulado "Bremer segue os passos de Saddam" e um artigo acusando helicópteros americanos de disparar foguetes contra uma delegacia de polícia iraquiana. Os ônibus levaram os manifestantes ao círculo central de Bagdá al-Hurriya, onde agitaram bandeiras e gritaram "Não à América!" E "não queremos outro Saddam!" Embora os americanos possam estar tentando silenciar um crítico vocal e mordaz de seus esforços no Iraque, a medida joga diretamente [a situação] nas mãos de Muqtada. Hamid Bayati, porta-voz do Conselho Supremo da Revolução Islâmica no Iraque, confirmou que a medida iria apenas "provocar os apoiadores de Muqtada Sadr" e confirmar as suspeitas iraquianas de que os americanos são hipócritas e seletivos na aplicação da democracia. As forças de ocupação já puniram a al-Jazeera e a al-Arabiya, duas redes árabes de notícias por satélite.
>
> ROSEN, Nir. US newspaper bans plays into cleric's hands. **Asian Times Online**. Hong Kong, China. 31 de março de 2004. Disponível em: https://web.archive.org/web/20040405184622/http://atimes.com/atimes/Middle_East/FC31Ak01.html. Acesso em janeiro de 2022.

Para Benjamin Leslie, da *Mother Jones*[277], com a decisão de silenciar o jornal xiita, o "mundo" fora da Zona Verde de Bagdá, ruiu mais uma vez; E, novamente, a população iraquiana se viu diante de mais uma convulsão social. O fechamento do respectivo jornal, fora mais um momento de descontrole da ordem do discurso em sua tentativa de dissimular o estado de exceção. Com o fim do al-Hawza, fora possível visualizar que os limites do ordenamento jurídico da exceção, se confundem com os limites da esfera do executivo; e que o

Iraque, mesmo com a Constituição Interina, nunca foi um lugar de leis, mas sim de exceções que se justificam como leis; mas, em cada momento apresentam medidas e pesos diferentes para cada situação.

Para alguns especialistas[278], a medida de Paul Bremer foi uma tentativa desajeitada de censura, que colocava em dúvida, inclusive, o processo de transferência soberana do país que já estava marcado para exato três meses. O *The News York Times,* com seu posicionamento "inseguro" quanto à Guerra do Iraque, escreveu que "há momentos que a demanda da segurança e as demandas da democracia puxam em direções diferentes"[279] e está tudo bem.

. . .

Mesmo que o objetivo da presente pesquisa seja usar a fonte jornalística, majoritariamente, oriunda da revista *Mother Jones*, abro este pequeno espaço para discutir com o leitor o tipo de literatura jornalística produzida dentro do próprio Iraque pós-governo de Coalização. Com a queda de Saddam Hussein e a ascensão do governo Bush sobre o Iraque, diversos jornais foram fundados por todo o país pela primeira vez depois de mais de 30 anos de um governo ditatorial que controlada tudo, inclusive a narrativa jornalística. O povo estava tentando ter o mínimo de liberdade possível, nem que fosse para se posicionar contra a Autoridade de Coalização Provisória, de Paul Bremer.

Da queda de Bagdá em março de 2003 até março de 2004, estimava-se que mais de 250 jornais haviam sido fundados por todo o Iraque. Acontece, como observou a jornalista do *The Washington Post,* Hiwa Osman, que a experiência com a palavra e com a linguagem escrita do povo, estava completamente lesionada depois de tantos anos de repressão ferrenha; fazendo com o que os mesmos espalhassem notícias falsas, sem ter uma dimensão correta dos seus impactos, como por exemplo, nos jornais iraquianos de menor circulação, havia o boato de que os judeus estavam desistindo dos seus lares para se mudarem para Bagdá e instituírem uma disputa com a iniciativa privada para comprar tudo que havia no Iraque. Em síntese, o fato dos jornalistas desta era pós-invasão estadunidense não saberem com

precisão e responsabilidade exercerem o seu ofício, logo eles não divergiam muito dos jornalistas da época da Saddam Hussein:

> Os muitos novos jornais de partidos políticos ecoam o estilo baa'thista de jornalismo de "tapete vermelho", saudando de maneira formal as conquistas do partido e de seu líder, por menores que sejam. Na esteira dos devastadores bombardeios em Karbala e Bagdá, um dia após a assinatura da Constituição Provisória do Iraque, a matéria principal do jornal do Congresso Nacional Iraquiano (INC) era sobre o líder do INC, Ahmed Chalabi, recebendo um telefonema do presidente Bush agradecendo-o por seu papel central na aprovação da Constituição. A história dos atentados apareceu na metade inferior da página. Os jornais sensacionalistas são ainda piores. Eles se tornaram populares por causa de seu estilo fofoqueiro. Mas, como a fofoca falada, as histórias contadas nesses jornais costumam ser falsas, maliciosas ou até antissemitas. Seu apelo não se limita à classe trabalhadora. Até mesmo iraquianos instruídos leem e acreditam em histórias como aquela que dizia (absurdamente) que judeus de todo o mundo decidiram desistir de suas casas e negócios em Londres, Paris e Nova York para comprar todas as propriedades na adorável Bagdá.
>
> OSMAN, Hiwa apud LESLIE, Benjamin. Shut Down. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 31 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/shut-down/. Acesso em janeiro de 2022.

. . .

Nenhuma autópsia ou atestado de óbito de algum detido ou cativo transferido para o presídio de Abu Ghraib, fora lavrado no mês de março de 2004. Tudo era silêncio no espaço de exceção.

VIII. *O que é, o que é, que um detido tem direito?*

Na sexta-feira, dia 26 de março de 2004, o famoso jogo de palavras cruzadas do *The New York Times* foi publicado. Na vertical, coluna 17, a pista fora: "*direito do detido"*. A resposta era: "uma ligação". O jogo de palavras cruzadas fora publicado pelo jornal em questão, um dia depois do artigo do *The Los Angeles Times* publicar uma matéria sobre a transferência de um

Comandante de Guantánamo, para o Iraque. No final de março para o começo de abril de 2004, jornais ao redor do mundo começaram a publicar, pela primeira vez, artigos e matérias sobre os possíveis abusos contra os detidos que estariam ocorrendo dentro do presídio de Abu Ghraib no Iraque. Em relação ao artigo do *The Los Angeles Times* [280], intitulado de "Comandante de Guantánamo é transferido para o Iraque", o mesmo fora publicado no dia 25 de março de 2004. A ironia do jornal *The New York Times* em seu jogo de palavras-cruzadas, repousa no fato de que independente de transferências suspeitas de Comandantes de presídios ainda mais suspeitos, o direito dos detidos das guerras de Bush, permanecia sendo não ter direito nenhum.

O artigo tratava da transferência de Geoffrey Miller para o presídio de Abu Ghraib; entretanto, não cita o nome nem do suposto Comandante, assim como o nome do presídio do qual o mesmo fora transferido. O jornal chamara a atenção para o cargo que Miller exercia dentro do presídio de Guantánamo desde novembro de 2001, quando insurgentes capturados no Afeganistão, passaram a ser transferidos para Cuba, para só assim serem interrogados pelo governo dos Estados Unidos. Como eu já salientei na introdução desta pesquisa, ainda no começo dos anos 2000, havia uma espécie de hiato temporal entre o acontecimento de fato ocorrido nas guerras de Bush e o momento em que este passava a ser noticiado em grande escala nos jornais, isto é uma característica que soma a incessante vigília das narrativas pelo estado de exceção, a própria situação tecnológica do momento.

No caso em questão, observe que quando os jornais passaram a ter algumas informações esparsas sobre o mau tratamento de detidos pelo governo dos Estados Unidos, a transferência de Miller para Abu Ghraib já havia ocorrido desde outubro de 2003. Da mesma forma, os abusos, torturas e assassinatos dentro do presídio, já haviam ocorrido e permaneciam acontecendo. Além do mais, em março de 2004, o exército dos Estados Unidos já trabalhava, internamente, em situação de crise por conta da violência que havia ocorrido de forma deliberada dentro do presídio em questão. Outro fator, é que a investigação conduzida por Taguba dentro do presídio, já havia até mesmo sido concluída. Mas, este início de descobertas pela mídia fora o embrião que resultaria em poucos meses na Comissão do Senado e na convocação de Donald Rumsfeld para depor sobre o caso. Caso contrário,

jamais teríamos qualquer tipo de informação sobre o que ocorria nos espaços de exceção das guerras de Bush.

Para Tom Engelhardt, da revista *Mother Jones*[281], a transferência do Comandante, cujo o nome ainda era desconhecido, implicava que a partir daquele momento o governo dos Estados Unidos coordenaria duas zonas de direitos inacessíveis sob estrito controle militar; ou seja, o presídio de Guantánamo e o suposto lugar para onde este Comandante havia sido transferido; no caso, o presídio de Abu Ghraib. Da mesma forma, o artigo em questão, também abordava o fato de que para onde quer que este Comandante havia sito transferido, as pessoas que estavam neste lugar estariam fora do alcance dos tribunais, fora do espectro das leis, das Convenções internacionais e de supervisão. Como já mostrei ao leitor, nos subcapítulos anteriores, todas estas suposições de Engelhardt se confirmaram.

A transferência de um Comandante de Guantánamo, despertou o interesse da imprensa de averiguar ainda mais o próprio presídio localizado em Cuba. E, consequentemente, despertou nos jornalistas a assimilação de que o que é que Guantánamo seja, um outro lugar igual estava sendo feito no Iraque. Tom Engelhardt, por exemplo, escreveu que se o Comandante estava sendo enviado ao Iraque, era porquê ele realizaria um trabalho próximo do que ele já fazia; e que logo, ele seria transferido para um terceiro e quarto, buraco negro jurídico[282]. E como já sabemos, as suspeitas não foram infundadas. Tanto a população carcerária de Abu Ghraib, como em Guantánamo, era consequência de uma política de detenção em massa da vida considerada indigna de ser vivida, onde acusações formais não eram realizadas, onde acesso a tribunais era um direito negado veemente aos cativos e, a possibilidade da soltura destes mesmos detidos no futuro era completamente implausível.

O jornalista e ativista dos direitos humanos Neal Katval, escreveu para o portal online *Slates*[283], ainda no final de março, discutindo a forma com que os possíveis tribunais dos detidos de Guantánamo estavam sendo montados. Segundo Katval (2004), o governo dos Estados Unidos estava montando uma espécie de “Frankenstein” jurídico; onde a jurisdição que dava poder aos possíveis tribunais estava fora de qualquer tipo de revisão civil. Ainda, segundo o advogado, além do governo dos Estados Unidos revogar o acesso dos detidos sob sua tutela as Convenções de Genebra, estavam produzindo

assimilações jurídicas em seus tribunais militares que nem se quer chegavam perto de uma possível noção de justiça. O que é de grande importância que o leitor tenha em vista, é que mesmo que na época dos fatos os jornais ainda careciam muito de informações internas do presídio de Abu Ghraib, Geoffrey Miller serviu como uma espécie de ponte entre os jornalistas para desvendarem Abu Ghraib por meio de aproximações e assimilações sobre o que se sabia de Guantánamo.

Concomitante a polêmica da transferência de Miller, o jornal australiano, *The Sidney Morning Herald*[284] publicou um artigo intitulado de "*por Deus, pelo país e por nossa carteira: os exércitos privatizados dos Estados Unidos estão aqui para ficar"*. A reportagem do jornal australiano fora a primeira a denunciar o esquema dos exércitos semissecreto e privados do Iraque, ao narrar a morte de quatro funcionários da segurança privada da gigante empresa de segurança privada Blackwater USA, cujo o maior cliente que possuía era o governo estadunidense.

O caso dos 4 mercenários da Blackwater USA assassinados na cidade de Fallujah, resultou na batalha mais sangrenta da Guerra do Iraque desde a invasão dos Estados Unidos ao mesmo país em 2003. Fallujah ficou sitiada por meses, com abastecimento de água, energia, medicamentos e alimentos completamente prevaricados pelo exército dos Estados Unidos. E, esta reposta militar tão ofensiva aos próprios civis da cidade, se deu porque quando a população local tomou conhecimento que os insurgentes haviam matado os 4 funcionários da respectiva empresa de segurança privada, a própria população, em um ato de protesto contra a invasão estadunidense, profanou os corpos esquartejando-os e carbonizando os mesmos, para por fim espalhar os despojos mortais por toda a cidade. Lembrando que os mercenários assassinados em Fallujah tinham ainda mais um diferencial: os quatro eram militares da reserva dos Estados Unidos.

Em síntese, a privatização de funções militares por empresas como a Blackwater USA, assim como a presença de interrogadores da segurança privada como os da CACI International, dentro de presídios como o de Abu Ghraib, mostra o que já discutimos no primeiro capítulo: que lugares de pouca vistoria e pouca tribulação, se tornou em empreendimentos do tipo *offshore* para o governo dos Estados Unidos. É importante que o leitor saiba que o

ordenamento jurídico da exceção respaldou, de forma legal, estas ações militares privatizadas através da lei estadunidense aprovada no pós-11 de setembro de 2001, denominada de *Patriotic Act*, como uma força extra para combater o "terrorismo" global. Em síntese, um sintoma claro da securitização estatal.

Ignacio Ramonet (2004), sociólogo e, na época dos fatos, diretor do *Le Monde Diplomatique*[285], escreveu em um artigo de março de 2004, para o mesmo jornal dizendo que o *Patriotic Act* estadunidense, estava influenciando uma onda de regulamentos semelhantes por toda a Europa, sobre a rubrica da necessidade de segurança. O escritor, inclusive, fomenta a possibilidade de aqueles serem tempos de "suicídio democrático"; o que não deixa de ser mais um sinônimo para estado de exceção. Os atentados de 11 de setembro de 2001, verteram fluxos semânticos de exceção por todo o mundo: endossados por uma onda política da extrema direita, mesmo após mais de 20 anos dos acontecimentos, ainda permanecemos colhendo os frutos dos Estados securitizados por emergência.

Junto com toda esta produção jornalística tão sensível na época dos fatos, no final de março de 2004, Tom Engelhardt[286] escreveu um artigo para a revista *Mother Jones*, que citava pela primeira vez, que os buracos negros jurídicos criados pelo estado de exceção estadunidense, resultaram em abusos de prisioneiros no presídio de Abu Ghraib. Neste ponto de vista, a divulgação dos dados fora rápida, pois no início do mês o nome do presídio iraquiano nunca nem havia sido citado. O jornalista também levantara suspeitas em seu artigo, de que havia possibilidade de que os abusos não estavam apenas concentrados no presídio de Abu Ghraib, mas em outros que também tutelados pelo governo dos Estados Unidos no Iraque, como o de Camp Bucca e a própria base da Força Aérea dos Estados Unidos, localizada dentro do Aeroporto Internacional de Bagdá e que era usada para detenção de pessoas.

Em outras palavras, a dissimulação promovida pela ordem do discurso para encobrir o estado de exceção, apresentava suas falhas e desta vez com mais um agravante: apesar da Constituição Interina de 2004 prever uma esfera judiciária e legislativa democrática e independente da esfera do executivo, ficou evidente que na prática um sistema jurídico "paralelo" era o que realmente funcionava no Iraque.

IX. *"Oil-for-food* ou *Oil-for-money?"* A negligência da ONU em um esquema de corrupção no Iraque de Saddam Hussein.

Para o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, as respostas civis violentas contra a Ocupação estadunidense do Iraque, como a que fora realizada em Fallujah, por exemplo, consistia apenas na revolta de alguns "terroristas" esparsos que queria prejudicar a "democracia bem-sucedida" que estava sendo construída no Iraque pelo governo dos Estados Unidos[287].

Em suma, a ordem do discurso da exceção, pastorando as imprensas divulgava análises e observações completamente opostas à realidade da situação. O que Bush quis dizer com tudo isso, era que a violência que tomava conta do Iraque não podia ser compreendida como sinônimo de força das forças de resistência, mas sim como resultado das suas fraquezas: já que "não" podiam vencer politicamente, profanavam corpos de mercenários apenas com o intuito de desestabilizar o governo de Coalização e o futuro Estado provisório. A revista *Mother Jones*[288], já mostrava em seus artigos no início de abril de 2004, que as forças policias e militares iraquianas, treinadas pelas Forças de Coalização, estavam desertando de seus postos e integrando a resistência armada com o conhecimento que haviam adquirido dos próprios militares dos Estados Unidos. Além do mais, apontava a revista que

> A ONU terá dificuldade em convencer seus membros do valor da missão. Os franceses e alemães, e outros que se opuseram à guerra desde o início, provavelmente não enviarão tropas para resolver a bagunça criada pela invasão dos Estados Unidos. E a lição que extraem de Madri é que enviar forças para o Iraque acarreta riscos tanto lá quanto em casa. Além disso, dada a recusa dos EUA em implementar um processo de licitação internacional justo em contratos para projetos de reconstrução do Iraque, eles também estão em uma posição ruim para fazer sermões a outros países sobre a necessidade de doar milhões de dólares para reconstruir o Iraque.
>
> GORILOVSKAYA, Nonna. Stuck in Iraq. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 8 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/stuck-iraq. Acesso em fevereiro de 2022.

Quando Saddam Hussein fora capturado pelas Forças de Coalização no final de 2003, o questionamento que mais aparecia nas mídias ao redor do mundo, era quais líderes ou atores políticos ruiriam junto com o então ditador iraquiano. A resposta não demorou para chegar: no começo de abril de 2003, Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, concomitante a própria ONU se viu diante da gigante polêmica envolvendo seu programa *oil-for-food* instaurado no Iraque em 1995 durante o governo Saddam Hussein.

Em síntese, o programa instaurado no Iraque a partir da resolução do Conselho de Segurança, permitia que o respectivo país fizesse uma espécie de permuta com o petróleo nacional, ou seja: ele "vendia" o petróleo a outros países do mundo, mas não recebia dinheiro pela venda. Na transação, o valor do petróleo era revertido em alimentos, medicamentos e outras necessidades humanitárias para a população. A decisão de vender o petróleo iraquiano por permuta, era para impedir que o dinheiro fosse revertido em armamentos ou qualquer tipo de investimento militar.

Na época dos fatos, o programa *oil-for-food* fora introduzido na Assembleia da ONU pelo então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, como uma forma de "reparar" os danos causados na população civil pós-Guerra do Golfo de 1991, quando o Iraque fora afetado por diversas sanções econômicas internacionais que forçavam a sua desmilitarização. Lembrando, que as sanções internacionais só foram retiradas do Iraque em 2003 com a invasão dos Estados Unidos.

O escândalo envolvendo o programa, que veio à tona no início de abril de 2004, consistia no seguinte fator: de acordo com uma investigação realizada pela CIA, Saddam Hussein teria ganhado mais de US $ 1,7 bilhões por meio de propinas e sobretaxas sobre o petróleo iraquiano. Em síntese, o relatório da CIA acusava que mais de 4.500 empresas que compraram petróleo iraquiano pagaram propinas a Saddam Hussein, para conseguirem ganhar as licitações da compra do petróleo iraquiano. A parte mais delicada de todo este processo, é que os relatórios apontavam direto para Kofi Annan, afirmando que tanto o secretário-geral da ONU, como seu subsecretário, sabiam do esquema de propinas realizado por Saddam Hussein[289].

Inclusive, os relatórios da CIA, embasados em mais de 15.000 documentos, levantou suspeitas de que o Partido do Movimento Democrático

Brasileiro – PMDB, na época dos fatos, e atual MDB, fora citado no esquema de propina de Saddam Hussein; onde o então ditador teria beneficiado o respectivo partido político com comissões sobre a venda de 5,8 milhões de barris de petróleo desviados do programa *oil-for-food*[290].

De qualquer forma, a denúncia do esquema de corrupção envolvendo a ONU e seu secretário-geral como partes do mesmo por sua posição completamente negligente em relação ao caso, fragilizava ainda mais a posição da ONU no Iraque. Com a recente crise que tomava conta ONU e com os diversos problemas internos envolvendo o governo dos Estados Unidos no Iraque, a jornalista da revista *Mother Jones* escreveu que diante de tanta fragilidade política, não restava mais dúvidas de que

> A transferência de soberania em 30 de junho será uma fachada. O Iraque não possui instituições políticas ou estruturas de segurança legítimas. Quem quer que ganhe as eleições nos EUA, não espere que as tropas americanas abandonem o "Iraque soberano" tão cedo.
>
> GORILOVSKAYA, Nonna. Stuck in Iraq. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 8 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/stuck-iraq. Acesso em fevereiro de 2022.

Ainda, segundo Gorilovskaya[291], o impacto que a corrupção do programa da ONU em questão gerou na Guerra do Iraque, fazia do mesmo a "mãe de todos os escândalos e retrocessos" envolvendo a guerra.

> O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, anunciou esta semana que a ONU investigará as apropriações indevidas, mas alguns estão corretamente céticos quanto a capacidade da organização de conduzir uma investigação que pode envolver alguns de seus membros de alto escalão em um escândalo de propina. O embaixador dos Estados Unidos na ONU, John Negroponte, disse que as tentativas anteriores dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha de garantir a transparência do programa *oil-for-food* foram resistidas pela França, Rússia e China.
>
> GORILOVSKAYA, Nonna. UNacceptable. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 09 de abril de 2004. Disponível em:

https://www.motherjones.com/politics/2004/04/unacceptable. Acesso em janeiro de 2022.

Jean-David Levitte, então embaixador da França nos Estados Unidos, rebatou as acusações feitas por John Negroponte, de que a França se apôs a transparência do programa *oil-for-food*. Segundo Levitte,

> Os contratos completos só circularam para os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que haviam pedido expressamente para vê-los e estariam na melhor posição para saber se algo impróprio estivesse acontecendo. Embora vários contratos tenham sido suspensos pelas delegações americana e britânica por motivos relacionados à segurança, nenhum contrato foi retido porque foi detectada fraude, como propinas ilegais. A França nunca foi um destino importante para o petróleo iraquiano durante o programa. Em 2001, 8% do petróleo iraquiano foi importado pela França, em comparação com 44,5% importado pelos Estados Unidos, que sempre foi o importador número 1.
>
> LEVITTE, Jean-David apud GORILOVSKAYA, Nonna. UNacceptable. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 09 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/unacceptable. Acesso em janeiro de 2022.

O argumento do então embaixador francês, possuía dados contundentes, que poderiam atestar, por exemplo, que o governo Bush estava fazendo da França uma espécie de bode expiatório, já que o programa estava sendo acusado de corrupção. Entretanto, este fator não suspende a responsabilidade que o governo francês também tinha com o programa. Por toda via, ainda cabe ressaltar que a possibilidade de tornar a França um bode expiatório para o escândalo de corrupção na ONU, era um fato plausível porque não só a França, como também a Alemanha, haviam se posicionado contra a invasão do Iraque em 2003; e estavam se posicionando contra a participação da ONU no estabelecimento do Estado Novo iraquiano, desde que o governo Bush havia requerido a presença da mesma para estudar as possibilidades do processo de transição da soberania iraquiana.

X. As decisões do vice-rei do Iraque se tornam públicas: Bagdá em chamas, aliados deixando a guerra e a política de proibição de fotografar caixões militares estadunidenses.

Apesar de não ser citado no relatório da CIA como um membro ativo no esquema de corrupção de ONU, o governo dos Estados Unidos também estava na mira de mais este escândalo envolvendo o Iraque. E ao mesmo tempo se organizava para executar três processos eleitorais de forma simultânea, mesmo que dois fossem concretizados de forma indireta. A administração Bush corria contra o tempo para ter um resultado positivo na eleição presidencial estadunidense marcada para novembro de 2004, da qual Bush lutava pelo seu segundo mandato. Ao mesmo tempo, dirigentes do governo estadunidense já se organizavam para que as eleições indiretas do Afeganistão ocorressem; e da mesma forma acontecia com o Iraque[292].

. . .

Enquanto isso, a cidade de Fallujah permanecia sitiada pelas Forças de Coalização, ainda em resposta ao assassinato dos quatro agentes de segurança privada da Blackwater USA. Em relato sobre a ocupação da cidade, um militar estadunidense disse que antes dos confrontos em Fallujah e seguindo uma política de “amabilidade” do exército dos Estados Unidos, os militares eram incentivados a jogar balas e doces para as crianças nas ruas; mas, que depois do cerco de Fallujah, se os militares atirassem balas para as crianças, elas atiravam de volta. Assim como também passaram a jogar pedra e outros tipos de coisas, hostilizando a presença dos militares na região[293].

E quanto mais as Forças de Coalização imputavam violência, mais violenta era a resposta da insurgência armada. Depois do cerco da cidade de Fallujah, mais insurreições xiitas tomaram conta de todo o território iraquiano, respectivamente nas áreas xiitas do país. Um dos motivos que inflamou ainda mais a situação do tecido social iraquiano, fora uma fala do líder da Autoridade Provisória de Coalização, Paul Bremer, que confirmava que não apenas o

governo dos Estados Unidos, mas suas forças militares permaneceriam no Iraque, mesmo depois da transição da soberania marcada para o final de junho de 2004[294].

Com a confirmação definitiva que os Estados Unidos não sairiam mais do Iraque, a população começou a perceber que o governo que seria fundado no final de junho de 2004, não passaria de um governo fantoche dos Estados Unidos, além de ser subordinado a Autoridade de Coalização que também permaneceria no país. Outro fator que acirrou ainda mais o processo de resistência da população civil iraquiana, foi resultado de um erro estratégico da Autoridade Provisória de Coalização, que permitiu a retirada das Forças Armadas de Coalização de lugares mais afastados no Iraque, substituindo-as pela então recém-criada força policial iraquiana.

Entretanto, quanto mais a resistência armada atacava as Forças de Coalização e, consequentemente mais estas últimas revidavam; mais a população destes lugares afastados se união à resistência, inclusive os próprios policiais iraquianos. Além do mais, nestes mesmos lugares os insurgentes prestavam apoio a população, valendo-se como representantes de um Estado paralelo. Inclusive reprimindo tribunais da Sharia e se autodenominando como os principais representantes judiciais destas mesmas cidades[295].

Apesar da Constituição Interina do Iraque de 2004, deixar claro que as Forças Armadas iraquianas, assim como a polícia estavam subordinadas à esfera do executivo, em abril Paul Bremer emitiu um documento dizendo que seria inviável que as Forças Armadas não fossem subordinadas ao controle do governo dos Estados Unidos. Outro quesito de grande importância, era que a ocupação permanente dos Estados Unidos seria usada como uma espécie de freios e contrapesos para o próprio governo iraquiano interino, ou seja, o governo dos Estados Unidos junto com a Autoridade de Coalização (que perderia parte do seu “título”, pois não seria mais “provisória”), pressionaria o governo recém-criado a aceitar suas decisões, pois do contrário não teria repasse de verba para reconstruir o que a própria coalização estadunidense havia destruído[296]. Apesar do governo dos Estados Unidos ter tentado dissimular uma possível liberdade política no Iraque, a farsa não se manteve

por muito tempo. E a exceção acabou englobando o ordenamento jurídico recém-criado.

No dia 08 de abril de 2004, a rádio xiita *"a voz dos Mujahideen"* fez um pronunciamento ao vivo a respeito da decisão de Paul Bremer sobre a permanência dos Estados Unidos após a instauração do governo interino:

> Entre as principais promessas que a autoridade de ocupação fez à liderança xiita, está a restauração da soberania nacional em uma data que não vai além de junho próximo…. A suposta restauração da soberania nacional, é claro, deveria ser precedida pelo fim da ocupação americana. O plano, entretanto, consolida a ocupação e legitima sua presença. De acordo com sua agenda elaborada, os Estados Unidos darão um salto à frente da formação do governo nacional e legalizarão a presença das forças de ocupação por tempo indeterminado.
>
> A VOZ DOS MUJAHIDEEN apud SCHAWARTZ, Michael. The Shiia Insurrection. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 14 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/shia-insurrection/. Acesso em fevereiro de 2022.

O posicionamento de Paul Bremer, deixava claro que havia um nítido conflito de interesses a respeito da soberania iraquiana que se dava entre a população e o governo dos Estados Unidos por meio da Autoridade Provisória de Coalização. Para Michel Schawartz da revista *Mother Jones*, com esta situação de revolta que se alastrava por todo o território iraquiano, passara a ser impossível de negar que o Iraque havia se transformado no novo "atoleiro" dos Estados Unidos, como outrora havia sido o Vietnã[297].

. . .

Lance Smith, General da Força Aérea dos Estados Unidos, segundo em comando do CENTCOM (e como o leitor deve lembrar, um dos depoentes da audiência do Senado sobre maus tratos contra prisioneiros iraquianos), havia dito no início de janeiro de 2004 que,

> Vimos o número de eventos significativos [contra as forças da coalizão] diminuir consideravelmente. Não direi que dobramos a esquina ou que há luz no fim do túnel, mas nossos soldados, aviadores, fuzileiros navais e marinheiros estão conquistando o povo iraquiano. Acho que estamos no caminho certo para deixar para trás uma democracia livre e incipiente quando partirmos para cá.
>
> ENGELHARDT, Tom. Dreaming of George. **Mother Jones**. 19 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/dreaming-george/. Acesso em fevereiro de 2022.

Se em janeiro a fala de Lance Smith já era incoerente, depois do posicionamento público de Paul Bremer sobre a permanência das Forças de Coalização no Iraque pós-governo interino, a fala do militar ficou ainda mais desconexa da realidade. No final de abril, as forças insurgentes começaram a atacar a dita Zona Verde de Bagdá; quer era tida como o orgulho do governo dos Estados Unidos por conta da sua alta segurança e conforto. Por quatro noites seguidas, a Zona Verde fora duramente bombardeada por insurgentes contra a ocupação estadunidense do Iraque. Dado o alto índice de hostilidade, todos os funcionários do enclave fortificado dos Estados Unidos foram obrigados a usar capacete e coletes à prova de bala, durante todo o dia e em pleno mês mais quente do ano.

E as respostas ofensivas das Forças de Coalização foram ainda mais incisivas. No final do mês de abril, Tom Engelhardt publicou um artigo na revista *Mother Jones* narrando o caso da mesquita de Abu Hanifa, localizada em Bagdá, que fora invadida por forças estadunidenses:

> A mesquita estava cheia de gente, incluindo 90 pessoas de Kirkuk com o Crescente Vermelho, organizando mais ajuda para Fallujah. Todos foram jogados no chão, com armas colocadas na nuca. Outra pessoa associada à mesquita, o sr. Alber, que fala inglês muito bem, disse-nos que dizia repetidamente: “por favor, não arrombe portas. Por favor, não quebre as janelas. Nós podemos ajudar vocês. Podemos pedir aos zeladores que destrancem as portas”. (Alber, a propósito, foi preso por Saddam por administrar uma padaria. Como ele disse: “sob o embargo[18], você poderia comer farinha, poderia comer açúcar, poderia comer ovos, tudo separadamente. Mas

[18] Os embargos que o entrevistado diz respeito, são os mesmos que já mostrei ao leitor no subcapítulo anterior sobre a corrupção no programa *oil-for-food.*

> misture-os e asse-os e você estava prejudicando a economia ao aumentar o preço do açúcar e poderia pegar 15 anos de prisão). Os americanos se recusaram a ouvir os apelos de Alber. Percorremos toda a mesquita e o madrassah adjacente, o Imam Aadham Islamic College. Vimos dezenas de portas quebradas, janelas quebradas, tetos rasgados e buracos de bala em paredes e tetos. A maneira como os soldados procuraram por armas ilícitas no teto foi primeiro pulverizar o teto com tiros, depois quebrar um painel e subir e procurar. “Eles até foram e vasculharam as provas dos exames dos alunos. Um velho fraco mancando que é um "guarda" da mesquita (na verdade um homem pobre com uma grande família que recebe moradia do imã da mesquita) foi atingido na cabeça com a coronha de um rifle e depois chutado quando ele estava abatido - tudo porque ele demorou um pouco para atender a porta. Ele diz que nunca carrega uma arma - a mesquita inteira tem apenas três Kalashnikovs, para segurança, mantidos no quarto do imame (os soldados confiscaram suas munições na operação). E, claro, eles entraram na mesquita com suas botas.
>
> MAJAHAN, Rahul apud ENGELHARDT, Tom. Dreaming of George. **Mother Jones**. 19 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/dreaming-george/. Acesso em fevereiro de 2022.

Para além do incomodo da população com a truculência dos militares da Força de Coalização, o povo iraquiano, cientes de que eram os pagadores de todo o esforço de reconstrução do Iraque, começou a pressionar ainda mais a Autoridade Provisória de Coalização, pelo fato de ainda permanecerem sem acesso à energia elétrica, água potável e rede de esgoto. Apenas 10% dos mais de US $ 2,2 bilhões pagos em licitações pelo governo Bush a Halliburton, haviam sido gastos para atender as necessidades da sociedade iraquiana[298]. O tumulto no Iraque fora tão grande depois das declarações de Paul Bremer sobre a permanência dos Estados Unidos no Iraque, que Tom Engelhardt, escreveu que

> Várias ONGs e grupos de assistência estão se retirando [do Iraque]. O governo russo começou a retirar trabalhadores russos. Os governos francês e alemão “aconselharam” seus cidadãos a irem embora. Após o assassinato do segurança italiano, o governo italiano está oferecendo o transporte de qualquer cidadão que queira sair, incluindo funcionários da mídia estatal. Trabalhadores humanitários dinamarqueses, estão sendo retirados. (...). Um grupo italiano que tem feito um trabalho incrível durante anos para ajudar o povo iraquiano, está se retirando - com um contingente militar italiano aqui, eles

> são alvos naturais para sequestradores. As equipes de pacificadores cristãos, que também têm uma operação muito bem organizada aqui, estão pensando em se retirar. O Ministério das Relações Exteriores britânico está aconselhando os britânicos contra 'todas as viagens, exceto a mais essencial' para o Iraque, como resultado da escalada da tomada de reféns. E os editores do British Telegram estão considerando se a situação é perigosa demais para relatar e os repórteres do jornal deveriam ser retirados. A regra número um é: não se mova em um grande 4 × 4 branco como os usados por empreiteiros, porque eles são basicamente ímãs de bala. Tropas búlgaras estão implorando para serem enviadas para casa. Tailândia, Filipinas e outros “aliados da coalizão” estão discutindo sobre seus compromissos de tropas e assim por diante. Em Washington e Bagdá, eles podem anunciar que grande parte do Iraque está "estável" e "progredindo", preparando-se para ter a "soberania" devolvida por meio da ONU, mas é óbvio que a "reconstrução" - mesmo conforme definido pela Autoridade Provisória de Coalização - de fato parou. Os reconstrutores começam a votar para trás. Esta é, sem dúvida, outra definição de democracia. E essas saídas incluem algumas mais próximas do coração da operação americana, como o Post's Cha and Spinner relatou: Na semana passada, vários contratados e subcontratados da USAID, incluindo Creative Associates International com sede em Washington DC e a International Relief and Development Inc. de Arlington, que estão trabalhando em projetos escolares, transferiram funcionários do Iraque. E algumas das pessoas que estão “saindo da cidade” são iraquianas. Como Paul McGeough do Sydney Morning Herald descreve: “Segundo algumas estimativas, até 25% das novas forças de segurança iraquianas, das quais os Estados Unidos dependem para impor a lei e a ordem após 30 de junho, desistiram ou simplesmente desapareceram”.
>
> ENGELHARDT, Tom. Dreaming of George. **Mother Jones**. 19 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/dreaming-george/. Acesso em fevereiro de 2022.

A retirada da tropa espanhola antes do dia 30 de junho[299], também fora outro golpe desmoralizante que tanto o governo Bush como a Autoridade de Coalização Provisória do Iraque, sofreram. Se o índice de aprovação da Guerra do Iraque havia ganhado alguns pontos com a captura de Saddam Hussein no final de 2003, em abril de 2004 o conflito voltara a ser mais desacreditada do que nunca.

O descrédito da Guerra do Iraque piorou ainda mais no final de abril de 2004, quando as tentativas de controle da realidade se tornaram visíveis mais

uma vez no caso dos caixões dos soldados estadunidenses. Para Will Tacy[300], jornalista da *Mother Jones*, o Pentágono não queria que a América viesse caixões voltando para casa. A funcionária civil Tami Silicio, que trabalhava para o governo dos Estados Unidos no Aeroporto Internacional do Kuwait, tirou uma foto de um avião de carga estadunidense, carregado de caixões com a bandeira dos Estados Unidos estendida sobre cada um deles, saindo do Iraque para os Estados Unidos. Apesar de não ter tirado a foto com o intuito de publicá-la na imprensa (apesar que a foto acabou de toda forma publicada), a funcionária fora prontamente demitida.

E com a insurgência tomando conta do Iraque, somado aos protestos que tumultuavam os grandes centros iraquianos, como Bagdá, por exemplo, a problemática da segurança privada exercendo funções militares durante a guerra, voltou à tona no final de abril de 2004, quando mais um contratado da segurança privada morreu e a imprensa descobriu a identidade do mesmo.

Segundo Tom Engelhardt, da *Mother Jones*[301], o agente em questão era um assassino de aluguel, integrante de um esquadrão da morte da África do Sul, que havia, inclusive, matado crianças. Quando a informação tomou conta da mídia iraquiana, ficou claro (principalmente para a população do país) que os Estados Unidos não haviam encontrado uma solução política adequada para lidar com o Iraque e, no final das contas, agia com a mesma violência que outrora Saddam Hussein havia usado para oprimir e castigar seu próprio povo. O emprego de uma força de segurança privada formada a partir de criminosos de guerra e assassinos de aluguel, nos dá uma pequena dimensão do tamanho da obscuridade jurídica do estado de exceção vigente no Iraque: desde se manter paralelo em relação a própria Constituição recém adotada, até o fato de assassinos perpassarem por esferas importantes do conflito.

O que eu quero que meu leitor compreenda, é que ter assassinos de aluguel exercendo funções militares que foram privatizadas em uma guerra, nos mostra a capacidade que o ordenamento jurídico da exceção possui em transformar espaços de exceção, como outrora fora o presídio de Abu Ghraib, em campos de morte, cujo não temos nem linguagem suficiente para analisar. Esta é uma outra questão vertiginosa dos estudos da exceção: muitas vezes nos deparamos com situações que são intransponíveis em palavras, irredutíveis à língua, porque nos carece toda esta construção semântica que

fomentam estes espaços, tendo em vista que a linguagem originada da excepcionalidade se faz ininteligível, incompleta e, muitas vezes, intransponível.

A condição de exceção, como já mostrei ao leitor, forma uma nova ordem semântica que a envolve e a legítima, ou seja, a própria ordem do discurso da exceção. Um exemplo disso, era a forma semântica com que os mercenários da Blackwater USA, da Custer Battles, da Dyncorp e da CACI International, eram tratados pelo governo dos Estados Unidos: para os dirigentes do governo Bush, os contratados das empresas de segurança, eram apenas meros agentes da segurança privada; e estavam no Iraque apenas para exercer funções de apoio. Quando, na realidade, tinham liberdade até interrogar detidos, usando uniformes maquiados.

Tratar estas empresas que contratavam assassinos de aluguel e torturados para integrar seu corpo de funcionários, apenas como “firmas de segurança”, era uma forma de profissionalizar o antiprofissionalismo. Acredito que visualizando este tipo de conduta na Guerra do Iraque, fique ainda mais fácil para o leitor compreender a zona de indeterminação do estado de exceção. Ou seja, se no estado de exceção fica praticamente impossível determinar onde começa e termina a esfera do executivo, a mesma condição toma conta de conceitos de valor semântico, como por exemplo, os limites entre assassino de aluguel e agente da segurança privada haviam sido completamente extintos.

Segundo Engelhardt, para a *Mother Jones*, o “exército” privado no Iraque correspondia a

> Algo entre 15.000 e 20.000 funcionários privados, e espera-se que aumente para 30.000 quando a coalizão entregar o poder aos iraquianos em 30 de junho. Esses homens, que vivem em seu próprio Velho Oeste, são, para alguns iraquianos, “o mais odioso e humilhante aspecto” de uma ocupação, da qual provavelmente, não pode continuar sem eles.
>
> ENGELHARDT, Tom. New word order. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 25 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/new-word-order/. Acesso em janeiro de 2022.

Além do mais, o artigo de Tom Engelhardt também mostrava que o exército privado do Iraque, ganhava a cada mais autonomia. Segundo o jornalista em questão[302], muitas vezes os mercenários se viam em confrontos armados dos quais não conseguiam nem se quer pedir ajuda aos militares da Força de Coalização. Com isso, as empresas de segurança privada no Iraque, começaram a estabelecer uma espécie de parceria para apoio tático entre elas mesmas. Consequentemente, passaram a usar seus próprios helicópteros e sua própria inteligência militar e seu próprio armamento de guerra.

O *The New York Times,* deixando cada vez mais seu posto de grande entusiasta da Guerra do Iraque, publicou um artigo no final de abril de 2004 apontando que não eram apenas os detidos tutelados pelo governo dos Estados Unidos no Iraque que viviam nas sombras, os agentes da segurança privada, também:

> Eles vieram de todos os cantos do mundo. São ex-comandantes dos *Seals* da Carolina do Norte. Gurkas do Nepal. Soldados do antigo governo de apartheid da África do Sul. Eles vêm aos milhares, atraídos pelas dezenas de empresas de segurança privada que se instalaram em Bagdá. Os mais valorizados foram retirados das unidades de forças especiais de elite do mundo. Outros podem ter sido recrutados na equipe local da SWAT. Mas eles estão lá, correndo pelo Iraque em carros blindados, muitos equipados com o que há de mais moderno em armas de combate. Algumas empresas de segurança, formaram suas próprias Forças de Reação Rápida e suas próprias unidades de inteligência que produzem resumos de inteligência diários com mapas das "zonas quentes". Uma empresa tem seus próprios helicópteros, e várias até forjaram alianças diplomáticas com clãs locais. Com cada semana de insurgência em uma zona de guerra sem frente, essas empresas estão se tornando mais profundamente enredadas no combate, em alguns casos quase eliminando as distinções entre tropas profissionais e comandos privados.
>
> BARSTOW, David; GLANZ, James e ZERNIKE, Kate. Security Companies: shadow soldiers in Iraq. **The New York Times**. Nova York, Estados Unidos. 19 de abril de 2004. Disponível em: https://www.nytimes.com/2004/04/19/world/security-companies-shadow-soldiers-in-iraq.html. Acesso em janeiro de 2022.

A condição de exceção não indefiniu apenas as fronteiras de distinção entre agentes de segurança público e privado, como também redefiniu

conceitos como “coalização”, “soberania”, “Estado” e “direito”, como já demonstrei ao leitor durante todo o texto. A noção de “soberania” na condição de exceção, fora uma das mais divergentes durante a Guerra do Iraque: de março de 2003 a março de 2004, o governo dos Estados Unidos havia claramente difundido a ideia de que na primeira eleição que ocorresse no Iraque, a soberania do país seria restituída aos iraquianos. Entretanto, com a decisão de fragmentar a esfera do executivo, concomitante ao estabelecimento de uma condição de interdependência do Estado Novo iraquiano à Autoridade de Coalização e ao governo Bush, a “soberania” transferida em vias de exceção, não era soberania: era um atestado de óbito de um Estado natimorto.

Junto a noção de soberania, o conceito de democracia dentro da Guerra do Iraque também mudou seu significado semântico drasticamente, observe: apesar da condição de excepcionalidade extrema que inclusive legitimou práticas excepcionais dentro de presídios e bases militares estadunidenses, a “democracia” importada pelo governo Bush e o esforço de reconstrução do Iraque, não possuía nenhuma relação com a vontade popular, mas sim com manobras políticas obscurecidas pelo secretismo de Estado que eram completamente conflitantes com qualquer tipo de vontade comunitária. Em outras palavras, a exceção “não” rompeu com a democracia, ela a reescreveu; da mesma forma que se inscreveu na experiência histórica subalterna, “mudando” a realidade histórica das pessoas que viveram a guerra.

Compreenda que, uma soberania que é dada como “intransferível” ou então como “não pronta para ser transferida”, toda as vezes que é requerido a transferência; somado a pungente “necessidade” de bases militares e Autoridades de Coalização que de “temporárias” se tornam permanentes, repetem os ciclos e os vícios de um estado de exceção, não de um Estado democrático de direito.

Ainda havia a questão que as instituições, assim como toda a infraestrutura do país estavam completamente sucateadas. Seja por ser mais uma técnica de exceção do governo estadunidense em “dividir para somar”, ou seja, porque com um país a cada vez mais à beira do colapso total, ficava mais fácil justificar a permanência do que havia sido constituído para ser provisório. O que eu quero que o leitor compreenda, é que com a suposta transferência da soberania, o estado de exceção no Iraque entraria em uma espécie de

segunda fase, com um ordenamento jurídico mais fortemente pautado na excepcionalidade.

Do outro lado da crise soberana do Iraque, ainda existia a problemática da crise do orçamento de guerra.

> O governo Bush tem relutado - por razões óbvias - em pedir ao Congresso que aproprie mais dinheiro antes das eleições de novembro. (Por que dizer ao povo americano qual é o preço cada vez maior de "sua" ocupação?) Ainda nesta semana, o presidente do Estado-Maior Conjunto, general Richard B. Myers, disse ao Congresso que a parte militar da ocupação já custa US $ 4,7 bilhões por mês, estava prestes a sofrer um “déficit” de US $ 4 bilhões no final deste verão. Isso incluiria os US $ 700 milhões necessários para manter essas 20.000 tropas extras no Iraque por mais três meses e os custos mais altos de combustível que os militares estão pagando devido, em parte, aos cortes na produção de petróleo da OPEP / Arábia Saudita.
>
> ENGELHARDT, Tom. New word order. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 25 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/new-word-order/. Acesso em janeiro de 2022.

. . .

Em sua primeira viagem para à Europa em 15 anos, o então ditador líbio, Muammar Gaddafi, fora questionado sobre o seu posicionamento em relação a Guerra do Iraque, no que o mesmo respondeu:

> Esperamos não ser obrigados ou forçados um dia, a voltar àqueles dias em que implodimos nossos carros ou colocamos cintos de explosivos em volta de nossas camas e ao redor de nossas mulheres, para que não sejamos revistados; e não sejamos assediados em nossos quartos e em nossas casas, como está acontecendo agora no Iraque e na Palestina.
>
> GADDAFI, Muammar apud GORILOVSKAYA, Nonna. Lenient on Lybia. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 28 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/lenient-libya/. Acesso em janeiro de 2022.

. . .

Em abril de 2004 apenas uma única autópsia fora registrada no presídio de Abu Ghraib e não está anexado a mesma o atestado de óbito do detido; o que levanta suspeitas sobre a possibilidade do corpo do detido nem se quer ter sido entregue à família. Além do mais, a data da morte aparece censurada no exame legista. Só fora possível descobrir que se tratava de um óbito ocorrido em abril, porque consta que a autópsia fora realizada em abril. Apesar de ter ocorrido um caso, onde a necropsia do corpo fora realizada apenas um mês após à morte; este caso em específico não encaixa dentro desta possibilidade, porque a autópsia fora realizada dentro de Abu Ghraib e o presídio não detinha equipamentos de refrigeração para este tipo de situação.

Sendo assim, a autópsia em questão é de Hussein Abdullah Awad al-Juwadi[303], 75 anos. A data de nascimento do mesmo, consta como censurada. No documento o médico legista atesta que a morte fora natural, causada por uma severa aterosclerose cardiovascular, ou seja, acúmulo de placas de gordura nas artérias. Consta também que al-Juwadi sofria de cardiomegalia uma patologia que aumenta o tamanho do coração. As únicas informações pessoais que constam no documento, é que al-Juwadi tinha 1,77 de altura e pesada 91 kg. Na autópsia consta que o respectivo detido fora encontrado sem vida. Entretanto, não dá detalhes de qual lugar e em que horário o corpo de Hussein al-Juwadi fora encontrado em Abu Ghraib; da mesma forma, que não cita quem o encontrou. Há ainda no documento, a informação de que assim que o corpo fora encontrado, manobras de ressuscitação cardiorrespiratória foram realizadas, mas nada pode ser feito para reverter o quadro do detido.

XI. *"Estado"* de negação: as fotos de Abu Ghraib se tornam públicas.

Na edição especial de início do mês de maio da revista *Mother Jones*, o jornalista Anthony Lewis[304], escreveu que a nova forma de condução jurídica que governo dos Estados Unidos estava usando para justificar detenções em massa no Iraque ou simplesmente negar o direito dos detidos ao acesso a um tribunal adequado e justo, estava minando os alicerces de instituições

democráticas em todo o mundo. Com um ordenamento jurídico respaldado por excepcionalidades, contestar uma prisão se tornou um ato impossível no Iraque. O juiz inglês Lord Steyn acreditava que a conduta do governo Bush consistia em uma "falha monstruosa de justiça"[305]. A imprensa começava a sinalizar, que compreendia que as condutas penais do governo Bush executadas no exterior, estavam violando um padrão histórico de respeito as Constituições e ao direito internacional de um modo em geral:

> Nas semanas após o 11 de setembro de 2001, agentes do FBI prenderam mais de 1.000 estrangeiros, a maioria deles muçulmanos, sob suspeita de que pudessem ter algo a ver com terrorismo. Muitos foram detidos durante meses sem acusações, em condições dolorosas. Nas palavras de um escritor jurídico do *New York Times*, Adam Liptak, seu tratamento "inverteu os princípios básicos do sistema jurídico americano". Eles foram presos essencialmente ao acaso, sem qualquer causa provável para acreditar que tivessem conexões com o terrorismo. Eles foram tratados como culpados até que se provassem inocentes - detidos até que um longo processo do FBI concluísse que eles "não representavam perigo para os Estados Unidos". Muitos foram detidos por meses depois que os juízes ordenaram que fossem soltos ou depois que concordaram em deixar o país por terem esticado o prazo de visto ou o violado de alguma forma.
>
> LEWIS, Anthony. Destroying democracy: one liberty at a time. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Issue de maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-one-liberty-time/. Acesso em janeiro de 2022.

A partir deste trecho do artigo da *Mother Jones*, o que eu quero que meu leitor compreenda é que o presídio de Abu Ghraib, que aqui nesta pesquisa é tratado como objeto científico, não fora o centro do processo de desumanização do humano ou o âmago de excepcionalidades procedimentais durante a Guerra do Iraque. Abu Ghraib, ao se tornar um espaço de exceção, também se tornou mais uma das diversas manifestações da promulgação do estado de exceção no país em questão. Haviam outros lugares, inclusive, muitos que podem ter sido piores do que o presídio iraquiano, mas do qual não temos qualquer tipo de documento para iniciar uma análise do lugar. A condição de exceção perpetuada pelo governo dos Estados Unidos, a começar

pela forma com que a guerra fora justificada e, consequentemente, declarada, nos proporciona perspectivas de que a condição de exceção já se espalhava, para fora do Iraque com outros espaços de encarceramento intransponíveis, como a ilha britânica no Oceano índico de Diego García.

O impacto da exceção na esfera humana (como mostrei ao leitor por meio das autópsias e dos prontuários médicos que mostra que além dos detidos serem violentados de forma física, também foram violentados ao serem desapropriados da sua própria experiência histórica) é colossal e suas consequências são atemporais. As políticas de encarceramento em massa que se alastraram por todo o Iraque, como já mostrei ao leitor nos capítulos anteriores, nos mostra que estas práticas extrajudiciais de apreensão, oriundas da condição de exceção do Estado, só conseguiam se estabelecer porque tinham o poder de revogar o direito de *Habeas corpus*, que mais do que nunca reforçava que o humano portador da via nua, já não era soberano nem em relação ao próprio corpo. Ou seja, as análises suspeitas feitas nos corpos dos detidos, era apenas uma pequena superfície amostra de um conjunto de procedimentos excepcionais gigantesco; que inclusive, legalizava, como já vimos, interrogatórios conduzidos com tortura e que não possuíam limite de duração.

. . .

Foi na primeira semana de maio, respectivamente no dia 03, que o jornalista Seymour Hersh, da revista *The New Yorker*, escreveu o primeiro artigo jornalístico contextualizando as fotos dos detidos de Abu Ghraib sendo torturados e que foram vazadas pelo 60 *Minutes* II da CBS, no dia 28 de abril de 2004. No mesmo 03 de maio, logo após Hersh publicar seu artigo, Tom Engelhardt, da revista *Mother Jones*, publicou um artigo comentando o caso das fotos:

> Fotos horríveis foram divulgadas mostrando as torturas - não há outra palavra apropriada para elas - cometidas em prisioneiros iraquianos por jovens guardas americanos, homens e mulheres, da 372ª Companhia da polícia do exército na antiga prisão de Saddam, em Abu Ghraib. Sorrindo e relaxados, eles dominam os iraquianos nus e encapuzados,

> parecendo para todo o mundo como se estivessem envolvidos em alguma pequena travessura de uma fraternidade.
>
> ENGELHARDT, Tom. Photo wars. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 03 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/photo-wars/. Acesso em janeiro de 2022.

Ainda na introdução desta pesquisa, eu abordei a questão da importância de, ao trabalhar com fontes oriundas de espaços de exceção, respeitar o hiato temporal que compõe as mesmas. Observe: os abusos e torturas contra detidos ocorriam em Abu Ghraib desde antes de outubro de 2003 (data que a ordem do discurso insiste em demarcar como o início das torturas no presídio), mas a informação só se tornou pública quase um ano depois. E novamente: este hiato precisa ser respeitado, porque nele é possível observarmos a reverberação do estado de exceção e analisarmos as medidas que o mesmo tomou para conter a situação de crise.

Em síntese, tudo que ocorre entre o fato propriamente dito e o momento em que o mesmo se torna público, é de extrema importância para que se consiga da melhor forma contextualizá-lo. Outro elemento de grande importância que precisa ser observado: o escândalo das torturas de Abu Ghraib sobe à superfície da narrativa do estado de exceção, em um momento de extrema fragilidade: protestos, insurgência, retiradas em massa e, o mais importante, a transição governamental do Iraque. Acredito que isto pode ser considerado um indicador de que, apesar da força e da potência que o estado de exceção possuí, o mesmo não é insuperável e se torna frágil em momentos com teor de complexidade política maior. De certa forma, esta observação feita no caso do Iraque, também alimenta uma determinada esperança, ao mostrar que muitas vezes a superação da exceção está dentro das crises do mesmo.

Há ainda o fator de que Seymour Hersh já levantava suspeitas em seu artigo de uma possível investigação interna do exército dos Estados Unidos, ao afirmar que “havia um estudo implacável de irregularidades coletivas e o fracasso da liderança do exército nos níveis mais altos[306]”. Ou seja, ele se referia ao Relatório Taguba. Ainda para a *Mother Jones*, Engelhardt escreveu que,

> O pior: que possivelmente os iraquianos foram assassinados na prisão; que esses atos faziam parte de uma política de interrogatório criminal que conduz diretamente à cadeia de comando; e que alguns dos interrogatórios brutais foram conduzidos não apenas pela inteligência militar e agentes da CIA, mas por funcionários "contratados" - interrogadores particulares contratados pelo Pentágono de duas empresas ligadas ao governo Bush, uma das quais supostamente contribuiu com US $ 400.000 para os cofres do Partido Republicano - que estão evidentemente fora do alcance de qualquer lei.
>
> ENGELHARDT, Tom. Photo wars. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 03 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/photo-wars/. Acesso em janeiro de 2022.

Apesar dos controles narrativos da Guerra do Iraque se aproximarem do colapso, o governo Bush continuava insistindo que tudo estava ocorrendo como havia sido planejado para o conflito, negando veemente sua condição de crise. O vazamento das fotos dos detidos de Abu Ghraib sendo torturados galvanizou até os apoiadores mais ferrenhos da Invasão do Iraque, pois apesar de todo o esforço de contenção de crise, assim como os métodos de circunscrever a realidade da ordem do discurso da exceção, as cenas mostradas eram incontestáveis: elas atestavam uma calamidade procedimental, até então, sem precedentes no conflito.

Logo em seguida ao vazamento das imagens de Abu Ghraib, o Relatório Taguba (como já mostrei ao leitor) também se tornou público contra a vontade dos dirigentes do governo Bush. A recepção midiática do Relatório da investigação comandada pelo Major General Antonio Mario Taguba fora muito positiva: como os jornalistas ainda não tinham dimensão do fato que o relatório também não deixava de ser um produto da ordem do discurso da exceção e que também detinha em seu interim várias questões complicadas, como por exemplo, o fato de não incluir na investigação a participação efetiva da 205° brigada de inteligência militar em todo o esquema de tortura e abuso dos detidos; a revista *Mother Jones* publicou que,

> No caso de Abu Ghraib, o consenso é que o que aconteceu deve ser culpa de Rumsfeld, ou dos contratantes privados dos interrogatórios, ou da CIA, mas não da própria hierarquia militar

> uniformizada. No mínimo, os militares são exonerados com base no fato de que alguns oficiais, principalmente o General de Divisão, Antonio Taguba, em seu admirável relatório, cumpriram seu dever.
>
> RIEFF, David. Good soldiers and 'bad guys'. **Mother** Jones. Califórnia, Estados Unidos. 07 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/good-soldiers-and-bad-guys/. Acesso em janeiro de 2022.

Um fator muito importante nesta cobertura jornalística dos vazamentos de documentos oficiais do presídio de Abu Ghraib, é que mesmo com o esforço dos dirigentes do governo Bush e do próprio Relatório Taguba de livrarem o Estado de qualquer participação no processo decisório de implementar e normalizar práticas de tortura como procedimentos operacionais padrão do presídio em questão, a imprensa, como por exemplo a própria revista *Mother Jones*, chamava a atenção para a possibilidade de participação efetiva do Estado em todo o processo que acarretou em detidos torturados, abusados e sodomizados no Iraque, dentro das penitenciárias tuteladas pelo governo Bush.

Como, por exemplo, no trecho instrumentalizado acima onde o jornalista David Rieff atribuiu as responsabilidades do caso ao secretário de defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld. Apesar de já sabemos que Rumsfeld era um dos envolvidos e que a complexidade deste processo decisório de inscrever como *força-de-~~lei~~* práticas de tortura ser parte de uma estrutura de exceção muito maior que o próprio Rumsfeld, estes apontamentos permanecem sendo muito relevantes, já que nos possibilita ver como a situação foi pensada e analisada por aqueles que a viveram.

Os apontamentos feitos pelos jornalistas não deixam de ser mais um testemunho do estado de exceção, mas de uma perspectiva diferente: daqueles que estavam fora do *bando soberano do Estado,* olhando para os que se encontravam dentro. Apesar de não usar a terminologia "estado de exceção" ou "ordenamento jurídico da exceção", as análises realizadas pelos jornalistas, não estão tão distantes das análises que faço nesta pesquisa. O que nos diferencia, é que com o afastamento temporal do caso, eu consigo ter mais instrumentos teóricos e metodológicos que me auxiliam a descer ás profundezas da exceção, que na época dos fatos não era possível. Quando se

lê trechos, como o que eu instrumentalizarei abaixo, é possível ver a dificuldade linguística dos jornalistas que chegam perto de começar sua descida pelo âmago absurdo da exceção, mas como estão todos tateando no escuro (não que eu também não esteja) acabam retornando à superfície, antes de se permitirem de fato entrar na "realidade" rarefeita da exceção.

Ainda assim, apesar de todas as dificuldades, o jornalista da *Mother Jones,* David Rieff, conseguiu observar que a Guerra do Iraque estava em volta de questões linguísticas. Rieff percebera que na condução do conflito havia uma ordem linguística que amparava o mesmo e, consequentemente, justificava seus absurdos. O jornalista em questão, não a percebe necessariamente como uma ordem de discurso e, por isso a chama de "nomenclatura de guerra"[307]; apesar de no final resultar na mesma coisa. O que mais chama a atenção de David Rieff, é que nas guerras contra o terror de Bush, o "inimigo" perde esta nomenclatura jurídica e passa a ser considerado como "bandido". E, na opinião do jornalista, fora esta guinada linguística que, levada até as últimas consequências, se transformou em tortura. E ele não estava errado: a Guerra do Iraque, fora um conflito onde a violência teve inúmeras facetas, sendo elas linguísticas, psicológicas, físicas, procedimentais e epistemológicas.

> Todos os repórteres em campo no Iraque ouviram soldados americanos usando essa terminologia [bandido/terrorista] como uma questão de rotina e, ainda assim, pelo que eu sei, nenhum de nós jamais convocou os militares para fazer isso [ele está dizendo que quem convocou os militares para fazer isso foi o Estado]. E ainda, tendo passado cinco dos últimos 12 meses no Iraque, estou convencido de que quase tantos de nossos erros no pós-guerra derivam da fantasia do xerife de que as forças dos Estados Unidos estão simplesmente protegendo os inocentes locais de alguns homens maus, como de quaisquer erros de planejamento em Washington. A linguagem importa, e o que nos confronta no Iraque tem pouco a ver com as certezas morais de um romance de Louis L'Amour. Da perspectiva dos soldados dentro de Abu Ghraib, seus prisioneiros eram malfeitores. Assim, as simplicidades retóricas de Washington cobram seu verdadeiro tributo em sangue, sofrimento e conduta vergonhosa.
>
> RIEFF, David. Good soldiers and 'bad guys'. **Mother** Jones. Califórnia, Estados Unidos. 07 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/good-soldiers-and-bad-guys/. Acesso em janeiro de 2022.

David Rieff era correspondente de guerra no Iraque e sua vivência direto com o conflito, proporcionou observações de grande valor, como por exemplo, depois do escândalo de Abu Ghraib ter se tornado público, o jornalista em questão, fez observações importantes sobre como era o comportamento dos soldados estadunidenses de um modo em geral, principalmente quando estes estavam em missão pelas ruas do Iraque. Segundo Rieff[308], a conduta dos soldados era variável: alguns se comportavam de forma humana, mas a maioria se comportava como ocupantes e expressavam isso em seus gestos, palavras e linguagem corporal. E, deixavam claro para os iraquianos, que eles estavam ali para comandar e os nativos para obedecer.

> A brutalidade de Abu Ghraib, é apenas um elemento em um quadro mais amplo de brutalidade por parte dos ocupantes que se desenrola de muitas das operações de isolamento e buscas, montadas no ano passado no chamado "Triângulo Sunita" do Iraque Central, que resultou em prisões arbitrárias de iraquianos que praticamente todos os repórteres no Iraque testemunharam. No caso do cordão de buscas, as Forças americanas rotineiramente soltaram cachorros em quartos femininos de complexos iraquianos, e forçaram até mesmo os homens, que eles eventualmente soltariam, a se sentarem amarrados e muitas vezes encapuzados no chão, enquanto os soldados rasgavam pertences da família em busca de armas ou documentos. Quanto às prisões em si, em minha experiência, muitas vezes terminam com um soldado americano, com sua bota nas costas de um "suspeito" iraquiano, cercado por um perímetro de tropas americanas com M-16s no ombro e prontos para atirar. (...). Mas acreditar que você pode derrotar seu inimigo enquanto o compreende mal é, na verdade, uma receita para o fracasso. É o equivalente do pós-guerra ao pecado militar cardeal, ensinado em todas as academias de serviço dignas desse nome, de perder o contato com o adversário durante ou depois de uma batalha. É também uma atitude que suaviza o caminho da honra do guerreiro para a desgraça do torturador.
>
> RIEFF, David. Good soldiers and 'bad guys'. **Mother** Jones. Califórnia, Estados Unidos. 07 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/good-soldiers-and-bad-guys/. Acesso em janeiro de 2022.

Ainda, segundo o jornalista, esta conduta violenta dos militares dos Estados Unidos, autorizada pelo governo dos Estados Unidos e pela

Autoridade Provisória de Coalização, se transformou em todo o Iraque em assassinatos gratuitos. Isso mostra que o assassinato de iraquianos inocentes não estava concentrado apenas dentro dos presídios tutelados pelos Estados Unidos. Ainda, aponta Rieff, desde o início da Coalização, a população iraquiana falava abertamente com a imprensa sobre os procedimentos extrajudiciais que estavam sendo adotados contra o povo, principalmente nos presídios; mas nenhuma destas testemunhas fora levada em consideração. Inclusive, David Rieff, conta que um militar da polícia do exército, já havia dito a Reuters, antes mesmo das fotos de Abu Ghraib serem vazadas pela imprensa, que abusar de detidos em Abu Ghraib era "normal" e que ele havia presenciado no mínimo espancamentos pelo menos todos os dias.

> Quando os instrutores militares em Bagdá ou Fallujah afirmam que mataram "quase apenas" terroristas, mas relatos de dentro dos hospitais da cidade sugerem que muitos civis foram mortos, esta deve ser uma história central para os repórteres dos Estados Unidos, não apenas para a Al-Jazeera. (...). Os protestos das famílias dos detidos, já duram meses e meses. Nem poderia ser notícia de que, entre os "terroristas" que se infiltravam no país, a Autoridade Provisória de Coalização – APC patrocinava mercenários contratados, que anteriormente haviam trabalhado em esquadrões da morte ou em outras atividades hediondas para os regimes do Apartheid na África do Sul, no Chile de Pinochet e na Sérvia de Milosevic.
>
> RIEFF, David. Good soldiers and 'bad guys'. **Mother** Jones. Califórnia, Estados Unidos. 07 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/good-soldiers-and-bad-guys/. Acesso em janeiro de 2022.

. . .

No dia 04 de maio de 2004, um dia após as fotos de Abu Ghraib terem sido vazadas, o então secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell, disse em uma entrevista para Larry King, que o que havia ocorrido em Abu Ghraib era o resultado de "*algumas maçãs ruins*"[309].

. . .

No dia 07 de maio de 2004, o empresário de torres de rádio estadunidense Nicholas Berg, de apenas 26 anos de idade, fora sequestrado e decapitado por membros da al-Qaeda, que reclamaram para si a responsabilidade do ato, depois do vídeo da decapitação ter sido divulgado na internet por eles mesmos. No vídeo, Nicholas Berg usa o mesmo uniforme dos detidos iraquianos tutelados pelo governo dos Estados Unidos, ou seja, um macacão laranja. Os membros da al-Qaeda pedem para que Berg se identifique e, depois, leem a sentença de morte do mesmo, justificando o assassinato do empresário como uma forma de represália ás torturas que ocorrem em Abu Ghraib.

Para o jornalista Tom Engelhardt[310], da *Mother Jones*, o assassinato de Nicholas Berg adicionou óleo ás chamas do caos que o Iraque havia se tornado, pós-vazamento das fotos de tortura de Abu Ghraib. Um dado muito importante, é que Geoffrey Miller, que na época dos fatos, ainda permanecia em Abu Ghraib comandando as operações de detenção, se apavorou com a situação e decidiu instaurar uma política de libertação em massa no presídio. Os detidos que conseguiam a liberdade, foram simplesmente jogados na rua depois de meses de detenção compulsória sem justificativa nenhuma. A amargura destes cativos fez com que a maioria deles saíssem de Abu Ghraib e se juntassem direto à resistência armada[311]. Este tipo de conduta, dava à resistência armada não apenas a vitória política, mas também a vitória moral sob o governo dos Estados Unidos.

XII. *Mea Culpa.*

Depois de ter sido um dos jornais que mais cedeu apoio à Guerra do Iraque e que, inclusive, colaborou com o governo publicando os infames artigos culpando o governo de Saddam Hussein de ter um programa de Armas de Destruição em Massa no Iraque, o jornal *The New York Times* publicou uma nota se desculpando pelo seu apoio à Guerra. No texto em questão, que não leva o nome de nenhum jornalista e editor, escrito na terceira pessoa, a equipe do jornal pede desculpas pelo conteúdo publicado sobre as Armas de

Destruição em Massa e a insinuação forçada de possíveis relações do governo iraquiano com grupos extremistas, como por exemplo, a al-Qaeda[312].

Ainda assim, o artigo diz que o jornal havia produzido muito conteúdo jornalístico em relação a Guerra do Iraque, que continuava sendo motivo de orgulho. A justificativa para os erros é apresentada como uma consequência de usar fontes incompletas. O que chama mais a atenção no artigo do *The New York Times*, é que as fontes "incompletas", "controversas" e "inconsistentes" que eles assumem ter usado, não é nenhuma oriunda das esferas governamental: o jornal coloca a culpa apenas em cima das fontes iraquianas. O artigo é concluído da seguinte forma: "consideramos a história das armas do Iraque e do padrão de desinformação um assunto inacabado. E pretendemos continuar com relatórios agressivos com o objetivo de esclarecer as coisas"[313].

A jornalista Nonna Gorilovskaya[314], da revista *Mother Jones*, escreveu um artigo comentando a posição que o *The New York Times*, tomara. Para a jornalista, o posicionamento do *Times* era incompleto e tardio. Nonna Gorilovskaya também pontua que o jornal em questão, não tinha a obrigação de reconhecer seus erros; entretanto, o *The New York Times* fora o jornal que mais alardeou as afirmações insustentáveis do governo Bush das Armas de Destruição em Massa. Ainda segundo a jornalista, com o desenrolar cada vez mais problemático da Guerra do Iraque, ficou cada vez mais difícil para o *The New York Times* adiar uma revisão interna da qualidade do seu jornalismo.

A ausência do nome dos jornalísticas do *The New York Times* que mais escreveram sobre o possível programa iraquiano de armas nucleares, não isenta a jornalista da *Mother Jones*, de apontar diretamente para a falta de responsabilidade da jornalista Judith Miller, que segundo Gorilovskaya, construía um alçapão semântico que fomentava uma quantidade absurda de informações falsas que lhe permitia proclamar que quem estava dizendo tudo aquilo era as fontes e não ela[315]. Lembrando que as reportagens do *Times* sobre as Armas de Destruição em Massa, eram frequentemente usadas por George W. Bush para justificar suas ações violentas e ilegítimas na Guerra do Iraque em seus discursos públicos.

E por fim, a implosão do caso Abu Ghraib também fez a administração Bush se "desculpar" publicamente. Mas, não pelo caso das Armas de Destruição em Massa, que ainda permanecia sendo sustentado como um caso

plausível pelos dirigentes do Estado. No dia 06 de maio de 2004, George W. Bush se desculpou pelo tratamento humilhante que os detidos de Abu Ghraib haviam recebido de militares dos Estados Unidos, durante uma fala rápida nos jardins da Casa Branca. Segundo o presidente, as imagens o deixaram nauseado[316].

Embora George W. Bush tenha feito este pedido de “desculpas” nos Estados Unidos, no Iraque, o povo não recebeu nenhuma palavra de condolência dos membros do governo. A imprensa do Oriente Médio retratou que o comportamento degradante dos Estados Unidos dentro das penitenciárias, era um resumo de quais eram as verdadeiras intenções estadunidenses no Iraque. O povo iraquiano, por sua vez, desprezou o breve *mea culpa* do presidente dos Estados Unidos[317].

É importante ressaltar que com os escândalos de Abu Ghraib, Ricardo Sanchez[318] fora transferido do Iraque para outro lugar que não fora identificado, possivelmente para a sua proteção.

. . .

Em maio de 2004, três autópsias foram realizadas em detidos do presídio de Abu Ghraib. A primeira é datada do dia 19 de maio de 2004 e diz respeito a Abbas Alwan Fadil[319]. No campo referente a data de nascimento, aparece escrito apenas “desconhecido”. Entretanto, o médico legista aponta que Fadil deveria ter em torno de 40 anos de idade. A autópsia do detido fora realizada mais de 10 dias após o óbito, em 1° de junho de 2004. A morte é atestada como natural e sua causa aparece descrita na autópsia como “peritonite indeterminada”, que consiste em uma inflamação generalizada na membrana que reveste a parede abdominal e que também cobre os órgãos abdominais. Consta também na documentação, que Fadil sofrera um infarto. Entretanto, este não é considerado pelo médico como a causa da morte.

Um fator importante na autópsia de Abbas Alwan Fadil, é o fato do exame toxicológico do mesmo apontar para a presença de diversas substâncias medicamentosas em seu sangue, sendo estas: petidina (0,46 mg/L) (analgésico depressor do sistema nervoso central), prometazina (0,23 mg/L) (anti-histamínico, mas também é usado como sedativo em determinadas

situações médicas ou como remédio para indução ao sono) e difenidramina (0,37 mg/L) (anti-histamínico). Por toda via, não há nenhum tipo de informação na documentação, que explique melhor os fatos que envolvem a morte de Fadil. Por exemplo, nada é dito sobre o quesito do detido ter tido atendimento médico (o que poderia explicar as substâncias medicamentosas em seu sangue). Da mesma forma, também não há informações sobre em que lugar do presídio esta morte fora constatada.

O documento é tão inconclusivo como os demais já apresentados ao decorrer desta pesquisa: nas considerações finais da autópsia o médico atesta que não é possível excluir a possibilidade de que a peritonite tenha sido causada por uma fonte externa ao corpo, como por exemplo, uma agressão. Entretanto, consta no laudo que não havia sinais de lesões nos órgãos da cavidade abdominal. Quando a autópsia fora realizada no detido, o corpo encontrava-se totalmente despido. A instituição que assina o laudo da necropsia é o Baghdad International Airport Mortuary – BIAP MORGUE. A instituição em específico, é mesma que nas autópsias anteriores aparece como Mortuary Facility.

A segunda autópsia do mês de maio de 2004, ocorrera entre o dia 22 e 23. Não é possível ter uma data mais precisa, porque na documentação as datas divergem. A autópsia em questão, tem em anexo a certidão de óbito do detido e diz respeito a Abduhl Kaddim Altia[320], possivelmente 64 anos de idade. Na documentação o médico legista estima que o detido havia nascido por volta de 1940. Assim como no caso anterior, a autópsia do corpo também fora realizada no dia 1° de junho de 2004 no Mortuary Facility no Aeroporto Internacional de Bagdá.

Na autópsia, o médico legista aponta que a morte fora natural e ocasionada por uma doença no coração. Entretanto, não há no documento o nome da possível doença e nem a afirmação definitiva do médico. O detido possuía fraturas nas costelas 5,3 e 7. Mas, segundo o médico que realizou a necropsia, este tipo de lesão é compatível com manobras de ressuscitação cardiopulmonar. Abduhl Altia tinha 1,65 cm e pesava 72 quilos. Quando a autópsia fora realizada no corpo do detido, o mesmo vestia apenas uma camiseta e uma cueca.

Não há na documentação informações que esclareçam como o detido fora encontrado e em quais circunstância fora levado ao atendimento médico. É possível notar que o mesmo sofreu algumas intervenções médicas, possivelmente resultado de tentativas de ressuscitação, já que Abduhl apresentava uma traqueostomia e um cateter intravenoso na mão esquerda, ainda se encontrava junto ao seu corpo. Consta na documentação, que o exame toxicológico do cativo fora colhido, mas o resultado não aparece nem anexado e nem no texto do médico legista. O exame em questão fora solicitado para encontrar possíveis resíduos de droga de ou veneno.

O que mais chama a atenção na documentação *post mortem* de Abduhl, é que há na mesma o anexo de um documento[321] solicitando que a morte do detido seja encaminhada para uma investigação mais minuciosa, pois há suspeitas de que o detido morreu como consequências de um espancamento. Neste mesmo documento, consta que Abduhl Altia ainda não havia sido interrogado. Entretanto, nesta solicitação de investigação, há o depoimento do filho de Abduhl Kaddim Altia, que também havia sido detido em Abu Ghraib junto com ao pai, afirmando que o homem jamais havia sofrido de qualquer tipo de doença no coração.

A última autópsia realizada em um detido de Abu Ghraib no mês de maio, é datada do dia 23. O nome do cativo está censurado[322]. Dados pessoais, como data de nascimento e naturalidade não aparecem no documento. Lembrando que o documento em questão não tem a certidão de óbito do detido anexada. E, além do mais, o documento que aqui instrumentalizo é tido como “relatório preliminar” de autópsia. O exame de necropsia do detido fora realizado no mesmo dia dos demais já citados, ou seja, no dia 1° de junho de 2004. A morte é atestada como homicídio e a sua causa é descrita pelo médico legista, como consequência de diversos disparos de arma de fogo na região do abdômen. Um edema pulmonar também fora encontrado no corpo do mesmo, possivelmente como consequência de traumas na região torácica.

A respeito de que tipo de situação teria ocasionado os disparos, o médico aponta que houve um tiroteio dentro do presídio e que o detido em questão tinha “valor de segurança” para a inteligência militar. Anexado ao laudo provisório da autópsia, há uma espécie de prontuário médico que apenas

registra quais foram as intervenções cirúrgicas feitas no detido em questão. Ademais, consta apenas na documentação que o detido conseguiu sobreviver apenas para ser transferido para um hospital fora das dependências de Abu Ghraib.

XIII. O nascimento do Estado Novo do Iraque: "soberania" transferida sem abertura democrática para o governo "*Punch* e *Judy*".

Já no início de junho de 2004, a ONU já se preparava para o processo de transição governamental do Iraque. Em menos de um mês Paul Bremer, o chefe civil da Coalização seria afastado do seu cargo, da mesma forma que o comandante militar do CENTCOM, Ricardo Sanchez, também deixaria suas funções na Guerra do Iraque. Como já havia sido decidido desde março que a transferência ocorreria sem abertura democrática, pois se instalaria um governo interino no Iraque, nomes como de Ahmed Chalabi, político iraquiano que cedeu informações "privilegiadas" como derrubar Saddam Hussein em março de 2003, era um dos favoritos para o cargo de primeiro-ministro.

Entretanto, Ahmed Chalabi era um dos nomes por trás de toda a história das Armas de Destruição em Massa; e não demorou para que a mídia árabe começasse a fazer essa assimilação. Com a situação política do Iraque extremamente fragilizada, o governo dos Estados Unidos, concomitante a Autoridade Provisória de Coalização, decidiram não arriscar e logo que as assimilações começaram a surgir, o nome de Chalabi fora prontamente afastado dos possíveis indicados ao cargo.

Prontamente outro nome surgiu: o médico e político iraquiano Ayad Allawi, ex-baathista, que vivia refugiado em Londres há mais de 30 anos, quando começou a ter diferenças com os dirigentes do Partido político Baath. Allawi fora outro conspirador, tanto quando Ahmed Chalabi, que forneceu dados de inteligência ao governo dos Estados Unidos, ajudando a endossar toda a história das Armas de Destruição em Massa. Os dois políticos em questão, são de grande importância para esta pesquisa, independente dos

cargos que os mesmos ocuparam durante o primeiro governo do Iraque pós-Saddam Hussein, pois ambos mostram que apesar dos dirigentes da ordem do discurso da exceção serem os Falcões da Guerra do Iraque, como já mostrei ao leitor anteriormente; estes dois homens, como políticos e iraquianos, foram uma parte muito importante neste fluxo semântico de legitimação da Guerra do Iraque, pois por serem nativos seus nomes asseguraram a "legitimidade" das informações.

Fora o governo de Coalização que, logo nos primeiros dias de junho de 2004, anunciou definitivamente que o primeiro-ministro iraquiano que integraria o governo interino do Iraque, seria Ayad Allawi. É importante ter em vista que Allawi, concomitante a ex-militares ba'athistas desertores, ajudou a fundar o Partido político Acordo Nacional Iraquiano em 1991, justamente para fazer oposição ao partido de Saddam Hussein. Entretanto, apesar de serem originários do Iraque, o respectivo partido político era operado de dentro do Irã. O Acordo Nacional Iraquiano fora constituído a partir de ajudas financeiras do governo dos Estados Unidos e da Inglaterra. Inclusive, em um artigo para a *Mother Jones*, de junho de 2004, Tom Engelhardt pontuo que o respectivo partido político iraquiano não recebia apenas financiamento dos Estados Unidos, como também era coordenado pela CIA[323].

Com o processo de transição governamental do Iraque em andamento, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos suspendeu, temporariamente, novas contratações de interrogadores da empresa de segurança privada CACI International. Apesar da suspensão de novos contratos e o fato dos contratos já abertos terem caído em uma espécie de malha fina, pois os valores pagos a respectiva empresa para cargos como "suporte de interrogador" e "suporte de inteligência humana", começaram a ser revistos pelo governo dos Estados Unidos, ainda assim o Departamento de Defesa afirmou estar demasiadamente satisfeito pelos serviços prestados pela CACI Internacional no Iraque[324]. Lembrando que eram os interrogadores da mesma empresa que estavam envolvidos nos casos de tortura em Abu Ghraib.

A presença do pessoal da segurança privada no Iraque, era algo que preocupava a população iraquiana: depois do caso Abu Ghraib se tornar público e com ele a impunidade dos contratados privados, que por serem civis não podiam ser julgados nem por tribunais militares coordenados pelos

Estados e muito menos por Cortes domésticas iraquianas, pois a condição jurídica em que seus contratos de emprego estavam respaldados, proporcionava aos mesmo uma situação onde a lei era imputável; começou a despertar na população a angustia de que com a transferência do governo de Coalização para o interino e, a permanência dos Estados Unidos no Iraque, o pessoal da segurança privada continuaria conduzindo atos extrajudiciais sem serem responsabilizados ou penalizados pelas suas condutas.

Antes mesmo da transferência de governo se consolidar em 28 de junho de 2004, com todos os dirigentes do governo interino já escolhidos, os jornais, como por exemplo, a revista *Mother Jones*[325], chamavam a atenção dos seus leitores para as características "emergenciais" que já delimitavam o pós-transferência governamental no Iraque. Manter a condição de emergência era uma condição óbvia para um Estado que estava nascendo como fruto de uma condição de exceção. Antes mesmo de tomar posse, o governo interino do Iraque já estudava a possibilidade de impor um "estado de emergência" em todo o país, que envolveria toques de recolher, restrição do direito de ir e vir, entre outros fatores. Em outras palavras, o Estado Novo só se instauraria se com ele a exceção se transformasse em técnica de governo de forma deliberada e definitiva.

A teatralidade do governo interino do Iraque era perceptível a todos. Se antes a exceção era presente, mas era dissimulada pelas próprias construções linguísticas da ordem do discurso da exceção, com a transferência soberana nasce outra formação linguística, onde o poderio da exceção se instaurara sem nenhum tipo de acobertamento das suas características. O jornalista Tom Engelhardt, escreveu um artigo para a *Mother Jones* denominando o governo interino do Iraque, como governo "fantoche"[326].

Com sua existência tardia, e uma sequência de cenas curtas na esfera política, respaldado por uma violência absurda que gerava risos chocados, enquanto a "plateia" (seja a comunidade internacional ou o próprio povo iraquiano) acompanhava todo o processo avisando os "atores" do perigo; a transferência da soberania iraquiana para um governo interino lembra, em demasia, a trágica comédia inglesa de fantoches, cujos os rostos esculpidos em madeira os deixam sempre com a mesma expressão de horror, de *Punch* e *Judy*.

Podendo variar de lugar para lugar, o teatro itinerante de *Punch* e *Judy* (tão itinerante quanto a vertente “democrática” do governo dos Estados Unidos, que saí pelo mundo “encenando” sua democracia), mantém sempre a mesma forma narrativa: um marido violento que consegue impor sua vontade à esposa e a todos os outros que aparecem na sua vida, por meio de um bastão (uma grandiosa coincidência com a frase de Colin Powell de *abrir uma noz com uma marreta* no Iraque). No fim da peça, *Punch* sai triunfante depois de assassinar todos a sua volta, desde o filho até o próprio diabo. A condição de exceção permite que o governo dos Estados Unidos seja para além do marionestista da peça, também o seu boneco principal.

. . .

Enquanto o teatro de horror permanecia tomando conta da cena política do Iraque e apesar de toda a pressão de órgãos suprajurídicos, como por exemplo, a Cruz Vermelha e a *Human Rights Watch*, Saddam Hussein permanecia detido desde outubro de 2003 sem nenhuma acusação formal lavrada e publicada pelo governo estadunidense. E lembrando, que a Constituição Provisória Iraquiana de 2004, que enaltecia as instituições democráticas e instaurara legalmente um sistema de freios e contrapesos ás instituições estatais, já era vigente. Este é mais um dos sintomas do limbo jurídico causada pela condição de exceção, que consegue pôr em suspensão até o mesmo o Estado democrático de direito.

Outro fator extremamente complicado a respeito do governo interino do Iraque, que ainda nem havia assumido o poder, era que os dirigentes do mesmo pediam, sedentos, a cabeça de Saddam Hussein. Ressalto que todos os políticos que integravam o Estado Novo do Iraque, haviam sido adversários políticos diretos do ex-presidente iraquiano. Bush negou a entrega da tutela do ex-presidente do Iraque, alegando que o governo dos Estados Unidos detinha sobre o mesmo a condição de “custódia física”. Entretanto, comprometia-se que após a transferência do governo, cederia a este último o direito da “custódia legal”. A forma com que os termos jurídicos foram instrumentalizados para justificarem o direito de deter a tutela de Saddam Hussein pelo então presidente dos Estados Unidos, nem se quer existiam dentro das condições

políticas e jurídicas que se desenhavam no Iraque e que eram sustentadas por órgãos ou acordos internacionais, assim como pela própria Constituição recém acordada. Insisto em dizer: mais um sintoma evidente da linguagem autoritária do estado de exceção e seus diversos fluxos semânticos excepcionais. Os procedimentos de excepcionalidades, chegaram a um nível de complexidade e obscurantismo jurídico no Iraque pré-governo interino, que a identidade jurídica de Saddam Hussein fora dividida em duas: uma tutelada pelo governo dos Estados Unidos e outra que futuramente seria tutelada pelo Estado Novo.

> O Comitê Internacional da Cruz Vermelha e do *Human Rights Watch* indicou recentemente ao governo Bush que, de acordo com as Convenções de Genebra, com a soberania oficialmente sendo entregue aos iraquianos em 30 de junho, prisioneiros de guerra como Saddam deveriam ser acusados de crimes ou libertados. Os líderes do novo "governo interino" prontamente exigiram que Saddam fosse entregue a eles; George Bush inicialmente recusou. Agora, Washington sugeriu um "compromisso", que nos diz muito sobre qual poder está sendo assumido por quem: "Ele disse que reteria a custódia física de Saddam, mas a custódia legal irá para Bagdá". Portanto, aqui está uma pergunta - se a custódia física é igual ao poder sobre Saddam, o que significa "custódia legal"?
>
> ENGELHARDT, Tom. Connecting the dots. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/connecting-dots/. Acesso em fevereiro de 2022.

Aliás, o Estado Novo nem havia se fundamentado e a população iraquiana já não mais reconhecia a sua legitimidade[327]. Dos 36 membros que compunham o novo governo interino, 24 deles possuíam passaportes americanos ou britânicos. Os 12 restantes, que possuíam passaportes iraquianos, 06 eram mulheres. A maioria dos membros já viviam exilados na Europa ou nos Estados Unidos e quando assumiram seus cargos políticos durante o processo de transição para o governo interino, nem sequer se preocuparam em trazer de volta suas famílias para o Iraque; um possível sintoma da pouca fé dos mesmos na possível estabilidade democrática que se instauraria no Iraque pós-Estado Novo e ainda dominado pelo governo dos Estados Unidos.

Sobre a formação do governo interino, fora escolhido: Ghazi Yawer como presidente, Ibrahim Jaafari e Rowsch Shaways como vice-presidentes e Ayad Allawi como primeiro ministro. O governo interino possuía 28 ministérios, sendo estes: relações exteriores, finanças, defesa, segurança nacional, interior, petróleo, justiça, direitos humanos, eletricidade, saúde, comunicação, habitação, obras públicas, ciência e tecnologia, planejamento, comércio, esporte e juventude, transporte, assuntos provinciais, imigração e refugiados, irrigação, trabalho, educação, ensino superior, agricultura, cultura, indústria e Estado. Apesar da ampla divisão de ministérios, o Estado Novo do Iraque se tornou o único país árabe sem um ministério para assuntos religiosos. A ausência da respectiva pasta gerou confrontos por todo o país e a desaprovação geral de líderes religiosos importantes para a população, como o Aiatolá Ali al-Sistani que vinha apresentando uma grande influência na cena política iraquiana.

Com uma semana para a transição definitiva do governo de Coalização para o governo interino do Iraque, o primeiro ministro escolhido, Ayad Allawi, se dirigiu à uma delegacia de polícia localizada em Bagdá e executou, a sangue frio, três insurgentes[328]. As vítimas estavam algemadas com as mãos para trás e os olhos vendados. Testemunham contam que Allawi executou, à queima roupa, cada um dos jovens, atirando diretamente na cabeça; enquanto quatro americanos e cerca de 12 policiais iraquianos assistiam à situação atordoados. O ministro do Interior do Estado Novo do Iraque, Falah al-Naqib, também assistiu à execução e parabenizou o primeiro ministro pela ação[329].

Uma das testemunhas, que deu entrevista sob sigilo para o *The Sidney Morning Hearld,* disse que quando o primeiro ministro chegou à delegacia de polícia, ele teria dito aos policiais que lhes ensinaria “como lidar com insurgentes”. Há ainda no depoimento da testemunha, que outros detidos foram levados para o pátio da delegacia para serem executados, mas acabaram se salvando: um levou um tiro no pescoço e outro detido, no tórax[330].

> Um ex-oficial da CIA, Vincent Cannisatraro, disse recentemente *ao The New Yorker*: “se você está me perguntando se Allawi tem sangue nas mãos de seus dias em Londres, a resposta é sim, ele tem. Ele era um Mukhabarat pago [inteligência] agente dos iraquianos, e ele estava envolvido em coisas sujas”.

> THE SIDNEY MORNING HERALD. Allawi shot prisoners in cold blood: witnesses. **The Sidney Morning Herald**. Sidney, Austrália. 17 de julho de 2004. Disponível em: https://www.smh.com.au/world/middle-east/allawi-shot-prisoners-in-cold-blood-witnesses-20040717-gdjd6k.html. Acesso em fevereiro de 2022.

O *The Sidney Morning Herald* teve acesso ao nome dos três jovens executados, foram estes: Ahmed Abdulah Ahsamey, Amer Lutfi Mohammed Ahmed al-Kustia e Walid Mehdi Ahmed al-Samarrai. Quando indagado sobre as execuções, Allawi as negou prontamente justificando que não portava armas. O jornal buscou informações com o Ministério do Interior do governo interino, que confirmou a versão de Allawi dizendo que os detidos não haviam sido mortos e se comprometeu a fazer um relatório de cada um deles. No dia seguinte, o ministro do Interior disse que não podia mais fornecer nenhum tipo de informação sobre os detidos e não retornou mais o contato com o jornal. O embaixador dos Estados Unidos na ONU, John Negroponte, se encontrava no Iraque, na época dos fatos, para assessorar o momento de transição governamental. O *Herald* o procurou para falar sobre o caso, mas Negroponte apenas respondeu que: "*se tentássemos refutar cada [rumor], não teríamos tempo para outros negócios. No que diz respeito à assessoria de imprensa desta embaixada, este caso está encerado*[331]".

Uma das testemunhas disse ao *Herald,* que provavelmente os detidos executados se sentiram bem com a sentença, pois estavam sendo espancados pela polícia de duas a oito horas por dia, durante seus interrogatórios. As testemunham afirmam que foram os guarda-costas do ministro do Interior que recolheram e empilharam os corpos; e que depois, viu os mesmos homens colocando os três corpos no porta-malas de um carro Nissan. A última testemunha entrevistava, confirmou que os corpos foram levados para serem enterrados na parte externa do presídio de Abu Ghraib[332].

. . .

Ficou evidente que a transição governamental do Iraque não ocorreria sob o rufar de tambores, mas sim sobre o estrondo de morteiros. É importante que o leitor tenha em vista, que esta transferência da “soberania” do Estado iraquiano, era o último fragmento das razões que haviam legitimado a Guerra do Iraque. Em 15 meses de conflito interrupto, todas os outros motivos haviam desaparecido: ninguém mais falava nada sobre o desarmamento nuclear do Iraque ou o envolvimento de Saddam Hussein com a al-Qaeda e, consequentemente, com os atentados de 11 de setembro de 2001. Por conta disso, mais dissimulada que fosse que a transferência governamental, ela era o último pilar da teatralidade política do governo Bush.

A abertura democrática também era uma promessa do governo Bush, mas não ocorreu. O Estado Novo iraquiano, vinha ao mundo da política coberto de restrições e tão oprimido quanto fora outrora. Aliás, já se discutia dentro do governo interino, quais seriam as restrições necessárias para a concretização do pleito de 2005. Em outras palavras, os novos dirigentes do Estado, já analisavam qual categoria humana teria o direito ao sufrágio universal negado[333]. Haviam boatos, que circulava entre a população iraquiana, que generais ba’athistas já se organizavam para derrubar o governo interino e que teriam dito algo como “os americanos prepararam a guerra e nós prepararemos o pós-guerra”[334]. Olhando de perto, uma retórica de violência muito semelhante a que estava sendo disseminada pelo governo Bush e pela Autoridade Provisória de Coalização, desde o início da Guerra do Iraque.

Para Tom Engelhardt[335] da *Mother Jones*, a instauração do Estado Novo no Iraque, do qual o jornalista chamava de “pseudo Estado”, transformaria o Iraque inteiro em um cemitério. Peter Beaumont do jornal britânico *The Observer*, escreveu que

> Embora seja comum culpar a rede al-Zarqawi de combatentes jihadistas por toda a violência [no Iraque], é uma afirmação que não se sustenta. A maioria dos atos anti-coalizão ainda estão sendo cometidos por iraquianos, em grande parte do Triângulo Sunita e de Bagdá, cuja agenda é moldada pelo ódio a uma ocupação que eles acreditam não estar realmente terminando esta semana. Ao contrário das forças montadas contra eles, é uma resistência - como seus membros deixaram claro quando ainda era possível falar com eles - que não tem políticas ou agenda política ou visão para um futuro do Iraque, além da expulsão de forças estrangeiras.

> BEAUMONT, Peter apud ENGELHARDT, Tom. A new pseudostate. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 28 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/new-pseudostate/. Acesso em fevereiro de 2022.

Com a instauração do Estado Novo, a Autoridade de Coalização permaneceu no Iraque com mais de 1.700 funcionários prestando serviços para o governo dos Estados Unidos. Com isso, os Estados Unidos "perdiam" o seu título de Potência Ocupante e sua base fortemente guarnecida no enclave fortificado da Zona Verde de Bagdá, passou a ser reconhecida apenas como "missão diplomática". Não havia dúvidas de que, depois que os discursos da transição terminassem, o Estado Novo iraquiano seria muito menos do que um Estado ao subsistir na sombra do governo dos Estados Unidos. Adam Hochschild da *Mother Jones*, apontou que o "*novo Iraque não poderia nem ser comparado a um país real"*[336].

> Com quase 140.000 soldados americanos em solo iraquiano, além de dezenas de milhares de soldados estrangeiros e guardas de segurança civis armados com tudo, desde metralhadoras a helicópteros, a maior parte do poder militar não estará nas mãos do Iraque, nem o poder do orçamento, em grande parte definido e pago por Washington. Se o novo futuro Iraque não é um estado, o que é? Meio século atrás, poderia se falar sobre colônias, protetorados e esferas de influência, mas em nosso mundo supostamente pós-colonial, o vocabulário é mais pobre. Falta uma palavra para um país onde a maior parte do poder real está nas mãos de outra pessoa, sejam milícias locais sombrias, exércitos de outras nações. Talvez pseudo Estado. Do Afeganistão à Autoridade Palestina, da Bósnia ao Congo, os pseudo-estados já se espalharam pelo globo. Alguns deles estarão até trocando embaixadores com o Iraque.
>
> HOCHSCHILD, Adam. A pseudoestate is born. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 29 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/pseudostate-born/. Acesso em fevereiro de 2022.

Como venho mostrando ao leitor, durante todo o texto desta pesquisa, a semântica do estado de exceção não é apenas pobre, como

também é esvaziada de significado. Apesar de uma tendência fortíssima ao colonialismo, o que aconteceu no Iraque não pode ser considerado essencialmente como uma política de colonização, porque há divergências significativas que precisam ser observadas. Para Hochschild, a situação extremamente complexa que fundamentou o Estado Novo no Iraque, fez deste último, na realidade, um pseudo Estado. E o jornalista não estava errado. As zonas de indistinções causadas pela condição de exceção promulgada pelo governo dos Estados assim que a Guerra do Iraque começou, não ergueram no Iraque um Estado genuíno nas implicações semânticas e semióticas que conhecemos.

Os procedimentos políticos e jurídicos de excepcionalidade não originaram no Iraque um “Estado Novo” ou “governo Interino”, como outrora fora propagado, inclusive pela própria Constituição de 2004. Com a transição governamental, os Estados Unidos conseguiram instituir no Iraque um governo essencialmente legítimo de exceção. O que eu quero que meu leitor compreenda, é que a condição de exceção instaura ficções, muitas vezes, instransponíveis, enquanto com seu aparelho semântico e semiótico reescreve realidades e fomenta desapropriações históricas em um ritmo frenético. Ainda no começo desta pesquisa, eu chamei a atenção do leitor para a complexidade de identificação de espaços de abandono. O mesmo alerta continua servindo para esta situação: estados de exceção possuem cortes penais, presidentes, primeiro ministro, Constituição e tudo que compõe, na maioria das vezes, um Estado democrático de direito. A diferença é todos estes conceitos políticos, jurídicos e sociais que nos são tão conhecidos estão simplesmente esvaziados de significados, e pelas costas destes outros sistemas são erguidos e, consequentemente, obscurecidos.

O Estado Novo do Iraque nasceu em uma segunda-feira de manhã, no dia 28 de junho de 2004. A maior parte da população não reconhecia a sua legitimidade como Estado e muito menos aceitava a sua jurisdição. Da mesma forma que não reconheciam os Estados Unidos como a autoridade mais capacitada e justa para promover o processo de transição governamental. Além do mais, este era um “Estado” que emergiu a partir de escândalos de tortura, políticas de encarceramento em massa e execuções sumárias; e que permaneceria parasitado por forças de segurança privada que tinham

passados sombrios entre pistoleiros e assassinos de aluguel. Inclusive, fora o “Estado Novo”, a incubadora de um dos processos penais mais infame da história recente do século XXI: o julgamento de Saddam Hussein; onde fluxos semânticos da exceção tornaram proporções muito piores do que consegui apresentei ao leitor nesta pesquisa.

. . .

No mês da instauração do Estado Novo, dois óbitos foram registrados no presídio de Abu Ghraib, sendo estes: o primeiro é datado de 14 de junho de 2004 e diz respeito a Fawaz Badaa Najem[337], de 42 anos de idade, nascido no dia 1° de janeiro de 1962 e natural do Iraque. Tanto no atestado de óbito, como na autópsia, a causa da morte é dada como “indefinida” pelo médico legista. As informações que constam na autópsia, é que o durante a noite Fawaz Najem começou a emitir sons agudos e respiração ofegante, apresentando grande dificuldade para respirar. Fora o seu companheiro de cela que chamou os guardas que estavam em ronda para atendê-lo. Mas, quando os guardas do presídio chegaram até Najem, o mesmo já se encontrava irrespondível e sem pulso.

Consta também na autópsia, que manobras de ressuscitação cardiopulmonar foram feitas, mas nenhuma obteve resultado. A autópsia do corpo fora realizada apenas no dia 19 de junho de 2004 e consta na documentação que o corpo estava refrigerado. Najem pesava em torno de 68kg e tinha 1,70 cm. Além da causa da morte constar como “indeterminada’, a maneira da morte também aparece como “indeterminada” no documento. Entretanto, o médico atesta que haviam sinais de traumas no corpo de Najem, assim como pequenas hemorragias. Mas, esclarece o médico, nenhum dos ferimentos eram incompatíveis com a vida ou suficientes para atestar a morte como homicídio. Um ponto instigante do documento, é que o médico informa que o resfriamento/congelamento do corpo, comprometia os resultados do exame de necropsia.

Além do mais, haviam outras formas para explicar estas lesões, na opinião do legista, como por exemplo: podiam ser resultado da manobra de ressuscitação, do processo de refrigeração do corpo e até uma condição *post*

mortem dado ao processo de decomposição. Consta também, que além das lesões haviam pequenas hemorragias no abdômen e no cérebro do detido. Não fora esta a primeira autópsia que o médico sinalizava o fato de que os resultados seriam prejudicados dado a condição de armazenamento do corpo. Diante disso, fica a observação de que a ordem do discurso da exceção respaldava até mesmo a forma com que os restos mortais dos detidos eram armazenados: continuavam congelando/resfriando os corpos, mesmo sabendo que o processo atrapalharia o exame legista.

A segunda autópsia é de Riadh Mohammed Abd al-Razak[338], de 52 anos de idade, nascido no dia 7 de janeiro de 1952; natural do Iraque. A data da morte aparece, tanto no atestado de óbito, como na autópsia, como 10 de junho de 2004. Entretanto, o exame legista só fora realizado em 19 de junho de 2004. Assim como na autópsia anterior, não consta na documentação onde exatamente o exame fora realizado. Entretanto, a partir da análise de dados, é possível que ambos os exames legistas tenham sido realizados pelo Baghdad International Airport Mortuary – BIAP MORGUE (Mortuary Facility), porque não havia em Abu Ghraib, como já disse anteriormente, instrumentos de refrigeração que possibilitariam este espaçamento temporal entre a data do óbito e a realização do exame.

A causa da morte de Riadh al-Razak é afirmada pelo médico legista como natural, consequência de uma aterosclerose cardiovascular (condição onde ocorre o enrijecimento das artérias resultado de uma inflamação causada por placas de gordura na parede destas últimas, que acabam obstruindo o fluxo sanguíneo podendo resultar em infartos ou acidentes vasculares cerebrais). Por toda via, também consta no exame que o detido sofria de cardiomegalia (coração aumentado) e possuía um edema pulmonar. Entretanto, observe: a aterosclerose é uma doença que não pode ser atestada como causa da morte do detido, a causa da morte seria ou um infarto ou um acidente vascular cerebral decorrente de uma aterosclerose. Mas, na autópsia de Riadh, não há nenhum tipo de esclarecimento das causas.

Consta no documento que o Sr. Razak teve um colapso enquanto conversava com os outros detentos; que fora socorrido pela equipe médica de Abu Ghraib, mas os esforços de ressuscitação não obtiveram resultados. Junto com a autópsia e a certidão de óbito, está anexado o prontuário do detido que

contém mais de 99 páginas e, no documento em questão há algumas informações que não constam, por exemplo, no exame legista: al-Razak não estava usando o uniforme da prisão quando morreu, vestia um "*dish dash",* veste popular entre os povos árabes. O fato do detido não estar uniformizado chama a atenção, pois isto indicar que o mesmo havia sido recém detido em Abu Ghraib e ainda passava pelos dolorosos e desumanos interrogatórios típicos do presídio.

Na autópsia, consta que o corpo do respectivo detido estava frio e rígido, porque havia sido congelado. O sr. Riadh al-Razak pesava 77Kg e tinha 1,80 e possuía cabelos grisalhos e olhos negros. Em sua mão direita havia uma contusão, assim como no seu braço direito havia uma abrasão. No último campo de preenchimento da autópsia, denominado de "opinião", o médico legista aponta que o respectivo detido já havia sofria um infarto, mas não conseguia precisar quando o mesmo havia ocorrido. Não obstante, afirma que Riadh al-Razak não morreu por consequências de um infarto. E, como o leitor pode imaginar, com um laudo tão inclusivo e ininteligível como este, voltamos à estaca zero da linguagem da exceção.

CAPÍTULO SEGUNDO, PARTE II: Os Prontuários Médicos de Abu Ghraib, uma fonte Interlocutória, 2° parte: entre a experiência desapropriada e o testemunho subjacente.

I. *Sem hematomas não há agressão física*: entre a ordem do discurso da exceção e desapropriação da experiência histórica.

No dia 26 de janeiro de 2004, um detido[339] do sexo masculino, de apenas 22 anos de idade, fora levado à área hospitalar do presídio de Abu Ghraib alegando que havia sido espancado pelos guardas do presídio. Na narrativa do detido, cujo o nome nem se quer aparece no prontuário médico, ele atesta que os guardas o esmurraram no tórax e nas costas, assim como também o havia estrangulado. De acordo com o cativo, todas estas agressões ocorreram enquanto ele estava sendo interrogado. O que nos possibilita levantar a hipótese de que em alguns interrogatórios os interrogadores solicitavam a presença da polícia do exército justamente para espancar os detidos. O cativo em questão fora liberado pelo médico e detido novamente em sua cela. O motivo da dispensa, segundo médico, era que não havia hematomas no corpo do mesmo que atestassem que de fato ele havia sido espancado.

Há um hiato temporal de três meses na fonte interlocutória no ano de 2004: de 26 de janeiro até 1° de abril de 2004, não há mais nenhum prontuário médico de detidos de Abu Ghraib divulgado pelo governo dos Estados Unidos. Tendo em vista que o primeiro trimestre de 2004 foi extremamente violento no Iraque, como demonstrei ao leitor nos subcapítulos anteriores, este espaço temporal parece muito mais uma cortina de fumaça sobre os casos, do que qualquer outra coisa.

No dia 1° de abril de 2004, um detido[340] do sexo masculino de 56 anos de idade pediu atendimento médico, porque havia sido brutalmente agredido durante a sua prisão por militares dos Estados Unidos. O homem apresentava todos os dentes da frente quebrados, além de uma dilaceração interna na boca que precisou ser suturada. Este prontuário médico em questão, está inteiro

redigido à mão, por isso boa parte do seu texto está ininteligível. Entretanto, é possível ler claramente que a denúncia do cativo precisou ser “arquivada” e o motivo não é explicado. Nenhuma outra informação a mais acerca da condição do detido consta no relatório médico.

No dia 15 de abril de 2004, um cativo[341] da repartição 1A do presídio de Abu Ghraib (onde ficavam os “detidos com valor de segurança” e “detidos fantasma), do sexo masculino e 36 anos de idade, fora encontrado pelos guardas do presídio prostrado no chão da sua cela. No prontuário médico do mesmo, cujo o nome também não aparece, consta que este estava há pelo menos cinco dias sem comer; além de estar notoriamente depressivo. No prontuário médico, consta que quando o detido conseguiu se comunicar com os guardas, ele reclamou que não conseguia mais respirar dentro da sua cela. O relatório está inteiro escrito à mão e é composto de apenas uma página. A última informação que consta na documentação é que o detido fora remanejado de cela.

Em 06 de maio de 2004, um detido[342] de Abu Ghraib do sexo masculino de apenas 25 anos de idade, tentou se suicidar dentro da sua própria cela. No prontuário do detido, consta que este ficou cerca de um minuto suspenso até que os guardas do presídio o socorressem. Prontamente os pulmões do mesmo foram examinados e o médico do presídio não constatou nenhum tipo de lesão. No prontuário do detido também há a informação que o médico o constatou como profundamente depressivo e receitou que o mesmo ingerisse 5mg diárias de Haloperidol (neuroeplético usado para tratar agitações, agressividade, psicose e outros transtornos psicológicos). O médico também pede para que o detido seja monitorado de forma integra pelos policiais do presídio. A questão mais importante deste prontuário médico é que demarca perfeitamente a cisão entre o presídio panóptico e a masmorra da exceção: enquanto no primeiro o controle médico é essencial, no segundo, que o caso do detido em questão, o controle médico dá lugar ao controle policial. Ou seja, ao invés de ofertar para o detido auxílio psicológico e/ou psiquiátrico, o médico “receita” vigilância policial intermitente.

Do primeiro semestre de 2004 (que consiste no recorte temporal desta pesquisa), o mês de junho que marca o nascimento do Estado Novo do Iraque, fora o mês com maior incidência de prontuários médicos liberados pelo

governo dos Estados Unidos. Ao todo foram 5, uma quantidade maior de prontuários do que os haviam sido publicados durante os primeiros cinco meses do ano. Entre as possibilidades que acarretaram este aumento de arquivos publicados, está uma estratégia linguística da própria condição de exceção: publicar mais autópsias no primeiro mês de governo interino, além de colaborar para a desmoralização do respectivo governo, inocentava ainda mais o governo Bush de seus crimes.

A transição governamental do Iraque estendeu ainda mais as fronteiras dos fluxos linguísticos da exceção: o governo Bush estava mais livre do que antes para continuar com todas as suas técnicas procedimentais de exceção, pois passara a ser irrastreável. Em outras palavras, com a transição governamental havia ainda mais instrumentos linguísticos e semióticos para circundar a realidade e executar com ainda mais precisão a desapropriação histórica. A partir de um paradoxo da condição de exceção, o Estados Unidos perdeu sua característica de Potência Ocupante, para “Potência em Missão Diplomática”; e dentro desta última categoria coube uma infinidade de esquivos de responsabilidade.

Uma outra possibilidade desta abertura maior nos prontuários médicos do mês de junho de 2004, é que também poderia consistir em uma tentativa do próprio Estados Unidos em deslegitimar o governo Interino para justificar sua permanência, honrando os contratos com as centenas de empresas privadas que fizeram do Iraque um grande mercado a ser disputado.

. . .

Em junho, o primeiro prontuário médico disponível do presídio, ocorreu no dia 9. O documento atesta uma informação que fora propositalmente ausentada do Relatório Taguba pela ordem do discurso da exceção: que haviam crianças detidas em Abu Ghraib. O prontuário médico é de Basim Mohammed Hussein. Na data previamente informada, costa que o rapaz de 17 anos pediu auxílio médico afirmando que havia sido brutalmente espancado pelas Forças militares dos Estados Unidos, antes de ser transferido para Abu Ghraib. Ainda, no depoimento do detido que faz parte do prontuário médico, o mesmo aponta que quando chegou em Abu Ghraib fora novamente espancado

pelos polícias do presídio. Para o médico, rapaz confessou que aquele já era o oitavo dia consecutivo de espancamento, desde o momento que havia sido capturado.

Em seu depoimento anexado ao prontuário médico, Basim Mohammed Hussein também relatara ao médico que havia sofrido diversos afogamentos simulados[19]. Ainda no depoimento do cativo, costa que o mesmo fora eletrocutado várias vezes, desde que fora transferido para Abu Ghraib. O médico do presídio apenas relata que o detido estava urinando uma grande quantidade de sangue, mas não associou a condição clínica do detido com seus relatos de espancamento. Não há mais nenhum tipo de informação sobre quais foram as medidas médicas ou administrativas tomadas no caso de Hussein.

Um homem[343] de 27 anos de idade, cujo o nome não consta no prontuário médico e que estava detido em uma base militar dos Estados Unidos no Aeroporto Internacional de Bagdá; e que só depois fora transferido para Abu Ghraib, fora levado à ala médica do respectivo presídio no dia 15 de junho de 2004, por se queixar de muitas dores. Segundo o cativo, a causa do seu sofrimento fora os inúmeros espancamentos que sofreu enquanto ainda estava detido no Aeroporto Internacional de Bagdá. O detido relata que as agressões ocorriam em grupos: enquanto uns militares chutavam o estômago, outros chutaram suas pernas. Não há no prontuário mais nenhum tipo de informação pessoal ou alguma recomendação médica para aliviar as dores do detido. O prontuário médico apresenta apenas três páginas.

Outro rapaz[344] de 19 anos, cujo o nome não consta na documentação médica, fora capturado dentro da sua casa pelas Forças de Coalização e levado diretamente para Abu Ghraib. Além da triagem policial, os detidos em Abu Ghraib também passavam por uma triagem médica assim que chegavam ao presídio, este documento em específico mostra este tipo de prática. No caso do rapaz em questão, no dia 15 de junho de 2004, quando fora feito a detenção

[19] Popularmente conhecida como prática de "*waterboarding",* a respectiva técnica de tortura consiste em derramar água sobre o rosto do torturado enquanto um pano fino cobre as vias respiratórias do mesmo. Além do mais, o cativo é imobilizado de costas, geralmente em uma inclinação de 10° a 20°. Quando os torturadores jogam água direto nas vidas aéreas do detido, ocorre um reflexo de vômito, causando no mesmo a sensação de afogamento. A água é despejada aos poucos, caso contrário a técnica se torna fatal e leva à vítima à morte por asfixia.

do mesmo, durante a sua triagem médica, ele reclamara de fortes dores no estômago e relatou ao médico que no momento da sua detenção os soldados estadunidenses haviam-no esmurrado o estômago, o nariz e a boca. No laudo, o médico não receita nenhum tipo de medicamento para dor. E atesta que não haviam hematomas nas áreas indicadas pelo detido, invalidando o seu relato.

Um outro homem[345] de 48 anos, cujo o nome não consta no prontuário médico, também pediu auxílio médico, depois de se queixar de fortes dores no estômago. No relato do cativo, ele afirmara que fora violentamente esmurrado no estômago enquanto estava sendo levado para o presídio de Abu Ghraib por militares estadunidenses, no dia 16 de junho de 2004. É possível que este relato também tenha sido feito durante a triagem médica para adentrar no presídio em questão. O médico inviabiliza o relato, afirmando que não havia hematomas nas partes indicadas pelo cativo. Nenhum outro tipo de informação a mais é fornecida no prontuário médico.

O último prontuário médico disponibilizado pelo governo dos Estados Unidos no mês do nascimento do Estado Novo iraquiano, está datado de 20 de junho de 2004 e diz respeito a um detido[346] do sexo masculino, cujo nem o nome e nem a idade constam no relatório. O prontuário está inteiro escrito à mão e contém 20 páginas e possivelmente fora feito, também, durante o processo de triagem médica para adentrar ao presídio. Consta no relatório, que o detido queixou de ter sido espancado por soldados estadunidenses enquanto também estava sendo transferido para Abu Ghraib. Em seu relato, consta que as agressões ocorreram nas pernas e na cabeça. Mas, novamente, o médico circunscreve a realidade, afirmando que as agressões relatadas pelo detido não podiam ser confirmadas, já que o mesmo não tinha hematomas no corpo. Nenhum tipo de medicamento para dor é receitado ao cativo.

II. Eis o corpo: fragmentos do estatuto da vida indigna de ser vivida.

É importante que o leitor tenha em vista que a análise dos prontuários médico dos detidos de Abu Ghraib, mesmo com uma certa limitação dado aos fluxos semânticos da exceção, questiona o lugar comum e consolidado pelas

autópsias. Ou seja, os prontuários questionam diretamente a ordem do discurso da exceção, pois os mesmos desnudam grande parte desta realidade circunscrita e desta experiência história reescrita à força. Em alguns casos, este processo de esclarecimento ocorre ao mesmo passo que expõe a fonte ao ridículo, como por exemplo, nos prontuários médicos instrumentalizados no capítulo anterior, onde o médico inviabilizava o relato de agressão do detido pela ausência de hematomas.

O que é de suma importância para que o leitor tenha em vista, é que as fontes das quais denomino de interlocutórias, possibilitam a visualização de um embate semântico que ocorria tanto no presídio de Abu Ghraib, como na Guerra do Iraque como um todo, já que o receptáculo deste conflito era o corpo daquele, cujo a vida fora tida como indigna de ser vivida pelo Estado. O embate do qual me refiro diz respeito as categorias semânticas de “ser” e “viver”. A condição de exceção do Estado que fora promulgada no Iraque com a invasão estadunidense e com o estabelecimento do governo de Coalização em março de 2003 (já como uma consequência da Guerra do Terror de 2001, pós-11 de setembro), empurrou a vida biológica daquele povo que estava suscetível ao poder das Forças de Coalização, para uma condição predominantemente política, mudando definitivamente o que conhecemos por “ser” e “viver”.

Estas duas categorias semânticas citadas anteriormente, são falsificadas dentro da condição de exceção do Estado: a vida passou a não ser mais definida como tal, perdeu seu valor, fora despossuída de seu significado. O assassinato ou a tortura deste corpo portador desta nova categoria de vida, não implicava em crime. O seu valor semântico passou a ser completamente político: a definição de “detento com valor de segurança” ou com “valor de inteligência”, exemplificam esta nova condição de vida, que desapropriada forçosamente de tudo que até então a tornava humana, restava a mesma apenas a relação dialógica que estabelecia com o Estado, já que este era o portador último da decisão sobre a vida ou a morte do seu corpo biológico.

Eis o corpo e o paradoxo da exceção na esfera de abandono que se tornou o presídio de Abu Ghraib: a vida passou a ser politicamente qualificada, ao passo que se tornou indefinida, e nas últimas consequências se transformou em vida nua. Agamben (0000) apontara que é exatamente esta indecibilidade em relação à vida capturada pela esfera de abandono do Estado, que a torna

decididamente política. Apesar dos prontuários médicos esclarecerem muitas coisas que estavam ininteligíveis nas autópsias dos detidos, o que eu quero que meu leitor entenda é que a vida na sua condição de exceção, ela ainda permanece indocumentada e fugaz. Indocumentada, porque a própria documentação exclui a sua existência ao circunscrever a realidade, ao passo que desapropria toda a experiência histórica daquele indivíduo. E fugaz, porque por mais que nos dedicamos à sua análise, por mais que usemos inúmeras fontes interlocutórias, elas continuam escapando das nossas mãos. E isto, é uma complexidade oriunda dos estudos de exceção: é impossível os considerar findados ou completamente resolvidos.

A vida histórica na exceção subsiste e se inscreve em uma condição de completo obscurantismo, as nossas condições analíticas presentes ainda são muito limitadas para adentrar em espaços onde a linguagem fora resinificada e depois suprimida. Não tem como garantir que a condição de exceção analisada fora resolvida. Com os passar dos anos, além de descobrirmos outros elementos que no momento na análise ou nos escapou ou simplesmente ainda não haviam sido narrados, ainda nos resta a questão de como as raízes desta condição de exceção se comportará no futuro. O que eu quero dizer é que, além de vazamento ou publicação de documentos truncados de momentos de exceção, ainda resta o fator de que a forma com que a exceção se estabelece no presente, também revela partes do seu passado.

Concomitante as categorias de “ser” e “viver”, se tornarem indistinguíveis na exceção, somado a captura do valor biológico da vida nos interesses do Estado e no seu fazer soberano, ou seja, no seu poder decisão não mais em medicar em corpos e domesticá-los, mas sim em imputar ainda mais sofrimento, dor e depois decidir sobre a morte deste mesmo, mostra que a história na exceção não tem mais relação nenhuma com a experiência histórica de cada indivíduo ou coletividade; a exceção transforma a vida em um fato determinantemente científico, onde aqueles que detém o poder de decisão última sobre vida e morte simplesmente decidem.

O Estado em sua condução de excepcionalidade fez da vida, que passa a ter uma definição tão genérica, em receptáculo do seu poder. Segundo Agamben (2017), a “vida” passou a ser muito mais uma questão de sobrevivência, do que uma forma de vida significada, nestes tempos de estado

de exceção. Observe que esta condição de vida esvaziada de significado, resultou, durante a Guerra do Iraque, em uma condição de “clandestinidade”, facilitando em demasia a criminalização da vida e a criação de políticas de detenção em massa que tomaram conta de todo o país. Observe que a vida racional do humano fora dispensando pela ordem do discurso da exceção, facilitando a sua captura e encarceramento dentro das suas esferas de poder. Este é o estatuto da vida na exceção, é o âmago, como mostrei ao leitor nas fontes instrumentalizadas, do seu respaldo jurídico. E como observara Agamben (2017), este estatuto está sempre ligado à uma máquina filosófica-teológica, médica ou biopolítica.

Outro fator de extrema importância que os prontuários médicos de Abu Ghraib mostram, concomitante as autópsias, é que a condição de inumanidade da qual o detido fora impelido, além de o desapropriar da sua experiência histórica, também retira deste a noção de si. O que o leitor precisa compreender, é que os fluxos semânticos da exceção gravaram nestes corpos diferenças essencialmente linguísticas dos demais corpos, por exemplo, que não habitam a esfera de exceção. E esta diferença, obviamente, não está inscrita na ordem física dos corpos, como acreditara e defendera o orientalismo, mas encontra-se inscrita na ordem política e social, enquanto é respaldada pela ordem do discurso da exceção. Que os detidos de Abu Ghraib ou os insurgentes que lutavam armados pela libertação do Iraque, não eram humanos (mesmo existindo acordos internacionais que os respaldavam) era um fato dado e esteve fora de questão durante o conflito. É nesta dimensão singular da exceção, que a desumanização ocorre sem romper com nenhum acordo internacional que garante o direito à vida e a integridade humana.

Este humano desumanizado excluído da vida política, despossuído do seu próprio corpo e da sua experiência e narrativa histórica, é sujeito a uma relação de poder cujo a equação é completada pela soberania do Estado responsável pelo processo de desumanização do mesmo. Agamben (2017) discute esta relação paradoxal de poder ao pensar no uso do corpo do escravo, a partir das ideias de Aristóteles. Em síntese, o detido de Abu Ghraib é o homem sem-obra, sem experiência histórica, cujo o testemunho é invalidado. A sua condição de “ser” o excluí da humanidade e, por conta disso, passa a ser

incluído na política para que esta exerça sobre o seu corpo a sua relação de soberania.

Os detidos de Abu Ghraib, portavam em seus corpos todas as relações de poder constituídas na exceção, não eram sujeitos de substância, mas de processo. Toda a relação de exceção, dado aos seus fluxos semânticos, se constituem por meio de processos paradoxais: a documentação *é essencialmente indocumentada,* o humano *é intrinsecamente inumano*. Os cativos de Abu Ghraib haviam sido despossuídos da noção de si: se doía, não havia dor; eram espancados, mas não havia espancamento. Não existia para estes detidos outra relação, a não ser a condição de sujeição cunhada pelo estado de exceção que os incluía na ordem jurídica por meio da negação

Em sua análise sobre a relação simbiótica entre o corpo do escravo e do senhor, a partir das reflexões de Aristóteles, Agamben (2017) chama a atenção para o fato de que esta relação corpórea de propriedade sobre o corpo de outrem, pode ser considerada como uma constituição pré-jurídica originária no direito do uso dos corpos. Em outras palavras, é como se senhor e escravo entrassem em uma condição de "comunidade de vida" causada pela interdependência (o escravo é o homem sem-obra, pois o senhor só consegue ser senhor pela desapropriação que executa no primeiro) onde fora necessária uma definição jurídica em termos de propriedade para separar um do outro.

Uma condição parecida é observável na relação entre estado de exceção e os detidos de Abu Ghraib, cujo os corpos também foram reclamados em uma condição de propriedade. Os detidos, de um modo em geral, cujo as autópsias e os prontuários médicos são completamente circunscritos, expõem esse tipo de relação de propriedade: o governo dos Estados Unidos se autodeclarou senhor daqueles corpos, que mesmo inocentes tiveram sua liberdade revogada porque eram despossuídos da noção tanto da noção de humano, como da noção de "si".

A noção de "si" refutada na exceção é de grande importância para este trabalho, porque é ela que respalda o absurdo da dor que não é reconhecida; da depressão que ao invés de ser tratada com medicamento, é tratada com polícia. Fora negando o direito de "si" aos próprios mortos, que a ordem do discurso da exceção conseguiu cunhar laudos necrópsicos fraudulentos: não é apenas a contenção da violência dissimulada em laudos que atestam "morte

natural”; é também o fato absurdo de atestarem que um corpo repleto de marcas de violência incompatíveis com a vida, tenha seu óbito reconhecido como “morte natural” ou apenas “inconclusivo”, ao invés de “homicídio”. Observe: para que o estado de exceção funcione, há interdependência de relações de poder que o sustentam.

A exceção como instituto jurídico inaugurou uma nova e inaudita forma de subsistência humana, imbuída de inúmeras relações de poder que a diminuíam ao passo que a esvaziavam de sentido, em uma espécie de dialética da violência. Além do mais, o estado de exceção inaugurou uma nova categoria ética de justiça: as manobras na Comissão do Senado ou o *Mea culpa* de Bush e dos demais dirigentes do governo, exemplificam esta situação.

Mas, o que não se pode perder de vista, em hipótese alguma, é que tanto a Guerra do Iraque, é que a condição desumanizadora do ser humano, não é um caso findado. Ou seja, este evento não se efetuou de uma vez por todas no passado: como Agamben (2017) observara, tornar-se humano é um evento que ainda permanece em curso a partir de uma dialética extremamente complicada, pois pelo mesmo caminho que se torna humano, pode ocorrer de tornar-se inumano.

Acredito que deixar os prontuários médicos falaram por si só nesta pesquisa, confirma que o mesmo gesto político que cindiu a humanidade do humano, também cunhou a experiência histórica do tempo de exceção. E a soma de todos estes fatores, é o corpo cujo a exceção inscreveu toda a sua violência. O detido de Abu Ghraib, o humano diante da face da Guerra do Iraque, destituído do si era obrigado, ainda assim, a “ser” o humano cujo a vida não possuía mais significado. Observe que ao adentramos no estado de exceção, os conceitos de “vida” e “política” fazem um movimento cíclico, ou seja, se olharmos para a vida na excepcionalidade é visível que houve uma redefinição da noção de política e se olharmos para a política respaldada pela exceção, é visível que a noção de “vida” também mudou.

Além do mais, a desumanização do humano a partir da condição de exceção, evidencia que a linguagem passa por uma espécie de fratura, resultando em uma rearticulação histórica. Outro ponto determinante, é que a ordem do discurso da exceção nomeia lugares ou eventos, independente do que ele produza, da forma que mais lhe aprouver: na Guerra do Iraque, tortura

fora chamado de “procedimento de interrogatório”, execução de “morte natural” e exceção de “política de governo”.

A soberania na exceção ergue-se sobre corpos: na legitimação da Guerra do Iraque, o governo Bush afirmara que a invasão do respectivo país era necessária (promulgando-se o estado de exceção) porque os iraquianos estavam sujeitos à morte, dado ao governo de Saddam Hussein (além, é claro, de toda a discussão em relação as Armas de Destruição em Massa). Depois, práticas excepcionais, como assassinatos e encarceramento em massa, continuaram sendo justificadas pelo mesmo motivo: os insurgentes eram uma ameaça tanto ao Estado Novo que precisava nascer, quanto à vida dos iraquianos. Em síntese, a ameaça trocou apenas de lugar: primeiro fora Saddam Hussein, depois o povo contra o povo. A exceção no Iraque nunca se fundamentou apenas por uma vontade política, mas também pelo anseio da captura da vida nua:

> O estado de exceção, sobre o qual o soberano decide cada vez, é justo aquele quem a vida nua, que, na situação normal, aparece unida às múltiplas formas de vida social, é explicitamente revogada como fundamento último do poder político. O sujeito derradeiro, que se trata de excluir e, ao mesmo tempo, incluir na cidade, é sempre a vida nua.
>
> AGAMBEN, Giorgio. O uso dos corpos. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 235.

Também é importante ter em vista, que a vida nua no espaço de exceção, consiste na forma de vida predominante. Por isso a violência na Guerra do Iraque não era dirigida apenas aos cativos, mas a população de uma forma em geral. Ainda assim, é profundamente necessário que se compreenda que a vida nua, não é uma vida natural, como outrora Agamben observara (2017).

> No estado de exceção, a máquina jurídico-política do Ocidente foi descrita como estrutura dupla, formada por dois elementos heterogêneos e, contudo, intimamente coordenados: um normativo e jurídico em sentido restrito (a *potestas*) e outro anômico e extrajurídico (a *auctoritas*). O elemento jurídico-normativo, em que parece residir o poder em sua forma eficaz, tem, porém, necessidade do anônimo para poder ser aplicado à vida; por outro lado, a *auctoritas* é capaz de afirmar-se e ter

> sentido unicamente em relação à *potestas*. O estado de exceção é o dispositivo que, em última análise, deve articular e manter unidos os dois aspectos da máquina jurídico-política, instituindo um limiar de indecibilidade entre anomia e nómos, entre vida e direito, entre *auctoritas* e *potestas*. Enquanto os dois elementos permanecerem correlatos, mas conceitual, temporal e pessoalmente distintos – como ocorria na Roma republicana com a contraposição entre senado e povo ou, na Europa medieval, entre poder espiritual e poder temporal -, sua dialética pode de algum modo funcionar. Mas quando eles tendem a coincidir em suma só pessoa, quando o estado de exceção, em que eles se indeterminam, se torna a regra, então o sistema jurídico-político se transforma em máquina letal.
>
> AGAMBEN, Giorgio. O uso dos corpos. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 296-297.

III. Abu Ghraib *(in)testemunhável*.

Para Agamben (2015), o campo de concentração nazista de Auschwitz é o símbolo da relação biopolítica da modernidade. E para além do seu estatuto de horror e crueldade, ele é a prova de que na política contemporânea, uma das expressões mais genuínas da *pólis* não é mais a vida da cidade comum, mas os campos, respectivamente quando estes concentram a vida que perdeu seu valor humano. Na percepção agambeniana, quando o campo se forma o ordenamento jurídico se dissolve. No caso de Abu Ghraib, fora diferente: mesmo sendo um espaço de exceção, onde o extermínio e a tortura eram realizados de forma gratuita, garantido impunidade aos torturadores e assassinos, o ordenamento jurídico não se dissolveu, ele permaneceu por outras vias.

Da qualquer forma, como já mostrei ao leitor, a concepção moderna de penitenciária não é suficiente para que o caso de Abu Ghraib seja pensado e analisado. Já em relação ao campo, é mais fácil notar algumas aproximações cruciais, como por exemplo, o fato de que tanto no campo nazista, como no presídio de Abu Ghraib o poder de exceção estava de frente para a vida nua e não havia entre ambos, qualquer tipo de intermediação ou qualquer resguardo. Mas, a principal aproximação entre os espaços constituídos dentro da esfera de abandono do Estado é a questão linguística.

Em sua análise sobre o paradigma político que o campo de concentração de Auschwitz se constitui, Agamben (2015) se preocupa com “o que resta”; mas, não em um sentido residual do campo, como se houvesse restos do campo de concentração propriamente dito. O que Agamben entende como “resto”, são os relatos daqueles que conseguiram testemunhar o intestemunhável. Por toda via, segundo o respectivo filósofo, os testemunhos de Auschwitz foram fundamentados a partir de uma lacuna temporal. Em outras palavras, o distanciamento temporal entre o acontecimento a memória, produziu o testemunho em oposição ao que havia sido “arquivado”.

Apesar de mobilizar literalmente os restos documentais de Abu Ghraib, isso não isenta a possibilidade de acontecer com o respectivo presídio o que outrora acontecera com Auschwitz. Ou seja, um espaçamento temporal pode criar condições para que experiências e memórias, que sobreviveram às duras custas das tentativas de controle da realidade pelo fluxo semântico da exceção, consigam emergir à superfície do discurso mesmo depois de tanto tempo. Entretanto, para a finalidade deste trabalho, os restos documentais circunscritos pela condição de exceção foram primordiais para mostrar como a mesma conseguira se instaurar para além de sua forma jurídico-política, se firmar também como um fluxo semântica. Ou seja, para os ganhos linguísticos desta pesquisa, o que interesse é literalmente os resíduos documentais; já que eu mostrei durante toda a pesquisa a exceção pela própria exceção.

Mobilizar as autópsias e os prontuários médicos dos detidos, me possibilitou desarquivar o que já era considerado como caso encarrado. E da mesma forma com que Agamben tratou as fontes testemunhais daqueles que sobreviveram aos campos de concentração nazista, eu também trato os testemunhos daqueles que, em sua maioria, não sobreviveram ao presídio de Abu Ghraib. Sendo assim, por instituir as autópsias e os prontuários médicos dos detidos como fonte testemunhal, esta pesquisa também pode ser considerada um compêndio residual, nos termos agambenianos, dado a instrumentalização característica da fonte.

As autópsias e os prontuários médicos dos detidos de Abu Ghraib, lidos à luz da fonte jornalística, mostra uma Abu Ghraib (a)histórica e as dificuldades inerentes aos espaços de exceção para a consolidação do testemunho; pois as fontes narram o que “aconteceu”, mas o “fato” não faz

parte do narrável. Logo, as fontes primárias e médicas desta pesquisa são uma espécie de literatura que “escapam” do gênero narrativa imposto pela ordem do discurso da exceção em todo o espaço de exceção; por isso sem a mobilização correta do aparato teórico-metodológico, esta documentação não consegue se constituir nem como literatura de testemunho, nem literatura de reflexão sobre o presídio: são apenas fontes esparsas ininteligíveis e fechadas em si.

Além do mais, a ininteligibilidade faz parte do próprio espaço de exceção e, consequentemente, sua documentação reflete em demasia este aspecto. Em Abu Ghraib, o depoimento daqueles que sobrevieram a sua violência reflete uma angustia absurda sobre o processo de tentar “compreender” qual era a lógica que os respaldava: eram detidos sem acusação e condenados por interrogadores-juízes que faziam parte de um sistema penal exceção, que funcionava de forma tangencial ao sistema penal acordado em leis internacionais e como vimos, até mesmo divergia das leis domésticas, quando a Constituição Interina foi promulgada em março de 2004.

Em seus estudos sobre a impossibilidade do testemunho a partir da experiência dos campos de concentração nazista, Agamben (2015) chega a uma figura muito importante da *inconditio* humana, cuja a existência obscura, seja pela sua própria condição humana inumana ou pela sua complexidade linguística, ultrapassa, em questão de desumanidade a noção de *Homo sacer:* o autor diz respeito ao “*muselman”* ou “muçulmano”. Esta figura inumana, que entrou em simbiose com todo o absurdo do espaço de exceção, abandonado até mesmo seus semelhantes, são literalmente “figuras” que não podem mais ser vistos, lembrados e sua existência dolorosa ameaça todas as representações de humanidade que detemos.

O que é muito importante que o leitor tenha em vista, é que quando movimentos históricos trazem à superfície da narrativa testemunhos oriundos de espaços de exceção, geralmente aqueles seres humanos que experimentaram a mais absurda condição de desumanização e, cujo a maioria nem se quer sobreviveu a situação a qual foram expostos, dificilmente seus depoimentos publicados; seja pela dificuldade da fonte que parece ininteligível e obscura, como fora o caso da documentação médica usada na pesquisa, seja pelo seu horror absurdo, que gera um estranhamento linguístico desagradável.

Não obstante, a pesar da grande similaridade entre o depoimento dos detidos de Abu Ghraib e os "*muselman"* descritos por Agamben e Primo Levi, ainda acredito que os primeiros não podem ser equiparados aos segundos; não porque estou "mensurando" o nível de desumanização em que cada uma destas categorias de humanos desumanizados foram expostos, mas sim porque acredito que esta pesquisa ainda não conseguiu esgotar alguns pontos da linguagem de exceção, que são possíveis de serem esgotados, para afirmar com precisão que os detidos de Abu Ghraib são os mesmos *muselman* dos campos de concentração nazista. Entretanto, também reconheço que o conceito de "detido" nas acepções modernas, também não faz jus a real condição de exceção que os humanos inumanos de Abu Ghraib, foram de fato submetidos. A condição de inumanidade da população carcerária do presídio em questão, ainda é algo cujo a terminologia permanece-me desconhecida.

Apesar das complicações linguísticas de definição de conceitos, é inegável o fato de que as testemunhas mais inerentes da condição de exceção, são aquelas que tocaram o âmago da agonia: em suma, são os mortos. Não que o testemunho daqueles que sobreviveram seja invalidado, em hipótese alguma. Mas, a experiência da exceção é linguisticamente exígua, por isso o corpo que fora receptáculo de toda a violência e que por esta mesma padeceu, é aquele que acaba testemunhando com ainda mais precisão, porque não usa da linguagem circunscrita pela própria condição de exceção para testemunhar. Primo Levi (2016) apontara que aqueles que de fato desceram ao absurdo da condição inumana, não conseguiram voltar para contar. E os poucos que conseguiram sobreviver, voltaram mudos.

Sendo assim, tanto para Primo Levi (2016) como para Agamben (2015), a morte daqueles que experimentaram o âmago da exceção finda que não há uma testemunha verdadeiramente legítima deste tipo de condição. Mas, como mostrei ao leitor, ao decorrer de todo este trabalho, esta condição é superada no caso Abu Ghraib, já que as autópsias são o testemunho *post mortem* genuínos de um espaço de exceção; este tipo de fonte não fora instrumentalizada nem por Agamben, nem por Primo Levi.

As autópsias de Abu Ghraib consistem no testemunho "não enunciável"; no arquivável "não-arquivável". Ao testemunharem a exceção, também testemunham, simultaneamente, a incapacidade de fala daquele que

sofreu todos os processos degradantes da exceção. Mas, paradoxalmente, as autópsias também atestam uma espécie de “língua” que resiste à ordem do discurso da exceção; uma linguagem que se encontra aquém do sujeito. Sendo uma língua “não-língua”, um ruído; que não consegue existir para além da exceção e se concentra em “arquivos”, que na grande maioria das vezes nem se quer temos acesso.

Para Agamben (2015), estas falas dos mortos pela exceção representam uma espécie de indigência primeva da fala. Ou seja, este tipo de linguagem não se encontra nas construções políticas e discursivas que emergem à superfície da existência humana, a sua existência é reservada à exceção. Por isso, o primeiro contato com este tipo de fonte, como as autópsias e os prontuários médicos de Abu Ghraib, proporciona a sensação de que a documentação é irredutível a linguagem que conhecemos.

Observando as implicações do conceito de “testemunho” em latim, Agamben (2015) chama a atenção para o fato de que há dois termos que representa a testemunha: o primeiro consiste no “*testis”*, que segundo o filósofo está mais próximo da nossa concepção moderna de testemunho, onde há um terceiro em um litígio entre dois contendores. E há a noção de “*superstes”,* que implica naquele que não apenas viveu algo, como também perpassou do início ao final de um evento e por isso testemunha. O caso dos documentos médicos que utilizei na construção do trabalho, habitam a categoria de “*superstes”,* de acordo com a filosofia agambeniana: os detidos de Abu Ghraib cujo as autópsias fazem parte desta pesquisa, não só perpassaram o evento, como também, não sobreviveram ao mesmo.

Há ainda muito o que se investigar acerca dos meandros do estado de exceção, a “banalidade do mal” é um destes pontos. O respectivo conceito fora amplamente discutido por Hanna Arendt (1999), principalmente em sua análise acerca dos julgamentos dos nazistas e Agamben (2015), ao pensar o espaço de exceção em Auschwitz. A banalidade do mal também se faz presente no caso do presídio de Abu Ghraib.,onde condutas criminosas dos dirigentes do governo Bush, assim como do governo de Coalização; da mesma forma que o esforço militar e da segurança privada durante a Guerra do Iraque, respaldado pela condição de exceção, fez com que a maldade deliberada se transformasse em condutas juridicamente identificáveis, ou seja, não penalizáveis.

Em outras palavras, o fluxo semântico da exceção permitiu com que estes atores políticos “redesenhassem” toda a estrutura ética da sociedade da qual eles faziam parte, como também, transformando entes em “inocentes diante da lei”: não houve culpabilidade jurídica para os torturadores e assassinos que serviram na Guerra do Iraque, porque a violência fora “normalizada”.

As testemunhas integrais, são aquelas que não experimentaram da forma tradicional, o ato de testemunhar como o conhecemos e nem poderiam tê-lo feito, pois desceram às profundezas da exceção, onde a linguagem se comporta de forma completamente diversa. Os submersos na esfera do *bando* do Estado, como apontara Agamben (2015), falam por delegação, testemunham sobre um testemunho que falta; testemunham pela impossibilidade de testemunhar.

No caso dos campos de concentração nazista, esta testemunha paradoxal e integral, que testemunhou de “dentro” da tragédia, são os “*muselman”.* Esta definição semântica de subumanidade surgiu dentro dos próprios campos de concentração; e denominava aqueles que prisioneiros cuja a enfermidade, geralmente causada pela desnutrição, já estava ao ponto de lhes tirar a vida. O *“muselman”* ou “mulçumano” era definido de tal forma, porque quando observados de longe pelos próprios colegas de cárcere, tinha-se a impressão de que fossem árabes em oração, dado à similaridade com a posição *sujud*: que consiste em um ato de reverência necessários às orações no Islã. A figura do “*muselman”* é a prova irredutível de que todos os limites jurídicos, políticos e sociais foram transbordados:

> Como figura nosográfica, ou como categoria ética, ou alternadamente como limite político e conceito antropológico, o mulçumano é um ser indefinido, no qual não só a humanidade e a não-humanidade, mas também a vida vegetativa e a de relação, a fisiologia e a ética, a medicina e a política, a vida e a morte transitam entre si sem solução de continuidade.
>
> AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 56.

O estado de exceção separa o *Homo sacer* do “*muselman”,* o humano do não-humano. Na Alemanha nazista, o âmago da exceção era tocado pela

doença quando o inumano se transformava em *"muselman"*. Na Abu Ghraib de George W. Bush, a inumanidade instituía-se por meio de uma via de comunicação entre prisioneiro e interrogador, que por algum motivo havia ficado obstruída: seja porque o detido se recusava a falar ou porque simplesmente este não tinha o que dizer. A partir desta situação e sem deter o direito de "si", este detido ficava sujeito a todo tipo de violência e a qualquer tipo de morte, se transformando em uma categoria de inumanidade cujo a definição exata ainda me escapa.

Com esta condição de subumanidade, onde as barreiras entre vida e morte ficam completamente dissolvidas pela violência da exceção, o bando do Estado, passa a ser por excelência, o lugar possível para este tipo de vida, *não-vivível.* Desapropriado da sua lucidez, de sua memória, como também do seu testemunho, tudo o que "resta" inumano é uma linguagem fragmentada e desapropriada de sentido. Observe: o testemunho dos detidos de Abu Ghraib, desempossados de sua humanidade, só chegaram à superfície depois que a tragédia já havia sido consumada, em um momento onde falar de dignidade já não representava mais impacto algum.

> Que se possam perder a dignidade e decência para além de qualquer imaginação, que ainda exista vida na degradação mais extrema – esta é a notícia mais atroz que os sobreviventes trazem do campo para a terra dos homens
>
> AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 76.

Para além de não resultar em culpabilidade criminal, o assassinato da vida indesejada, em Abu Ghraib, já não era mais definido como assassinato propriamente dito: este é o horror mais obtuso que as políticas de exceção trouxeram ao mundo. Este espaço de "desapropriação da própria morte", se encontra no abismo mais resoluto da condição de exceção e a dificuldade de locução do próprio pesquisador dentro destes espaços é extrema, já que a linguagem deste local de subumanidade, como outrora observara Agamben (2015), está entre o eufemismo e o inaudito.

Pelo o que as fontes internas de Abu Ghraib mostram, o maior horror do presídio que assassinava *sem* assassinar resultando praticamente em

mortes *não morridas*, era chamar a sua crueldade, produzida em série, dentro das suas intermediações pelo seu próprio nome. Ainda assim, as autópsias e os prontuários médicos compreendidos como testemunhas inerentes da experiência de exceção no presídio, mostram que: apesar dos esforços daqueles que detêm o poder de decisão última, quando o testemunho do inumano emerge à superfície da exceção, mesmo com grande dificuldade, ele atesta que apesar do seu corpo ser destrutível, o seu domínio semiótico não é.

Os testemunhos oriundos de espaços de exceção, como os de Abu Ghraib, por sua essência de não-arquivabilidade, desafiam a ordem do discurso da exceção. Apesar de não garantirem em totalidade qual fora a experiência vivida (e não apenas os de Abu Ghraib, mas como qualquer outro tipo de testemunho), já que o ato de testemunhar na exceção sofre uma dessubjetivação linguística com a morte, é inegável o fato de que é este humano portador da vida que fora considerada indigna de ser vivida, a testemunha integral dos acontecimentos. E por isso, a sua linguagem tão complexa e paradoxal, já que testemunha a partir dos resíduos da violência que fora imputada diretamente em seu corpo, faz deste humano desumanizado o receptáculo originário da história dos vencidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: *“O HORROR, O HORROR!”*

Procurei mostrar nesta pesquisa, que a condição de exceção instaurada no Iraque pós-invasão estadunidense e estabelecimento do governo da Autoridade Provisória de Coalização de 2003, reverberou em zonas de abandono político-jurídicas que, consequentemente, resultaram em espaços de exceção respaldados por um ordenamento jurídico da exceção essencialmente semântico e intrinsecamente violento, como fora o caso de Abu Ghraib.

As fontes, lidas à luz da teoria científica instrumentalizada neste trabalho, mostraram que um presídio com o desenho estrutural de Abu Ghraib, onde uma ordem de discurso da exceção tácita, respaldou de forma legal procedimentos violentos e desumanos como procedimento operacional padrão, só fora possível por conta da condição de recesso em que o Estado invadido fora impelido pela Potência Ocupante. O limbo jurídico que Abu Ghraib se tornou durante todo o governo de coalização fora também, concomitante a condição de exceção, o resultado de um esgarçamento severo no tecido social iraquiano: já havia sido implementado no presídio o consentimento do uso da tortura em interrogatórios, mas o assassinato deliberado fora autorizado por Ricardo Sanchez como técnica de contenção da população carcerária, quando a mesma se revoltava. E estas revoltas eram as somas das condições degradantes estabelecidas dentro do presídio, como também da situação miserável que vivia a população que ainda não estava deliberdamente encarcerada.

Outro ponto que também tentei mostrar nesta pesquisa, é que de um ponto de vista em geral, toda a população iraquiana estava encarcerada nos domínios do estado de exceção. O que diferenciava é que alguns já haviam sido impelidos para um espaço de exceção propriamente dito. O presídio de Abu Ghraib fora um destes espaços, porém existiam muitos outros. Inclusive o a divisão do *Mortuary Facility* no Aeroporto Internacional de Bagdá onde as autópsias, sob o domínio da ordem do discurso da exceção, enviesavam e reescreviam a experiência história da exceção. O cerco à cidade de Fallujah, por conta do assassinato dos seguranças da Blackwater USA, também fora outro espaço de exceção que se formou durante o confronto armado.

Mais um ponto muito importante desta pesquisa, é que seus resultados apontam para uma direção, onde o presídio de Abu Ghraib perdeu essencialmente o seu valor semântico de uma instituição carcerária nos moldes que conhecemos, a partir do apogeu da modernidade jurídica. A excepcionalidade jurídica e procedimental, transformou o presídio em questão, em uma espécie de masmorra, onde os cativos eram propositalmente escondidos para que suas punições físicas e psicológicas fossem imputadas literalmente no escuro. Para além da necessidade de se pensar em um novo conceito sócio-político e jurídico para definir com mais precisão o que o presídio de Abu Ghraib se tornou a partir da condição de exceção, é necessário ter também em vista, que a tradição dos oprimidos tem nos ensinado que é de extrema importância que se chegue a um novo conceito histórico de Estado que corresponda a sua condição de exceção. O Estado Novo iraquiano, por exemplo, não fora nem um Estado e muito menos novo.

A partir da contribuição filosófica de Agamben, também consegui elucidar o fato de que as autópsias e os prontuários médicos dos detidos de Abu Ghraib, constituem o testemunho mais originário da condição de exceção por terem sido os corpos (no caso das autópsias, já em sua característica de despojos mortais) que experimentaram todo o processo de desumanização resultante do espaço de exceção. As autópsias, em última análise, são os documentos mais desafiadores para a ordem do discurso da exceção: pois mostram que a superação deste último, mesmo não se dando por meio da linguagem, pode se concretizar por meio da semiótica quando a ferida aberta no corpo do portador da vida indigna de ser vivida, passa a ser lida como um símbolo da ação violenta da exceção em sua característica sorrateiramente exposta e tenazmente escondida.

Outro fator que mostrei nesta pesquisa, é que o deslocamento ético e humano dentro de Abu Ghraib fora tão intenso que mesmo que tivesse ocorrido um tribunal para julgar e condenar os responsáveis por implementar tortura como prática de interrogatório, assassinato como forma de contenção de desobediência civil; ainda assim se não conseguiria esgotar a questão da exceção e correria o risco da própria exceção esgotar o direito e o incluir dentro do seu próprio espectro de excepcionalidade. A Corte Penal doméstica de Saddam Hussein de 2005, vai resultar exatamente neste mesmo movimento:

quando a jurisdição se transforma em exceção e práticas processuais absurdas ganham à superfície do direito e não precisam mais se dissimular em acordos tácitos, todo o aparato jurídico é levado à ruina. A ética jurídica que conhecemos não resistiu ao complexo de práticas de excepcionalidade que fora instaurado no Iraque. Como tentei demonstrar na pesquisa, pensar a exceção e seus respectivos espaços e buracos negros jurídicos, requer um jogo de escalas analíticas que possibilitam acompanhar a multiplicidade de facetas que um Estado, neste tipo de condição conserva em si. Para pensar Abu Ghraib, eu precisei pensar os Estados Unidos, o Iraque e alguns outros atores políticos internacionais, nacionais e privados que compuseram de forma direita ou indireta a ocupação e o processo de "reconstrução" do respectivo país.

A Guerra do Iraque de 2003, que condicionou que lugares de exceção, como o presídio de Abu Ghraib pudessem existir, fora uma tentativa dissimulada de criar um "Estado" que não seria apenas "cliente" de Washington e das grandes empresas privadas, mas também completamente dependente: da exploração de petróleo (que por fim se mostrou insuficiente para as ambições capitalistas do governo dos Estados Unidos) às empresas de telefonia móvel, que após o "loteamento" do Iraque conseguiram comprar e montar suas escritórios por valores irrisórios no respectivo país; tudo fora dissimulado em nome de uma democracia que nunca existiu.

Os dias desastrosos depois da queda de Bagdá em março de 2003, com os dirigentes do governo Bush denominando-os de "liberdade", é um exemplo do tamanho da periculosidade dos fluxos semânticos da exceção e do seu poder de desapropriar e reescrever a experiência e a realidade histórica. Em 2008, já aposentado do exército, o General Ricardo Sanches deu uma entrevista para promover seu livro de memórias sobre sua participação na Coalização do Iraque. Em seu depoimento, é perceptível uma mescla de posturas: em alguns momentos, entrava em simbiose com uma espécie de Comandante colonial, *à lá* Joseph Conrad, que olha para trás e se surpreende com o próprio horror deixado pelo seu legado, ficando absorto em sua própria catástrofe. Em outros momentos da entrevista, lembra Eichmann em Jerusalém que se dizia possivelmente *culpado diante de Deus, mas não das leis*;

endossando a sua inocência no caso e referindo a sua desmoralização como resultado de um partidarismo político que ele fora vítima[347].

A exceção durante a Guerra do Iraque, criou uma nova ordem de palavras que redefiniram conceitos que considerávamos consolidados. A exceção permitiu que criminosos não se vissem como tal; que estados de exceção fossem reconhecidos como Estados democráticos e assassinos fossem chamados de heróis nacionais. Ainda há muito o que se descobrir sobre os inúmeros desdobramentos do estado de exceção no Iraque iniciado em março de 2003. Um destes pontos, inclusive, consiste no catastrófico julgamento de Saddam Hussein e os demais líderes ba'athistas em 2005. Onde a exceção se instaurou de forma definitiva no ordenamento jurídico: dando jurisdição para que cortes esvaziadas de seus próprios réus, os continuasse julgando, onde o poder de contestação de prova fora eliminado e com ele o direito de defesa. O ordenamento jurídico da exceção na Guerra do Iraque e pós-Estado Novo, deixou um legado pernicioso para a história: desde início, se constituiu como o anunciado de um arauto, de que aquela era uma justiça para vencedores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção [*Homo sacer,* II, 2]**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Homo Sacer: poder soberano e via nua [*Homo sacer,* I]** Minas Gerais: Editora UFMG, 2010.

_____. **Infância e história: destruição da experiência e origem da História.** Minas Gerais: Editora UFMG, 2005.

_____. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha [*Homo sacer,* III]**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento [*Homo sacer,* II, 3]**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2011.

_____. **O uso dos corpos [*Homo sacer,* IV, 2]**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ARENDT, Hanna. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BECKETT, Samuel. **Companhia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Esperando Godot**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BYERS, Michael. **A lei da guerra: direito internacional e conflito armado**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

DARNTON: Robert. **Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** São Paulo: LTC, 1981.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017

GOUREVITCH, Philip; MORRIS, Errol. **Procedimento Operacional Padrão: uma história de guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JAKOBS, Gunther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo: noções e críticas.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

KAFKA, Franz. **O Castelo**. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. 1° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2001

ZAFFARONI, E. Raúl. **O inimigo no Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-Vindo ao Deserto do Real**. 1° ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS:

[1] Do Latim: “fugitivo do destino”. A forma com que Virgílio adjetivou Enéias em sua obra *Eneida*.

[2] MACASKILL, Ewen. George Bush: ‘Gold told me to end the tyranny in Iraq’. **The Guardian**. Inglaterra, Londres, 7 de outubro de 2005. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2005/oct/07/iraq.usa . Acesso em outubro de 2021.

[3] HOGH, Warren. Threats and Responses: Baghdad’s arsenal weapons; called Iraq’s priority. **The New York Times**. Estados Unidos, Nova York. 10 de setembro de 2002. Disponível em: https://www.nytimes.com/2002/09/10/world/threats-responses-baghdad-s-arsenal-weapons-development-called-iraq-s-priority.html?searchResultPosition=2. Acesso em outubro de 2021.

[4] HOGH, Warren. Threats and Responses: Baghdad’s arsenal weapons; called Iraq’s priority. **The New York Times**. Estados Unidos, Nova York. 10 de setembro de 2002. Disponível em: https://www.nytimes.com/2002/09/10/world/threats-responses-baghdad-s-arsenal-weapons-development-called-iraq-s-priority.html?searchResultPosition=2. Acesso em outubro de 2021.

[5] HOGH, Warren. Threats and Responses: Baghdad’s arsenal weapons; called Iraq’s priority. **The New York Times**. Estados Unidos, Nova York. 10 de setembro de 2002. Disponível em: https://www.nytimes.com/2002/09/10/world/threats-responses-baghdad-s-arsenal-weapons-development-called-iraq-s-priority.html?searchResultPosition=2. Acesso em outubro de 2021.

[6] BORGER, Julian; MACASKILL, Ewen. Iraq war was illegal and breached UN charter, says Annan. **The Guardian**. Inglaterra, Londres. 16 de setembro de 2004. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2004/sep/16/iraq.iraq. Acesso em outubro de 2021.

[7] GORILOVSKAYA, Nona. Imperial Comparisons. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 5 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/imperial-comparisons/. Acesso em: janeiro de 2021.

[8] ENGELHARDT, Tom. The “Year Zero” strategy. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 5 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/year-zero-strategy/. Acesso em: janeiro de 2021.

[9] HERSH, Seymour M. Torture at Abu Ghraib: American soldiers brutalized Iraqs. How far up does the responsibility goes? **The New Yorker**, Nova York, Estados Unidos, 30 de abril de 2004. Disponível em: https://www.newyorker.com/magazine/2004/05/10/torture-at-abu-ghraib. Acesso em: dezembro de 2021.

[10] MOTHER JONES. Shepering the Press. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 12 de fevereiro de 2004: Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/shepherding-press/. Acesso em: dezembro de 2021.

[11] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[12] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[13] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021

[14] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[15] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[16] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[17] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[18] HERSH, Seymour M. The general's report: how Antonio Taguba, who investigated Abu Ghraib scandal, became one of its causalities. **The New Yorker**, Nova York, Estados Unidos, 25 de junho de 2007**.** Disponível em: https://www.newyorker.com/magazine/2007/06/25/the-generals-report. Acesso em: outubro de 2021.

[19] HERSH, Seymour M. The general's report: how Antonio Taguba, who investigated Abu Ghraib scandal, became one of its causalities. **The New Yorker**, Nova York, Estados Unidos, 25 de junho de 2007**.** Disponível em: https://www.newyorker.com/magazine/2007/06/25/the-generals-report. Acesso em: outubro de 2021.

[20] HERSH, Seymour M. The general's report: how Antonio Taguba, who investigated Abu Ghraib scandal, became one of its causalities. **The New Yorker**, Nova York, Estados Unidos, 25 de junho de 2007**.** Disponível em: https://www.newyorker.com/magazine/2007/06/25/the-generals-report. Acesso em: outubro de 2021.

[21] HERSH, Seymour M. The general's report: how Antonio Taguba, who investigated Abu Ghraib scandal, became one of its causalities. **The New Yorker**, Nova York, Estados Unidos, 25 de junho de 2007**.** Disponível em: https://www.newyorker.com/magazine/2007/06/25/the-generals-report. Acesso em: outubro de 2021.

[22] HERSH, Seymour M. The general's report: how Antonio Taguba, who investigated Abu Ghraib scandal, became one of its causalities. **The New Yorker**, Nova York, Estados Unidos, 25 de junho de 2007**.** Disponível em: https://www.newyorker.com/magazine/2007/06/25/the-generals-report. Acesso em: outubro de 2021.

[23] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 29. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[24] ZIELBAUER, Paul von. Army Colonel is acquitted in Abu Ghraib case. **The New York Times**, Nova York, Estados Unidos. 29 de agosto de 2007. Disponível em: https://www.nytimes.com/2007/08/29/world/middleeast/29cnd-abuse.html. Acesso em: maio de 2021.

[25] WEINER, Tim. The spy agency's many mean ways to loosen cold war tongue. **The New York Times,** Nova York, 9 de fevereiro de 1997. Disponível em: https://www.nytimes.com/1997/02/09/weekinreview/the-spy-agency-s-many-mean-ways-to-loosen-cold-war-tongues.html. Acesso em: outubro de 2021.

[26] ENGELHARDT, Tom. Chaos in Washington. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. 17 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/chaos-washington. Acesso em: outubro de 2021.

[27] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[28] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 29. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[29] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[30] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[31] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[32] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[33] SCHERER, Michael. K Street on the Tigris. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. Novembro/Dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/k-street-tigris/. Acesso em: outubro de 2021.

[34] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[35] SCHERER, Michael. K Street on the Tigris. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. Novembro/Dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/k-street-tigris/. Acesso em: outubro de 2021.

[36] ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. 4 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em: outubro de 2021.

[37] ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. 4 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em: outubro de 2021.

[38] MEKAY, Emad. Iraq: U.S. says 'missing' Money in Iraq hands, critics still wary. **Inter Press Service**, Washington, Estados Unidos. 29 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.ipsnews.net/2003/10/iraq-us-says-missing-money-in-iraqi-hands-critics-still-wary/ Acesso em: outubro de 2021.

[39] ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. 4 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em: outubro de 2021.

[40] MOTHER JONES. Turning Point. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. 13 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/turning-point/. Acesso em: outubro de 2021.

[41] MOTHER JONES. Turning Point. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. 13 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/turning-point/. Acesso em: outubro de 2021.

[42] ENGELHARDT, Tom. Bush's gated community. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. 19 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/bushs-gated-community/. Acesso em: outubro de 2021.

[43] ENGELHARDT, Tom. Bush's gated community. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos. 19 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/bushs-gated-community/. Acesso em: outubro de 2021.

[44] AL-QAISI, Ali Shallal. Inside Abu Ghraib: meeting Ali Shallal al-Qaisi. [Entrevista concedida a] Othman al-Mukhatar. **Al-Araby Al-Jadeed**. Londres, novembro de 2015. Disponível em: https://english.alaraby.co.uk/analysis/inside-abu-ghraib-meeting-ali-shallal-al-qaisi. Acesso em: maio de 2021.

[45] AL-QAISI, Ali Shallal. Inside Abu Ghraib: meeting Ali Shallal al-Qaisi. [Entrevista concedida a] Othman al-Mukhatar. **Al-Araby Al-Jadeed**. Londres, novembro de 2015. Disponível em: https://english.alaraby.co.uk/analysis/inside-abu-ghraib-meeting-ali-shallal-al-qaisi. Acesso em: maio de 2021.

[46] RIEFF, David. Good soldiers and 'bad guys'. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 7 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/good-soldiers-and-bad-guys/. Acesso em: janeiro de 2021.

[47] ENGELHARDT, Tom. The "Year Zero" strategy. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 5 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/year-zero-strategy/. Acesso em: janeiro de 2021**.**

[48] AL-ARABYA. Muhammad Ghani Hikmat: Bagdá relembra seu escritor. **Al-Arabya**. Londres, Inglaterra. 22 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.alaraby.co.uk/%D9%85%D8%AD%D9%85%D8%AF-%D8%BA%D9%86%D9%8A-%D8%AD%D9%83%D9%85%D8%AA-%D8%A8%D8%BA%D8%AF%D8%A7%D8%AF-%D8%AA%D8%B3%D8%AA%D8%B0%D9%83%D8%B1%D9%86%D8%AD%D9%91%D8%A7%D8%AA%D9%87%D8%A7. Acesso em: outubro de 2021.

[49] ENGELHARDT, Tom. Photo Wars. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 3 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/photo-wars/. Acesso em: janeiro de 2021.

[50] ENGELHARDT, Tom. Photo Wars. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 3 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/photo-wars/. Acesso em: janeiro de 2021.

[51] CNN NEWSNIGHT AARON BROWN. Bush backs Rumsfeld: what is on still unreleased Abu Ghraib photos, videos? Interview with Janis Karpinski (transcript). **CNN**, Atlanta, Estados Unidos, 10 de maio de 2004. Disponível em: http://edition.cnn.com/TRANSCRIPTS/0405/10/asb.00.html. Acesso em dezembro de 2021.

[52] CNN NEWSNIGHT AARON BROWN. Bush backs Rumsfeld: what is on still unreleased Abu Ghraib photos, videos? Interview with Janis Karpinski (transcript). **CNN**, Atlanta, Estados Unidos, 10 de maio de 2004. Disponível em: http://edition.cnn.com/TRANSCRIPTS/0405/10/asb.00.html. Acesso em dezembro de 2021.

[53] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 29. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[54] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[55] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 29. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[56] ENGELHARDT, Tom. Postcards from the edge. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 10 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/postcards-edge/. Acesso em: outubro de 2021.

[57] ENGELHARDT, Tom. Dreaming of George. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 19 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/dreaming-george/. Acesso em: outubro de 2021.

[58] SCHERE, Michael. Are we better of: Contracts with America. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-contracts-america/. Acesso em: outubro de 2021.

[59] SCHERE, Michael. Are we better of: Contracts with America. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-contracts-america/. Acesso em: outubro de 2021.

[60] SCHERE, Michael. Are we better of: Contracts with America. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-contracts-america/. Acesso em: outubro de 2021.

[61] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[62] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[63] LEWIS, Anthony. Destroying democracy, one liberty at a time. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-one-liberty-time/. Acesso em: outubro de 2021.

[64]LEWIS, Anthony. Destroying democracy, one liberty at a time. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-one-liberty-time/. Acesso em: outubro de 2021.

[65] LEWIS, Anthony. Destroying democracy, one liberty at a time. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-one-liberty-time/**.** Acesso em: outubro de 2021.

[66] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[67] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[68] ENGELHARDT, Tom. Chaos in Washington. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 17 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/chaos-washington/. Acesso em: outubro de 2021.

[69] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[70] ENGELHARDT, Tom. Postcards from the edge. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 10 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/postcards-edge/. Acesso em: dezembro de 2021.

[71] ENGELHARDT, Tom. Postcards from the edge. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 10 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/postcards-edge/. Acesso em: dezembro de 2021

[72] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[73] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[74] ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Audiência. Comissão do Senado sobre o tratamento de prisioneiros iraquianos, 11 de maio de 2004. Disponível em: https://www.c-span.org/video/?181801-1/treatment-iraqi-prisoners. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

[75] ENGELHARDT, Tom. Postcards from the edge. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 10 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/postcards-edge/. Acesso em dezembro de 2021.

[76] THE TORTURE DATABASE. Memorando interno do presídio de Abu Ghraib do general Geoffrey Miller. Iraque, 03 de maio de 2004. ACLU – RDI 1553.

[77] THE TORTURE DATABASE. E-mail pessoal do general Geoffrey Miller. Iraque, 04 de maio de 2003. ACLU – RDI 1852.

[78] ENGELHARDT, Tom. Postcards from the edge. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 10 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/postcards-edge/. Acesso em: dezembro de 2021.

[79] MOTHER JONES. Blood and Tresure. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 28 de agosto de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/08/blood-and-treasure/. Acesso em dezembro de 2021.

[80] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Certidão de óbito e autópsia de Wathik Salah Mihdy. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 11 de agosto de 2003. ACLU – RDI 988.

[81] HOSPITAL DO CORAÇÃO. Cardiologista do HCor alerta: calor aumenta o risco de infarto. HCOR, São Paulo. Disponível em: https://www.hcor.com.br/imprensa/noticias/cardiologista-do-hcor-alerta-calor-aumenta-o-risco-de-infarto/. Acesso em outubro de 2022.

[82] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Certidão de óbito e autópsia de Ehad Karzam Taleb. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 21 de agosto de 2003. ACLU – RDI 1035.

[83] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Certidão de óbito e autópsia de Dham Spah. Iraque, autópsia realizada em Camp Sether. Entretanto, a certidão de óbito fora emitida em Abu Ghraib. 24 de agosto de 2003 (possivelmente). ACLU- RDI 5605.

[84] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Certidão de óbito e autópsia de Mohamed Tariq Zaid. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 24 de agosto de 2003 (possivelmente). ACLU – RDI 5609.

[85] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Certidão de óbito e autópsia de Abed Mohamed Naiem. Iraque, Bagdad Correctional Confinemente Facility – BCCF (Abu Ghraib). 28 de setembro de 2003. Disponível em: ACLU – RDI 5606.

[86] HOCHSCHILD, Arlie Russel. Let them eat War. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 8 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/let-them-eat-war/. Acesso em dezembro de 2021.

[87] HOCHSCHILD, Arlie Russel. Let them eat War. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 8 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/let-them-eat-war/. Acesso em dezembro de 2021.

[88] ENGELHARD, Tom. Mission Unaccomplished. **Mother Jones,** Califórnia, Estados Unidos, 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/mission-unaccomplished/. Acesso em dezembro de 2021.

[89] ENGELHARD, Tom. Mission Unaccomplished. **Mother Jones,** Califórnia, Estados Unidos, 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/mission-unaccomplished/. Acesso em dezembro de 2021. Acesso em dezembro de 2021.

[90] ENGELHARD, Tom. Mission Unaccomplished. **Mother Jones,** Califórnia, Estados Unidos, 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/mission-unaccomplished/. Acesso em dezembro de 2021.

[91] THE NEW YORK TIMES. U.S Soldier Killed in Attack on Baghdad Hotel. **The New York Times**, Nova York, Estados Unidos, 26 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.nytimes.com/2003/10/26/international/middleeast/us-soldier-killed-in-attack-on-baghdad-hotel.html. Acesso em dezembro de 2021.

[92] THE NEW YORK TIMES. U.S Soldier Killed in Attack on Baghdad Hotel. **The New York Times**, Nova York, Estados Unidos, 26 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.nytimes.com/2003/10/26/international/middleeast/us-soldier-killed-in-attack-on-baghdad-hotel.html. Acesso em dezembro de 2021.

[93] THE NEW YORK TIMES. U.S Soldier Killed in Attack on Baghdad Hotel. **The New York Times**, Nova York, Estados Unidos, 26 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.nytimes.com/2003/10/26/international/middleeast/us-soldier-killed-in-attack-on-baghdad-hotel.html. Acesso em dezembro de 2021.

[94] ENGELHARD, Tom. Mission Unaccomplished. **Mother Jones,** Califórnia, Estados Unidos, 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/mission-unaccomplished/. Acesso em dezembro de 2021.

[95] ENGELHARD, Tom. Mission Unaccomplished. **Mother Jones,** Califórnia, Estados Unidos, 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/mission-unaccomplished/. Acesso em dezembro de 2021.

[96] ENGELHARD, Tom. Mission Unaccomplished. **Mother Jones,** Califórnia, Estados Unidos, 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/mission-unaccomplished/. Acesso em dezembro de 2021.

[97] ENGELHARD, Tom. Mission Unaccomplished. **Mother Jones,** Califórnia, Estados Unidos, 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/mission-unaccomplished/. Acesso em dezembro de 2021.

[98] ENGELHARD, Tom. Mission Unaccomplished. **Mother Jones,** Califórnia, Estados Unidos, 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/mission-unaccomplished/. Acesso em dezembro de 2021.

[99] ENGELHARD, Tom. Mission Unaccomplished. **Mother Jones,** Califórnia, Estados Unidos, 30 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/mission-unaccomplished/. Acesso em dezembro de 2021.

[100] MOTHER JONES. War of Words. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 31 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/war-words/. Acesso em dezembro de 2021.

[101] MOTHER JONES. War of Words. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 31 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/war-words/. Acesso em dezembro de 2021.

[102] MOTHER JONES. War of Words. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 31 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/war-words/. Acesso em dezembro de 2021.

[103] MOTHER JONES. War of Words. **Mother Jones**, Califórnia, Estados Unidos, 31 de outubro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/10/war-words/. Acesso em dezembro de 2021

[104] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[105] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[106] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[107] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[108] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[109] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 16. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[110] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 16-17. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[111] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 17, Elemento 8°. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[112] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 18-19. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[113] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 19. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[114] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 19, Elemento 12°. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[115] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 20-21. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[116] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 23. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[117] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 24. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[118] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 23. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[119] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p.

25. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[120] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 26. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[121] TAGUBA, Antonio Mario. Article 15-6 investigation of the 800th Military Police Brigade of abuse of prisoners in Iraq. **Exército dos Estados Unidos, Força de Coalização no Iraque.** p. 29. Baghdad Correctional Confinement Facility – BCCF, Abu Ghraib, Iraque, 03 de março de 2003. ACLU-RDI 5140.

[122] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Certidão de óbito. Nome censurado. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 30 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1667

[123] SCHERER, Michael. K Street on the Tigris. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Novembro/Dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/k-street-tigris/. Acesso em outubro de 2021.

[124] SCHERER, Michael. K Street on the Tigris. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Novembro/Dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/k-street-tigris/. Acesso em outubro de 2021.

[125] SCHERER, Michael. K Street on the Tigris. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Novembro/Dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/k-street-tigris/. Acesso em outubro de 2021.

[126] SCHERER, Michael. K Street on the Tigris. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Novembro/Dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/k-street-tigris/. Acesso em outubro de 2021.

[127] SCHERER, Michael. K Street on the Tigris. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Novembro/Dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/k-street-tigris/. Acesso em outubro de 2021.

[128] SCHERER, Michael. K Street on the Tigris. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Novembro/Dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/k-street-tigris/. Acesso em outubro de 2021.

[129] SCHERER, Michael. K Street on the Tigris. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Novembro/Dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/k-street-tigris/. Acesso em outubro de 2021.

[130] ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

[131] ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

[132] STREITFELD, David apud ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

[133] STREITFELD, David apud ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

[134] STREITFELD, David apud ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

[135] ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

[136] ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

[137] COLE, Juan apud ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

[138] ENGELHARDT, Tom. Everything's private. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 04 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/everythings-private/. Acesso em outubro de 2021.

[139] MEKAY, Emad. Iraq: U.S. says 'missing' money in Iraqi hands, critics still wary. **Inter Press Service**. Roma, Itália. 29 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.ipsnews.net/2003/10/iraq-us-says-missing-money-in-iraqi-hands-critics-still-wary/. Acesso em dezembro de 2021.

[140] MOTHER JONES. Turning point. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 13 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/turning-point/. Acesso em outubro de 2021.

[141] ENGELHARDT, Tom. Bush's Gated Community. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 19 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/bushs-gated-community/. Acesso em outubro de 2021.

[142] FREEDLAND, Jonathan apud ENGELHARDT, Tom. Bush's Gated Community. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 19 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/bushs-gated-community/. Acesso em outubro de 2021.

[143] ENGELHARDT, Tom. Bush's Gated Community. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 19 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/bushs-gated-community/. Acesso em outubro de 2021.

[144] ENGELHARDT, Tom. Bush's Gated Community. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 19 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/bushs-gated-community/. Acesso em outubro de 2021.

[145] ENGELHARDT, Tom. Bush's Gated Community. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 19 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/bushs-gated-community/. Acesso em outubro de 2021.

[146] ENGELHARDT, Tom. Bush's Gated Community. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 19 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/bushs-gated-community/. Acesso em outubro de 2021.

[147] ENGELHARDT, Tom. The scorecard. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/scorecard/. Acesso em outubro de 2021.

[148] FARAH, Douglas; FINN, Peter. Terrorism Inc. **The Washington Post**. Washington, Estados Unidos. 21 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2003/11/21/terrorism-inc/995b7284-6520-4541-8d40-7aea2a8c1790/. Acesso em outubro de 2021.

[149] ENGELHARDT, Tom. The scorecard. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/scorecard/. Acesso em outubro de 2021.

[150] MCCLEAN, Vincent apud ENGELHARDT, Tom. The scorecard. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/scorecard/. Acesso em outubro de 2021.

[151] REEVES, Phill apud ENGELHARDT, Tom. The scorecard. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/11/scorecard/. Acesso em outubro de 2021.

[152] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Certidão de óbito de Manadel al-Jamide. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 04 de novembro de 2003. ACLU-RDI 5138.

[153] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Autópsia de Manadel al-Jamide. Possivelmente Alemanha. Sem data definida. ACLU-RDI 5603.

[154] ENGELHARDT, Tom. The neo-imperialists. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/neo-imperialists/. Acesso em outubro em 2021.

[155] BORGER, Julian; HOWARD, Michael. Iraquis express cynimism at Bush's 150-minute visit. **The Guardian**. Londes, Inglaterra. 29 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2003/nov/29/iraq.julianborger. Acesso em outubro de 2021.

[156] ENGELHARDT, Tom. The neo-imperialists. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/neo-imperialists/. Acesso em outubro em 2021.

[157]ENGELHARDT, Tom. The neo-imperialists. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/neo-imperialists/. Acesso em outubro em 2021.

[158] ENGELHARDT, Tom. The neo-imperialists. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/neo-imperialists/. Acesso em outubro em 2021.

[159] ENGELHARDT, Tom. The neo-imperialists. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/neo-imperialists/. Acesso em outubro em 2021.

[160] ENGELHARDT, Tom. The neo-imperialists. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/neo-imperialists/. Acesso em outubro em 2021.

[161] MCCARTHY, Rory. No regrets or culprits, just cash for series of random killings. **The Guardian**. Londres, Inglaterra. 26 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2003/nov/26/usa.iraq. Acesso em outubro de 2021.

[162] ENGELHARDT, Tom. The Kill-Off. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 8 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/kill/. Acesso em outubro de 2021.

[163] MARSHALL, Joshua; ROZEN, Laura & SOLOWAY, Colin apud ENGELHARDT, Tom. The Kill-Off. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 8 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/kill/. Acesso em outubro de 2021.

[164] ENGELHARDT, Tom. Just another week. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 11 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/just-another-week/. Acesso em outubro de 2021.

[165] ENGELHARDT, Tom. Just another week. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 11 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/just-another-week/. Acesso em outubro de 2021.

[166] EUNJUNG, Ariana. Bagdad's U.S Zone A: stand-in for home. **The Washington Post**. Washington, Estados Unidos. 6 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2003/12/06/baghdads-us-zone-a-stand-in-for-home/183c98b2-9b49-47d6-8a1d-3568abc3e18b/. Acesso em novembro de 2021.

[167] ENGELHARDT, Tom. Just another week. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 11 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/just-another-week/. Acesso em outubro de 2021.

[168] EUNJUNG, Ariana. Bagdad's U.S Zone A: stand-in for home. **The Washington Post**. Washington, Estados Unidos. 6 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2003/12/06/baghdads-us-zone-a-stand-in-for-home/183c98b2-9b49-47d6-8a1d-3568abc3e18b/. Acesso em novembro de 2021.

[169] EUNJUNG, Ariana. Bagdad's U.S Zone A: stand-in for home. **The Washington Post**. Washington, Estados Unidos. 6 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2003/12/06/baghdads-us-zone-a-stand-in-for-home/183c98b2-9b49-47d6-8a1d-3568abc3e18b/. Acesso em novembro de 2021.

[170] EUNJUNG, Ariana. Bagdad's U.S Zone A: stand-in for home. **The Washington Post**. Washington, Estados Unidos. 6 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2003/12/06/baghdads-us-zone-a-stand-in-for-home/183c98b2-9b49-47d6-8a1d-3568abc3e18b/. Acesso em novembro de 2021.

[171] MOTHER JONES. Paying off debts. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 11 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/paying-debts/. Acesso em outubro de 2021.

[172] MOTHER JONES. Paying off debts. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 11 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/paying-debts/. Acesso em outubro de 2021.

[173] MOTHER JONES. Winners &L Losers. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de dezembro de 2003. Califórnia, Estados Unidos. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/winners-losers/. Acesso em outubro de 2021.

[174] MOTHER JONES. Winners &L Losers. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de dezembro de 2003. Califórnia, Estados Unidos. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/winners-losers/. Acesso em outubro de 2021.

[175] MOTHER JONES. Winners &L Losers. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de dezembro de 2003. Califórnia, Estados Unidos. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/winners-losers/. Acesso em outubro de 2021.

[176] HUSEIN, Saddam apud MOTHER JONES. Winners &L Losers. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/winners-losers/. Acesso em outubro de 2021.

[177] MOTHER JONES. His day in Court. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 17 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/his-day-court/. Acesso em outubro de 2021.

[178] MOTHER JONES. His day in Court. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 17 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/his-day-court/. Acesso em outubro de 2021.

[179] MOTHER JONES. Good News... is no News. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 19 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/good-news-no-news/. Acesso em outubro de 2021.

[180] TORONTO STAR apud MOTHER JONES. Good News... is no News. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 19 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/good-news-no-news/. Acesso em outubro de 2021.

[181] MOTHER JONES. Good News... is no News. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos, 19 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/good-news-no-news/. Acesso em outubro de 2021.

[182] ENGELHARDT, Tom. Our imperial justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/our-imperial-justice/. Acesso em outubro de 2021.

[183] ENGELHARDT, Tom. Our imperial justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/our-imperial-justice/. Acesso em outubro de 2021.

[184] RISEN, James; SHANKER, Thom apud ENGELHARDT, Tom. Our imperial justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/our-imperial-justice/. Acesso em outubro de 2021.

[185] ENGELHARDT, Tom. Our imperial justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/our-imperial-justice/. Acesso em outubro de 2021.

[186] ENGELHARDT, Tom. Our imperial justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/our-imperial-justice/. Acesso em outubro de 2021.

[187] ENGELHARDT, Tom. Our imperial justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/our-imperial-justice/. Acesso em outubro de 2021.

[188] ENGELHARDT, Tom. Our imperial justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/our-imperial-justice/. Acesso em outubro de 2021.

[189] MOTHER JONES. Post-Emptive proof. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 23 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/post-emptive-proof/. Acesso em outubro de 2021.

[190] MOTHER JONES. Friends like that... . **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de dezembro de 2003. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2003/12/friends-these-3/. Acesso em outubro de 2021.

[191] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 18 de abril de 2003. ACLU – RDI 1267.

[192] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 29 de junho de 2003. ACLU – RDI 1045.

[193] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 19 de agosto de 2003. ACLU – RDI 1643.

[194] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 29 de agosto de 2003. ACLI – RDI 1645.

[195] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 02 de setembro de 2003. ACLU – RDI 1646.

[196] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 08 de setembro 2003. ACLU – RDI 1647.

[197] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido e anexo de consentimento para a não realização de medida corretiva na retina do detento. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 1° de outubro de 2003. ACLU – RDI 1659.

[198] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 03 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1658.

[199] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 03 de março de 2003. ACLU – RDI 1086.

[200] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 03 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1089.

[201] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 06 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1660.

[202] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 19 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1663.

[203] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 22 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1087.

[204] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Bagdad Corretional Confinement Facility- BCCF (Abu Ghraib). 24 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1088.

[205] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 25 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1090.

[206] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. O nome consta censurado. Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib) e Sina Hospital 28th Combat Support Hospital. 26 a 30 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1665.

[207] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário e formulário médico de cinco detidos de Abu Ghraib. O nome dos mesmos consta como censurado. Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF e Instituição hospitalar desconhecida. 29 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1091.

[208] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detento transferido para Abu Ghraib. O nome do mesmo consta como censurado. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF. 30 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1670.

[209] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detento. O nome consta como censurado. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 30 de outubro de 2003. ACLU – RDI 1666.

[210] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detento. O nome consta como censurado. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 01 de novembro de 2003. ACLU – RDI 1674.

[211] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detento. O nome consta como censurado. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 04 de novembro de 2003. ACLU – RDI 4760.

[212] DREYFUSS, Robert; VEST, Jason. The lie factory. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Issue janeiro/fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/lie-factory/. Acesso em janeiro de 2022.

[213] DREYFUSS, Robert; VEST, Jason. The lie factory. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Issue janeiro/fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/lie-factory/. Acesso em janeiro de 2022.

[214] DREYFUSS, Robert; VEST, Jason. The lie factory. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Issue janeiro/fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/lie-factory/. Acesso em janeiro de 2022.

[215] DREYFUSS, Robert; VEST, Jason. The lie factory. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Issue janeiro/fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/lie-factory/. Acesso em janeiro de 2022.

[216] DREYFUSS, Robert; VEST, Jason. The lie factory. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Issue janeiro/fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/lie-factory/. Acesso em janeiro de 2022.

[217] THE NEW YORK TIMES apud ENGELHARDT, Tom. Empire of lies. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 05 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/empire-lies/. Acesso em janeiro de 2022.

[218] HARDING, Luke apud ENGELHARDT, Tom. Empire of lies. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 05 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/empire-lies/. Acesso em janeiro de 2022.

[219] ENGELHARDT, Tom. Empire of lies. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 05 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/empire-lies/. Acesso em janeiro de 2022.

[220] ENGELHARDT, Tom. Empire of lies. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 05 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/empire-lies/. Acesso em janeiro de 2022.

[221] ENGELHARDT, Tom. Empire of lies. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 05 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/empire-lies/. Acesso em janeiro de 2022.

[222] ENGELHARDT, Tom. Empire of lies. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 05 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/empire-lies/. Acesso em janeiro de 2022.

[223] GELLMAN, Barton. Iraq's arsenal was only on paper. **The Washington Post**. Washington D.C, Estados Unidos. 7 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2004/01/07/iraqs-arsenal-was-only-on-paper/435fa029-a6ce-43ad-b1a9-7a8bae27eebd/. Acesso em fevereiro de 2022.

[224] POWELL, Colin apud ENGELHARDT, Tom. Sad Times. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 12 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/sad-times/. Acesso em fevereiro de 2022.

[225] JOHNSON, Chalmers. America's military colonialism. **Mother Jones**. Califórnia Estados Unidos. 20 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/baseworld-americas-military-colonialism/. Acesso em janeiro de 2022.

[226] JOHNSON, Chalmers. America's military colonialism. **Mother Jones**. Califórnia Estados Unidos. 20 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/baseworld-americas-military-colonialism/. Acesso em janeiro de 2022.

[227] JOHNSON, Chalmers. America's military colonialism. **Mother Jones**. Califórnia Estados Unidos. 20 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/baseworld-americas-military-colonialism/. Acesso em janeiro de 2022.

[228] JOHNSON, Chalmers. America's military colonialism. **Mother Jones**. Califórnia Estados Unidos. 20 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/baseworld-americas-military-colonialism/. Acesso em janeiro de 2022.

[229] MOTHER JONES. Friends In need. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/friends-need. Acesso em fevereiro de 2022.

[230] MOTHER JONES. Friends In need. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/friends-need. Acesso em fevereiro de 2022.

[231] MOTHER JONES. Friends In need. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/friends-need. Acesso em fevereiro de 2022.

[232] ENGELHARDT, Tom. Fly me to... **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/fly-me/. Acesso em janeiro de 2022.

[233] BUMILLER, Elisabeth. The Nation – Focus on fear; the president makes danger his campaign theme. **The New York Times**. Nova York, Estados Unidos. 25 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.nytimes.com/2004/01/25/weekinreview/the-nation-focus-on-fear-the-president-makes-danger-his-campaign-theme.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[234] AHRARI, Ehsan apud ENGELHARDT, Tom. Fly me to... **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/fly-me/. Acesso em janeiro de 2022.

[235] ALSAFI, Ali Abdulhakim apud ENGELHARDT, Tom. Fly me to... **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/fly-me/. Acesso em janeiro de 2022.

[236] MOTHER JONES. All Victories. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de janeiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/01/small-victories/. Acesso em janeiro de 2022.

[237] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Autópsia e Certidão de óbito de Nasef Ibrahim. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 08 de janeiro de 2004. ACLU – RDI 1003.

[238] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Autópsia e Certidão de óbito de Baker Yassen Rashed Mahmed al-Hussen. Iraque, Mortuary Facility – Aeroporto Internacional de Bagdá. Morte datada de 16 de janeiro de 2004. Autópsia realizada em 02 de fevereiro de 2004. ACLU – RDI 1005.

[239] MOTHER JONES. The end of pacifism. **Mother Jones**. 08 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/end-pacifism/. Acesso em janeiro de 2022.

[240] MOTHER JONES. The end of pacifismo. **Mother Jones**. 08 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/end-pacifism/. Acesso em janeiro de 2022.

[241] MOTHER JONES. The end of pacifismo. **Mother Jones**. 08 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/end-pacifism/. Acesso em janeiro de 2022.

[242] MOTHER JONES. Election Daze. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 10 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/election-daze/. Acesso em fevereiro de 2022.

[243] MOTHER JONES. Election Daze. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 10 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/election-daze/. Acesso em fevereiro de 2022.

[244] ENGELHARDT, Tom. Iraquenophobia. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/iraqnophobia/. Acesso em fevereiro de 2022.

[245] ENGELHARDT, Tom. Iraquenophobia. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/iraqnophobia/. Acesso em fevereiro de 2022.

[246] ENGELHARDT, Tom. Iraquenophobia. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/iraqnophobia/. Acesso em fevereiro de 2022.

[247] ENGELHARDT, Tom. Iraquenophobia. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/iraqnophobia/. Acesso em fevereiro de 2022.

[248] ENGELHARDT, Tom. Iraquenophobia. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/iraqnophobia/. Acesso em fevereiro de 2022.

[249] ENGELHARDT, Tom. Iraquenophobia. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/iraqnophobia/. Acesso em fevereiro de 2022.

[250] ENGELHARDT, Tom. Iraquenophobia. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 16 de fevereiro de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/02/iraqnophobia/. Acesso em fevereiro de 2022.

[251] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Autópsia e Certidão de óbito de Saad Mohammed Abdullah. Iraque, Mortuary Facility – Aeroporto Internacional de Bagdá. Morte datada de 19 de fevereiro de 2004. Autópsia realizada em 28 de fevereiro de 2004. ACLU – RDI 1037.

[252] ENGELHARDT, Tom. Imperial fundamentals. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/imperial-fundamentals/. Acesso em janeiro de 2022.

[253] ENGELHARDT, Tom. Imperial fundamentals. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/imperial-fundamentals/. Acesso em janeiro de 2022.

[254] ENGELHARDT, Tom. Imperial fundamentals. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/imperial-fundamentals/. Acesso em janeiro de 2022.

[255] ENGELHARDT, Tom. Imperial fundamentals. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/imperial-fundamentals/. Acesso em janeiro de 2022.

[256] BERMAN, Nina; KINKENBORG, Verlyn. Returning from Iraq; the damage done. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/returning-iraq-wounded-warrior-nina-berman/. Acesso em fevereiro de 2022.

[257] BERMAN, Nina; KINKENBORG, Verlyn. Returning from Iraq; the damage done. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de março de 2004. Disponível em:

https://www.motherjones.com/politics/2004/03/returning-iraq-wounded-warrior-nina-berman/. Acesso em fevereiro de 2022.

[258] PACHACHI, Adnan apud MOTHER JONES. Rought Draft. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 03 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/rough-draft/. Acesso em fevereiro de 2022.

[259] FILKINS, Dexter. Iraqis receive U.S approval of Constitution. **The New York Times**. Nova York, Estados Unidos. 02 de março de 2004. Disponível em: *https://www.nytimes.com/2004/03/02/world/iraqis-receive-us-approval-of-constitution.html.* Acesso em fevereiro de 2022.

[260] IRAQUE. [Constituição (2004)]. Constituição Interina do Governo Provisório do Iraque, Bagdá: Autoridade Provisória de Coalização, 2004. 20 p. Disponível em: https://constitutionnet.org/sites/default/files/iraq_law_of_administration_for_the_state_of_iraq_for_the_transitional_period_or_transitional_administrative_law_2004-2005.pdf. Acesso em março de 2022.

[261] IRAQUE. [Constituição (2004)]. Constituição Interina do Governo Provisório do Iraque, Bagdá: Autoridade Provisória de Coalização, 2004. 20 p. Disponível em: https://constitutionnet.org/sites/default/files/iraq_law_of_administration_for_the_state_of_iraq_for_the_transitional_period_or_transitional_administrative_law_2004-2005.pdf. Acesso em março de 2022.

[262] ENGELHARDT, Tom. Signs of the time. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/signs-times/. Acesso em janeiro de 2022.

[263] ENGELHARDT, Tom. Signs of the time. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/signs-times/. Acesso em janeiro de 2022.

[264] ENGELHARDT, Tom. Signs of the time. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/signs-times/. Acesso em janeiro de 2022.

[265] MOTHER JONES. Stop the What? **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/stop-what/. Acesso em janeiro de 2022.

[266] ZIFF, Debora. Bremer's year. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/bremers-year/. Acesso em janeiro de 2022.

[267] ZIFF, Debora. Bremer's year. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/bremers-year/. Acesso em janeiro de 2022.

[268] ZIFF, Debora. Bremer's year. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/bremers-year/. Acesso em janeiro de 2022.

[269] AL-JAZEERA apud ZIFF, Debora. Bremer's year. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/bremers-year/. Acesso em janeiro de 2022.

[270] BRITISH BROADCASTING CORPORATION – BBC apud Debora. Bremer's year. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 26 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/bremers-year/. Acesso em janeiro de 2022.

[271] GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

[272] GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

[273] GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

[274] GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

[275] GORILOVSKAYA, Nonna. Uncounted dead. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 30 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/uncounted-dead/. Acesso em fevereiro de 2022.

[276] LESLIE, Benjamin. Shut Down. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 31 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/shut-down/. Acesso em janeiro de 2022.

[277] LESLIE, Benjamin. Shut Down. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 31 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/shut-down/. Acesso em janeiro de 2022.

[278] LESLIE, Benjamin. Shut Down. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 31 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/shut-down/. Acesso em janeiro de 2022.

[279] LESLIE, Benjamin. Shut Down. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 31 de março de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/03/shut-down/. Acesso em janeiro de 2022.

[280] THE LOS ANGELES TIMES. Guantanamo Commander Sent to Iraq. **The Los Angeles Times**. Los Angeles, Estados Unidos. 25 de março de 2004. Disponível em: https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2004-mar-25-na-gitmo25-story.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[281] ENGELHARDT. Tom. Into the shadows. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 06 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/shadows/. Acesso em fevereiro de 2022.

[282] ENGELHARDT. Tom. Into the shadows. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 06 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/shadows/. Acesso em fevereiro de 2022.

[283] KATVAL, Neal. Gtimo' Better Blues: the folly of the new Guantanamo trials. **SLATE**. 19 de março de 2004. Disponível em: https://slate.com/news-and-politics/2004/03/gitmo-better-blues.html. Acesso em janeiro de 2022.

[284] THE SIDNEY MORNING HERALD. For God, country and wallet: America's privatized armies are here to stay. **The Sidney Morning Herald**. Sidney, Austrália. 03 de abril de 2004. Disponível em: https://www.smh.com.au/world/middle-east/for-god-country-and-wallet-

americas-privatised-armies-are-here-to-stay-20040403-gdinwz.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[285] RAMONET, Ignacio. Terror Tactics. **Le monde Diplomatique**. Paris, França. Março de 2004. Disponível em: https://mondediplo.com/2004/03/01aramonet. Acesso em fevereiro de 2022.

[286] ENGELHARDT. Tom. Into the shadows. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 06 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/shadows/. Acesso em fevereiro de 2022.

[287] GORILOVSKAYA, Nonna. Stuck in Iraq. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 8 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/stuck-iraq. Acesso em fevereiro de 2022.

[288] GORILOVSKAYA, Nonna. Stuck in Iraq. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 8 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/stuck-iraq. Acesso em fevereiro de 2022.

[289] OTTERMAN, Sharon. Iraq: oil for food scandal. **Council on Foreign Relations**. Nova York, Estados Unidos. 28 de outubro de 2005. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/iraq-oil-food-scandal. Acesso em fevereiro de 2022.

[290] ESTADÃO. Corrupção de Saddam Hussein pode ter beneficiado brasileiros. **Estadão**. São Paulo, Brasil. 05 de fevereiro de 2006. Disponível em: https://web.archive.org/web/20060208024229/http://www.estadao.com.br/ultimas/nacional/noticias/2006/fev/05/27.htm. Acesso em fevereiro de 2022.

[291] GORILOVSKAYA, Nonna. UNacceptable. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 09 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/unacceptable. Acesso em janeiro de 2022.

[292] MOTHER JONES. Unfinished war. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 12 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/unfinished-war/. Acesso em fevereiro de 2022.

[293] ENGELHARDT, Tom. Colapse? **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 14 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/collapse/. Acesso em fevereiro de 2022.

[294] SCHAWARTZ, Michael. The Shiia Insurrection. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 14 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/shia-insurrection/. Acesso em fevereiro de 2022.

[295] SCHAWARTZ, Michael. The Shiia Insurrection. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 14 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/shia-insurrection/. Acesso em fevereiro de 2022.

[296] SCHAWARTZ, Michael. The Shiia Insurrection. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 14 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/shia-insurrection/. Acesso em fevereiro de 2022.

[297] SCHAWARTZ, Michael. The Shiia Insurrection. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 14 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/shia-insurrection/. Acesso em fevereiro de 2022.

[298] ENGELHARDT, Tom. Dreaming of George. **Mother Jones**. 19 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/dreaming-george/. Acesso em fevereiro de 2022.

[299] GORILOVSKAYA, Nonna. The unwilling. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 21 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/unwilling/. Acessado em janeiro de 2022.

[300] TACY, Will. Take the photo, get fired. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 22 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/take-photo-get-fired/. Acesso em janeiro de 2022.

[301] ENGELHARDT, Tom. New word order. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 25 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/new-word-order/. Acesso em janeiro de 2022.

[302] ENGELHARDT, Tom. New word order. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 25 de abril de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/04/new-word-order/. Acesso em janeiro de 2022.

[303] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Autópsia de Hussein Abdullah Awad al-Juwadi. Iraque, Bagdad Correctional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). Possivelmente final de abril de 2004. ACLU – RDI 5623.

[304] LEWIS, Anthony. Destroying democracy: one liberty at a time. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Issue de maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-one-liberty-time/. Acesso em janeiro de 2022.

[305] STEYN, Lord apud LEWIS, Anthony. Destroying democracy: one liberty at a time. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. Issue de maio/junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/are-we-better-one-liberty-time/. Acesso em janeiro de 2022.

[306] ENGELHARDT, Tom. Photo wars. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 03 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/photo-wars/. Acesso em janeiro de 2022.

[307] RIEFF, David. Good soldiers and 'bad guys'. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 07 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/good-soldiers-and-bad-guys/. Acesso em janeiro de 2022.

[308] RIEFF, David. Good soldiers and 'bad guys'. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 07 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/good-soldiers-and-bad-guys/. Acesso em janeiro de 2022.

[309] POWELL, Colin apud ENGELHARDT, Tom. War Crimes. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 13 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/war-crimes/. Acesso em fevereiro de 2022.

[310] ENGELHARDT, Tom. Chaos in Washington. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 17 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/chaos-washington/. Acesso em janeiro de 2022.

[311] ENGELHARDT, Tom. Chaos in Washington. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 17 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/chaos-washington/. Acesso em janeiro de 2022.

[312] OS EDITORES. The Times and Iraq. **The New York Times**. Nova York, Estados Unidos. 26 de maio de 2004. Disponível em: https://www.nytimes.com/2004/05/26/world/from-the-editors-the-times-and-iraq.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[313] OS EDITORES. The Times and Iraq. **The New York Times**. Nova York, Estados Unidos. 26 de maio de 2004. Disponível em: https://www.nytimes.com/2004/05/26/world/from-the-editors-the-times-and-iraq.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[314] GORILOVSKAYA, Nonna. Tough Times. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 27 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/tough-times/. Acesso em fevereiro de 2022.

[315] GORILOVSKAYA, Nonna. Tough Times. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 27 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/tough-times/. Acesso em fevereiro de 2022.

[316] BRANIGIN, William. President Bush apologized publ... **The Washington Post**. Washington, Estados Unidos. 06 de maio de 2004. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/archive/business/technology/2004/05/06/president-bush-apologized-publ/db4d9af1-4891-498e-8260-1fea882defde/. Acesso em fevereiro de 2022.

[317] GOLDERNBERG, Suzanne; MCCARTHY, Rory; WHITAKER, Brian. Arab World scorns Bush's TV 'apology'. **The Guardian**. Londres, Inglaterra. 06 de maio de 2004. Disponível em: https://www.theguardian.com/media/2004/may/06/broadcasting.iraqdossier. Acesso em fevereiro de 2022.

[318] ENGELHARDT, Tom. State of denial. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 28 de maio de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/05/state-denial/. Acesso em fevereiro de 2022.

[319] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Autópsia e Certidão de óbito de Abbas Alwan Fadil. Iraque, Baghdad International Airport Mortuary – BIAP MORGUE (Mortuary Facility). Óbito registrado em 19 de maio de 2004 e autópsia realizada em 1° de junho de 2004. ACLU – RDI 1047.

[320] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Autópsia e Certidão de óbito de Abduhl Kaddim Altia. Iraque, Baghdad International Airport Mortuary – BIAP MORGUE. Óbito ocorrido possivelmente entre 22/23 de maio de 2004. Autópsia realizada em 1° de junho de 2004. ACLU – RDI 1055.

[321] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Atualização da documentação *post mortem* de Abduhl Kaddim Altia. Sem data definida. ACLU – RDI 82.

[322] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Relatório preliminar de autópsia. Nome do detido consta censurado. Iraque, (possivelmente) Baghdad International Airport Mortuary – BIAP MORGUE (Mortuary Facility). Óbito registrado em 24 de maio de 2004. Autópsia realizada no dia 1° de junho de 2004. ACLU – RDI 1081.

[323] ENGELHARDT, Tom. Questions for Bush. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 1° de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/questions-bush/. Acesso em fevereiro em 2022.

[324] GORILOVSKAYA, Nonna. Contracting Justice. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 11 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/contracting-justice/. Acesso em fevereiro de 2022.

[325] ENGELHARDT, Tom. Connecting the dots. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/connecting-dots/. Acesso em fevereiro de 2022.

[326] ENGELHARDT, Tom. Connecting the dots. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/connecting-dots/. Acesso em fevereiro de 2022.

[327] ENGELHARDT, Tom. Connecting the dots. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 24 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/connecting-dots/. Acesso em fevereiro de 2022.

[328] THE SIDNEY MORNING HERALD. Allawi shot prisoners in cold blood: witnesses. **The Sidney Morning Herald**. Sidney, Austrália. 17 de julho de 2004. Disponível em: https://www.smh.com.au/world/middle-east/allawi-shot-prisoners-in-cold-blood-witnesses-20040717-gdjd6k.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[329] THE SIDNEY MORNING HERALD. Allawi shot prisoners in cold blood: witnesses. **The Sidney Morning Herald**. Sidney, Austrália. 17 de julho de 2004. Disponível em: https://www.smh.com.au/world/middle-east/allawi-shot-prisoners-in-cold-blood-witnesses-20040717-gdjd6k.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[330] THE SIDNEY MORNING HERALD. Allawi shot prisoners in cold blood: witnesses. **The Sidney Morning Herald**. Sidney, Austrália. 17 de julho de 2004. Disponível em: https://www.smh.com.au/world/middle-east/allawi-shot-prisoners-in-cold-blood-witnesses-20040717-gdjd6k.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[331] THE SIDNEY MORNING HERALD. Allawi shot prisoners in cold blood: witnesses. **The Sidney Morning Herald**. Sidney, Austrália. 17 de julho de 2004. Disponível em: https://www.smh.com.au/world/middle-east/allawi-shot-prisoners-in-cold-blood-witnesses-20040717-gdjd6k.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[332] THE SIDNEY MORNING HERALD. Allawi shot prisoners in cold blood: witnesses. **The Sidney Morning Herald**. Sidney, Austrália. 17 de julho de 2004. Disponível em: https://www.smh.com.au/world/middle-east/allawi-shot-prisoners-in-cold-blood-witnesses-20040717-gdjd6k.html. Acesso em fevereiro de 2022.

[333] ENGELHARDT, Tom. A new pseudostate. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 28 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/new-pseudostate/. Acesso em fevereiro de 2022.

[334] ENGELHARDT, Tom. A new pseudostate. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 28 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/new-pseudostate/. Acesso em fevereiro de 2022.

[335] ENGELHARDT, Tom. A new pseudostate. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 28 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/new-pseudostate/. Acesso em fevereiro de 2022.

[336] HOCHSCHILD, Adam. A pseudoestate is born. **Mother Jones**. Califórnia, Estados Unidos. 29 de junho de 2004. Disponível em: https://www.motherjones.com/politics/2004/06/pseudostate-born/. Acesso em fevereiro de 2022.

[337] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Autópsia e certidão de óbito de Fawaz Badaa Najem. Iraque, (provavelmente) Baghdad International Airport Mortuary – BIAP MORGUE (Mortuary Facility). Óbito registrado em 14 de junho de 2044 e autópsia realizada em 19 de junho de 2004. ACLU – RDI 1084.

[338] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS. Autópsia e certidão de óbito de Riadh Mohammed Abd al Razak. Iraque, Baghdad International Airport Mortuary – BIAP MORGUE (Mortuary

Facility). Óbito registrado em 10 de junho de 2004 e autópsia realizada em 19 de junho de 2004. ACLU – RDI 1087.

[339] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 26 de janeiro de 2004. ACLU – RDI 1060.

[340] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 1° de abril de 2004. ACLU – RDI 1073.

[341] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 15 de abril de 2004. ACLU – RDI 1080.

[342] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 06 de maio de 2004. ACLU – RDI 4745.

[343] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há o nome no prontuário, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 15 de junho de 2004. ACLU – RDI 1059.

[344] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 15 de junho de 2004. ACLU – RDI 1082.

[345] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 16 de junho de 2004. ACLU – RDI 1050.

[346] EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Prontuário médico de detido. Não há nome no prontuário. Iraque, Bagdad Corretional Confinement Facility – BCCF (Abu Ghraib). 20 de junho de 2004. ACLU – RDI 1077.

[347] NATIONAL PUBLIC RADIO. Ricardo Sanchez: ‘wiser’ in hindsight on Iraq, politics. **National Public Radio**. Washington, Estados Unidos. 7 de maio de 2008. Disponível em: https://www.npr.org/2008/05/07/90229404/ricardo-sanchez-wiser-in-hindsight-on-iraq-politics. Acesso em fevereiro de 2022.